

GABRIELA MELLO SABBAG

PRÁTICAS EDUCATIVAS MATERNAS E COMPORTAMENTO PRÓ-SOCIAL INFANTIL

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de Doutor em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Luís Vieira

Florianópolis

2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC

Sabbag, Gabriela Mello

Práticas educativas maternas e comportamento pró-social infantil

Gabriela Mello Sabbag: orientador: Mauro Luís Vieira- SC, 2017, p.149

Tese (doutorado)- Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2017.

Inclui referências

1 Psicologia. 2. Práticas educativas maternas. 3. Comportamento pró-social infantil.
I. Vieira, Mauro Luís. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Psicologia. III. Título.

Avaliação e integrantes da banca

Título: Práticas educativas maternas e comportamento pró-social infantil

Autora: Gabriela Mello Sabbag

Data e local: Florianópolis, 09 de março de 2017.

Integrantes da banca de avaliação

Dr. Mauro Luís Vieira- PPGP- UFSC- Orientador

Dra. Andréa Barbará da Silva Bousfield- PPGP- UFSC- Examinadora

Dra. Ariane Kuhnen- PPGP- UFSC- Examinadora

Dra. Alessandra Turini Bolsoni-Silva- UNESP- Examinadora

Dra. Paula Inez Cunha Gomide- UTP- Examinadora

Dra. Ana Maria Xavier Faraco- Departamento de Psicologia- UFSC- Examinadora

Dra. Daniela Ribeiro Schneider- PPGP- UFSC- Suplente

Dra. Maria Aparecida Crepaldi- PPGP- UFSC- Suplente

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Gabriel e Solange, pelo amor incondicional e pela educação que me proporcionaram. A minha irmã, Fernanda, pelo carinho, pelo suporte, compreensão e pela amizade. A Vilmar, meu amado pelo apoio e pela paciência.

Ao meu orientador, Professor Mauro, por acreditar na proposta desta pesquisa, por compartilhar seu conhecimento e me direcionar com paciência e sabedoria.

A minha amiga, Caroline Guisantes de Salvo Toni, pelas orientações, pelo tempo que se dedicou me orientando e ensinando a devida escolha dos testes estatísticos.

A professora e pesquisadora Sofia Menéres, pela gentileza ao ofertar orientações importantes para a coleta de dados com as crianças, de forma tão generosa.

A psicóloga Maria da Graça, pelo suporte ao longo deste percurso, pelas palavras tão compreensivas e motivadoras e pelo auxílio para a solução de problemas.

A professora Paula e a professora Alessandra, minhas orientadoras da graduação e de mestrado, pelo incentivo, pelo carinho e pela disposição de ambas ao ensino e a dedicação de boa parte de suas vidas à pesquisa e ao desenvolvimento da Psicologia.

As professoras Ariane Kuhnen, Ana Maria Xavier Faraco e Maria Aparecida Crepaldi pelas contribuições para o aprimoramento desta pesquisa. A professora Andréa Barbará da Silva Bousfeld e Daniela Ribeiro Schneider por aceitarem compor a banca de avaliação deste trabalho.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC, pelos ensinamentos e pela possibilidade de participar deste programa que é mantido pela dedicação deste grupo.

As colegas da pós: Carol Duarte de Souza, Rovana e MariaJosé Louise pelo apoio e pelas orientações, bem como a equipe que compõem o NEPeDI.

A minha amiga da pós, Romilda, pelo carinho sempre, pelas divertidas piadas e apoio.

As minhas primas Kelly e Roberta, pelo auxílio na busca das escolas interessadas em participar deste projeto.

As amigas da graduação e da vida: Carol Guisantes, Grazi, Paty, Taísa, Emy, Angela, Matilde, Carla, Olívia, Ana Paula e Júlia.

As amigas da infância e do clube da Lulu, Bianca, Karin, Mireille, Soledad, Silvia pela amizade e pela força.

As amigas Elisiane, Miriam e Marina, por juntas termos participado do programa de seleção e das viagens para Florianópolis.

As amigas de trabalho, Maria José, Mariana Benatto, Marina Pires, Rebeca, Mariane Tais, Tessie e Ana Paula, pelo apoio e incentivo.

A minha amiga, Leda, pela amizade e pelo apoio sempre.

As secretarias dos municípios, as diretoras e pedagogas das escolas municipais, pelo apoio e pela recepção tão calorosa que ofertaram.

As mães e as crianças, por terem aceitado participar desta pesquisa e para as quais, dedico este trabalho.

A Deus e ao Universo, pela vida e pelos ensinamentos.

Agradeço a todos que de alguma forma participaram deste trabalho e me apoiaram neste percurso.

SABBAG, G.M. **Práticas educativas maternas e comportamento pró-social infantil**. 149 f. Tese (Doutorado em Psicologia)- Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

RESUMO

O comportamento pró-social é definido como uma ação que visa beneficiar o próximo e está associado à prevenção de problemas de conduta ao longo do desenvolvimento infantil. Considerando sua importância para as interações sociais, os contextos e as oportunidades para a aprendizagem e manutenção dos comportamentos pró-sociais na infância merecem ser investigados. Nesse sentido, esta pesquisa buscou detectar as relações e as predições entre as práticas e os estilos educativos maternos de 110 mães com o comportamento pró-social e os problemas de comportamento dos seus filhos, estudantes do primeiro ano do Ensino Fundamental, com idade entre cinco e seis anos. Para tanto, foram realizadas entrevistas com as mães sobre as práticas educativas, por meio do CRPR, e sobre o comportamento pró-social dos filhos, pelo SDQ. Com as crianças foram efetuadas as análises das dimensões comportamentais que envolvem o raciocínio, os sentimentos e a tendência à ação pró-social por meio do relato verbal das mesmas sobre as histórias, baseadas no paradigma do vitimizador feliz; e o comportamento de doar foi observado em uma situação semi-experimental. Os resultados indicaram que as crianças de cinco e seis anos apresentaram altos índices de raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social, o que foi apoiado pelas mães que indicaram que a maioria dos filhos age pró-socialmente. As crianças expressaram com maior facilidade os julgamentos estereotipados sobre a inadequação da situação em que há ausência do ato pró-social por parte do protagonista das histórias e apresentaram maior dificuldade para descrever seus sentimentos perante a não ocorrência do ato pró-social e as possíveis ações para o auxílio ao próximo. Não foram observadas diferenças na frequência do comportamento pró-social em crianças do sexo masculino e feminino, sob a perspectiva materna, mas as análises infantis indicaram que as meninas apresentaram avaliações mais pró-sociais que os meninos. As práticas maternas de estímulo à independência, suporte para autonomia, expressão de afeto e calor, as quais culminam em estilos autoritativos, apresentaram relações positivas com o comportamento pró-social infantil e associações negativas com os problemas de conduta. Contrariamente, as práticas maternas de controle autoritárias e indutoras de medo tiveram relações negativas com o comportamento pró-social das crianças e associações positivas com os problemas de conduta. A prática materna de suporte para independência foi preditora do comportamento pró-social e a prática de indução do medo foi preditora da menor frequência do comportamento pró-social infantil.

Palavras-chave: Comportamento pró-social. Práticas educativas maternas. Crianças.

SABBAG, G.M. **Maternal child rearing practices and child prosocial behavior**. 149 pg. Thesis (Doctor in Psychology)- Psychology Post Graduate Program. Federal University of Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

ABSTRACT

Pro-social behavior is defined as an action that aims to benefit others and is associated with the prevention of conduct problems throughout child development. Considering its importance for social interactions, contexts and opportunities for learning and maintenance of prosocial behaviors in childhood deserve to be investigated. This research sought to detect the educational practices and maternal styles of 110 mothers and the relationships with the pro-social behavior of their children, students of the first year of elementary school, aged between five and six years. Interviews were conducted with mothers about child rearing practices, through the CRPR, and about the children's pro-social behavior, through the SDQ. With the children, the analysis of the behavioral dimensions involving the reasoning, the feelings and the pro-social tendency to action through the verbal narrative of the stories, based on the paradigm of the happy victimizer; pro-social behavior was observed in a semi-experimental situation. The results indicated that children of five and six years old presented high levels of reasoning, feelings and tendency to pro-social action, which was portrayed by the mothers who indicated that most of the children act pro-socially. The children expressed more easily the stereotyped judgments about the inadequacy of the situation in which the protagonist of the stories is absent from the pro-social act and presented more difficulty to describe their feelings before the non-occurrence of the pro-social act and the possible actions to help others. There were no differences in the frequency of prosocial behavior in males and females from a maternal perspective, but infant analyzes indicated that girls presented more pro-social assessments than boys significantly. The maternal practices of stimulating independence, support for autonomy, expression of affection and warmth, which culminated in authoritative styles, presented significant positive relationships with children's pro-social behavior and significant negative associations with behavioral problems. In contrast, maternal practices of authoritarian and fear-inducing control had negative relationships with children's pro-social behavior and positive associations with behavioral problems. The maternal support practice for independence was a predictor of the pro-social behavior and the practice of fear induction was a predictor of the low frequency of children's pro-social behavior.

Keywords: Pro-social behavior. Maternal child rearing practices. Children.

RESUMEN

El comportamiento pro-social se define como una acción que tiene como objetivo beneficiar a los demás y se asocia con la prevención de problemas de conducta durante el desarrollo del niño. Teniendo en cuenta su importancia para las interacciones sociales, contextos y oportunidades para el aprendizaje y el mantenimiento de la conducta prosocial en la infancia merece la pena investigar. En este sentido, esta investigación tuvo como objetivo detectar las prácticas educativas y estilos maternos de 110 madres y las relaciones con el comportamiento pro-social de sus hijos, estudiantes de primer año de la escuela primaria, de cinco y seis años. Con este fin, se realizaron entrevistas con las madres sobre las prácticas educativas a través de la PRRC, y el comportamiento pro-social de los niños, el SDQ. Con los niños se hicieron el análisis de las dimensiones de comportamiento que impliquen un razonamiento, sentimientos y la tendencia a la acción pro-social a través del informe verbal de la misma en las historias basadas en el paradigma del victimario feliz; y se observó el comportamiento de la donación en una situación de semi-experimental. Los resultados indicaron que los niños de cinco y seis años mostraron altos niveles de pensamiento, sentimiento y tendencia a la acción pro-social, que fue interpretado por madres que indicaron que la mayoría de los niños actúan pro-social. Los niños expresaron estereotipados más fácilmente juicios sobre la insuficiencia de la situación en la que hay una falta de acto pro-social por el protagonista de historias y eran más difíciles de describir sus sentimientos acerca de la ocurrencia de un fallo del acto pro-social y las posibles acciones para ayudar a los demás. No hubo diferencias en la frecuencia de la conducta prosocial en niños hombres y mujeres, bajo el punto de vista de la madre, pero el análisis de los niños indican que las niñas eran evaluaciones más prosociales que los niños de manera significativa. La madre de las prácticas de la independencia de estímulo, apoyo a la autonomía, la expresión de afecto y calidez, que culminan en los estilos de autoridad, mostró relaciones positivas significativas con el comportamiento pro-social de los niños y las asociaciones negativas significativas con problemas de conducta. Por el contrario, las prácticas maternas de temor control autoritario e induciendo tienen relaciones negativas con el comportamiento pro-social de los niños y las asociaciones positivas con problemas de conducta. apoyo práctico materna por la independencia fue un predictor de la conducta prosocial y la práctica de la inducción miedo era un predictor de la conducta prosocial infantil poco común.

Palabras clave: Conducta prosocial. Prácticas educativas. Niño

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Tríade de situações que requerem atos pró-sociais e dimensões do comportamento pró-social ..	51
Quadro 2- Variáveis do comportamento pró-social (SDQ) e das práticas e estilos maternos (CRPR).....	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Número de participantes por cidade	42
Tabela 2- Número de participantes por instituições escolares	42
Tabela 3- Idade das crianças participantes.....	42
Tabela 4- Número de meninos e meninas participantes.....	43
Tabela 5- Caracterização das mães	43
Tabela 6- Faixa etária das mães	43
Tabela 7- Estado civil materno	43
Tabela 8- Escolaridade materna.....	43
Tabela 9- Estimativa da renda mensal das famílias	44
Tabela 10- Religião das mães	44
Tabela 11- Interpretação dos escores do SDQ.....	50
Tabela 12- Esquema geral das etapas da coleta de dados e objetivos da pesquisa	50
Tabela 13- Raciocínio infantil sobre o ato do protagonista na história 1 (doação-empréstimo).....	54
Tabela 14- Justificativas das crianças que consideraram correta a ação do protagonista na história 1.....	55
Tabela 15- Justificativas das crianças que consideraram incorreta a ação do protagonista na história 1	56
Tabela 16- Sentimentos das crianças nas análises da história 1.....	56
Tabela 17- Respostas das crianças cujos sentimentos não foram identificados nas análises da história 1 ...	57
Tabela 18- Respostas das crianças cujos sentimentos foram classificados como positivos nas análises da história 1	57
Tabela 19- Respostas das crianças cujos sentimentos foram classificados como negativos nas análises da história 1	58
Tabela 20- Respostas das crianças sobre suas possíveis ações (tendência à ação) nas análises da história 1	58
Tabela 21- Justificativas das crianças que responderam que não emprestariam o lápis ao amigo nas análises da história 1	59
Tabela 22- Justificativas das crianças que responderam que emprestariam o lápis ao amigo nas análises da história 1.....	59
Tabela 23- Pontuação obtida pela somatória das respostas ofertadas pelas crianças nas três dimensões avaliadas- raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social- nas análises da história 1	60
Tabela 24- Raciocínio infantil sobre o ato do protagonista na história 2 (oferta de conforto).....	61
Tabela 25- Justificativas das crianças que consideraram correta a ação do protagonista na história 2.....	61
Tabela 26- Justificativas das crianças que consideraram incorreta a ação do protagonista na história 2	62
Tabela 27- Sentimentos das crianças nas análises da história 2.....	63
Tabela 28- Respostas das crianças cujos sentimentos foram classificados como não identificados nas análises da história 2	63
Tabela 29- Respostas das crianças cujos sentimentos foram classificados em positivos nas análises da história 2	64
Tabela 30- Respostas das crianças cujos sentimentos foram classificados em negativos nas análises da história 2	64
Tabela 31- Respostas das crianças sobre suas possíveis ações (tendência à ação) nas análises da história 2	65
Tabela 32- Justificativas das crianças que responderam que não visitariam o amigo na análise da história 2	65
Tabela 33- Justificativas das crianças que responderam que visitariam o amigo nas análises da história 2. 65	65
Tabela 34- Pontuação obtida pela somatória das respostas ofertadas pelas crianças nas três dimensões avaliadas- raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social- nas análises da história 2	66
Tabela 35- Raciocínio infantil sobre o ato do protagonista na história 3 (auxílio instrumental)	67
Tabela 36- Justificativas das crianças que consideraram incorreta a ação do protagonista nas análises da história 3	67
Tabela 37- Sentimentos das crianças nas análises da história 3.....	68
Tabela 38- Respostas das crianças cujos sentimentos foram classificados em positivos nas análises da história 3	69
Tabela 39- Respostas das crianças cujos sentimentos foram classificados em negativos nas análises da história 3	69

Tabela 40- Respostas das crianças sobre suas possíveis ações (tendência à ação) nas análises da história 3	70
Tabela 41- Justificativas das crianças que responderam que não auxiliariam o amigo nas análises da história 3	70
Tabela 42- Justificativas das crianças que responderam que auxiliariam o amigo nas análises da história 3	71
Tabela 43- Pontuação obtida pela somatória das respostas ofertadas pelas crianças nas três dimensões avaliadas- raciocínio, sentimentos e tendência à ação- nas análises da história 3	71
Tabela 44- Resultados do semi-experimento de doação de balas pelas crianças.....	72
Tabela 45- Média das pontuações obtidas pelas crianças de cinco e de seis anos nas análises relativas às dimensões do comportamento pró-social (raciocínio, sentimentos e tendência à ação) ao julgarem as três histórias.....	73
Tabela 46- Comparação das três dimensões comportamentais pró-sociais (raciocínio, sentimentos e tendência à ação) das crianças com cinco e seis anos de idade, por meio do teste Mann-Whitney.....	73
Tabela 47- Repertório pró-social dos filhos segundo a perspectiva materna (SDQ)	74
Tabela 48- Problemas de conduta dos filhos segundo a perspectiva materna (SDQ).....	74
Tabela 49- Comportamento pró-social das crianças de cinco e seis anos de idade, sob a perspectiva materna (SDQ).....	74
Tabela 50- Pontuação dos meninos e das meninas nas análises das três histórias.....	75
Tabela 51- Raciocínio das crianças nas análises da história 1 e a avaliação materna sobre o comportamento pró-social das crianças (SDQ)	76
Tabela 52- Sentimentos das crianças nas análises da história 1 e a avaliação materna sobre o comportamento pró-social das crianças (SDQ)	77
Tabela 53- Tendência à ação das crianças nas análises da história 1 e avaliações maternas sobre o comportamento pró-social das crianças (SDQ)	78
Tabela 54- Análise do cruzamento das três dimensões pontuadas pelas crianças nas análises da história 1 e as avaliações maternas sobre o comportamento pró-social das crianças (SDQ).....	79
Tabela 55- Raciocínio das crianças nas análises da história 2 e avaliação materna sobre o comportamento pró-social (SDQ).....	80
Tabela 56- Sentimentos das crianças nas análises da história 2 e a avaliação materna sobre o comportamento pró-social das crianças (SDQ)	81
Tabela 57- Tendência à ação das crianças nas análises da história 2 e avaliações maternas sobre o comportamento pró-social das crianças (SDQ)	82
Tabela 58- Cruzamento das três dimensões pontuadas pelas crianças nas análises da história 2 e as avaliações maternas acerca do comportamento pró-social das crianças (SDQ).....	83
Tabela 59- Raciocínio das crianças nas análises da história 3 e avaliação materna sobre o comportamento pró-social (SDQ).....	84
Tabela 60- Sentimentos das crianças nas análises da história 3 e a avaliação materna sobre o comportamento pró-social das crianças (SDQ)	85
Tabela 61-Tendência à ação das crianças nas análises da a história 3 e avaliações maternas sobre o comportamento pró-social das crianças (SDQ)	86
Tabela 62- Cruzamento das três dimensões pontuadas pelas crianças nas análises da história 3 e as avaliações maternas sobre o comportamento pró-social das crianças (SDQ).....	87
Tabela 63- Relações entre os dados das avaliações infantis (raciocínio, sentimentos e tendência a ação pró-social) sobre as três histórias e o comportamento pró-social sob a perspectiva materna (SDQ).....	88
Tabela 64- Dados descritivos sobre as práticas e estilos educativos maternos	89
Tabela 65- Raciocínio infantil nas análises da história 1 e estilo materno indutor de medo (CRPR).....	90
Tabela 66- Tendência a ação infantil nas análises da história 1 e o controle materno autoritário (CRPR) ..	91
Tabela 67- Cruzamento entre as pontuações totais das crianças nas análises da história 1 e a prática materna de expressão de afeto (CRPR).....	92
Tabela 68- Raciocínio infantil nas análises da história 2 e suporte para independência (CRPR).....	93
Tabela 69- Sentimentos infantis nas análises da história 2 e prática materna de restrição infantil (CRPR) .	93
Tabela 70- Tendência à ação pró-social infantil nas análises da história 2 e a prática materna de controle autoritário (CRPR).....	94
Tabela 71- Tendência à ação pró-social infantil nas análises da história 2 e o estilo materno autoritário (CRPR)	95
Tabela 72- Relações entre os raciocínios, os sentimentos e as tendências às ações pró-sociais infantis, o comportamento pró-social infantil (SDQ) e as práticas e estilos maternos (CRPR) (Teste Spearman)	96
Tabela 73- Aplicação do modelo de regressão linear múltipla para os dados relativos ao comportamento pró-social infantil (SDQ) e as práticas e estilos maternos (CRPR).....	98

SUMÁRIO

1	Introdução	13
2	Objetivos	16
2.1	Objetivo geral	16
2.1.1	<i>Objetivos específicos</i>	16
3	Fundamentação	17
3.1	Relação entre pais e filhos e o desenvolvimento infantil	17
3.2	Processos de aprendizagem e desenvolvimento infantil	17
3.3	Processos de aprendizagem e comportamento pró-social	18
3.4	Comportamento pró-social	20
3.5	Perspectiva de análise da pró-sociabilidade	23
3.6	Repertório pró-social ao longo da trajetória de desenvolvimento infantil	24
3.6.1	<i>Comportamento pró-social nos primeiros três anos de vida</i>	24
3.6.2	<i>Comportamento pró-social na fase pré-escolar e escolar</i>	27
3.7	Socialização por meio das práticas parentais	31
3.8	Práticas parentais e comportamento pró-social na infância	33
3.8.1	<i>Indicadores de pesquisas sobre práticas parentais e comportamento pró-social infantil</i>	36
4	Hipóteses	39
4.1	Características do comportamento pró-social aos cinco e aos seis anos de idade	39
4.1.1	<i>Hipótese 1</i>	39
4.2	Relação entre o relato infantil sobre o raciocínio, o sentimento, a tendência à ação pró-social e a perspectiva materna sobre o comportamento pró-social infantil	39
4.2.1	<i>Hipótese 2</i>	40
4.3	Características do relato infantil sobre o raciocínio, os sentimentos e a tendência à ação pró-social e a perspectiva materna do comportamento pró-social em meninos e meninas	40
4.3.1	<i>Hipótese 3</i>	40
4.4	Relações entre práticas educativas maternas e comportamento pró-social infantil	40
4.4.1	<i>Hipótese 4</i>	41
4.5	Determinantes do comportamento pró-social infantil	41
4.5.1	<i>Hipótese 5</i>	41
5	Método	42
5.1	Caracterização da pesquisa	42
5.2	Participantes	42
5.2.2	<i>Critérios de inclusão dos participantes</i>	44
5.3	Local	44
5.4	Procedimentos éticos	44
5.5	Procedimentos para a coleta de dados	45
5.5.1	<i>Coleta de dados com as crianças</i>	45
5.5.2	<i>Coleta de dados com as mães</i>	45
5.6	Instrumentos	45
5.6.1	<i>Instrumentos para a coleta de dados com as crianças</i>	45
5.6.1.1	<i>Histórias baseadas no Paradigma do vitimizador feliz</i>	46
5.6.1.2	<i>Semi experimento relativo à doação de balas - Situação da dádiva anônima</i>	47
5.6.2	<i>Instrumentos para a coleta de dados com as mães</i>	47
5.6.2.1	<i>Relatório de práticas de educação infantil- Child Rearing Practices Report- CRPR</i>	48
5.6.2.2	<i>Questionário de capacidades e dificuldades da criança- Strengths and Difficulties Questionnaire- SDQ</i>	48
5.7	Esquema geral da etapa da coleta de dados da pesquisa	50
5.8	Procedimentos para a análise de dados	52
6	Resultados	54
6.2	Raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social das crianças de cinco e seis anos de idade nas análises das histórias relacionadas à doação/ empréstimo, conforto e auxílio instrumental	54
6.2.1.1	<i>Análise do raciocínio infantil- História 1 (doação/ empréstimo)</i>	54
6.2.1.2	<i>Análise dos sentimentos infantis- História 1 (doação/ empréstimo)</i>	56

6.2.1.3	<i>Análise da tendência à ação pró-social- História 1 (doação/empréstimo)</i>	58
6.2.1.4	<i>Pontuação total das análises infantis (raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social)- História 1 (doação/ empréstimo)</i>	60
6.2.2.1	<i>Análise do raciocínio infantil- História 2 (oferta de conforto)</i>	60
6.2.2.2	<i>Análise dos sentimentos infantis - História 2 (oferta de conforto)</i>	62
6.2.2.3	<i>Análise da tendência à ação pró-social - História 2 (oferta de conforto)</i>	64
6.2.2.4	<i>Pontuação total das análises infantis (raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social)- História 2 (oferta de conforto)</i>	66
6.2.3.1	<i>Análise do raciocínio infantil - História 3 (Auxílio instrumental)</i>	66
6.2.3.2	<i>Análise dos sentimentos infantis - História 3 (Auxílio instrumental)</i>	68
6.2.3.3	<i>Análise da tendência à ação pró-social - História 3</i>	69
6.2.3.4	<i>Pontuação total das análises infantis (raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social) - História 3 (auxílio instrumental)</i>	71
6.3	Semi- experimento relativo a doação de balas pelas crianças: Situação da dádiva anônima.....	72
6.4	Dados do raciocínio, dos sentimentos e da tendência à ação pró-social das crianças de cinco e seis anos: pontuação total	73
6.5	Comportamento pró-social das crianças participantes de cinco e seis anos, sob a perspectiva materna (SDQ)	74
6.6	Raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social pontuada pelos meninos e pelas meninas por meio das análises das histórias	75
6.7	Comportamento pró-social dos meninos e das meninas, sob a perspectiva materna (SDQ)	75
6.8	Raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social das crianças nas análises das histórias e a perspectiva materna sobre o comportamento pró-social das crianças (SDQ).....	75
6.8.1.1	<i>Análise do raciocínio infantil sobre a história 1 e comportamento pró-social (SDQ)</i>	75
6.8.1.2	<i>Análise dos sentimentos infantis na história 1 e comportamento pró-social (SDQ)</i>	76
6.8.1.3	<i>Análise da tendência à ação pró-social na historia 1 e comportamento pró-social (SDQ)</i>	77
6.8.1.4	<i>Pontuação total (raciocínio, sentimentos e tendência à ação) na história 1 e comportamento pró-social (SDQ)</i>	78
6.8.2.1	<i>Análise do raciocínio infantil na história 2 e comportamento pró-social (SDQ)</i>	80
6.8.2.2	<i>Análise dos sentimentos infantis na história 2 e comportamento pró-social (SDQ)</i>	80
6.8.2.3	<i>Análise da tendência à ação pró-social na história 2 e comportamento pró-social (SDQ)</i>	81
6.8.2.4	<i>Pontuação total (raciocínio, sentimentos e tendência à ação) na história 2 e comportamento pró-social (SDQ)</i>	82
6.8.3.1	<i>Análise do raciocínio infantil na história 3 e comportamento pró-social (SDQ)</i>	83
6.8.3.2	<i>Análise dos sentimentos na história 3 e comportamento pró-social (SDQ)</i>	84
6.8.3.3	<i>Análise da tendência à ação pró-social na história 3 e comportamento pró-social (SDQ)</i>	85
6.8.3.4	<i>Pontuação total (raciocínio, sentimentos e tendência à ação) na história 3 e comportamento pró-social (SDQ)</i>	86
6.9	Relações entre as análises infantis acerca das histórias e o comportamento pró-social infantil avaliado pelas mães (SDQ)	88
6.10	Descrição das práticas e estilos educativos maternos (CRPR)	89
6.11	Raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social das crianças nas análises das histórias e as práticas educativas maternas (CRPR).....	89
6.11.1	<i>Cruzamentos entre as análises infantis sobre a história 1 e as práticas e estilos maternos-CRPR</i>	89
6.11.1.1	<i>Análise do raciocínio infantil na história 1 e estilo materno indutor de medo</i>	90
6.11.1.2	<i>Análise da tendência à ação pró-social na história 1 e prática de controle materno autoritário</i>	90
6.11.1.3	<i>Análise e pontuação total (raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social) na história 1 e prática materna de expressão de afeto</i>	91
6.11.2	<i>Cruzamentos entre as análises infantis sobre a história 2 e as práticas e estilos maternos-CRPR</i>	92
6.11.2.1	<i>Análise do raciocínio infantil na história 2 e a prática materna de suporte para independência</i>	92
6.11.2.2	<i>Análise dos sentimentos infantis na história 2 e prática materna de restrição</i>	93

6.11.2.3 <i>Análise da tendência à ação pró-social na história 2 e a prática de controle materno autoritário</i>	94
6.11.2.4 <i>Análise da tendência à ação pró-social na história 2 e o estilo materno autoritário</i>	94
6.12 Análises relacionais - Raciocínio, sentimentos e tendência pró-social infantil, comportamento pró-social infantil (SDQ) e práticas educativas e estilos maternos (CRPR).....	95
6.13 Variáveis maternas (CRPR) preditoras do comportamento pró-social infantil (SDQ).....	98
7 Discussão	100
7.1 Raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social das crianças e a perspectiva materna sobre o comportamento pró-social infantil.....	100
7.1.1 <i>Raciocínio pró-social infantil</i>	100
7.1.2 <i>Sentimentos infantis</i>	101
7.1.3 <i>Tendência à ação pró-social infantil</i>	102
7.2 Raciocínio, sentimentos e tendência à doação e o ato de doar.....	103
7.3 Raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social em crianças de cinco e seis anos: análises quantitativas	104
7.3.1 <i>Raciocínio, sentimentos e tendência à doação em crianças de cinco e seis anos</i>	104
7.3.2 <i>Raciocínio, sentimentos e tendência à oferta de conforto em crianças de cinco e seis anos</i>	105
7.3.3 <i>Raciocínio, sentimentos e tendência ao auxílio instrumental em crianças de cinco e seis anos</i>	105
7.4 Raciocínio, sentimentos e tendência pró-social em crianças de cinco e seis anos: análises descritivas e qualitativas	106
7.5 Raciocínio, sentimentos e tendência pró-social - O que dizem as crianças e as mães sobre o comportamento pró-social?.....	107
7.6 Raciocínio, sentimentos, tendência pró-social e comportamento pró-social em meninos e meninas.....	108
7.7 Raciocínio, sentimentos, tendência pró-social infantil e as práticas educativas e estilos maternos: análises qualitativas	108
7.8 Relações entre práticas e estilos educativos maternos e o comportamento pró-social infantil	109
7.9 Práticas educativas maternas preditoras do comportamento pró-social infantil	112
8 Considerações finais	114
9 Referências.....	118
10 Apêndices.....	128
Apêndice A - Carta para Secretaria da Educação do Município para solicitação de autorização da pesquisa.....	128
Apêndice B – Carta para permissão da pesquisa aos diretores das instituições escolares.....	129
Apêndice C – Termo de consentimento livre e esclarecido para as mães participantes.....	130
Apêndice D- Histórias baseadas no paradigma do vitimizador feliz (Caderno de aplicação)	131
Apêndice E- Ilustrações das histórias baseadas no paradigma do vitimizador feliz	135
Apêndice F- Folha de tabulação, apuração dos dados do CRPR e percentis.....	141
Apêndice G- Folha de tabulação e apuração dos dados do SDQ.....	142
11 Anexos	143
Anexo 1- Carta de aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa.....	143
Anexo 2- Questionário para coleta de dados sócio-demográficos das mães	146
Anexo 3- Relatório de práticas educativas- Child Rearing Practices Report- CRPR	147
Anexo 4- Questionário de capacidades e dificuldades da criança (SDQ, Goodman, 1997).....	149

1 Introdução

Os atos benevolentes, a sensibilidade com as necessidades das outras pessoas, o auxílio, a cooperação e o apoio ao próximo são ações a serem estimuladas e desenvolvidas nos repertórios das crianças, as quais possibilitam relacionamentos e interações sociais mais recíprocas. Para tanto, pais, cuidadores e educadores necessitam de estratégias para o estímulo da tomada de perspectiva, empatia¹, colaboração, compartilhamento e incentivo para a manutenção deste repertório benevolente ao longo da infância.

A reflexão inicial conduz à alguns questionamentos como: Quais são as ações infantis que indicam atos pró-sociais? Estes comportamentos ocorrem a partir de que período na infância? O que faz com que os comportamentos pró-sociais se desenvolvam e sejam mantidos na trajetória de desenvolvimento infantil? Quais fatores estão relacionados à sua incidência? O que os adultos podem fazer para a criança se tornar responsiva às necessidades alheias e se comporte de forma pró-social e recíproca? A ação pró-social previne problemas de comportamento na infância? E afinal, o que é o comportamento pró-social?

Ao buscar responder a essas indagações, surgiu o tema de interesse desta pesquisa que envolve a análise de alguns fatores que podem estar relacionados às ações benevolentes na infância, o que vem sendo denominado de comportamento pró-social (Eisenberg, & Spinrad, 2014; Eisenberg, & Mussen, 1989). O comportamento pró-social busca ofertar benefício ao próximo (Eisenberg, & Spinrad, 2014) e é representado por uma categoria ampla de ações, definidas e interpretadas, por algum segmento significativo da sociedade ou por um grupo social, como benéficas às outras pessoas (Penner, Dovidio, Piliavin, & Schroeder, 2005).

Os fatores relacionados ao seu desenvolvimento abrangem desde os componentes genéticos, tais como o temperamento infantil (Knafo, & Plomin, 2006), até os aspectos ambientais que contemplam os contextos sociais dos quais a criança participa. Esses podem envolver as relações com pais, familiares, pares, professores, vizinhança, veículos transmissores de informação e da mídia (televisão, revistas, redes sociais da internet); os quais interagem e facilitam ou dificultam o desenvolvimento da pró-sociabilidade (Grusec, & Davidov, 2007; Newton, Laible, Carlo, Steele, & McGinley, 2014).

A importância de se estudar o comportamento pró-social em crianças reside na possibilidade de incentivá-lo e de detectar fatores que podem agir na prevenção de problemas de comportamento posteriores. Pesquisas evidenciam que as crianças que mais demonstram consideração pelas outras pessoas frequentemente apresentam maior desenvoltura social e menores índices de problemas de comportamento clínicos ao longo da infância (Hastings, Zahn-Waxler, Robinson, Usher, & Bridges, 2000; Carlo, Mestre, Samper, Tur, & Armenta, 2010^a; Flouri, & Sarmadi, 2016; Flynn, Ehrenreich, Beron, & Underwood, 2015).

Investigar o comportamento pró-social pode revelar indícios sobre como promovê-lo e colaborar para a prevenção de transtornos relacionados às interações sociais, como a agressividade e o comportamento antissocial (Hastings et al., 2000). No desenvolvimento das habilidades para as interações sociais, além da tentativa de inibir ações antissociais, deve-se buscar promover comportamentos infantis que proporcionem benefícios aos demais como os atos pró-sociais (Bower, & Casas, 2015).

Para abordar a promoção dos comportamentos pró-sociais, é importante considerar que há aspectos contextuais e processos psicológicos presentes na trajetória de desenvolvimento. O processo de aprendizagem envolve a percepção e a detecção das necessidades dos outros; a tomada de perspectiva, em que a criança consegue se colocar no lugar do outro; a empatia, em que a criança percebe e sente emoções semelhantes ao que a outra pessoa sente; o raciocínio e julgamento moral em que a criança analisa a situação e as consequências de suas ações para o outro, concomitantemente, à avaliação sobre as normas e regras da sua cultura (Eisenberg, & Mussen, 1989).

Pesquisas têm mostrado que crianças pequenas (14 meses) apresentam algumas ações pró-sociais, mesmo sem ter desenvolvido todas as habilidades referidas (Laible, & Karahuta, 2014) ou sem ter a noção de auto-consciência, como é o caso de crianças que fazem parte de culturas não ocidentais e que expressam comportamentos pró-sociais (Kartner, Keller, & Chaudhary, 2010). Esses achados apontam que os primeiros indícios da pró-sociabilidade infantil estão presentes desde os primeiros anos da infância, mas para a sua manutenção ao longo da trajetória de desenvolvimento, as habilidades cognitivas e emocionais relacionadas aos incentivos contextuais são relevantes para a evolução e manutenção do repertório pró-social.

¹ A empatia está relacionada à experiência de um estado emocional congruente com a situação e a condição emocional de outra pessoa, em que se sente algo semelhante ao que a outra pessoa sente (Hoffman, 2010).

As diferentes perspectivas de análise sobre as dimensões envolvidas e os fatores relacionados ao comportamento pró-social são desafios para a pesquisa sobre esta temática. Os estudos pioneiros desenvolvidos por Eisenberg (Eisenberg, & Spinrad, 2014; Eisenberg, & Mussen, 1989) entre os anos 1970 e 1980 investigaram as origens do comportamento pró-social na infância por meio de três ações: doação de bens materiais, oferta de ajuda instrumental e conforto a dor física ou sofrimento emocional do próximo.

A proposta de Eisenberg (Eisenberg, & Mussen, 1989) apoia a visão integrada e multidimensional do comportamento humano, contemplando cognições, emoções e ações (Eisenberg, & Mussen, 1989; Eisenberg, & Spinrad, 2014); sendo as análises cognitivas (julgamentos, raciocínios) e as emoções morais associadas aos atos pró-sociais parte integrante da motivação pró-social (Malti, Gummerum, Keller, & Buchmann, 2009). Pesquisas atuais sustentam que o comportamento pró-social é multidimensional (Eisenberg, & Spinrad, 2014) e envolve categorias de ações que são influenciadas por fatores relacionados à ontogênese (House, Henrich, Brosnan, & Silk, 2012), à filogênese (Knafo, & Plomin, 2006) e à cultura (Trommsdorff, Friedlmeier, & Mayer, 2007).

Em relação à filogênese², as pesquisas indicam que há uma tendência à ação pró-social decorrente de um processo evolucionista (Knafo- Noam, Uzevovsky, Israel, Davidov, Zahn-Waxler, 2015), evidenciado em ações pró-sociais emitidas por crianças com 14 meses de vida e presente em diferentes culturas (Brownell, 2013; Warneken, & Tomasello, 2007). No entanto, é importante considerar quais fatores mantêm ou dificultam o aprimoramento e a manutenção das tendências às ações pró-sociais ao longo do desenvolvimento ontogenético.

Para tanto, são investigadas as variáveis ontogenéticas presentes nos contextos de socialização, dentre essas as ações parentais e suas relações com o surgimento e a manutenção do comportamento pró-social em crianças, desde os primeiros meses de vida até os onze anos de idade (Scrimgeour, Davis, & Buss, 2016; Bower, & Casas, 2015; Hastings et al., 2000; Garner, 2012). Os achados indicam que o comportamento pró-social é relacional e emerge por meio das relações familiares (Blandon, & Scrimgeour, 2015).

A criança aprende e desenvolve habilidades por meio das interações com seus pais e cuidadores, o que permite a incorporação e a ampliação do repertório infantil que futuramente será utilizado na interação com pares (Blandon, & Scrimgeour, 2015). Porém, mesmo com a maior participação paterna e de outros cuidadores, o papel que a mãe exerce na socialização é ainda fundamental para o desenvolvimento social e a regulação emocional das crianças na fase escolar (Garner, 2006; Hastings et al., 2000).

As pesquisas sobre as práticas educativas maternas apontam para as estratégias e os estilos autoritativos como estimulantes da pró-sociabilidade infantil. Essa forma de educação permite a reflexão sobre as situações e oportunidade de expressão de sentimentos pela criança (Hastings, McShane, Parker, & Lahda, 2007^a), culminando na valorização da criança (Garner, 2006), aumentando a aderência infantil às orientações maternas (Hoffman, 2010) e reforçando as iniciativas infantis (Bower, & Casas, 2015), aspectos relevantes para o comportamento pró-social infantil.

No contexto brasileiro, há produções sobre as práticas e os estilos parentais relacionadas ao desenvolvimento infantil (Marin, Piccinini, & Tudge, 2011), a problemas de comportamento e habilidades sociais em pré-escolares (Bolsoni-Silva, & Loureiro, 2011) e ao comportamento antissocial (Gomide, 2003). A busca sobre a relação entre as ações parentais e o comportamento pró-social é iminente, uma vez que até dezembro de 2016 não foram encontradas pesquisas empíricas nacionais nas bases de dados Portal de Periódicos CAPES, Scielo e Pepsic contendo as palavras-chave comportamento pró-social; crianças e práticas educativas parentais conjugadas.

A partir desta constatação, a análise das práticas educativas maternas e suas possíveis relações com o comportamento pró-social em crianças mostra-se necessária para o contexto brasileiro. A referida proposta de pesquisa está em consonância com os temas de interesse relacionados aos cuidados parentais e o desenvolvimento psicológico infantil investigados pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Infantil (NEPeDI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Buscam-se, assim, dados sobre as práticas parentais na literatura internacional e suas relações com o comportamento pró-social infantil, especificamente sobre as cognições, as emoções e as tendências infantis relativas à doação/empréstimo de bens materiais, a oferta de conforto ou consolo e a ajuda instrumental para o próximo. O interesse pelas crianças com idades entre cinco e seis anos é motivado pelas evidências de que a presença do comportamento pró-social em crianças pequenas é preditivo da manutenção do mesmo ao longo da trajetória de desenvolvimento e da diminuição da frequência de comportamentos

² A influência da filogênese, apesar de não ter sido investigada por esta pesquisa, é considerada essencial para o desenvolvimento de qualquer comportamento humano, conseqüentemente, do pró-social.

agressivos e prejudiciais à vida social da criança e do adolescente (Romano, Tremblay, Boulerice, & Swisher, 2005; Marryat, Thompson, Minnis, & Wilson, 2014).

As pesquisas também indicam que esta fase da infância é essencial para a aprendizagem do reconhecimento de situações que requerem o comportamento pró-social, bem como a emissão do comportamento pró-social em si (Scrimgeour et al., 2016). A seleção das mães se dá pelo fato de os estudos apontarem um papel diferenciado dessas para o desenvolvimento da pró-sociabilidade infantil (Scrimgeour et al., 2016; Newton et al., 2014; Hastings et al., 2007^a; Garner, 2006).

A perspectiva deste estudo baseia-se no modelo de estilos parentais, elaborado por Baumrind (1966), adaptado por Gagnon (2012), que serve de apoio para a interpretação das práticas educativas maternas relacionadas às ações pró-sociais infantis. Para a compreensão e a descrição do comportamento pró-social infantil, utiliza-se a proposta de Eisenberg (Eisenberg, & Mussen, 2014; Eisenberg, & Mussen, 1989), que se fundamenta na Teoria Cognitiva de Piaget (1964) e na Teoria da Aprendizagem Social de Bandura (1979); e a perspectiva sobre a motivação moral pró-social infantil, proposta por Malti et al. (2009). Esta última preconiza as categorizações acerca das dimensões comportamentais associadas ao comportamento pró-social observável, facilitando a detecção dos componentes privados do raciocínio/julgamento moral pró-social, dos sentimentos associados e da tendência à ação infantil investigadas por meio dos relatos infantis acerca das histórias baseadas no paradigma do vitimizador feliz.

Ao se considerar que há diversos fatores dos contextos sociais que interferem sobre o comportamento pró-social infantil e que a atuação das mães é uma das variáveis relevantes. Este estudo busca detectar as relações entre as práticas educativas maternas e os comportamentos pró-sociais de crianças com idade entre cinco e seis anos, bem como descrever os raciocínios, os sentimentos e as tendências às ações pró-sociais infantis relativas à doação/empréstimo, conforto e ajuda instrumental.

2 Objetivos

2.1 Objetivo geral

Identificar e analisar as relações entre as práticas educativas maternas e os comportamentos pró-sociais de crianças com idade de cinco e de seis anos.

2.1.1 Objetivos específicos

- Descrever as dimensões do comportamento pró-social infantil, compostas pelo raciocínio, sentimento e tendência à ação pró-social
- Identificar os comportamentos pró-sociais nas crianças, a partir dos relatos das mães;
- Comparar as dimensões relativas ao raciocínio, aos sentimentos e a tendência à ação pró-social relatadas pelas crianças com o comportamento pró-social das mesmas aos cinco e aos seis anos de idade sob a perspectiva materna;
- Comparar as dimensões do comportamento pró-social que envolvem o raciocínio, os sentimentos e a tendência à ação com o comportamento pró-social em meninas e meninos;
- Descrever as práticas educativas utilizadas pelas mães das crianças participantes, conforme os relatos maternos;
- Caracterizar as relações entre as práticas e estilos educativos maternos e as dimensões que envolvem o raciocínio, o sentimento e a tendência à ação pró-social infantil;- Identificar as relações entre as práticas educativas maternas, o comportamento pró-social e os problemas de conduta infantis, sob a perspectiva materna;
- Detectar as práticas educativas maternas preditoras do comportamento pró-social e dos problemas de conduta infantis, de acordo com os relatos maternos.

3 Fundamentação

3.1 Relação entre pais e filhos e o desenvolvimento infantil

A relação entre pais e filhos vem sendo investigada pela área psicológica, em especial, por pesquisadores do desenvolvimento humano. São diversas as perspectivas teóricas e metodológicas que buscam adequar seus métodos, técnicas e análises as especificidades contextuais do fenômeno em questão.

Para este trabalho, optou-se pela análise das práticas educativas utilizadas pelas mães com os seus filhos com idade entre cinco e seis anos e suas relações com o comportamento pró-social infantil, por meio do suporte do modelo de estilos parentais desenvolvido por Baumrind (1966).

As pesquisas que realizam a análise das interações estabelecidas entre os pais e os filhos buscam identificar as consequências dessas sobre o desenvolvimento infantil. Para tal análise, as ações emitidas pelos pais são selecionadas e categorizadas em práticas responsivas e exigentes (Baumrind, 1966), positivas e negativas (Gomide, 2006); e os comportamentos das crianças ou adolescentes passam a ser classificados em habilidosos ou não habilidosos socialmente (Bolsoni-Silva, & Loureiro, 2010), pró ou antissociais (Gomide, 2003), problemáticos externalizantes/internalizantes ou não problemáticos (Achenbach, & Edelbrock, 1979).

As categorias referentes às práticas parentais e ao comportamento infantil estão relacionadas às diferentes perspectivas teóricas, mas também aos comportamentos em foco, às necessidades presentes em determinadas fases de desenvolvimento dos filhos (lactente, pré-escolar, escolar, adolescente) e aos diferentes contextos familiares (Macarini, Martins, Minetto & Vieira, 2010).

As análises das práticas educativas maternas deste estudo fundamentam-se na proposta de Baumrind (1966) e Maccoby e Martin (1983), as quais apontam para as dimensões de responsividade (afeto, comunicação e interesse) e exigência (controle) que, a partir de sua frequência e combinação, culminam em estilos autoritativos (níveis elevados de responsividade e adequados de controle) ou autoritários (altos níveis de exigência e baixos de responsividade). As classificações avaliativas e categóricas dos comportamentos parentais e filiais dependem da funcionalidade e de pressupostos culturais (Bolsoni-Silva, & Carrara, 2010). A qualificação do comportamento é convencionalizada pela cultura, que busca selecionar os comportamentos considerados benéficos para determinado contexto (Bolsoni-Silva, & Carrara, 2010). Nesse sentido, a dimensão avaliativa do comportamento direciona determinada cultura sobre o que pode ser ensinado ou não, sobre o que deve ser estimulado ou não (Bolsoni-Silva; & Carrara, 2010).

Sobre a funcionalidade do comportamento emitido pelos pais e pelos filhos, há necessidade da busca da relação entre as instâncias que afetam as respostas comportamentais (observáveis e privadas), verificando o que antecede e o que sucede o comportamento analisado (Bolsoni-Silva, & Carrara, 2010). No caso da interação entre pais e filhos, por exemplo, busca-se identificar quais são os estímulos que antecedem determinada ação emitida pela criança e quais são as consequências decorrentes do comportamento infantil, seja um comportamento considerado problemático ou não.

Ainda sobre a qualificação e a funcionalidade do repertório comportamental, é importante destacar os diferentes contextos de participação das pessoas ao longo de sua história ontogenética, os quais irão contribuir para a aprendizagem ou não de determinados comportamentos (Martins, & Vieira, 2010). Esses contextos podem envolver variáveis sociais, tais como as interações com os familiares, com os pares e professores (Gomide, 2003). Há outras variáveis contextuais, como as características dos ambientes físicos (do bairro, da vizinhança, do lar) (Romano et al., 2005; Silveira, 2011), o acesso a determinados recursos e as condições econômicas (Hartas, 2011), etc. E também fatores individuais e situacionais que interferem no desenvolvimento e comportamento infantil, entre os quais estão o temperamento, a idade da criança, o sexo, a natureza das suas ações e os contextos de interação (Eisenberg, & Spinrad, 2014). Todos esses fatores interagem e facilitam ou dificultam a possibilidade do desenvolvimento de determinados repertórios comportamentais infantis (Grusec, & Davidov, 2007).

3.2 Processos de aprendizagem e o desenvolvimento infantil

Sobre os contextos de interação social e o desenvolvimento infantil, o presente estudo destaca os processos de aprendizagem que ocorrem ao longo da trajetória ontogenética, apesar de considerar os fatores filogenéticos e culturais atuantes no processo de desenvolvimento do ser humano (Skinner, 2003). Os fatores filogenéticos envolvem certas disposições ou tendências comportamentais inatas que influenciam as interações estabelecidas pela criança e pelos cuidadores (Schmidt, Bossardi, Gomes, Crepaldi, & Vieira,

2013). Esses aspectos não são aprofundados por este estudo, embora indissociáveis do desenvolvimento humano e, conseqüentemente, do comportamento pró-social.

Os aspectos ontogenéticos englobam processos e mecanismos de aprendizagem pelos quais os seres humanos passam: a modelagem, a modelação e a aprendizagem por regras (comportamento verbal) (Skinner, 1998). A modelagem envolve a experiência vivenciada pelo indivíduo em que suas ações são modificadas, gradativamente, pelas conseqüências reforçadoras positivas que ocorrem após a emissão de determinados comportamentos, em contraposição ao não reforçamento de outros comportamentos, o que é denominado de reforçamento diferencial (Skinner, 1998).

Modelar positivamente (Skinner, 1998) é a expressão usada para designar a situação em que os pais ensinam novos comportamentos, reforçando alguns em detrimento de outros e, gradativamente, aumentam a especificidade dos comportamentos que precisam ser estimulados (Bolsoni-Silva, & Marturano, 2007).

Aplicando este conhecimento à interação entre pais e filhos, verifica-se que, a depender das ações parentais, a criança vivencia tal aprendizagem naturalmente e, pelas conseqüências de suas próprias ações, surgem as conquistas e o desenvolvimento de novos comportamentos. Isto é, a modelagem permite o surgimento de novos repertórios a partir de outros já existentes, sendo esse processo de aprendizagem denominado salto comportamental (Rosales-Ruiz, & Baer, 1997).

A aprendizagem por modelação ocorre por meio da observação de modelos de comportamentos ofertados e de imitação (Skinner, 1998). Há mecanismos e predisposições à aprendizagem, herdados pela espécie humana, que possibilitam a aprendizagem de determinados comportamentos por meio da observação, poupando o indivíduo de passar pelo processo de aprendizagem por tentativas e erros. No caso da interação entre pais e filhos, pode-se concluir que os filhos estão atentos às ações parentais e tendem a imitar, principalmente, os comportamentos que oferecem acesso às conseqüências reforçadoras (positivas ou negativas) (Bolsoni-Silva, & Marturano, 2007).

O terceiro processo, a aprendizagem por regras, diz respeito aos estímulos verbais que descrevem contingências (relações entre eventos) e que funcionam como um estímulo capaz de influenciar o comportamento (verbal ou não) do ouvinte (Baum, 1994). A aquisição de novos repertórios pode ser possibilitada por instruções, ou seja, situações nas quais um indivíduo é capaz de se comportar adequadamente diante de contingências pelas quais nunca passou antes, sem a necessidade de ter seu comportamento anteriormente modelado pelas conseqüências (Baum, 1994). Porém, mesmo este comportamento orientado verbalmente será mantido ou não a depender das conseqüências, sejam elas naturais ou arbitrárias.

As regras se desenvolvem relacionadas à cultura em que as pessoas estão inseridas e, a depender desta, determinadas regras poderão existir ou não, bem como poderão ser conseqüenciadas de maneiras distintas (Baum, 1994). Aplicando este conhecimento para a interação entre pais e filhos, pode-se analisar a influência de orientações que os pais oferecem sobre o comportamento infantil, bem como as conseqüências aplicadas pelos pais para o cumprimento ou não de instruções e normas (Bolsoni-Silva, & Loureiro, 2010).

É importante destacar que os processos de aprendizagem ocorrem de forma integrada. Ao longo da história de desenvolvimento, uma criança aprende por meio da observação e da imitação (modelação), por tentativas contendo aproximações do comportamento-alvo (modelagem) e por meio de regras e instruções verbais. Além disso, a depender do temperamento, da idade da criança e do seu contexto, essa terá acesso a diferentes conseqüências reforçadoras e punidoras³ que influenciam no desenvolvimento do seu repertório comportamental.

3.3 Processos de aprendizagem e comportamento pró-social

Os modelos explicativos do comportamento pró-social apontam para diferentes processos envolvidos na aprendizagem, os quais não são excludentes, mas apresentam ênfases distintas (Paulus, 2014) a depender do contexto sócio-cultural, da fase do desenvolvimento em que a criança se encontra e do foco das investigações.

Para o modelo das emoções compartilhadas, a ação pró-social é motivada pela consideração empática com as necessidades das outras pessoas (Hoffman, 2010; Eisenberg, & Mussen, 1989), a partir

³ As contingências reforçadoras são as relações entre comportamentos e conseqüências que aumentam a probabilidade futura da ocorrência do comportamento emitido e as punidoras são as associações que diminuem tal probabilidade (Moreira, & Medeiros, 2009).

da observação, percepção e comoção com as demandas e com o estado emocional vivenciado pelo outro. Para esta proposta, a diferenciação do self (autoconsciência) da criança dos demais é condição para a compreensão das emoções das outras pessoas, o que motiva a ação pró-social voltada para a solução das emoções negativas vivenciadas pelos outros (Paulus, 2014). As críticas a tal assertiva estão relacionadas ao fato de que as crianças de 14 meses podem emitir ações pró-sociais, uma vez que nesta fase elas ainda não apresentam diferenciação do self (Warneken, & Tomasello, 2007). Além disso, há culturas nas quais o auto-reconhecimento do self não ocorre da mesma forma como nas ocidentais, não sendo requisição para as ações pró-sociais (Kartner et al., 2010).

O modelo de alinhamento de metas sugere que o envolvimento e o contágio com que a criança é afetada pelos comportamentos dos outros são suficientes para o engajamento em ações pró-sociais, não estando tais atos condicionados a compreensão dos estados mentais dos demais (Paulus, 2014; Kartner et al., 2010). O modelo de interação social propõe que a experiência das relações com outras pessoas e o engajamento em comportamentos comuns, dentre eles os pró-sociais, são agradáveis e divertidos para a criança, sendo uma forma de acessar e de estar com as pessoas (Paulus, 2014). A proposta da normativa social destaca o papel do ambiente em oferecer suporte para a emergência do comportamento pró-social, por meio de normas vigentes que são aderidas pelas pessoas como forma de obter aprovação e inserção social (Paulus, 2014).

As propostas aproximadas do modelo de emoções compartilhadas (Eisenberg, & Spinrad, 2014; Eisenberg, & Mussen, 1989; Malti et al., 2009) são utilizadas neste estudo para a análise da pró-sociabilidade infantil, por considerar as variáveis associadas ao comportamento cognitivo, emotivo e ativo, acessível em crianças na fase pré-escolar e escolar, por meio dos relatos dessas. Essas abordagens estão em conformidade com os referidos autores que investigaram o comportamento pró-social em crianças da mesma faixa etária, por meio dos relatos e das observações das ações infantis, baseados na teoria psicológica do desenvolvimento cognitivo (Piaget, 1964) e na teoria da aprendizagem social ou teoria social cognitiva (Bandura, Azzy, & Polydoro, 2008).

O desenvolvimento infantil é explicado por Piaget (1964) com base na evolução das estruturas cognitivas, as quais são desenvolvidas de acordo com a maturidade pelos processos de assimilação e acomodação que promovem o equilíbrio das estruturas psicológicas. O autor também foi responsável por estabelecer os estágios de desenvolvimento cognitivo infantil, desde a fase sensorio motora do lactente, passando pela pré-operatória, operatória concreta e as operações abstratas possibilitadas na adolescência (Piaget, 1964).

Concomitantemente à evolução cognitiva, ocorre o desenvolvimento da moralidade infantil, cuja evolução acontece em três etapas. A primeira, fase inicial da anomia, diz respeito ao período em que a criança ainda não se diferencia das outras pessoas; e a segunda, fase da heteronomia, está relacionada ao desenvolvimento do senso de self (auto-consciência) na criança, mas ainda depende das coordenadas dos outros para seguir regras, sendo obediente perante os adultos. A última fase, da autonomia, é promovida pelas relações entre pares, nas quais são desenvolvidas brincadeiras, jogos e atividades com regras em comum e a cooperação na interação com crianças de idade aproximada. Esses estágios de desenvolvimento cognitivo propostos por Piaget (1964) foram fundamentais para as pesquisas e propostas subsequentes sobre o desenvolvimento da moralidade infantil.

A teoria da aprendizagem social clássica considerava o desenvolvimento dos comportamentos pró-sociais infantis como decorrentes de reforçadores positivos, em que o caráter moral era aprendido por meio de hábitos e virtudes transmitidos pelos pais e pelos professores (Eisenberg, & Mussen, 1989). Posteriormente a teoria da aprendizagem social passou a analisar os processos psicológicos cognitivos em que a aprendizagem por observação (aprendizagem vicária) e a regulação cognitiva passaram a ser consideradas. Com isso, a teoria da aprendizagem social passou a ser denominada teoria social cognitiva (Bandura et al., 2008).

Para a teoria social cognitiva, a criança aprende e internaliza regras, observando e imitando os agentes socializadores, mas, além disso, as atividades cognitivas guiam e regulam o comportamento desta criança. As representações cognitivas da criança, a antecipação das consequências de suas ações e as auto-avaliações permitem a auto-regulação do comportamento (Eisenberg, & Mussen, 1989). Desta forma, o desenvolvimento do comportamento pró-social é produto da interação entre forças sociais e mudanças na capacidade cognitiva dos indivíduos (Eisenberg, & Mussen, 1989), o que na Teoria Social Cognitiva é denominado determinismo recíproco (Bandura et al., 2008).

Para este estudo, busca-se a descrição dos raciocínios-julgamentos (cognições), dos sentimentos e das possíveis ações infantis (tendência à ação) por meio dos relatos verbais das crianças participantes da pesquisa acerca de situações em que os personagens das histórias narradas não se comportavam pró-

socialmente, o que indica uma investigação sobre as dimensões do comportamento pró-social, denominadas de motivação pró-social infantil (Malti et al., 2009). Examina-se também a perspectiva das mães sobre o comportamento pró-social dos seus filhos, bem como as práticas educativas maternas, um dos fatores sociais envolvidos nos processos de aprendizagem do comportamento pró-social infantil.

A presente pesquisa utiliza o termo repertório pró-social infantil (Dunfield, 2014; Bergin, Bergin, & French, 1995), considerando que a pró-sociabilidade é composta por categorias de comportamentos diferenciados (Dunfield, 2014), as quais podem apresentar semelhanças funcionais, mas distinções topográficas. Nessas interações, percebe-se que há três ações distintas (doar, ajudar e confortar) e que a função do comportamento do emissor pode ser semelhante, proporcionar benefício ao próximo (Eisenberg, & Mussen, 1989).

O comportamento pró-social envolve componentes observáveis como a doação, a ajuda e a oferta de conforto ao próximo. Ao mesmo tempo, essas ações são compostas por comportamentos privados como o sentir, o comover-se com a necessidade do outro e o raciocínio voltado para o bem estar do próximo (Dunfield, & Kuhlmeier, 2013), dimensões comportamentais denominadas motivação pró-social (Malti et al., 2009). As ações observáveis e as privadas (pensar e sentir) são representantes de componentes comportamentais distintos, mas interligados, os quais fazem parte do comportamento pró-social.

3.4 Comportamento pró-social

O comportamento pró-social é uma ação voluntária que traz consequências benéficas ao outro, indivíduo ou grupo, motivado por razões variadas (Eisenberg, & Spinrad, 2014; Eisenberg, & Mussen, 1989). Refere-se a uma categoria de ações que incluem comportamentos como ajudar, compartilhar, doar, cooperar e voluntariar-se (Martin-Raugh, Kell, & Motowidlo, 2016), pode ocorrer de forma auto-iniciada ou requisitada, pode ser mais ou menos custoso, bem como pode ser planejado ou estimulado por necessidades emergenciais situacionais (Eisenberg, & Spinrad, 2014), aspectos que requerem investigações (Knafo-Noam et al., 2015).

O comportamento pró-social pode ser analisado como um conjunto de comportamentos distintos que buscam promover o bem estar dos outros, uma vez que envolve variadas respostas pró-ativas e reativas às ações e necessidades dos outros (Hastings, Utendale, & Sullivan, 2007). É formado por componentes públicos e privados (Eisenberg, & Spinrad, 2014), os quais envolvem aspectos comportamentais, cognitivos (raciocínio e julgamento) e afetivos (sentimentos) que fazem parte da empatia, simpatia⁴, compaixão, interesse, preocupação, gentileza, disposição para ajudar, compartilhamento/doação, cooperação, doação e voluntariado (Hastings et al, 2007^b; Knafo-Noam et al., 2015).

As motivações do comportamento pró-social podem ser diversas como, por exemplo, a preocupação em promover o bem estar ao outro, o desejo de retribuir um favor ou arcar com um débito (orientação para o outro), agir de acordo com valores morais, ou ajudar alguém com o intuito de ser aprovado ou obter um benefício (orientação para si), (Eisenberg, & Spinrad, 2014; Eisenberg, & Mussen, 1989). Embora, muitas vezes não há clareza, compreensão e elaboração acerca dos motivadores das ações pró-sociais, esses podem envolver razões hedonísticas (orientadas para si); orientadas à sanção (com objetivo de evitar a desaprovação); normativas sociais (com intuito de obter aprovação social); orientadas aos outros (em que há tomada de perspectiva do outro); relacionadas aos valores morais internalizados (associadas a sentimentos e valores) (Eisenberg, & Spinrad, 2014; Malti et al., 2009).

A razão ou o raciocínio pró-social está relacionado às metas, aos valores, às necessidades e ao contexto situacional (Eisenberg, & Spinrad, 2014). As ocasiões em que a criança pretende obter aprovação dos adultos, por exemplo, são propícias para a ocorrência do comportamento pró-social em público; já nos casos em que o ato pró-social ocorre de forma anônima, a motivação é outra, possivelmente associada aos sentimentos, valores e a necessidade situacional (Eisenberg, & Spinrad, 2014). No entanto, questionamentos são feitos quanto à razão de algumas crianças apresentarem comportamento pró-social de forma mais consistente e estável, enquanto outras expõem maior variação e inconstância, a depender de variáveis individuais e situacionais (Mischel, & Shoda, 1995).

As ações pró-sociais genuínas, em que o benefício é motivado pela promoção do bem estar ao outro e por valores morais, são denominadas de altruístas (Eisenberg, & Spinrad, 2014), pois envolvem uma ação benéfica ao outro, intrinsecamente motivada por consideração ou simpatia pelas outras pessoas (Eisenberg,

⁴ A simpatia é uma resposta de preocupação e consideração pelo sentimento do outro, embora não se experiencie a mesma emoção que a outra pessoa (Eisenberg, & Mussen, 1989).

& Mussen, 1989). O comportamento altruísta é definido como uma ação intencional dirigida ao outro e que acarreta um custo ao doador ou benfeitor (Hoffman, 1975).

É difícil detectar a diferença entre o comportamento pró-social altruísta e o pró-social motivado por outros fatores. Por essa razão é utilizado o termo comportamento pró-social para se referir as ações voluntárias que buscam beneficiar o próximo, pois para a conduta ser considerada altruísta deveria ser isenta de motivações egoístas, o que nem sempre é possível ser identificado (Eisenberg, & Mussen, 1989).

As situações que ensejam ações de apoio e auxílio envolvem, geralmente, três estados negativos vivenciados pelos seres humanos: o desejo material não atendido, em que um indivíduo não tem acesso a um recurso particular; a angústia emocional, em que um indivíduo vivencia um estado emocional negativo (por exemplo: dor física ou sofrimento emocional); a necessidade instrumental, em que um indivíduo apresenta dificuldade em completar um objetivo dirigido (alcançar um objeto, finalizar uma tarefa) (Dunfield, 2014).

Essas necessidades podem ser atenuadas por diferentes formas de apoio, dentre as quais algumas ações pró-sociais específicas como compartilhar, dividir ou doar algo para alguém que necessita (Brownell, Svetlova, & Nichols, 2009; Dunfield, Kuhlmeier, O'Connell, & Kelley, 2011; Thompson, & Newton, 2013); oferecer o conforto para o sofrimento do outro (Dunfield et al., 2011); ajudar o outro em uma situação estressante (Thompson, & Newton, 2013; Dunfield et al., 2011). Esses comportamentos vem sendo investigados em crianças na primeira infância (entre 14 meses e seis anos de idade).

O comportamento de ajudar instrumentalmente desenvolve-se ao longo dos dois primeiros anos de vida. Nesta fase, as crianças apresentam habilidades cognitivas e sociais para reconhecer a necessidade instrumental do outro e auxiliar (Dunfield, 2014). Aos 12 meses, as crianças já são capazes de oferecer alguns tipos de ajuda, como apontar para algo que o experimentador está procurando; e, aos 14 meses, as crianças auxiliam pais e os experimentadores, pegando algo que caiu (Laible, & Karahuta, 2014).

O comportamento de auxiliar instrumentalmente está relacionado à compreensão e metas das intenções dos outros, que geralmente se desenvolve no final do quinto ano de vida (Laible, & Karahuta, 2014). Já a capacidade de representar a desigualdade quanto aos recursos materiais emerge ao longo do segundo ano de vida, no entanto, não é condição para a ação de compartilhar, que se desenvolve posteriormente (Dunfield, 2014).

O comportamento de doar parece mais complexo e pode se manifestar de forma diferente, seja recíproca, em que crianças ao brincar emprestam brinquedos umas às outras; seja doando algo ao outro que necessita; compartilhando ou emprestando algo ao outro (Ongley, Nola, & Malti, 2015). Em situações de necessidades materiais, as crianças consideram o grau de necessidade do destinatário, o custo para o doador, a reciprocidade entre o doador e o receptor, e a forma em que o ato ocorre, seja visualizado por espectadores ou anônimo (Ongley et al., 2015).

As ações de conforto requerem que a criança identifique o estado emocional de estresse vivenciado pelo outro, uma vez que os bebês são contagiados pelas emoções negativas alheias. No entanto, este contágio emocional não é condição para a ação de conforto eficaz (Dunfield, 2014), mas sim a habilidade de identificar a necessidade do outro para a emissão de uma ação reconfortante, que se desenvolve entre os dois e os quatro anos de vida da criança.

Apesar da tendência às ações pró-sociais (Knafo- Noam et al., 2015), constatadas por investigações com crianças que apresentam as reações pró-sociais já no segundo ano de vida (entre 14 e 18 meses) (Brownell, 2013; Warneken, & Tomasello, 2007), o processo de aprendizagem, o aprimoramento e a manutenção dessas capacidades são influenciados pelas experiências, pela identificação e imitação dos comportamentos dos outros em determinados contextos sociais (Eisenberg, & Mussen, 1989). O conhecimento das normas sociais, no entanto, não é suficiente para a ação pró-social, pois essa requer a identificação da necessidade do outro, a interpretação acurada e o reconhecimento de que o outro pode ser ajudado (Dunfield, & Kuhlmeier, 2013) por meio de uma intervenção apropriada (Dunfield, 2014).

O comportamento pró-social é um repertório complexo que envolve processos psicológicos que exigem percepção das necessidades do outro; raciocínio para a compreensão da situação em que o outro se encontra, a tomada de perspectiva e inferência sobre as necessidades dos outros (Hoffman, 2010); as reações emocionais associadas (Ongley et al., 2015; Hoffman, 2010; Eisenberg, & Mussen, 1989); as habilidades de solução de problemas; a tomada de decisão e, a depender da situação, o julgamento ou raciocínio moral (Eisenberg, & Mussen, 1989).

A percepção das necessidades dos outros é um processo que envolve, inicialmente, a diferenciação de si e dos outros por parte da criança, não sendo fácil para ela compreender que suas necessidades podem ser distintas das outras pessoas (Eisenberg, & Mussen, 1989). A tomada de perspectiva envolve a habilidade de compreender e inferir as reações, pensamentos, sentimentos, perspectivas, motivações e

intenções das outras pessoas (Hoffman, 2010), pois é um processo comportamental correlacionado positivamente com a habilidade de agir pró socialmente (Eisenberg, & Mussen, 1989).

A habilidade de solucionar problemas interpessoais engloba lidar com diferentes situações e possibilidades de soluções, articular passos para executar as ações para a resolução e a análise das consequências dos atos para si e para as demais pessoas envolvidas (Eisenberg, & Mussen, 1989; Dunfield, 2014). As atribuições sobre os outros se referem aos julgamentos ou inferências que as pessoas fazem sobre as atividades e ações das outras pessoas. Essas podem influenciar na ocorrência ou não de reações pró-sociais (Eisenberg, & Mussen, 1989), assim como a motivação do emissor para auxiliar a solucionar o problema vivenciado pelo outro, também deve ser considerada (Dunfield, 2014)

Reações emocionais também estão associadas às ações pró-sociais tais como a empatia, a simpatia e a culpa (Ongley et al., 2015; Hoffman, 2010; Eisenberg, & Mussen, 1989). A primeira está relacionada à experiência de um estado emocional congruente com a situação e a condição emocional de outra pessoa, em que se sente o que a outra pessoa sente (Hoffman, 2010); a simpatia é uma resposta de preocupação e consideração pelo sentimento do outro, embora não se experiencie a mesma emoção que a outra pessoa (Eisenberg, & Mussen, 1989); e a culpa seria um sentimento de desconforto nas ocasiões em que a pessoa sente que prejudicou outra, o que pode estar relacionado às ações pró-sociais pelo fato de inibir ações que prejudiquem outras pessoas (Hoffman, 2010). Enquanto a simpatia é orientada ao outro, a culpa é auto-orientada em relação ao cumprimento ou não de normas morais (Malti, & Ongley, 2014).

As emoções morais estão relacionadas à auto-avaliação e a orientação ao outro em resposta as situações moralmente salientes e pressupõem uma avaliação das próprias ações associadas às consequências sobre as demais (direcionando a culpa) ou a compreensão do estado emocional do outro (empatia e simpatia) (Malti, & Dys, 2015).

Algumas ações pró-sociais são baseadas em princípios morais de consideração ou interesse pelas necessidades dos outros, enquanto outras não. As razões, os julgamentos e as motivações são temas recorrentes em estudos sobre a moralidade, por essa razão, quando essas estão conectadas as ações pró-sociais, são denominadas de moral pró-social (Eisenberg, & Mussen, 1989). O raciocínio moral pró-social reflete a motivação para a ação pró-social que contempla a hierarquia de metas, necessidades e valores em uma situação de ajuda (Eisenberg, & Spinrad, 2014).

Sobre o raciocínio moral pró-social, Eisenberg e Mussen (1989) identificaram e classificaram cinco níveis de desenvolvimento que devem ser interpretados de forma contextualizada. O nível 1 envolve a orientação auto-focada e hedonística em que as preocupações do benfeitor estão mais orientadas para si, com os ganhos advindos das boas ações, do que para as considerações morais; o nível 2 compreende a orientação e a preocupação para com as necessidades físicas, psicológicas e materiais dos outros (Eisenberg, & Mussen, 1989).

No nível 3 ocorre a orientação para aprovação interpessoal, e/ou orientação estereotipada, na qual há preocupação com as imagens das pessoas, os comportamentos são estereotipados em bons ou maus, e a aprovação ou aceitação são justificativas para os atos. O quarto nível divide-se em dois subníveis: o primeiro, 4a, engloba a orientação empática auto-reflexiva (Eisenberg, & Mussen 1989); no segundo, 4b, denominado de nível de transição, as justificativas para oferecer ajuda envolvem valores, normas, obrigações ou responsabilidades, além de preocupações com os direitos das pessoas, embora essas ideias ainda não sejam claras para o benfeitor (Eisenberg, & Mussen, 1989).

No último nível, 5, há orientação forte para internalização, em que as justificativas para ajudar ou não ajudar são baseadas em valores, normas ou responsabilidades internalizadas (Eisenberg, & Mussen, 1989). Geralmente, as crianças com idade pré- escolar apresentam o desenvolvimento do raciocínio moral pró-social entre os níveis 1 e 2, mas esses não são estágios universais e nem imutáveis, por serem consideradas as especificidades contextuais e situacionais (Eisenberg, & Mussen, 1989).

Ao interpretar os níveis do comportamento pró-social propostos por Eisenberg e Mussen (1989), supõe-se que, a depender das variáveis individuais (idade e temperamento) e dos fatores contextuais (práticas sociais e contextos situacionais), a criança poderá apresentar ou não determinados níveis de raciocínio e de emoções associados à preocupação e a ação em benefício do próximo, assim como a situação que requer atos pró-sociais deve ser considerada.

Desta forma, o comportamento pró-social engloba dimensões cognitivas, emotivas e ativas. A ocorrência desse comportamento envolve um processo de três passos: (a) a capacidade de reconhecer a presença de sinais situacionais ou comportamentais que sugerem que o outro está vivenciando um estado negativo e/ou uma necessidade; (b) a capacidade de identificar a intervenção apropriada que irá permitir a redução do estado negativo vivenciado pelo outro; (c) a motivação para envolver-se em comportamentos que acredita que irão aliviar o estado negativo observado no outro (Dunfield, & Kuhlmeier, 2013).

Para a criança emitir uma ação pró-social é necessária a capacidade de considerar a tríade de situações negativas vivenciadas pelo outro: a necessidade instrumental em que há impossibilidade de completar um comportamento e atingir o objetivo; o sofrimento emocional em que existe a vivência de um estado emocional negativo; e o desejo material do outro em que não há capacidade para adquirir um objeto desejado. As ações pró-sociais emitidas por um indivíduo podem auxiliar o receptor a solucionar mais de um dos problemas da tríade, concomitantemente (Dunfield, & Kuhlmeier, 2013).

Essas descrições sobre o comportamento pró-social vêm sendo, frequentemente, encontradas nos estudos sobre esse repertório em crianças na fase pré-escolar (Thompson, & Newton, 2013; Dunfield et al., 2011). É importante destacar que essas ações (ajudar, confortar e dividir) foram observadas em crianças pequenas e que, ao longo da trajetória de desenvolvimento, espera-se uma evolução (Romano et al., 2005). Outro ponto de análise é que as categorias de ações pró-sociais (doar, consolar e auxiliar instrumentalmente), apesar de relacionadas, apresentam trajetórias distintas (Brownell et al., 2009), assim como há diferentes ênfases e perspectivas de análise do comportamento pró-social.

3.5 Perspectiva de análise da pró-sociabilidade

De acordo com algumas perspectivas de estudo (Malti et al, 2009; Eisenberg, & Mussen, 1989; La Taille, 2006; Koller, & Bernardes, 1997), o comportamento pró-social está associado à gênese da moralidade infantil, que envolve normas, regras, valores e tradições de uma sociedade em específico, sendo que os códigos de moralidade são equivalentes às normas sociais, as quais variam de cultura para cultura (Lifton, 1985; Penner et al., 2005). O seguimento dessas normas está relacionado ao julgamento sobre o que é considerado certo ou errado em determinada cultura (Lifton, 1985). Essas avaliações são baseadas em crenças, as quais envolvem raciocínios ou cognições morais que se desenvolvem na história de interação entre o indivíduo e o seu contexto cultural (Lifton, 1985).

Teóricos da Psicologia Moral, como Kohlberg (1984), valorizaram as cognições morais em detrimento das emoções na determinação das ações morais (Biaggio, 1997); enquanto outros, como Hoffman (2010), destacaram os sentimentos como a empatia e a culpa, como fatores que devem ser considerados para a análise do comportamento moral pró-social (Malti et al., 2009). Perspectivas mais atuais, no entanto, denominadas integrativas do desenvolvimento, propõem que tanto o julgamento e o raciocínio, quanto as emoções são integradas e explicam a aquisição da moralidade na história ontogenética do indivíduo (Smetana, & Killen, 2008).

A proposta de Eisenberg, por exemplo, pode ser considerada integrativa uma vez que considera componentes cognitivos, emotivos e comportamentais envolvidos na ação pró-social (Eisenberg, & Spinrad, 2014). Os aspectos cognitivos avaliativos são denominados julgamento moral pró-social por enfatizarem o raciocínio moral, a partir do qual crianças fazem escolhas entre satisfazer somente as suas necessidades ou as dos outros, em contextos nos quais as leis, as punições e as autoridades são irrelevantes (Eisenberg-Berg, 1979). Destaca-se que esta perspectiva do comportamento moral pró-social é distinta do julgamento moral proposto por Piaget (1964) e Kohlberg (1984), os quais enfatizaram o nível ou o estágio cognitivo do indivíduo relacionado às transgressões morais às convenções sociais (Eisenberg, & Mussen, 1989; Koller, & Bernardes, 1997).

As pesquisas de Eisenberg investigam a moralidade em função das ações pró-sociais em uma perspectiva complementar, mas distinta da proposta de desenvolvimento moral de Kohlberg (Koller, & Bernardes, 1997). Enquanto Kohlberg estudou a moralidade sob a perspectiva da transgressão, de estágios universais (Koller, & Bernardes, 1997) e da virtude justiça (La Taille, 2006), Eisenberg analisou a moral do ponto de vista das ações que buscam beneficiar o próximo e verificou que um indivíduo pode apresentar diferentes níveis de raciocínios relativos às experiências sociais (Koller, & Bernardes, 1997), ao considerar que a história de aprendizagem do indivíduo, associada aos diferentes contextos e a determinadas situações, pode ensinar ou não os atos pró-sociais (Eisenberg, VanSchyndel, & Hofer, 2015).

Sobre a relação entre níveis de raciocínio moral e comportamento pró-social, La Taille (2006), ao citar a virtude generosidade, fornece análises que possibilitam a compreensão da distinção entre moralidade convencional e moral pró-social. A virtude generosidade contempla uma ação na qual outra pessoa é beneficiada; há um certo sacrifício efetuado pelo bem-feitor e dá-se ao outro o que lhe é necessário, não somente o que lhe é de direito, como ocorre na justiça, virtude valorizada por Kohlberg (La Taille, 2006). Sobre a pró-sociabilidade na infância, ao citar a generosidade, o autor afirma que “esta tem raízes mais profundas do que a justiça na consciência infantil” (La Taille, 2006, p.9) e possibilita o desenvolvimento de outras ações virtuosas.

Tal constatação está em consonância com pesquisas que comprovam que crianças muito pequenas emitem ações pró-sociais, como as de 14 meses (Warneken, & Tomasello, 2007) que ajudam outras pessoas a alcançarem objetos que necessitam e as crianças de 14, 18 e 36 meses que colaboram confortando, oferecendo ajuda instrumental e doando (Dunfield et al., 2011). Apesar da tendência natural das crianças para desenvolver esse repertório pró-social (Knafo, & Plomin, 2006), nem sempre essas ações são mantidas na trajetória de desenvolvimento infantil, o que sugere a investigação sobre os fatores relacionados ao mesmo, ao longo da história de vida de uma criança em determinada cultura. Neste interim, a história de socialização de um indivíduo exerce influência sobre o desenvolvimento do repertório pró-social (Eisenberg et al. 2015; Koller, & Bernardes, 1997).

3.6 Repertório pró-social ao longo da trajetória de desenvolvimento infantil

O comportamento pró-social é considerado uma habilidade sócio-emocional complexa (Ornaghi, Grazzani, Cherubin, Conte, & Piralli, 2015), pois requer um repertório que envolve cognições, emoções e ações minuciosas por parte da criança (Hoffman, 1994). Para a emissão do comportamento pró-social infantil há necessidade da análise do contexto social e das sutilidades situacionais, como a consideração pela necessidade do outro (Hastings et al., 2000) e as ações adequadas para ajudar o outro. A manutenção, a diminuição ou o desaparecimento desse repertório vem estimulando a investigação sobre como este se desenvolve e se modifica ao longo da infância e da vida de um indivíduo (Koller, & Bernardes, 1997).

Os processos de aprendizagem do comportamento pró-social envolvem a influência de fatores biológicos e dos processos de socialização, especialmente, as interações entre as crianças e os agentes de socialização (Laible, Carlo, Murphy, Augustine, & Roesch, 2014; Grusec, & Davidov, 2007). Além disso, na trajetória de desenvolvimento individual, há variações do comportamento pró-social de acordo com os momentos de vida e as condições situacionais, tais como idade e contextos (Brownell et al., 2009; Eisenberg, & Spinrad, 2014); assim como há fatores contextuais que facilitam ou dificultam a emissão das respostas pró-sociais (Eisenberg, & Mussen, 1989).

3.6.1 Comportamento pró-social nos primeiros três anos de vida

Mudanças significativas na compreensão da criança sobre a vida social ocorrem no segundo ano de vida (Svetlova, Nichols, & Brownell, 2010), associadas às demais evoluções do desenvolvimento e a estimulação ofertada pelos cuidadores primários (O'Shea, 2004). Na transição entre o primeiro e o segundo ano de vida, as crianças aprendem a andar, falar, resolver problemas simples e se relacionar com os outros, tornando-se, assim, mais independentes. A autonomia exige condições favoráveis e é por meio da disposição infantil e do incentivo dos cuidadores para a exploração do ambiente que as crianças vão aprendendo a se definir e a se diferenciar das demais pessoas (O'Shea, 2004).

No segundo ano de vida, conforme a criança passa a se diferenciar do outro e a desenvolver o senso de self (auto-consciência), as taxas de compartilhar, ajudar e cooperar aumentam, apesar de ainda serem instáveis (Dunfield, & Kuhlmeier, 2013). A relação entre o self e a consideração pelos outros é viabilizada pela aprendizagem das normativas transmitidas para as crianças, o que possibilita a sua incorporação e a auto-consciência infantil (Lewis, 2010). Associado ao desenvolvimento do self, o processo de auto-avaliação permitirá a análise do próprio comportamento em relação às normas e regras, e a responsabilização ou não a partir desta avaliação (Lewis, 2010).

Na história de desenvolvimento, as crianças são, inicialmente, mais autocentradas e egocêntricas (Piaget, 1964); ao longo da trajetória, conforme vivenciam novas interações sociais, com adultos e com pares, tendem a apresentar aumento da maturidade cognitiva e a se tornar mais atentas as outras pessoas (Eisenberg, & Mussen, 1989). A palavra tendência é utilizada, pois a depender das experiências e interações, tal disposição para a pró-sociabilidade poderá ou não ser estimulada (Knafo, & Plomin, 2006; Grusec, & Davidov, 2007). As ações pró-sociais não aumentam de frequência somente pela passagem do tempo de vida da criança, há ações de socialização, tais como o incentivo e o pedido de assistência por parte dos adultos que estimulam a compreensão infantil, o que possibilita as ações pró-sociais (Svetlova et al., 2010; Brownell et al., 2009).

Em crianças pequenas, entre um ano e dois meses (14 meses) e quatro anos de idade (48 meses), as ações pró-sociais vem sendo investigadas por meio de pesquisas experimentais (Warneken, & Tomasello, 2007). Essas criam condições para a ocorrência de três comportamentos pró-sociais, frequentemente estudados em crianças nessa faixa etária: confortar a dor física do outro, ajudar o outro a alcançar um

objeto que necessita e dividir um bem material (Dunfield, & Kuhlmeier, 2013; Dunfield et al., 2011; Brownell et al., 2009).

Com crianças de um ano e seis meses (18 meses) e dois anos (24 meses), foi aplicada uma situação experimental que envolvia três condições: (a) o experimentador deixava um brinquedo cair e necessitava de ajuda para pegar o brinquedo; (b) o experimentador batia o joelho na mesa e precisava de conforto; e (c) o experimentador recebia um pote sem bolachas, enquanto a criança recebia quatro bolachas, oportunidade em que a mesma poderia compartilhar com o experimentador (Dunfield et al., 2011). Em nenhuma das situações vivenciadas o experimentador solicitava ajuda, o que exigia a análise da situação pela criança e sua resposta espontânea. No entanto, os indícios gestuais e comportamentais do experimentador ofereciam estímulos evidentes que facilitavam a discriminação da criança de que o mesmo esperava ou desejava auxílio (Dunfield et al., 2011).

Os achados mostraram que a maioria das crianças, tanto de um ano e seis meses (18 meses) quanto de dois anos (24 meses), engajaram-se nas tarefas pró-sociais que envolviam o compartilhamento das bolachas e a ajuda para pegar o boneco do experimentador que caía no chão. No entanto, nenhuma criança aderiu à tarefa de confortar a dor do experimentador, fato justificado pela ausência de indicadores mais evidentes da necessidade de conforto por parte do experimentador (Dunfield et al., 2011).

Nas situações experimentais analisadas, não foram identificadas diferenças entre meninos e meninas no envolvimento em tarefas pró-sociais. O estudo concluiu que as crianças com um ano e seis meses (18 meses) já estão desenvolvendo a capacidade de reconhecer e identificar as necessidades dos outros, bem como de agir de maneira espontânea para ajudar e compartilhar (Dunfield et al., 2011).

A capacidade das crianças de dois (24 meses), três (36 meses) e quatro anos (48 meses) reagirem aos variados estados negativos vivenciados pelo experimentador nas ocasiões em que este (a) perdia uma peça do quebra-cabeças, (b) detectava que seu brinquedo predileto estava quebrado e (c) se machucava numa simulação foi investigada. Em relação às necessidades instrumentais, a maioria das crianças respondeu colaborando, buscando e entregando a peça ao experimentador, evento que retrata a estabilidade do comportamento de auxiliar em necessidades instrumentais, a partir dos dois anos (24 meses) de idade (Dunfield, & Kuhlmeier, 2013).

Sobre o apoio emocional oferecido pela criança ao outro em eventos emocionais estressantes, este teve um aumento significativo nas crianças de dois (24 meses) a três anos (36 meses) de idade e a estabilização do mesmo dos três aos quatro anos (48 meses) (Dunfield, & Kuhlmeier, 2013). As crianças apresentaram maior frequência de comportamentos de apoio ao experimentador nas situações em que o objeto estava quebrado, ao invés das simulações de lesões corporais vivenciadas pelo experimentador. Achado que possivelmente ocorreu pela primeira situação ser mais evidente para as crianças, associado ao fato das participantes terem detectado que o experimentador não estava em real perigo (Dunfield, & Kuhlmeier, 2013).

Quanto a habilidade de dividir e compartilhar, poucas respostas de apoio material às necessidades do experimentador foram constatadas em todas as faixas etárias: dois, três e quatro anos (24, 36 e 48 meses). O que não indica falta de motivação das crianças para dividir e colaborar, mas sim a dificuldade da criança em reconhecer e considerar a necessidade do outro (Dunfield, & Kuhlmeier, 2013).

Desta forma, as diferentes ações pró-sociais como compartilhar materiais, confortar emocionalmente e ajudar instrumentalmente, apresentam trajetórias distintas de desenvolvimento que merecem estudos específicos. É, por isso, um desafio identificar se, nas situações em que as crianças não agiram pró-socialmente, houve dificuldade de compreensão da perspectiva de mal estar do outro ou se a criança não sabia como intervir para ajudar a solucionar o problema (Dunfield, & Kuhlmeier, 2013).

Outro elemento importante para a compreensão da emissão do comportamento pró-social pela criança pequena envolve os estímulos do ambiente que podem facilitar ou não tais ações (Svetlova et al., 2010). A pesquisa desenvolvida por Svetlova et al. (2010) apontou diferenças entre a frequência e o tempo de reação de crianças de dois anos e cinco meses (30 meses) e um ano e seis meses (18 meses) à necessidade de ajuda ao experimentador. O estudo revelou que as crianças de dois anos e cinco meses (30 meses) apresentaram maior frequência de ações de ajuda, bem como comportamentos mais apropriados às necessidades do outro; as crianças de um ano e seis meses (18 meses) precisaram de mais estímulos indicativos da necessidade de ajuda por parte do experimentador; mas todas as crianças apresentaram algum nível de oferta de ajuda ao experimentador.

Os resultados indicaram que, para as crianças de um ano e seis meses (18 meses), foi mais fácil ajudar o adulto de maneira instrumental, isto é, oferecendo o objeto para completar a ação interrompida (quando, por exemplo, caía o grampo do cabelo e a criança pegava para o experimentador) do que confortar o adulto em uma situação de desconforto. Para ambos os grupos analisados, a ajuda ao outro mostrou-se

mais acessível nas situações em que não precisaram dar um objeto que pertencia a elas, por exemplo, não ter que dar o seu ursinho para o experimentador (Svetlova et al., 2010).

Além disso, as crianças de um ano e seis meses (18 meses) exigiram mais estímulos que evidenciassem a necessidade do adulto com clareza e exatidão, como a fala ou o pedido do experimentador de que necessitava algo. Já as crianças de dois anos e cinco meses (30 meses) demonstraram maior compreensão social e maior capacidade de inferência nas necessidades do outro, a partir de pistas e informações mais sutis, dependeram menos do adulto para obter as informações e, conseqüentemente, apresentaram maior autonomia (Svetlova et al., 2010).

Esses achados evidenciam a tendência natural ao surgimento do comportamento pró-social na infância, mas também a necessidade de suporte para o seu desenvolvimento em crianças menores, por meio do apoio e incentivo dos adultos e parceiros. O apoio se estabelece na socialização entre adultos e crianças, em que os primeiros comunicam claramente a criança sobre as necessidades dos outros e sobre como a criança pode ajudar (Svetlova et al., 2010).

A emergência da capacidade de ajudar, dividir e confortar ocorre em crianças, aos dois anos de idade (24 meses), e tende a se tornar mais apropriada às necessidades alheias, devido à evolução da compreensão da perspectiva infantil das próprias emoções e das demais (Brownell et al., 2009). Esses comportamentos nas fases iniciais da vida são antecessores de comportamentos pró-sociais normativos mais complexos, recíprocos e altruístas que se manifestam ao longo da infância.

Dentre os atos pró-sociais, o comportamento de partilhar e dividir bens materiais na infância é um dos mais árduos a serem desenvolvidos, considerando que as crianças pequenas são conhecidas por sua dificuldade em dividir e compartilhar objetos (Brownell et al., 2009). Por essa razão, as pesquisadoras buscaram promover situações em que as crianças poderiam partilhar, mas sem sacrifício (Svetlova et al., 2010).

No experimento realizado com as crianças de um ano e seis meses (18 meses) e dois anos e um mês (25 meses) de idade, foram oferecidas duas possibilidades: na primeira, as crianças poderiam compartilhar os alimentos com o adulto; e na segunda, poderiam ficar com os alimentos somente para si. Em ambas as situações havia alimento suficiente para a criança e para o compartilhamento, isto é, a criança não teria que sacrificar o seu alimento para doar ao outro, mas sim entregar um alimento para si e o outro para o adulto amigo. Em outra condição avaliada, três situações foram propostas: o adulto ficava em silêncio, o adulto dizia qual alimento apreciava e se estava com vontade de comer. As crianças de dois anos e um mês (25 meses) compartilharam mais do que as de um ano e seis meses (18 meses) quando o adulto falava que gostaria de comer, assim como as crianças que melhor compreendiam e falavam sobre as emoções, foram as que mais compartilharam (Svetlova et al., 2010).

As autoras concluíram que as crianças de dois anos e um mês (25 meses) compartilham voluntariamente recursos com indivíduos não aparentados quando não há custo e quando o destinatário relata seu desejo explicitamente. Disso decorre que a criança de dois anos e um mês (25 meses) já consegue inferir a necessidade do outro por meio de pistas comunicativas, evento que depende da compreensão da linguagem e da capacidade de distinguir os estados emocionais dos outros. Embora as crianças de dois anos já considerem as necessidades e desejos do outro para a tomada de decisão, elas ainda são limitadas, pois exigem evidências claras nas quais o receptor precisa comunicar a criança sobre suas necessidades. Já as crianças de um ano e seis meses (18 meses) não compartilharam, mesmo quando o experimentador indicou que gostava e que queria comer (Brownell et al., 2009).

Investigando a influência do apoio nas ações pró-sociais da criança, Brownell et al. (2013) observaram que as crianças com dois anos (24 meses) e as de dois anos e seis meses (30 meses) de idade, cujas mães contavam histórias que relatavam as emoções e necessidades dos personagens, apresentaram maiores frequências de ações como compartilhar e ajudar nos experimentos da pesquisa (Brownell, Svetlova, Anderson, Nichols & Drummond, 2013). No entanto, situações que demandavam a criança doar a sua posse ao experimentador não foram verificadas nos grupos analisados, sugerindo uma possível dificuldade das crianças em compartilhar e dividir bens (Brownell et al., 2009).

Os achados indicam que a capacidade da criança agir pró-socialmente pode, inicialmente, depender de apoios e comunicação explícita fornecida pelos adultos. Conforme a criança cresce e recebe a mediação dos adultos que informam e orientam suas ações, ela tende a se tornar mais independente para agir de maneira pró-social, compreendendo os sinais mais sutis e as situações nas quais as outras pessoas precisam de ajuda. No entanto, este desenvolvimento está relacionado às orientações ofertadas pelos adultos e parceiros das crianças (Brownell et al., 2009).

Ao longo da trajetória de desenvolvimento ontogenético, a probabilidade da criança suportar custos pessoais para compartilhar recursos com outros aumenta quando compreende as intenções dos outros,

quando a probabilidade de futura reciprocidade pode ser avaliada e quando há melhor compreensão das normas sociais na regulação das trocas (Brownell et al., 2009). Por conta disso, fatores relacionados aos contextos de interações sociais das crianças com adultos e pares são eventos que devem ser considerados pelas investigações sobre o tema.

3.6.2 Comportamento pró-social na fase pré-escolar e escolar

Em crianças pré-escolares e escolares de cinco a nove anos de idade, a pró-sociabilidade vem sendo investigada por meio de situações experimentais (Malti, Gummerum, Keller, Chaparro, & Buchmann, 2012; Hastings et al., 2000) e entrevistas nas quais são contadas histórias contendo dilemas/histórias baseadas no paradigma do vitimizador feliz, em que as crianças são questionadas sobre o que pensam e sentem a respeito da ausência do ato pró-social do protagonista, bem como suas possíveis ações em situações semelhantes (Malti et al., 2009; Menéres, 2014; Bower, & Casas, 2015; Garner, 2012). Essas estratégias buscam investigar as dimensões cognitivas e emocionais relacionadas ao comportamento pró-social, denominadas motivação pró-social (Malti et al., 2009). Também são utilizados questionários, inventários ou *checklists* em que os pais e professores relatam suas percepções sobre o repertório pró-social das crianças (Newton et al., 2014; Malti et al., 2009; Romano et al., 2005).

Tal adaptação metodológica acompanha os avanços do desenvolvimento infantil, considerando que na fase pré-escolar, entre os três e os cinco anos de idade, as crianças exercitam a tomada de iniciativas e decisões em brincadeiras e em relacionamentos sociais, comportamentos emitidos pela evolução da comunicação e da linguagem (O'Shea, 2004). Os pré-escolares e os escolares apresentam interesse em ouvir histórias e em dialogar, o que possibilita o aperfeiçoamento da compreensão das palavras e a ampliação do vocabulário infantil (O'Shea, 2004). A narração de histórias, seguidas das perguntas sobre a opinião infantil, mostra-se, assim, um método adequado para a coleta de dados com esta faixa etária.

Por meio da narração de histórias infantis, baseadas no paradigma do vitimizador feliz (Keller et al., 2003), as crianças são estimuladas a analisar e opinar sobre situações hipotéticas relativas a doação e a situação de furto, as quais contém respectivamente, a ausência de ações pró-sociais e a conduta antissocial por parte do personagem protagonista, o que possibilita a detecção do raciocínio, das emoções e das possíveis ações infantis. Este recurso foi utilizado com intuito de aferir a motivação pró-social de 1273 crianças suíças, com média de idade de seis anos (Malti et al., 2009), associado ao questionário de Capacidades e Dificuldades da Criança (Strength and Difficulties Questionnaire- SDQ, Goodman, 1997), rastreador do comportamento pró-social infantil e dos problemas de comportamento, respondido pelas mães e cuidadoras primárias (Malti et al., 2009).

Os resultados evidenciaram que o comportamento pró-social, indicado pelas mães por meio do SDQ, aumenta e é estimulado pelo sentimento de simpatia relatado pelas crianças ao analisarem as histórias, assim como a motivação moral infantil é preditora do comportamento pró-social (Malti et al., 2009). Isto é, correlações entre os julgamentos infantis e as emoções morais pró-sociais foram detectadas, assim como essa motivação pró-social infantil está associada a conduta pró-social (Malti et al., 2009).

A relação entre a empatia e as ações pró-sociais e hostis em crianças entre três e seis anos de idade a partir de narrativas infantis foi igualmente investigada em uma pesquisa correlacional (Belacchi, & Farina, 2012). O método contou com a narração de histórias contendo ilustrações seguidas de questionamentos sobre a atribuição das emoções dos personagens para as crianças, o que possibilitou a detecção da empatia. Os professores responderam aos questionários sobre a empatia, o comportamento pró-social e agressivo das crianças (Belacchi, & Farina, 2012).

Os achados mostraram que a empatia das crianças, constatada pelos professores, correlacionou-se positivamente com os comportamentos pró-sociais das crianças, apontadas pelos professores e pelas próprias crianças, ao analisarem as histórias e realizarem a tomada de perspectiva dos personagens. Já o repertório agressivo das crianças obteve correlações negativas com a tomada de perspectiva das histórias e com a empatia (Belacchi, & Farina, 2012).

No contexto brasileiro, as histórias baseadas no paradigma do vitimizador feliz foram utilizadas por La Taille (2006) com o intuito de descobrir a opinião de 30 crianças de seis anos e 32 crianças de nove anos, sobre as situações em que um personagem fictício não agia de maneira generosa ao não visitar o amigo. Os resultados indicaram que a maioria das crianças brasileiras, de ambas as faixas etárias, reprovou o fato do personagem protagonista não ofertar conforto ao amigo, assim como atribuiu sentimentos negativos ao protagonista da história (La Taille, 2006). Janssens & Deković (1997) também identificaram relações positivas entre o raciocínio moral e a conduta pró-social em crianças menores. O estudo foi

realizado com 125 crianças da Holanda, com idades entre 6 e 11 anos, por meio de entrevistas com as mesmas e questionários preenchidos pelos pais acerca do comportamento infantil e das práticas educativas.

O recurso da apresentação de filmes contendo histórias com dilemas infantis, concomitante a observação e o registro das reações faciais das crianças ao visualizarem tais vídeos, foi o recurso utilizado por Miller, Eisenberg, Fabes e Shell (1996). A pesquisa contou com 74 crianças pré-escolares, com idades entre quatro e cinco anos e avaliou o raciocínio moral e o comportamento pró-social de ajuda das mesmas aos pares e aos adultos. Para tanto, foram utilizados dois filmes, um em que um menino e uma menina pulavam por cima de um pneu largo, machucavam-se e choravam um pouco. Em outro, um menino e uma menina brincavam em um *playground* e caíam de um brinquedo, ferindo-se e chorando. Enquanto as crianças assistiam, foram registradas suas reações verbais e não verbais, bem como houve o registro das ações das crianças em situações simuladas de suposta entrega de lápis de cores para as crianças das histórias, machucadas e hospitalizadas.

Os resultados mostraram que as crianças que demonstraram reações faciais de comoção, orientadas para o sofrimento dos personagens, apresentaram altos níveis de desenvolvimento de raciocínio social e moral. Já aquelas crianças que demonstraram alegria ao presenciar o sofrimento do personagem apresentaram níveis menos avançados de raciocínio moral e social, assim como as crianças que apresentaram reações neutras (Miller et al., 1996). O estudo concluiu que as crianças que apresentaram orientação e raciocínio moral orientado ao outro (compreensão das necessidades do outro) e simpatia (respostas de sentimento de tristeza pelo sofrimento alheio) foram as que mais apresentaram respostas pró-sociais de auxílio ao outro (Miller et al., 1996).

Sobre o uso de situações simuladas e hipotéticas apresentadas às crianças, tais estratégias servem para acessar a emissão do comportamento pró-social infantil. A pesquisa desenvolvida por Lourenço (1991) com 30 crianças portuguesas de cinco e seis anos de idade utilizou, tanto histórias baseadas no paradigma do vitimizador feliz, quanto a situação semi-experimental da dádiva anônima, para investigar a motivação para repartir, dar, ajudar e confortar e o ato de doar propriamente. Os achados mostraram relações positivas entre as análises das crianças de que os atos pró-sociais ofereciam ganhos, indicativo do raciocínio pró-social, e a tendência à ação pró-social na situação de dádiva anônima (Lourenço, 1991). No entanto, o autor alerta que muitos participantes pré-escolares destacaram os custos envolvidos nas ações pró-sociais.

Utilizando histórias com ênfase na recusa infantil em ofertar auxílio, bem como na necessidade do personagem em situação problema e nos custos para o protagonista agir de forma colaborativa, Sierksma, Thijs, Verkuyten e Komter (2014) realizaram um estudo com 133 crianças holandesas de nove e onze anos de idade para acessar os custos envolvidos nas ações pró-sociais. De acordo com os autores, os resultados revelaram que as crianças censuraram a ausência de atos pró-sociais do protagonista nas situações em que os custos para a oferta de auxílio eram baixos, mas não houve tanta reprovação infantil a respeito da ausência de atos pró-sociais nas situações em que os custos eram elevados ao protagonista e a necessidade do receptor não era tão grande (Sierksma et al., 2014). As crianças com maior habilidade para a tomada de perspectiva avaliaram negativamente a ausência de ajuda do protagonista das histórias e, com o avançar da idade, novas alternativas e sugestões de auxílio foram apresentadas pelas participantes (Sierksma et al., 2014).

Pesquisas sugerem que há uma tendência ao aumento do comportamento pró-social de partilhar bens, conforme o avanço da idade das crianças e a presença dos sentimentos de simpatia (preocupação) para com as pessoas, bem como a necessidade de aceitação social (Malti et al., 2012). Para acessar a ação de partilhar, Malti et al. (2012) conduziram uma atividade experimental lúdica de partilha de figurinhas (*dictator game*) com crianças com idades entre seis e nove anos e verificaram um aumento significativo da divisão de bens nesse período.

A simpatia e os sentimentos de aceitação social foram positivamente relacionados ao comportamento pró-social de partilha, cujo aumento na frequência da ação foi associado com a capacidade de simpatizar com as pessoas desconhecidas. O estudo mostrou que a partilha aos sete anos de idade foi prevista por sentimentos de aceitação aos seis anos de idade; aos nove anos de idade não houve diferenças entre meninos e meninas no ato de compartilhar, mas aos seis e sete anos as meninas partilharam mais do que os meninos (Malti et al., 2012).

A pró-sociabilidade em meninos e meninas já havia sido estudada por Whiting e Edwards (1973) em uma pesquisa com crianças entre três e onze anos, de ambos os sexos, provenientes de seis culturas distintas (Índia, Quênia, Filipinas, México, Japão, Estados Unidos), cujo objetivo foi investigar a oferta de ajuda (doação de brinquedos, alimentos ou auxílios em geral), oferta de suporte emocional e conforto,

procura de atenção e aprovação, ações pró-ativas sociais (iniciar interações amigáveis), dominância pró-social (agir de acordo com as regras e o bem estar do grupo e da família) (Whiting, & Edwards, 1973).

O estudo revelou que as meninas, entre os três e os seis anos de idade, procuravam mais ajuda instrumental do que os meninos, ofertavam mais suporte confortante e apresentavam mais dominância pró-social, aderência às regras e bem estar do grupo. Esse mesmo grupo também ofereceu mais suporte e ajuda instrumental que os meninos, entre os sete e os 11 anos (Whiting, & Edwards, 1973). O que foi justificado pelas diferenças das práticas de socialização, em que as meninas são mais orientadas a agir de forma amorosa, obediente e responsável, enquanto os meninos são estimulados a se tornarem mais auto-confiantes (Whiting, & Edwards, 1973).

Pesquisando a influência da idade e do sexo sobre as ações pró-sociais, Ongley et al. (2015) analisaram o comportamento de doar em crianças de quatro a oito anos e encontraram que a idade, o gênero, bem como o raciocínio moral são preditores do ato de doar. As crianças de oito anos e as meninas doavam de forma significativamente mais alta que os menores e que os meninos (Ongley et al., 2015). Em consonância, em uma investigação com 360 crianças britânicas aos quatro, seis e nove anos em que essas participaram do jogo (dictator game) envolvendo a posse ou a doação de figurinhas para aqueles que supostamente não puderam participar da brincadeira, observou-se que as maiores doaram mais figurinhas que as menores (Benenson, Pascoe, & Radmore, 2007).

Conforme a criança cresce, ela desenvolve habilidades cognitivas que possibilitam tomar a perspectiva do outro, assim como aumentam a capacidade de raciocínio moral e o senso de identidade (Carlo, Crockett, Randall, & Roesch, 2007). Além disso, a necessidade da criança se conformar aos valores e expectativas das relações entre pares para participar das interações sociais também elava-se, promovendo a aprendizagem por meio do *feedback* dos colegas e da modelagem (Griese, 2011).

No entanto, o percurso temporal por si só não é suficiente para a ocorrência dos avanços pró-sociais, como mostrou uma pesquisa realizada com 116 crianças turcas, com idade entre quatro e seis anos, que relatou um ligeiro aumento em nível do comportamento pró-social relacionado ao avanço da idade, mas não suficiente para obter significância. Este achado apoia a compreensão de que as relações interpessoais e as habilidades motoras obtidas com os avanços da idade podem contribuir para a resposta pró-social, mas não garantem o aumento dos atos pró-sociais (Yagmurlu, 2014). O apoio e a orientação dos responsáveis e cuidadores são fundamentais para o desenvolvimento do comportamento pró-social (Dunfield, 2014), em especial porque está atrelado aos demais repertórios infantis (Marryat et al., 2014; Carlo et al., 2010^a; Flouri, & Sarmadi, 2016; Flynn et al., 2015).

Além disso, os achados indicam que as habilidades pró-sociais agem como atenuantes ou mesmo preventivas de problemas de comportamento (Griese, 2011). A baixa incidência de comportamento pró-social em 10.000 pré-escolares, de quatro a cinco anos de idade, foi relacionada positivamente ao isolamento social das crianças nos seus relacionamentos entre pares, constatação feita por meio do questionário de Capacidades e Dificuldades- SDQ (Goodman, 1997), no estudo desenvolvido por Marryat et al. (2014). As autoras alertam que outras variáveis individuais envolvidas com o comportamento pró-social também devem ser monitoradas, tais como timidez, retraimento e ansiedade infantil (Marryat et al., 2014).

Uma investigação com crianças de dois a quatro anos apontou que a regulação das emoções pelas crianças, em situações de desapontamento ou frustração, é relevante para a emissão do comportamento pró-social (Scrimgeour et al., 2016). Do mesmo modo, as práticas maternas de ensino de estratégias de autocontrole das emoções infantis associadas à maturação do sistema biológico infantil permitem que a criança desenvolva a regulação emocional, facilitando a emissão do comportamento pró-social.

O comportamento pró-social é derivado tanto das relações inter-pessoais, por meio da estimulação dos familiares e cuidadores, quanto dos fatores intra-pessoais, processo de maturação infantil, vinculados ao processo de regulação das emoções pelas crianças (Scrimgeour et al., 2016). As crianças aos três anos e seis meses que apresentaram maior regulação em situações de desapontamento foram mais pró-sociais aos quatro anos de idade (Scrimgeour et al., 2016).

Para que a criança possa auxiliar as demais é necessário que ela consiga identificar as situações em que as demais necessitam de auxílio e seja capaz de regular suas próprias emoções (Davidov, & Grusec, 2006). Aquelas que encontram dificuldades em auto administrar emoções, ao se depararem com os apuros alheios tendem a reagir de forma “super-estressada” (excitação em excesso), o que dificulta a tomada de perspectiva e tende a inibir a ação pró-social (Davidov, & Grusec, 2006). Para tanto, os pais e cuidadores devem incentivar que a criança aprenda a solucionar problemas.

Outro aspecto relevante, associado à capacidade de auto-regulação das emoções, diz respeito às crianças que apresentam maior frequência de ações de auxílio ao próximo, oferta de conforto e

compartilhamento, as quais geralmente apresentam menor incidência de comportamento agressivo verbal e físico (Cuello, & Oros, 2014). Em uma pesquisa com 615 crianças argentinas de ambos os sexos, entre nove e 11 anos de idade, foi detectado que aquelas que apresentavam serenidade⁵ também demonstraram maior frequência de comportamento pró-social e menor incidência de ações como bater, gritar, realizar brincadeiras de mau gosto com as demais (Cuello, & Oros, 2014). Esses achados sugerem que, a partir de então, se busquem estratégias para promover sentimentos positivos nas crianças por meio de estratégias de relaxamento para auxiliá-las a lidar com suas emoções e, conseqüentemente, promover comportamentos pró-sociais e diminuir a agressividade (Cuello, & Oros, 2014).

Quanto à relação entre o comportamento pró-social e os demais repertórios infantis, a presença de atos benevolentes está associada à menor incidência de problemas de comportamento. A ocorrência de sentimentos de simpatia⁶ e a tomada de perspectiva, investigada em 489 estudantes espanhóis, com média de idade de 12 anos, foi preditora da presença das ações pró-sociais e da redução dos atos agressivos; assim como o raciocínio moral pró-social esteve associado de forma significativa ao comportamento pró-social, mas não tanto a agressividade das crianças (Carlo et al., 2010^a).

Relações significativas entre a presença do comportamento pró-social e a ausência de problemas de comportamento foram encontradas em uma pesquisa longitudinal realizada com 9850 crianças inglesas aos três, aos cinco e aos sete anos de idade. A evolução dos problemas de comportamento foi investigada no ingresso e durante a trajetória escolar dessas crianças, por meio do SDQ. Tanto no ingresso, quanto nos anos posteriores na escola, foram constatadas associações positivas entre a baixa frequência de comportamento pró-social e a ocorrência de transtornos comportamentais, em especial para crianças que residiam em bairros desfavorecidos e escolas com baixas exigências (Flouri, & Sarmadi, 2016).

A relação entre comportamento pró-social e problemas de comportamento foi igualmente investigada em uma pesquisa longitudinal com crianças com idades entre 10 e 18 anos (Flynn et al., 2015). De acordo com os resultados, as crianças com níveis altos e médios de comportamento pró-social, segundo a percepção das mães e dos professores, apresentaram em sua trajetória de desenvolvimento menores índices de problemas de comportamento externalizantes. As participantes do sexo feminino com altos níveis de comportamento pró-social também demonstraram baixos níveis de problemas de comportamento internalizantes e baixa incidência de personalidade tipo borderline, o que não houve com o público masculino. As autoras apontam que o comportamento pró-social é preditivo de ajustamento social positivo infantil e juvenil (Flynn et al., 2015).

Considerando o ajustamento social positivo, algumas estratégias podem estimular o comportamento pró-social como a narrativa de histórias, por exemplo, que se mostrou positiva em uma pesquisa de intervenção com 75 crianças, sendo 38 do grupo experimental e 37 do grupo controle. A narrativa de histórias contendo dilemas associada aos diálogos infantis posteriores, orientados por um adulto pesquisador, foi efetiva para estimular o comportamento pró-social dos participantes do grupo experimental. Os achados indicaram que o grupo de crianças estimulado por meio de conversas direcionadas às análises das situações narradas e à regulação das emoções demonstrou maior orientação pró-social que as participantes do grupo controle que ouviram as histórias, mas posteriormente foram envolvidas em jogos livres e conversas não focadas nas vivências dos personagens (Ornaghi et al., 2015).

Os métodos e técnicas para identificar as dimensões cognitivas, emocionais e atitudinais do comportamento pró-social relativo a doação, auxílio instrumental e oferta de conforto ao próximo envolvem desde os experimentos (Dunfield & Kuhlmeier, 2013) às observações diretas e indiretas, por meio de entrevistas contendo histórias do tipo dilemas, baseados no paradigma do vitimizador feliz, aplicadas às crianças, e os questionários ou inventários em que os pais e professores descrevem o repertório pró-social das crianças (Newton et al., 2014; Malti et al., 2009; Romano et al., 2005).

Com o público infantil, com idade entre zero e três anos, há estudos contendo experimentos que contemplam a tríade de situações que requerem atos pró-sociais (doação, auxílio instrumental e oferta de conforto) (Brownell et al., 2009; Svetlova et al., 2010; Dunfield, & Kuhlmeier, 2013; Dunfield et al., 2011). Com as crianças, com idade entre 4 e 9 anos, em geral são utilizados os métodos de observação indireta, por meio das entrevistas sobre os julgamentos infantis acerca da doação (Malti et al., 2009; Malti et al., 2012) e da oferta de conforto ou consolo (La Taille, 2006). No entanto, não foram encontradas investigações sobre o julgamento infantil relativo ao auxílio instrumental, nem produções contendo a análise da tríade situacional que enseja os três atos pró-sociais com crianças com idade entre 5 e 6 anos. A

⁵ Sentimento positivo que permite a sensação de paz, de tranquilidade, de calma (Cuello, & Oros, 2014).

⁶ A simpatia é uma resposta de preocupação e consideração pelo sentimento do outro, embora não se experiencie a mesma emoção que a outra pessoa (Eisenberg, & Mussen, 1989).

análise do repertório pró-social sinaliza uma tendência ou predisposição das crianças à aprendizagem do comportamento pró-social, o que, inclusive, é constatado pelo fato de muitos experimentos com crianças pequenas (14 a 18 meses) não utilizarem de pedidos verbais para as crianças e nem recompensas pelo comportamento pró-social emitido pelas mesmas (Dunfield et al., 2011). No entanto, não podem ser descartados os estímulos e as coordenadas ofertadas pelos adultos que facilitam a compreensão das necessidades dos outros e indicam as ações que as crianças podem emitir para auxiliar o próximo (Brownell et al., 2009), o que possibilita a manutenção e a estabilidade do comportamento pró-social (Newton et al., 2014). Verifica-se que tais diretrizes oferecidas pelos adultos fazem parte das estratégias de estímulo ao bom convívio social (Svetlova et al., 2010), sendo um dos contextos de socialização, as ações parentais (Newton et al., 2014; Knafo, & Plomin, 2006).

3.7 Socialização por meio das práticas parentais

O desenvolvimento do comportamento pró-social pode ser influenciado pela interação entre os fatores genéticos e ambientais como apontam alguns estudos (Knafo, Israel, & Ebstein, 2011; Knafo- Noam et al., 2015). Esses comprovam que o ser humano apresenta uma capacidade inata para captar emoções dos outros membros de sua espécie, as quais facilitam o desenvolvimento do repertório pró-social (Brownell et al., 2009). Além da tendência ou predisposição genética, transmitida de pais para filhos, para a aprendizagem das ações pró-sociais, há interferências das experiências ambientais pelas quais as crianças passam em sua trajetória de desenvolvimento (Knafo & Plomin, 2006; Brownell et al., 2009).

Os contextos de aprendizagem e interação social são denominados de meios ou oportunidades para a socialização da criança. O termo socialização refere-se a “Processos pelos quais indivíduos ingênuos passam e desenvolvem habilidades, modelos de comportamento, valores e motivações para a competência funcional em uma determinada cultura” (Maccoby, 2007, p.13). Esta definição destaca a competência funcional, isto é, o comportamento aprendido vai exercer funções ou efeitos para o indivíduo e para os demais, os quais, do ponto de vista social, podem ser desejados ou não pelo grupo.

A socialização da criança diz respeito às experiências vivenciadas pela mesma por meio das interações estabelecidas com os membros de uma cultura, como pais ou responsáveis, adultos que se relacionam com a criança (parentes, amigos, vizinhos), professores e pares. Para Koller e Bernardes (1997), o contexto sócio-cultural dos indivíduos pode promover ou inibir o desenvolvimento de ações cooperativas e pró-sociais, uma vez que, na cultura em que estamos inseridos, a falta de orientação pró-social está associada a distúrbios de conduta e problemas de comportamento (Hastings et al., 2000; Patterson, Reid, & Dishion, 2002), os quais estão relacionados ao isolamento e dificultam a aprendizagem de habilidades pró-sociais na infância (Tremblay, Vitaro, Gagnon, Piché, & Royer, 1992).

Neste interim, propostas de estudos que apoiam as práticas parentais, por envolverem o contexto de socialização primária da criança, podem ser alvo de análises e intervenções para a estimulação do repertório geral da criança e de seus pais, bem como para a interrupção e a intervenção sobre interações difíceis e problemas de comportamento infantis (Bolsoni-Silva et al., 2011; Patterson et al., 2002).

Nas interações entre pais e filhos, o incentivo parental aos comportamentos pró-sociais infantis possibilitam relações sociais mais recíprocas e promovem a evolução de novos repertórios comportamentais (Rosalez-Ruiz, 1997). Contrariamente, os problemas de comportamento dificultam o desenvolvimento de novos repertórios que facilitariam o acesso a novas oportunidades de aprendizagem para a interação com o meio, o que deve ser analisado de modo funcional (Bolsoni-Silva, & Del Prette, 2003).

Ao se considerar que as ações emitidas pela criança são decorrentes de ações parentais e vice-versa, apoia-se a bidirecionalidade das relações estabelecidas pelos pais e pelos filhos (Bolsoni-Silva et al., 2011; Gomide, 2003), o que demonstra que as crianças e seus pais são ativos. Os pais podem reagir às características da criança e esta pode, por meio de seus comportamentos, modelar as práticas parentais (Scrimgeour et al., 2016; Newton et al., 2014; Plomin, De Fries, & Loehlin, 1977). No entanto, na maioria das culturas, são os pais que fornecem as diretrizes educativas aos filhos e agem como os principais agentes de socialização primária (Grusec, & Davidov, 2007).

A família é um agente de controle e de estimulação representativa da cultura em que a criança está inserida, um grupo que busca promover aprendizagem e adaptação às normas e regras sociais vigentes (Maccoby, 2007). Neste contexto, os pais e os filhos fazem parte de um sistema biossocial que funciona para proteger os mais jovens e para garantir que estes se tornem hábeis para lidar com as demandas sociais da vida (Grusec, & Davidov, 2007). Para tanto, os pais utilizam estratégias para educar, socializar (Gomide, 2003; Bolsoni-Silva et al., 2011) e cuidar das crianças (Macarini et al., 2010).

Um panorama geral das pesquisas brasileiras sobre o relacionamento entre pais e filhos, traçado por Macarini et al. (2010), mostra que há perspectivas teóricas que refletem diferentes concepções e ênfases sobre as ações parentais e, conseqüentemente, nomenclaturas diversificadas: práticas parentais, educativas e de cuidado. Outros termos recorrentes são estilos, supervisão, monitoria ou controle parental (Maccoby, 2007) e habilidades sociais educativas parentais (Bolsoni-Silva, & Loureiro, 2010).

As práticas educativas parentais são as estratégias utilizadas pelos pais com intuito de educar e socializar a criança (Gomide, 2003) e o termo estilo parental, geralmente, refere-se a um conjunto de práticas parentais (Gomide, Salvo, Pinheiro, & Sabbag, 2005). Essas possibilitam um clima de interação difundido em contextos e situações variadas envolvendo pais e filhos (Darling, & Steinberg, 1993).

O padrão de ação dos pais na interação com os filhos é permeado tanto por práticas positivas, quanto por negativas⁷, as quais a depender da sua frequência e intensidade convergem em determinados estilos parentais (Gomide, 2003). Os estilos são conceituados como uma representação geral das práticas parentais (Darling, & Steinberg, 1993), as quais são caracterizadas pelas diferentes estratégias e técnicas utilizadas pelos pais com o intuito educativo e social (Gomide, 2003).

O modelo dos estilos parentais baseia-se no protótipo de controle parental, desenvolvido por Baumrind (1966), que classifica o estilo parental em autoritário, autoritativo e permissivo. Os pais considerados autoritários avaliam e controlam o comportamento da criança de forma predominantemente coercitiva e punitiva; privilegiam o excesso de regras e a obediência; apresentam normas rígidas e inquestionáveis, restringindo o desenvolvimento da autonomia infantil e não estimulando a verbalização infantil (Baumrind, 1966, p.890).

Os pais de estilo autoritativo, ao mesmo tempo em que são afetivos e apoiam seus filhos emocionalmente, conseguem estabelecer regras e limites apropriados à fase de desenvolvimento da criança, apresentam expectativas razoáveis e comunicam-se estimulando e promovendo a independência do filho, valorizando as qualidades da criança e a expressão dos seus interesses (Baumrind, 1966). Os pais autoritativos também apresentam controle e práticas consistentes sobre o comportamento da criança, assim como criam demandas para a maturidade infantil, ao mesmo tempo em que estão dispostos a ouvir a perspectiva das crianças e auxiliá-las nos ajustes necessários (Hastings et al., 2007^a). Exercem controle combinado com afeto e democracia, em que há abertura para a comunicação com a criança por meio da solicitação das opiniões das crianças e do incentivo a expressão de sentimentos, bem como oferecem explicações e as razões para a punição (Hastings et al., 2007^a).

Os permissivos são descritos como não punitivos, afetivos, mas que não estabelecem regras e limites necessários para a criança, deixando-a livre para agir como quiser, tomando decisões as quais ainda não possui maturidade para tal e não estimulando à obediência às regras externas (Baumrind, 1966).

Além destes, outro modelo, influenciado pela tipologia de estilos parentais de Baumrind (1966) e proposto por Maccoby e Martin (1983), baseia-se nas dimensões de: (a) responsividade, composta por ações de apoio emocional para com a criança, ao mesmo tempo em que há comunicação e diálogo; e (b) exigência, que engloba atitudes de supervisão e controle do comportamento da criança, o estabelecimento de regras e limites. Já o estilo negligente não apresenta nem altos índices de responsividade, nem de exigência. A partir dos cruzamentos dessas duas dimensões tem-se ampliado o *rol* de estilos elaborados por Baumrind (1966).

As práticas parentais de controle são estratégias múltiplas que buscam direcionar ou mesmo pressionar a criança para determinado desempenho (Maccoby, & Martin, 1983) e podem envolver comandos, ordens diretas, instruções, ordens e restrições, assim como os pais podem responder à performance infantil por meio de orientações ou punições. A depender de sua frequência e intensidade, as estratégias de controle podem proporcionar maior ou menor estímulo à autonomia infantil (Dill, 2015), pois o suporte para autonomia envolve os diferentes níveis de estímulo à solução de problemas, escolhas e participações dos filhos em decisões (Grolnick, & Ryan, 1989), promovendo o desenvolvimento sócio-emocional da criança (Clark, & Ladd, 2000).

As relações entre pais e filhos sempre englobam algum grau de influência, controle e conformidade (Dill, 2015), sendo que o maior ou menor estímulo à independência apresenta relação direta com as práticas familiares e a cultura em que estão inseridos (Park, & Lau, 2016). Muitos pais apoiam a linguagem da autonomia e da independência, justificando preocupação em disciplinar e incutir um código de caráter e valores nos filhos, para que estes aprendam a pensar e decidir por si, evitando com isso envolvimento em atos desviantes (Dill, 2015). Tal assertiva ilustra a influência dos valores e das crenças parentais sobre os

⁷ As práticas parentais relacionadas ao comportamento pró-social infantil são denominadas positivas e as associadas aos problemas de conduta são nominadas negativas (Gomide, 2003).

comportamentos emitidos nas interações com as crianças, o que orienta os pais no processo de socialização das crianças (Darling, & Steinberg, 1993).

Ao longo do desenvolvimento infantil, verifica-se que os pais passam a exercer menos controle e supervisão dos filhos, estimulando a sua autonomia (McNally, Eisenberg, & Harris, 1991). Assim como os pais tendem a priorizar a disciplina por meio da comunicação verbal e da estimulação da compreensão pela criança, e a diminuir o contato físico e o tempo que dispõem com os filhos. Isto é, o tempo de supervisão dos filhos diminui em função da gradativa autonomia e independência da criança.

Portanto, a depender da faixa etária que as crianças se encontram, da sua maturidade e do contexto familiar, são esperadas mudanças nas ações parentais, o que representa aos pesquisadores focos em diferentes dimensões das análises da interação (Marin et al., 2011; McNally et al., 1991). Em crianças pequenas, por exemplo, há maior ênfase nos cuidados primários e na segunda infância nos estilos e práticas parentais (Macarini et al., 2010).

Outro elemento importante para a análise das perspectivas de estudo sobre as práticas parentais envolve o foco sobre determinado repertório infantil, tais como investigações que buscam detectar ações parentais relacionadas aos problemas de comportamento e as habilidades sociais (Bolsoni-Silva, & Loureiro, 2010, 2003); a moralidade (Hoffman, 2010, 1975; Prust, & Gomide, 2007); ao comportamento antissocial (Patterson et al., 2002; Gomide, 2003) e ao pró-social da criança (Hastings et al., 2000; Bower, & Casas, 2015). Em relação à interação entre pais e filhos e o desenvolvimento da pró-sociabilidade infantil, busca-se investigar as ações parentais que podem estimular ou inibir as ações pró-sociais infantis.

3.8 Práticas parentais e comportamento pró-social na infância

As pesquisas sobre interação entre pais e filhos e suas relações com o desenvolvimento de comportamentos pró-sociais na criança (Hastings et al., 2000; Romano et al., 2005; Hoffman, 2010; Garner, 2012; Malti, Eisenberg, Kim, & Buchmann, 2013; Bower, & Casas, 2015) têm demonstrado que o comportamento pró-social emerge no contexto familiar e nas interações diárias com cuidadores, ambientes que ofertam suporte para a compreensão infantil sobre suas ações nas relações sociais (Scrimgeour et al., 2016). Esses estudos também tem sinalizado que as crianças aprendem por meio da observação da maneira como seus pais interagem com os membros da família e com os demais (Padilla-Walker, Nielson, & Day, 2016).

As práticas parentais socializam e modelam as tendências morais das crianças, sendo as ações disciplinadoras e indutivas valorizadas pelas investigações acerca do tema (Carlo, Knight, McGinley, & Hayes, 2011). As interações entre pais e filhos mais recíprocas e cooperativas incentivam o comportamento pró-social infantil; já as hostis, as quais incluem demonstração de raiva, frustração e desapontamento com a criança, tendem a inibir tais atos (Padilla-Walker et al., 2016). Da mesma forma, os pais que são constantemente confrontados com a resistência de seus filhos podem inadvertidamente envolver-se em interações negativas, em que deixam de aprimorar a parentalidade (Pardini, Fite, & Burke, 2008).

As pesquisas pioneiras sobre práticas parentais foram desenvolvidas por Hoffman (1975, 1975 a; 1994; 2010; Hoffman, & Saltzstein, 1967) que analisou as práticas parentais associadas ao desenvolvimento do comportamento moral e empático na criança, classificando-as em dois grupos: práticas indutivas e práticas punitivas⁸ que podem envolver a retirada de afeto (Hoffman, & Saltzstein, 1967).

As práticas parentais indutivas estão relacionadas positivamente ao desenvolvimento avançado do comportamento moral e empático na criança na fase pré-escolar e escolar (Hoffman, 2010). A disciplina e a indução são estratégias que estimulam a reflexão e a consideração pelas outras pessoas, pois nas ocasiões em que os pais fomentam a criança a pensar em seus atos e as possíveis consequências que podem prejudicar as outras pessoas, a mesma aprende a direcionar sua atenção para a angústia do outro, o que estimula a tomada de perspectiva do outro (Carlo et al., 2011), assim como pode induzir ao sentimento de culpa baseada em empatia (Hoffman, 2010).

Desta forma, nas ações parentais indutivas, identifica-se certa proporção de controle disciplinador e, concomitantemente, oportunidades para a criança expressar suas opiniões e intenções, o que se assemelha às práticas e estilos autoritativos. Os pais que utilizam as práticas autoritativas equilibram o controle com a responsividade, explicam as razões de suas ações, apresentam abertura para escutar e responder às necessidades das crianças. Este estilo possibilita o desenvolvimento de uma relação baseada em um

⁸ A expressão utilizada por Hoffman e Saltzstein (1967) para se referir as práticas parentais punitivas foi *power assertion*, o que traduzido literalmente significa poder assertivo.

contexto positivo que facilita a recepção das crianças as orientações e a internalização de valores por meio do provimento de uma relação interpessoal responsiva às necessidades alheias (Hastings et al., 2007^a).

As ações indutivas oferecem suporte às práticas disciplinares parentais, pois utilizam a razão e as explicações verbais para incentivar na criança o conhecimento das consequências de suas ações (Carlo et al., 2011). O modelo de ação pró-social associado às explicações que os pais oferecem pode incentivar a empatia das crianças quando, por exemplo, os pais aproveitam oportunidades ao enfatizar as dificuldades que pessoas desabrigadas vivenciam ou ao questionarem a criança sobre os sentimentos dos personagens das histórias e buscar relacionar essas situações às experiências infantis (Hoffman, 2010).

A sensibilidade dos pais por meio do afeto, do suporte e das respostas contingentes às ações e necessidades infantis possibilita à criança aprender a agir pro-socialmente por meio da observação e da modelação pelos próprios pais (Newton et al., 2014; Richards et al., 2015), como sugere a perspectiva de aprendizagem bidirecional; assim como facilita a aderência infantil às requisições e metas dos pais, ao se considerar que as crianças tendem a imitar, a se identificar e a se sentirem motivadas com as ações parentais calorosas e responsivas (Padilla-Walker et al., 2016). O calor parental (*parental warmth*) é definido pela presença de afeto positivo, responsividade e suporte na interação entre pais e criança (Carlo, Mestre, Samper, Tur, & Armenta, 2010^b), sendo que as relações familiares afetuosas predizem o comportamento pró-social dos filhos (Mestre, Samper, Nacher, Tur, & Cortés, 2006).

Além disso, as estratégias maternas de socialização que incentivam a solução de problemas e a regulação emocional infantil também são relevantes para a estimulação do comportamento pró-social (Scrimgeour et al., 2016). Para que a criança possa auxiliar as demais é necessário que ela consiga identificar as situações em que as demais necessitam de auxílio e seja capaz de regular suas próprias emoções, pois as que encontram dificuldades em auto-controlar suas emoções, ao se depararem com os apuros alheios, tendem a reagir de forma super-estressada, o que propicia a inibição da ação pró-social. Para tanto, os pais devem incentivar a criança a solucionar dilemas e aprender a analisar e a lidar com suas emoções (Scrimgeour et al., 2016).

Desta forma, as interações entre pais e filhos mais recíprocas e cooperativas incentivam o comportamento pró-social infantil, já as hostis tendem a inibir tais atos (Padilla-Walker et al., 2016). A disciplina por meio do poder punitivo e da retirada do afeto baseia-se nas práticas que estimulam o medo da detecção e da punição externa, associada ao uso frequente de punição física e privação material; as quais foram relacionadas a níveis menos avançados de moralidade na criança (Hoffman, & Saltzstein, 1967).

As práticas estritamente punitivas, geralmente, envolvem ações muito intensas contendo pouca explicação para a criança sobre suas ações, o que dificulta a compreensão infantil (Carlo et al., 2011). Estratégias punitivas e autoritárias por parte das mães foram relacionadas a menores índices de preocupação com o outro por crianças (Hastings et al., 2000) e a presença dos problemas de comportamento infantis (Richards et al., 2015).

As práticas parentais excessivamente controladoras referem-se a altos graus de restrição, regras rigorosas e expectativas parentais impostas às crianças (Carlo et al., 2010^b). Ações repressivas parentais, as quais buscam controle do comportamento infantil por meio de atitudes que geram ansiedade e medo, dificultam a expressão de sentimentos, opiniões e a autonomia da criança (Hastings et al., 2000).

Esse processo coercitivo reforça as ações agressivas emitidas pelas crianças, promove um distanciamento emocional dessas nas interações sociais e, por consequência, diminui a responsividade afetiva das mesmas em interações sociais (Hastings et al., 2000). As práticas parentais excessivamente punitivas não estabelecem regras razoáveis e consistentes, dificultando a compreensão infantil e o desenvolvimento dos comportamentos pró-sociais dos filhos (Hastings et al., 2000; Richards et al., 2015).

As práticas parentais hostis podem ser expressas por meio de raiva, frustração, desapontamento com a criança e hostilidade propriamente, emitida por meio de brigas, sarcasmo e abuso emocional da criança, o que está associado a baixos índices de comportamento pró-social (Hastings et al., 2007^a). As ações parentais raivosas, mesmo não direcionadas aos filhos, transmitem aspereza e pouca sensibilidade, afetando negativamente as crianças e influenciando no surgimento de problemas de comportamento infantis (hostilidade-agressividade), bem como dificultando o desenvolvimento da pró-sociabilidade infantil (Goelman, Zdaniuk, Boyce, Armstrong, & Essex, 2014).

A estratégia de ameaçar a criança por meio da retirada de afeto não é efetiva para o desenvolvimento da moralidade, pois tende a causar ansiedade excessiva e a perturbá-la cognitivamente e emocionalmente pelo medo da perda do afeto, o que a desvia o foco da experiência e da aprendizagem (Hoffman, & Saltzstein, 1967). As práticas parentais que transmitem a não aceitação e a rejeição da criança estão associadas positivamente com problemas de comportamento inter e externalizantes e com baixos índices de comportamento pró-social infantil (Putnick et al., 2015).

Ao contrário, as práticas indutivas estimulam a criança a pensar nas consequências de suas ações para as outras pessoas (Hoffman, 2010). Essas estão associadas a experiência do sentimento de culpa, dos julgamentos morais, da confissão, da aceitação da responsabilidade e da consideração pelo próximo por parte da criança. (Hoffman, & Saltzstein, 1967). As práticas parentais de apoio, encorajamento e afeto positivo para com as crianças possibilitam a estabilidade do desenvolvimento do raciocínio moral e pró-social avançado nas mesmas entre os seis, sete e nove anos de idade (Malti et al., 2013). Essas crianças são estimuladas por meio das práticas parentais a pensar e raciocinar sobre suas ações e emoções (Malti et al., 2013).

Além do incentivo à reflexão sobre situações e condutas da criança, a expressão de afeto, carinho e compreensão por parte dos pais colabora para a adesão da criança às suas orientações (Malti et al., 2013). Essa atenção afetuosa dos pais possibilita que a criança aceite as coordenadas parentais, aumenta a disposição de ambos para as interações, bem como a atenção recíproca para as minúcias das mensagens transmitidas entre pais e filhos (uma compreensão mútua) (Padilla-Walker et al., 2016).

No entanto, nem todas as estratégias de disciplinas são igualmente eficazes para todas as crianças (Ensor, Spencer, & Hughes, 2011). Mesmo diante de ações parentais centradas na tomada de perspectiva do outro, há crianças que demonstram pouco desconforto com as emoções ou sofrimentos alheios (Kochanska, 1997). Apesar das diferenças, decorrentes de características individuais (temperamentais) ou mesmo contextuais (história de vida da criança), em que algumas crianças exigem maior investimento e mais experiências para a aprendizagem, novamente as práticas responsivas e autoritativas maternas são as alternativas de intervenção mais indicadas (Kochanska, 1997).

Há evidências de que os estilos parentais autoritativos ou democráticos estão associados à promoção do comportamento pró-social infantil (Dekovic, & Janssens, 1992). Mães de 108 pré-escolares, com idade entre três e seis anos, descreveram que utilizam de práticas calorosas, disciplina por meio do estímulo ao raciocínio infantil, incentivo à participação democrática da criança associadas à aplicação de limites consistentes apresentaram filhos mais pró-sociais e com menos problemas de comportamento (Querido, Warner, & Eyberg, 2002). Já crianças que experienciaram maior hostilidade materna do que a média (comparada aos irmãos) foram mais agressivas fisicamente e menos pró-sociais em suas relações (Romano et al., 2005). Aquelas que apresentaram altos níveis de agressão física e baixo nível de pró-sociabilidade estavam em famílias cujas mães apresentavam humor depressivo e práticas parentais negativas (Romano et al., 2005).

A aplicação da disciplina parental naturalmente gera certa resistência e reações emocionais negativas por parte da criança (Hoffman, & Saltzstein, 1967). A reação negativa, a oposição e a expressão de raiva pela criança são comuns nas ocasiões em que as crianças estão envolvidas numa atividade ou num objetivo e têm suas ações interrompidas pelos responsáveis. Essas reações se intensificam quando os pais utilizam práticas autoritárias, em que há uma imposição por meio do poder do adulto, frustrando não somente a ação emitida pela criança, mas também a sua necessidade de autonomia, o que tende a aumentar a reação raivosa da criança (Hoffman, & Saltzstein, 1967).

Como a relação entre pais e filhos é interativa, pode-se afirmar que certas tendências comportamentais das crianças ao reagirem de maneira irritadiça, com crises de raiva ou se recusando a partilhar com outras, podem gerar reações hostis nos pais (Knafo, & Plomin, 2006). Essas práticas negativas parentais podem evocar maior hostilidade infantil e dificultar a estimulação e a manutenção da pró-sociabilidade infantil (Knafo, & Plomin, 2006).

As práticas de disciplinas negativas foram correlacionadas negativamente ao desenvolvimento da pró-sociabilidade infantil em um estudo realizado com pais de 12.567 pares de gêmeos monozigóticos e dizigóticos aos dois, três, quatro e sete anos de idade (Knafo, & Plomin, 2006). Assim também a disciplina positiva e o afeto parental foram correlacionados positivamente e foram preditores do comportamento pró-social infantil em todas as idades e em ambos os sexos (Knafo, & Plomin, 2006). No estudo, os dados fornecidos pelos professores confirmaram os relatados pelos pais. Além disso, as práticas parentais positivas tiveram efeitos em longo prazo, isto é, aumentaram a ocorrência das ações pró sociais infantis ao longo do tempo em que o estudo foi realizado (Knafo, & Plomin, 2006).

Sobre as estratégias parentais para estimular o raciocínio e as emoções pró-sociais, destaca-se o modelo de ação ofertado pelo adulto para a aplicação de limites e expressão de sentimentos, o que tende a ser imitado pela criança e exerce influência na aprendizagem da expressão de suas emoções (Hoffman, 2010; Hastings et al., 2000; Knafo, & Plomin, 2006). As vivências e experiências com os pais são oportunidades para a criança aprender a lidar com a consideração pelas emoções dos outros e com suas próprias.

3.8.1 Indicadores de pesquisas sobre práticas parentais e comportamento pró-social infantil

A relação materna sensível ao filho colabora para o desenvolvimento de empatia na criança, como comprovado por um estudo longitudinal que investigou a disposição emocional materna como mediadora da internalização de habilidades cognitivas de 661 crianças aos 15 meses, aos dois e aos quatro anos de idade (Moreno, Klute, & Robinson, 2008).

Além disso, os recursos cognitivos e sociais da criança mediam a relação entre a disponibilidade materna e a empatia das crianças aos dois anos de idade ao interagir com a mãe e com um desconhecido. O comportamento materno mostrou-se relevante, concomitantemente, aos recursos cognitivos infantis internalizados pelas ações maternas, que agem como um possível mecanismo de transmissão das ações parentais cuidadoras ao incentivo de comportamentos de cuidado para com os outros (Moreno et al., 2008).

A sensibilidade parental caracterizada como comportamentos de afeto, calor (warmth), suporte e respostas contingentes às necessidades das crianças são apoiadas como estratégias que permitem à criança aprender a pró-sociabilidade por meio da observação e da modelagem (Newton et al., 2014). Mas a ação dos filhos sobre os pais também deve ser considerada, uma vez que crianças que se comportam pró-socialmente geram respostas mais sensíveis em seus pais, conforme a bidirecionalidade das interações (Knafo, & Plomin, 2006).

Práticas maternas calorosas e afetuosas foram associadas positivamente com o comportamento pró-social de 500 filhos nas relações sociais, assim como a hostilidade materna não apresentou relação com o comportamento pró-social dos filhos (Padilla-Walker et al., 2016). As análises das relações de reciprocidade e afeto maternas, investigadas por meio da análise da interação de 300 crianças e suas respectivas mães, reportada pelas próprias em três momentos (ao primeiro ano, aos três anos e aos quatro anos e 6 meses das crianças), detectou que as práticas maternas calorosas são preditoras de comportamento pró-social infantil (Daniel, Madigan, & Jenkins, 2016).

As práticas de socialização maternas e suas relações com o comportamento pró-social infantil foram investigadas em 366 crianças gêmeas por meio dos questionários SDQ, exames de neuroimagem para avaliação do TDAH infantil e entrevistas sobre práticas educativas com as mães (Richards et al., 2015). As práticas maternas calorosas que envolvem tom de voz apropriado, espontaneidade, simpatia e empatia na relação com a criança, bem como demonstração de interesse, compreensão e diversão na interação com o filho foram associadas positivamente com comportamentos pró-sociais infantis e negativamente com os antissociais (Richards et al., 2015). Já as práticas maternas que englobam a falta de compreensão, o pouco interesse e escasso entusiasmo para com a criança, desaprovações do comportamento infantil, declarações que criticam ou apontam falhas do comportamento infantil por meio de tom de voz e frases com conteúdo crítico, foram relacionadas positivamente aos problemas antissociais e negativamente aos comportamentos pró-sociais (Richards et al., 2015).

Práticas parentais restritivas podem ser associadas negativamente às ações pró-sociais infantis como mostrou uma pesquisa longitudinal realizada com 372 meninos e 358 meninas espanholas, com média de idade de 10 anos (Carlo et al., 2010^b). Por outro lado, a prática de calor parental, especialmente a materna, é preditora do raciocínio moral pró-social e do comportamento pró-social na adolescência.

Evidências de que as interações maternas sensíveis estão correlacionadas à pró-sociabilidade infantil ao longo da infância e na fase da transição para a adolescência foram encontradas em uma investigação sobre a sensibilidade materna e paterna e o comportamento pró-social na interação bidirecional entre pais, mães e 1364 crianças de quatro, cinco, nove e onze anos (Newton et al., 2014). A sensibilidade maternal previu o comportamento pró-social ao longo do tempo e, em contraste, a sensibilidade paterna não agiu como preditora, o que sugere que pais e mães apresentam diferentes papéis sobre a vida das crianças no meio da infância. Estas descobertas também refletem diferenças entre pais e mãe nas práticas de criação e afeto com os filhos pequenos, sendo as mães modelos mais fortes para a expressão de comportamentos pró-sociais.

As diferenças entre os efeitos das ações maternas e paternas sobre as ações pró-sociais dos filhos pré-escolares (dois anos e oito meses a quatro anos e nove meses de idade), do sexo feminino e masculino, também foram relatadas por Hastings et al. (2007^a). O estilo autoritativo paterno e materno e as reações parentais incentivadoras da pró-sociabilidade infantil apresentaram correlações positivas com o comportamento pró-social infantil nas interações entre pares, detectadas pelos professores.

Além disso, as práticas de socialização maternas foram preditoras mais fortes dos comportamentos pró-sociais dos meninos e das meninas, se comparadas às práticas paternas. No entanto, não foram encontradas diferenças entre o comportamento pró-social nos grupos de meninos e meninas, sinalizando a

importância de oportunidades de socialização e de incentivo ao comportamento pró-social voltadas tanto para os meninos, quanto para as meninas (Hastings et al., 2007^a; Hastings, Rubin, & DeRose, 2005).

A sensibilidade materna também exerce influência sobre a estimulação cognitiva da criança. As práticas sensíveis são caracterizadas pela oferta de atenção às necessidades da criança, engajamento nas atividades infantis, consideração positiva com a criança ao demonstrar tom de voz apropriado e caloroso, afeição física, sorrisos e sinais que indiquem diversão na companhia da criança, na fase de um ano e três meses (15 meses). Já aos três anos (36 meses), além dessas ações, o encorajamento das iniciativas infantis, a oferta de um suporte que proporcione segurança, o incentivo a autonomia infantil, por meio de conhecimento das intenções e opiniões infantis, bem como a negociação de algumas regras compõem as práticas sensíveis. A estimulação cognitiva está relacionada ao incentivo a percepção das situações pela criança, a orientação das crianças para brincadeiras elaboradas, o ensinamento de novos pensamentos e habilidades e perguntas que encorajam a criança a solucionar problemas (Bandon, & Scrimgeour, 2015).

A relação entre as práticas maternas sensíveis e a estimulação cognitiva de crianças foi avaliada em 1364 mães e mostrou-se preditora do comportamento pró-social dos filhos com um ano e três meses (15 meses), dois anos (24 meses) e três anos (36 meses) de idade (Bandon, & Scrimgeour, 2015). Os resultados das observações com as mães e seus filhos indicaram que a sensibilidade materna está associada ao comportamento pró-social infantil na interação entre pares, assim como a sensibilidade materna associada a estimulação cognitiva da criança prediz interações mais cooperativas entre as crianças aos dois anos (24 meses) (Bandon, & Scrimgeour, 2015).

As estratégias maternas de socialização das emoções infantis, as quais estão direcionadas para estimular a compreensão infantil e a solução de problemas aos dois anos de idade predizem o comportamento pró-social de crianças aos quatro anos de idade (Scrimgeour et al., 2016). As orientações maternas para a resolução de problemas infantis podem fomentar a capacidade das crianças em regular a própria excitação emocional, já que com o apoio materno para a solução do problema, o envolvimento dos filhos em comportamentos ativos é facilitado.

As práticas maternas de orientação e estimulação do comportamento pró-social também são moderadas pelas diferenças individuais das crianças, concluindo que o comportamento pró-social infantil emerge das contribuições interativas maternas e da regulação fisiológica da própria criança (Scrimgeour et al., 2016).

A prática materna de estimular a compreensão infantil acerca das situações que evocam certas emoções e a descrição dessas emoções, associadas às práticas de conforto materno e de distração das emoções negativas, por meio da mudança de foco que visa diminuir o estresse da experiência negativa, foram associadas ao comportamento pró-social infantil de 70 crianças afro-americanas dos Estados Unidos na fase pré-escolar (Garner, 2006). Os elogios e a aprovação do comportamento infantil pró-social foram relacionados a ação pró-social pelas crianças (Garner, 2006).

No entanto, o contexto situacional em que as mães ofertam conforto emocional aos filhos deve ser considerado, pois as práticas maternas excessivamente confortantes ou em contextos inapropriados, em que há tentativa de evitar vivências de emoções negativas pelas crianças em situações frustrantes, podem dificultar o desenvolvimento da pró-sociabilidade infantil, por não incentivar a auto-regulação das emoções infantis (Scrimgeour et al., 2016).

As ações maternas que auxiliam as crianças a identificarem as situações estressantes vivenciadas pelos outros e a se conscientizarem dos seus estados emocionais, bem como práticas maternas que ensinam e sugerem respostas apropriadas às experiências vivenciadas pelas crianças predizem comportamento pró-social infantil (Garner, Dunsmore, & Southam-Gerrow, 2008).

Em um estudo com 85 participantes, entre mães e crianças, observou-se que as mães que explicavam para as crianças as emoções envolvidas em situações hipotéticas, histórias e vivências, tenderam a ter filhos que conseguiam comunicar suas emoções com maior habilidade e se envolviam em ações pró-sociais (Garner et al., 2008). As explicações maternas validam os sentimentos infantis e incentivam a sensibilidade para as pistas emocionais das demais pessoas, o que facilita a ação de cooperação (Garner et al., 2008).

As ações de socialização e incentivo dos pais, por meio da narração de histórias em que as emoções dos personagens são destacadas é uma proposta que apresenta relação positiva com o comportamento pró-social, como compartilhar e ajudar. Em um estudo conduzido com crianças de dois anos (24 meses) e dois anos e seis meses (30 meses), verificou-se que aquelas que ajudaram e compartilharam mais rapidamente e com mais frequência, especialmente em tarefas que exigiam a compreensão da emoção do outro, tinham pais que mais vezes solicitavam para a criança rotular e explicar as emoções dos personagens descritos no livro (Brownell et al., 2013). A prática de contar histórias em que as emoções dos personagens são

destacadas podem ser ações incentivadoras da compreensão da perspectiva do outro e da tomada de perspectiva, habilidades necessárias para a emissão da ação pró-social (Brownell et al., 2013).

Outra ação socializadora ocorre por meio das conversas entre mães e filhos, em que experiências do cotidiano são compartilhadas, principalmente situações em que a criança auxilia os outros, assim como outras em que ela possa vir a magoar os demais (Recchia, Wainryb, Bourne, & Pasupathi, 2014). As análises desses diálogos entre mães e filhos sobre o comportamento infantil pró-social e transgressivo em suas vivências diárias podem enriquecer a compreensão sobre o quanto as experiências positivas e negativas servem de contexto para o desenvolvimento da moral (Recchia et al. 2014). Além disso, ao longo do desenvolvimento, as conversas dos pais e filhos sobre questões morais tendem a mudar, de acordo com o crescimento e a evolução das capacidades das crianças.

Os diálogos sobre o comportamento pró-social, os quais envolvem o auxílio ao próximo, revelam que os filhos refletem sobre essas experiências voltados para as necessidades dos outros. Especificamente, quando se discutem as razões e as consequências de ajudar os outros, tanto as crianças em idade escolar como os adolescentes enfatizam necessidades e emoções dos outros e eles raramente discutem custos auto incorridos de ajudar. Diferentemente, as conversas envolvendo situações em que os outros são ofendidos evocam a preocupação em magoar o outro, bem como os sentimentos negativos relacionados, revelando um foco duplo, tanto para si, quanto para os outros (Recchia et al., 2014).

As conversas entre mãe e criança sobre situações de ajuda ao próximo apoiam a compreensão das crianças sobre sua própria atuação e agência em suas situações que evoquem ajuda, buscando enfatizar as consequências emocionais e psicológicas positivas para si ao auxiliar os demais. Tal processo visa estimular, facilitar e reforçar o senso de si próprio para as crianças como agentes morais pró-sociais capazes de derivar bem estar e satisfação pessoal com sua própria capacidade de responder às necessidades dos outros (Recchia et al., 2014).

Já as conversas envolvendo transgressões são mais elaboradas e exigentes, por envolverem tanto esforços infantis para descreverem as situações e seu papel, quanto os pontos de vista conflitantes entre os oradores. Nesses diálogos, as metas de socialização são distintas das situações de ajuda, pois as educadoras precisam auxiliar a criança a perceber o delito, os efeitos prejudiciais ao outro, resultante do comportamento da própria criança, o que torna este diálogo mais “tenso”, sendo que as mães frequentemente desencorajam a criança a se envolver em comportamentos semelhantes (Recchia et al., 2014). As interações responsivas e recíprocas, mediadas por conversas mútuas entre mães e filhos, mostram-se relacionada às habilidade infantis em detectar e refletir sentimentos, bem como ao comportamento pró-social infantil na fase pré-escolar (Ensor et al., 2011).

As pesquisas analisadas demonstram que: As práticas autoritativas, disciplinares indutivas, sensíveis e afetivas por parte dos pais, em especial das mães; o modelo compreensivo e confortante contextualizado ofertado pelos pais; a descrição das emoções por meio de diálogos, narrações de histórias, as conversas que direcionam a compreensão infantil e o raciocínio infantil; os elogios e incentivos consequentes as ações benéficas emitidas pelas crianças, como estratégias que favorecem o comportamento pró-social infantil ao longo da infância. Já as práticas estritamente autoritárias e punitivas, tais como: Hostilidade física e verbal; excessivas críticas; ou a própria indiferença dos pais, parecem associadas à inibição da pró-sociabilidade e ao aumento da agressividade infantil.

Diante desses achados, o presente trabalho pretende investigar as práticas maternas que estão relacionadas aos comportamentos pró-sociais de crianças com idade entre cinco e seis anos, bem como as que diminuem a probabilidade da ocorrência deste comportamento infantil. Para tanto, por meio das pesquisas apresentadas sobre o tema, foram formuladas as seguintes hipóteses que amparam os objetivos desta pesquisa.

4 Hipóteses

4.1 Características do comportamento pró-social aos cinco e aos seis anos de idade

Ao longo do desenvolvimento infantil, espera-se uma evolução das ações pró-sociais (Romano et al., 2005) e, a depender das interações com adultos e pares e dos incentivos para tanto, as crianças tendem a apresentar aumento da maturidade emocional, cognitiva e consequente compreensão das necessidades dos demais (Eisenberg, & Mussen, 1989; Knafo, & Plomin, 2006; Grusec, & Davidov, 2007). Dados sobre a doação de bens materiais mostram que há uma tendência ao aumento da frequência da ação de dividir e compartilhar bens no meio da infância e que essa evolução está relacionada a sentimentos de aceitação social e a preocupação orientada para os outros (Malti et al., 2012).

Em crianças pequenas, aos 14 meses de idade, há reações que indicam a propensão à ação pró-social, facilitada pelo incentivo dos adultos cuidadores (Dunfield, & Kuhlmeier, 2013; Dunfield, 2014; Svetlova et al., 2010; Brownell et al., 2009); simultaneamente, em crianças menores são detectadas algumas dificuldades em reconhecer as necessidades dos outros (Dunfield, & Kuhlmeier, 2013). Conforme as crianças crescem e recebem as coordenadas dos adultos, elas tornam-se mais independentes para agir de maneira pró-social, compreendendo os sinais e as situações nas quais as outras pessoas precisam de auxílio (Brownell et al., 2009).

Na fase pré-escolar e escolar, as crianças apresentam maior frequência da ação de compartilhar (Ongley et al., 2015; Malti et al., 2012) e demonstram maior compreensão das necessidades alheias ao oferecerem auxílio instrumental mais direto e adequado à necessidade do receptor (Dunfield, 2014; Eisenberg, Fabes, & Spinrad, 2006). Essa mudança está relacionada à importância da aceitação social das crianças nas interações com os pares e ao desenvolvimento do sentimento de simpatia pelas demais pessoas (Malti et al., 2012).

Portanto, os avanços na trajetória de desenvolvimento e o aumento da idade são fatores que estão relacionados à maior ocorrência de ações pró-sociais, sendo a idade, portanto, preditora do comportamento pró-social (Ongley et al., 2015; Benenson et al., 2007).

4.1.1 Hipótese 1

Com base nestes achados, acredita-se que as crianças aos cinco e aos seis anos de idade apresentarão julgamentos (raciocínios-cognições), sentimentos pró-sociais e tendência às ações pró-sociais ao analisarem as histórias que contêm situações hipotéticas relativas a doação-empréstimo de bens, oferta de conforto e auxílio instrumental e que as avaliações maternas também indicarão a presença da pró-sociabilidade infantil. Espera-se que as crianças aos seis anos de idade apresentarão maior frequência de julgamentos, sentimentos e tendência às ações pró-sociais que as crianças aos cinco anos de idade ao analisarem as histórias que contêm situações hipotéticas relativas à doação- empréstimo de bens, conforto e auxílio instrumental e que serão percebidas como mais pró-sociais pelas mães que as crianças de cinco anos de idade.

4.2 Relação entre o relato infantil sobre o raciocínio, o sentimento, a tendência à ação pró-social e a perspectiva materna sobre o comportamento pró-social infantil

As habilidades cognitivas relativas à tomada de perspectiva, a compreensão e inferência das necessidades e das situações vivenciadas pelas demais pessoas (Hoffman, 2010) bem como os sentimentos de comoção e empatia, denominados de motivação pró-social (Malti et al., 2009), são apontados como dimensões do comportamento pró-social associados à ocorrência do ato pró-social observável (Eisenberg, & Mussen, 1989; Belacchi, & Farina, 2012).

A presença dos pensamentos e dos sentimentos que denotam a tomada de perspectiva e a comoção também são preditores da ação pró-social (Malti et al., 2009). As crianças que apresentam orientação e raciocínio moral orientado ao outro (compreensão das necessidades do outro) e simpatia (respostas de consideração pelo sofrimento alheio) são as que mais apresentam respostas pró-sociais de auxílio ao outro (Miller et al., 1996).

4.2.1 Hipótese 2

Com base no exposto, espera-se que as crianças que expressarem maior orientação pró-social ao julgarem a ausência de ajuda como inadequada, sentimentos que evidenciam consideração pelo outro, e ao apoiarem as ações pró-sociais em suas análises relativas à doação-empréstimo, conforto e auxílio instrumental, possivelmente apresentarão comportamentos de doação e serão descritas pelas mães como apresentando comportamentos pró-sociais.

4.3 Características do relato infantil sobre o raciocínio, os sentimentos e a tendência à ação pró-social e a perspectiva materna do comportamento pró-social em meninos e meninas

Pesquisas apontam que as meninas apresentam maior frequência de atos pró-sociais que os meninos (Benenson et al., 2007; Whiting, & Edwards, 1973), em especial a partilha, aos seis e aos sete anos de idade (Malti et al., 2012). Por outro lado, alguns estudos relataram não encontrar diferenças entre o comportamento pró-social em meninos e meninas (Hastings et al., 2007^a; Dunfield et al., 2011).

Apesar dos achados antagônicos, a investigação longitudinal efetuada por Malti et al. (2012) mostrou que as meninas aos seis e sete anos partilharam mais que os meninos, mas essa diferença não foi detectada entre as crianças aos nove anos de idade.

4.3.1 Hipótese 3

Com base nesta última proposta, sustenta-se a hipótese de que as meninas apresentarão maior frequência de raciocínios, sentimentos e de tendência à ações pró-sociais em suas análises e serão descritas pelas mães como apresentando maior frequência de comportamento pró-social que os meninos.

4.4 Relações entre práticas educativas maternas e comportamento pró-social infantil

A relação entre pais e filhos é essencial para a socialização do comportamento infantil (Bower, & Casas, 2015), embora os vários tipos de configurações familiares e de criação das crianças também devam ser considerados. As ações de incentivo e elogio aos atos pró-sociais infantis, assim como as demais práticas responsivas, estão relacionadas ao comportamento pró-social infantil (Bower, & Casas, 2015). O estímulo e o pedido de assistência por parte dos adultos promovem a compreensão infantil, o que possibilita as ações pró-sociais em crianças na primeira infância (Svetlova et al., 2010; Brownell et al., 2009; Dunfield, & Kuhlmeier, 2013; Dunfield, 2014). Com o desenvolvimento e o aumento da complexidade das relações sociais, espera-se a evolução das habilidades interativas, entre as quais o raciocínio empático, a tomada de perspectiva e os sentimentos de comoção são indicados como relevantes ou mesmo preditores dos atos pró-sociais (Ongley et al., 2015; Benenson et al., 2007). Para tanto, algumas práticas parentais são apontadas como fundamentais para a estimulação dessas habilidades infantis e para a consequente emissão das ações pró-sociais.

As práticas parentais autoritativas, porque possibilitam à criança o suporte afetivo concomitantemente ao diálogo e ao estímulo à reflexão, são apontadas como facilitadoras da disciplina infantil, da aderência das crianças às orientações e aprendizagem de valores (Hastings et al., 2007^a). O fato de que a criança vivenciar a consideração pelos sentimentos e opiniões alheias na própria interação com os pais, demonstra sensibilidade parental, sendo esta variável preditora do comportamento pró-social infantil (Carlo et al., 2010^b; Mestre et al., 2006).

Além disso, a explicação racional e o incentivo às análises das consequências dos atos infantis por parte dos pais, possibilitam o desenvolvimento de auto-reflexão, da solução de problemas e regulação emocional, variáveis associadas ao comportamento pró-social infantil (Hoffman, 2010; Carlo et al., 2011; Scrimgeour et al., 2016).

As práticas parentais que buscam o controle do comportamento infantil por meio de estratégias que geram ansiedade, dificultam a expressão de sentimentos e de opiniões, a compreensão e a autonomia da criança (Carlo et al., 2011; Hastings et al., 2000). Tais práticas ocasionam o medo da detecção e da punição externa, perturbam a criança cognitivamente e emocionalmente, gerando interferências negativas sobre o foco das situações vivenciadas e o desenvolvimento das habilidades infantis (Hoffman, & Saltzstein, 1967). Consequentemente, as ações parentais excessivamente controladoras e restritivas estão relacionadas a menores índices de preocupação empática (Hastings et al., 2000) e positivamente associadas aos problemas de comportamento infantis (Richards et al., 2015). Pelo fato dessas práticas não estimularem o raciocínio

infantil e promoverem um distanciamento emocional nas interações sociais, elas dificultam o desenvolvimento da pró-sociabilidade na criança (Goelman et al., 2014; Hastings et al., 2000; Richards et al., 2015).

4.4.1 Hipótese 4

Espera-se que as práticas educativas maternas autoritativas estarão relacionadas à maior frequência de cognições, sentimentos e tendência à ação pró-social nos relatos infantis e de comportamentos pró-sociais infantis, segundo as descrições maternas. E supõe-se que as práticas maternas excessivamente autoritárias estarão relacionadas à menor frequência de cognições, sentimentos e tendência à ação pró-social nos relatos infantis e comportamentos pró-sociais infantis nas descrições maternas sobre os filhos.

4.5 Determinantes do comportamento pró-social infantil

Sobre os motivadores do comportamento pró-social, há de se destacar que a ênfase teórica da Análise do Comportamento considera que o surgimento e o desenvolvimento dos comportamentos são multi-determinados e influenciados por fatores filogenéticos, ontogenéticos e culturais (Skinner, 2003). Ressalta-se que dentre esses, esta pesquisa se dedica aos aspectos relativos à ontogênese, que engloba várias interações, tais como relação com os pais, pares, cuidadores diversos, professores, contextos de vizinhança; dentre as quais foram escolhidas as práticas educativas maternas em função da sua repercussão no desenvolvimento infantil.

As práticas educativas maternas, além de relacionadas ao comportamento pró-social infantil, são preditoras da pró-sociabilidade infantil, conforme evidenciam estudos longitudinais que indicam que a sensibilidade materna prediz a ocorrência de comportamentos pró-sociais (Newton et al., 2014); as práticas educativas maternas autoritativas são preditoras de comportamentos pró-sociais em meninos e meninas (Hastings et al (2007^a); as práticas maternas calorosas são preditoras de comportamento pró-social infantil (Daniel et al., 2016).

4.5.1 Hipótese 5

Sustenta-se a hipótese de que a presença das práticas autoritativas seja um dos fatores preditores do comportamento pró-social infantil; por outro lado, as práticas autoritárias geram interferências negativas sobre o comportamento pró-social infantil.

5 Método

5.1 Caracterização da pesquisa

Esta pesquisa faz parte dos requisitos para conclusão de Doutorado em Psicologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Trata-se de uma pesquisa com delineamento descritivo (Sampieri, Colado, & Lucio, 2006), em que se pretende detectar e descrever as práticas educativas maternas e as ações pró-sociais das crianças com idade entre 5 e 6 anos. O estudo também pode ser caracterizado como relacional e preditivo, pois busca avaliar a relação entre as práticas educativas maternas e os comportamentos pró-sociais das crianças, bem como os padrões maternos que possibilitam as previsões do comportamento infantil. Pode ainda ser caracterizado como transversal, pois a coleta dos dados e informações sobre o objeto a que se refere se dará em um só momento (Sampieri et al., 2006).

5.2 Participantes

Participaram 110 crianças com idades entre cinco e seis anos, estudantes do primeiro ano do ensino fundamental e suas respectivas mães.

5.2.1 Dados demográficos dos participantes

A descrição dos dados demográficos dos participantes foi efetuada por meio da descrição numérica e percentual.

Participaram deste estudo 110 mães e 110 crianças (seus filhos), sendo 50 meninas e 60 meninos, com idades entre cinco e seis anos, alunos do 1^a ano do Ensino Fundamental, provenientes de seis escolas municipais, de duas cidades, sendo uma capital da região sul do país e outra do interior do mesmo estado. Para obtenção desta amostra, foi realizada a coleta de dados com 283 crianças, das quais aderiram as mães de 110 participantes.

Foram coletados os dados demográficos das famílias, em que buscou-se identificar: (a) cidade; (b) instituição escolar; (c) idade das crianças; (d) sexo das crianças; (e) caracterização das mães (f) faixa etária das mães; (g) detecção da coabitação da criança junto à mãe; (h) estado civil materno; (i) escolaridade materna; (j) estado profissional da mãe; (k) renda mensal; (l) religião.

Sobre a cidade dos participantes, alguns foram oriundos da capital e outros de uma cidade do interior do Estado (Tabela 1):

Tabela 1- **Número de participantes por cidade**

Cidade	Frequência- díades mãe e filho	Porcentual	Qui-quadrado
Capital	57 díades	51,8%	
Interior	53 díades	48,2%	
Total	110 díades	100%	0,703

A Tabela 1 indica que o número de participantes de ambas as cidades foi semelhante e a Tabela 2 mostra o número de crianças advindas de diferentes instituições escolares.

Tabela 2- **Número de participantes por instituições escolares**

Escolas e cidades	Frequência	Porcentual	Qui-quadrado
Municipal- capital	56	51%	
Municipal- interior	54	49%	
Total	110	100%	0,000

Verifica-se que a maior parte dos participantes atende escolas municipais (Tabela 2). A idade das crianças participantes variou entre cinco e seis anos, como expõe a Tabela 3

Tabela 3- **Idade das crianças participantes**

Idade	Frequência	Percentual	Qui-quadrado
5 anos	56 crianças	50,9%	
6 anos	54 crianças	49,1%	
Total	110 crianças	100%	0,849

Identifica-se que metade da amostra infantil apresentou cinco anos e a outra, seis anos de idade (tabela 3), sendo que dentre essas o público masculino representou 54,5% e o feminino 45,5%, conforme Tabela 4:

Tabela 4- **Número de meninos e meninas participantes**

Participantes	Frequência	Percentual	Qui-quadrado
Meninas	50	45,5%	
Meninos	60	54,5%	
Total	110	100%	0,340

Em relação às caracterizações maternas, a Tabela 5 apresenta os dados:

Tabela 5- **Caracterização das mães**

Caracterização das mães	Frequência	Percentual
Mães biológicas	94	85,5%
Mães adotivas	2	1,8%
Avós que exercem papel materno	13	11,8%
Madrasta que exerce papel materno	1	0,9%
Total	110	100%

A partir da Tabela 5, detecta-se que a maior parte das participantes são mães biológicas, mas a presença de mães adotivas e de avós e madrastas que exercem o papel materno também foi observada. A respeito da idade materna, a Tabela 8 expõe estes dados:

Tabela 6- **Faixa etária das mães**

Faixa etária das mães	Frequência	Porcentual	Qui-quadrado
19-29 anos	44	40%	
30-39 anos	40	36,4%	
40-49 anos	17	15,5%	
50-59 anos	6	5,5%	
60-69 anos	3	2,7%	
Total	110	100%	0,013

Ao analisar a Tabela 6, verifica-se que a maior parte das mães apresentou faixa etária entre 19 e 29 anos (40%), seguidas das mães com idade entre 30 e 39 anos (36,4%). Sobre a morada das crianças, detectou-se que 106 (96,4%) crianças coabitavam com suas mães, enquanto 4 (3,6%) crianças não moravam com as mães. Quanto ao estado civil materno:

Tabela 7- **Estado civil materno**

Estado civil da mãe	Frequência	Porcentual
Casada em união estável	81	75,5%
Separada	13	11,8%
Solteira	14	12,7%
Total	110	100%

Os dados (Tabela 7) mostram que a maior parte das mães participantes estava casada ou unida de forma estável. A escolaridade das participantes está representada pela Tabela 8:

Tabela 8- **Escolaridade materna**

Escolaridade materna	Frequência	Porcentual
Não alfabetizada	5	4,5%
Ensino fundamental incompleto	27	24,6%
Ensino fundamental completo	9	8,2%
Ensino médio incompleto	13	11,8%
Ensino médio completo	37	33,6%
Ensino superior incompleto	11	10%
Ensino superior completo	7	6,4%
Pós-graduação	1	0,9%
Total	110	100%

Ao observar a Tabela 8, identifica-se que 33,6% das mães relatou ter o ensino médio completo e 24,6% apresentou ensino fundamental incompleto, sendo que poucas referiram não serem alfabetizadas (4,5%), ou terem ensino superior completo (6,4%) e pós graduação (0,9%).

Em relação ao exercício laboral materno, observou-se que 53 participantes (48,2%) não trabalhavam e 57 (51,8%) trabalhavam na época da coleta de dados. A renda mensal das famílias participantes está representada na Tabela 9:

Tabela 9- Estimativa da renda mensal das famílias

Renda mensal	Frequência	Porcentual
Não responderam	5	4,5%
Menos de 100,00	2	1,8%
101 a 500	7	6,3%
501 a 1000	26	23,7%
1001 a 1600	42	38,2%
1601 a 2000	13	11,8%
2001 a 3000	8	7,3%
3001 a 4000	1	0,9%
Acima de 4000	6	5,5%
Total	110	100%

Ao visualizar a Tabela 9, verifica-se que a renda mensal mais frequente variou entre R\$ 501 e R\$ 1600 por mês, o que equivale a variância entre menos de um salário mínimo e 1,81 salários mínimos. Em relação às condições de habitação das famílias, verificou-se que 56 (50,9%) das mães relatou morar em casa própria; 41 (37,3%) em casa alugada; 13 (11,8%) em casa cedida ou emprestada. A Tabela 10 representa a religião que as mães mencionaram serem adeptas:

Tabela 10- Religião das mães

Religião	Frequência	Porcentual
Católica	55	50%
Evangélica (Adventista, metodista, congregação)	32	29,1%
Outras (Mórmon, Umbandista, Seich No ie)	4	3,6%
Crê em Deus, mas não adepta a religiões	7	6,4%
Não responderam	12	10,9%
Total	110	100%

Verifica-se que metade das mães participantes referiram a religião católica (50%), seguido de 29,1% que relataram seguir a religião evangélica (29,1%) (Tabela 10).

5.2.2 Critérios de inclusão dos participantes

De forma total, foram entrevistadas 283 crianças, porém, considerando a necessidade da participação da díade mãe e filho, foram incluídas somente 110 crianças e suas respectivas mães, e excluídas 173 crianças, cujas responsáveis não aderiram.

5.3 Local

A coleta de dados foi efetuada em seis escolas municipais do ensino fundamental de uma capital e uma cidade do interior da região Sul do Brasil.

5.4 Procedimentos éticos

Inicialmente o projeto foi encaminhado para a obtenção da autorização da Secretaria de Educação Municipal das cidades em que foi aplicado e autorizado (Apêndice A). Posteriormente, seguiu para a análise e parecer do Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Após a aprovação do Comitê de Ética da UFSC (Anexo 1), foi realizado o contato com as diretoras das instituições (escolas municipais) para a apresentação da proposta (Apêndice B).

Posteriormente, o contato com as mães foi efetuado, em que as mesmas receberam uma carta convite para a pesquisa, enviadas pelas cadernetas escolares das crianças e para a participação em reuniões da escola para pais. Nessa oportunidade foi apresentada a proposta da pesquisa e a carta que contém a explicação do termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice C), conforme a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. É importante destacar que por meio deste termo foi ofertado o direito ao participante de desistir da pesquisa, em qualquer momento e sem prejuízo algum, e assegurado o sigilo ao serem informados que os resultados da pesquisa não divulgariam dados de identificação dos mesmos. Após a finalização da coleta de dados da pesquisa, foi oferecido um retorno sobre alguns dos achados para a direção da escola e para as mães que desejaram ter acesso aos dados referentes aos seus filhos. Há de se

informar que, a partir das entrevistas infantis e maternas, alguns encaminhamentos para psicoterapia e avaliação psicopedagógica também foram realizados.

5.5 Procedimentos para a coleta de dados

Após o aceite da Secretaria Municipal das cidades, a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas e a obtenção da autorização da direção das escolas, as mães foram convidadas a participar e a autorizar a participação das crianças, conforme as orientações apresentadas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. As crianças também foram convidadas a participar após uma breve explicação sobre a pesquisa com linguagem adaptada a faixa etária das participantes.

5.5.1 Coleta de dados com as crianças

A coleta de dados iniciou-se com as crianças por meio da aplicação das entrevistas de forma individual e da aplicação de um procedimento semi-experimental. Foram utilizados somente os dados das crianças devidamente autorizadas pelos seus pais, porém todos os alunos das salas de aula participantes foram convidados, considerando o cuidado de evitar que se sentissem excluídos.

Para tanto, cada criança foi retirada da sala de aula onde se encontrava e direcionada pela pesquisadora para outra sala, onde o procedimento da contação de histórias, seguido da entrevista e do semi-experimento, foi aplicado de forma individual, tendo duração aproximada de 5 a 10 minutos com cada participante.

A entrevista contemplou três histórias ilustradas com dilemas, baseados no paradigma do vitimizador feliz, contadas para as crianças e seguidas de três perguntas relacionadas ao raciocínio, aos sentimentos e a possível ação ao julgar as situações hipotéticas ilustradas pelas histórias. As respostas das crianças foram registradas e codificadas de acordo com a proposição de Malti et al. (2009), Keller et al. (2003) e Menéres (2014). Também foi realizada uma situação hipotética de doação de balas, em que cada criança teve a oportunidade para agir de maneira pró-social, o que foi registrado e computado, conforme a dádiva anônima, desenvolvida por Lourenço (1991).

As entrevistas com as crianças foram efetuadas antes da coleta de dados com as mães, tendo em vista que após o inquérito, as mães podem refletir e até mesmo modificar suas ações com as crianças (Bolsoni-Silva, & Loureiro, 2010).

Sobre o local de aplicação das entrevistas com as crianças, essas foram realizadas de forma individual, em salas disponibilizadas pelas profissionais das escolas, sendo caracterizadas por ambientes protegidos de estímulos intervenientes, tais como outras pessoas, sons e ruídos intensos, pois essas variáveis podem interferir no comportamento de análise da história pela criança participante.

5.5.2 Coleta de dados com as mães

Após a coleta com as crianças, foram efetuadas as entrevistas com as mães de forma individual, por meio dos seguintes instrumentos:

- Um questionário sobre os dados sócio- demográficos das mães (Anexo 2);
- O Relatório de práticas de educação infantil- Child Rearing Practices Report –CRPR (Gagnon, 2012) que busca detectar as práticas educativas maternas (Anexo 3);
- A aplicação do Questionário de capacidades e dificuldades da criança- SDQ (Goodman, 1997), que contém uma escala sobre comportamento pró-social, sobre sintomas emocionais, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, problemas de relacionamento e transtorno de conduta (Anexo 4).

Esses instrumentos buscaram acessar as percepções maternas sobre as práticas que utilizam na interação com seus filhos e sobre o comportamento pró-social de seus filhos participantes.

5.6 Instrumentos

5.6.1 Instrumentos para a coleta de dados com as crianças

O instrumento infantil teve o objetivo de coletar dados referentes ao raciocínio, ao sentimento e a tendência à ação pró-social da criança em foco. Pretendeu-se identificar a percepção e a análise das crianças sobre o comportamento de emprestar/doar bens materiais (dilema do lápis, Malti et al., 2009), de confortar o colega (dilema do amigo que não pode sair de casa, La Taille, 2006) e de ajudar

instrumentalmente outra criança (dilema dos objetos que caem no corredor da escola, desenvolvido por esta pesquisa e baseado em experimentos efetuados por Dunfield, Kuhlmeier, O'Connell, & Kelley, 2011). Destaca-se que esta análise por parte da criança é denominada de julgamento, raciocínio moral pró-social (Eisenberg, & Spinrad, 2014) e motivação pró-social infantil (Matli et al, 2009).

Para a análise do julgamento ou motivação moral pró-social de crianças pré-escolares e escolares, as pesquisas utilizam o Paradigma do Vitimizador Feliz (Malti et al., 2009; La Taille, 2006; Lourenço, 1991, 1997; Menéres, 2014). Este recurso consiste em contar histórias que contém dilemas morais que envolvem personagens da mesma idade que os participantes e, dentre esses, um é denominado de vítima, pois sofre com as consequências de situações prejudiciais que são ocasionadas pelo comportamento do vitimizador, que recebe o adjetivo feliz pelo fato de se considerar que ele consegue atingir suas metas e objetivos, ao contrário da vítima que é prejudicada. Nesta pesquisa, a adaptação das histórias foi realizada de forma que os dilemas contemplaram a ausência de atos pró-sociais por parte do protagonista da história.

Após o entrevistador contar a história do Paradigma do vitimizador feliz para a criança, são realizadas perguntas que fazem parte da entrevista e que visam captar a compreensão e a percepção infantil acerca dos seus julgamentos (compreensão de regras), dos sentimentos e suas possíveis ações, caso vivenciasse a situação narrada.

Outro recurso utilizado para acessar os comportamentos pró-sociais são algumas situações hipotéticas e semi-experimentais, que buscam oportunizar a ocorrência do comportamento pró-social em crianças no momento da pesquisa. Como exemplo, tem-se a situação da dádiva anônima (Lourenço, 1991), aplicada por esta pesquisa para investigar o comportamento de doação.

5.6.1.1 Histórias baseadas no Paradigma do vitimizador feliz

Nesta pesquisa, as histórias se basearam no paradigma do vitimizador feliz (Keller, Lourenço, Malti, & Saalbach, 2003; Malti et al., 2009; Menéres, 2014), adaptado a análise de comportamentos pró-sociais. Esse contém histórias que envolvem dilemas morais contados para as crianças, seguidos de questionamentos sobre a cognição-raciocínio-julgamento, sentimentos e possíveis ações infantis. As crianças também foram observadas ao participarem da situação de dádiva anônima, um semi-experimento envolvendo a possibilidade dos participantes doarem balas comestíveis (Lourenço, 1991).

A partir da análise das respostas das crianças, atribui-se uma nota que indica a presença ou a ausência do julgamento ou raciocínio pró-social, dos sentimentos pró-sociais e das tendências à ação pró-social no repertório das crianças participantes, conforme apresentado no Apêndice D. As idades das crianças que participam das pesquisas, as quais contém essa proposta metodológica, em geral, variam de cinco a nove anos (Keller et al. 2003, Malti et al., 2009, La Taille, 2006).

Esta pesquisa contemplou a leitura de três histórias (Apêndice D) que exemplificam situações hipotéticas envolvendo dilemas morais pró-sociais; concomitantemente, foram expostas figuras, de forma sequencial, que ilustraram a história para a criança (Apêndice E). Cada história descreve um potencial receptor (alguém em necessidade) e um potencial doador (alguém que pode emitir uma ação pró-social), semelhante à proposta de Lourenço (1991).

Destaca-se que as figuras das histórias apresentaram personagens da mesma idade e sexo que o da criança participante, conforme orientações de Menéres (2014). Além disso, as figuras que representaram os personagens não esboçavam emoções evidentes, para evitar indução de respostas nos participantes, conforme orientação de Lourenço (1991). Além disso, foram mantidas as imagens nas cores preto e branco, conforme pesquisas anteriores (Lourenço, 1991; Menéres, 2014)

A história 1 envolve o dilema de emprestar ou não um objeto que o outro necessita, conforme aplicado por Malti et al. (2009); a história 2 retrata o dilema de confortar ou não outra criança que está precisando da visita do protagonista, desenvolvida por La Taille (2006); e a história 3 refere-se a ajudar ou não outra criança que teve seus objetos caídos no chão, sendo esta desenvolvida pela pesquisadora, baseada em estudos que investigam a ajuda instrumental em crianças de 18 a 24 meses de idade (Dunfield et al., 2011).

As histórias foram narradas para as crianças e as figuras apresentadas, conforme disponível nos apêndices D e E. Para as participantes do sexo feminino foram contadas as histórias com personagens femininas e para os participantes do sexo masculino foram apresentadas as histórias contendo personagens masculinos. Após contar cada uma das histórias, a pesquisadora certificou-se de que a criança compreendeu a história e efetuou as seguintes perguntas (Apêndices D e E):

- (a) Sobre a compreensão da história (Menéres, 2014):
- Quem é o protagonista? O que ele fez?

(b) Sobre o raciocínio, julgamento, compreensão das regras (Malti et al., 2009):

- É certo o que o personagem (protagonista) fez? Por que?

(c) Sobre a atribuição de emoções (Malti et al., 2009):

- Se você fosse o protagonista da história, como você se sentiria se agisse dessa forma? Por que?

(d) Sobre a tendência à ação pró-social (pergunta acrescentada por esta pesquisa):

- O que você faria se fosse o personagem (protagonista)? Por que?

Todas as respostas foram transcritas e os resultados codificados, baseados em Keller et al. (2003), Malti et al., (2009) e Menéres (2014). A compreensão do julgamento ou raciocínio infantil foi codificada por meio das notas 0 (certa a ação do protagonista) e 1 (errada a ação do protagonista). A atribuição de emoções positivas ao vitimizador equivaleu a nota 0 e atribuição de emoções negativas ao vitimizador equivaleu a nota 1 (Malti et al., 2009). A tendência à ação pró-social da criança participante da pesquisa foi contabilizada pela nota 1 e a ausência da tendência pró-social equivaleu a nota 0 (adaptação desta pesquisa).

As justificativas foram avaliadas a partir das perguntas abertas que questionaram o motivo da resposta infantil e classificadas nas seguintes categorias (Malti et al., 2009):

(a) Razões morais: referem-se à compreensão de regras, normas e obrigações pela criança. Por exemplo: “Não é justo não emprestar”.

(b) Preocupação empática com a vítima. Por exemplo: “A outra criança vai ficar triste”.

(c) Razões orientadas à sanção: referem-se às sanções realizadas pelas autoridades. Por exemplo: “A educadora pode descobrir e ficar com raiva”.

(d) Motivos hedonistas ou egoístas. Por exemplo: “Ele apenas gosta tanto de todos os seus lápis que não pode emprestar. Ele gosta tanto de assistir TV que resolveu ficar em casa. Ele não pode parar porque ele tem pressa.”.

(e) Razões não elaboradas: refletem declarações indiferentes. Por exemplo: “Não é legal!”; “Ele tem o lápis”.

(f) Outros não classificáveis, como por exemplo, não apresentar nenhuma razão.

(g) Motivação pró-social: percepção de que emitiria uma ação orientada para ajudar o outro. Por exemplo: “Eu emprestaria o lápis, eu visitaria o colega, eu ajudaria a pegar os objetos caídos. Eu iria a casa do colega”. (adaptação desta pesquisa).

Os dados foram tabulados, interpretados, classificados em conformidade com as categorias apresentadas e analisados por três juízes.

5.6.1.2 *Semi experimento relativo à doação de balas - Situação da dádiva anônima*

Como forma de acessar a ocorrência ou não do comportamento pró-social de doação ou empréstimo, o procedimento de dádiva anônima, conforme proposto por Lourenço (1991), foi efetuado individualmente ao final das entrevistas.

Nessa situação, foram oferecidas seis balas como recompensa e agradecimento pela participação da criança no estudo. Foi comunicado para a criança que se ela quisesse, ela poderia depositar na caixa, todas, algumas ou nenhuma das balas que recebeu e que essas balas seriam oferecidas para as crianças que não puderam participar do estudo. Também foi expresso para as crianças que ninguém saberia quantas balas ela depositou ou não. Neste momento, buscou-se deixar a criança a sós na sala para que ela pudesse agir de acordo com a sua pretensão (depositar ou não as balas na caixa). Assim que a criança saía da sala, foi realizada a verificação sobre a ocorrência ou não do depósito das balas e contabilizada a quantidade de balas doadas pela mesma na caixa.

Na oportunidade da dádiva anônima, as ações das crianças foram consideradas como pró-sociais ou não, conforme depositaram ou não algumas balas na caixa. Nas situações em que as crianças agiram de maneira pró-social ao doar balas, essas foram contabilizadas (Lourenço, 1991) e registradas no caderno de aplicação infantil (Apêndice D).

5.6.2 *Instrumentos para a coleta de dados com as mães*

Os instrumentos utilizados com as mães tiveram a finalidade de coletar dados referentes às práticas educativas que as mesmas utilizam na relação com o filho participante desta pesquisa (CRPR) e a percepção materna sobre o repertório pró-social da criança participante (SDQ).

5.6.2.1 Relatório de práticas de educação infantil- *Child Rearing Practices Report- CRPR*

O relatório de práticas de educação infantil, *Child Rearing Practices Report – CRPR* (Anexo 3), trata-se de um inventário escalar que pretende avaliar a parentalidade (Gagnon, 2012). O instrumento visa investigar as práticas educativas que envolvem as estratégias de disciplina, os métodos e as filosofias relacionadas às ações parentais (Gagnon, 2012).

As dimensões do CRPR foram originalmente desenvolvidas por Block (1966), baseadas nas variáveis responsividade e exigência nos Estados Unidos (Gagnon 2012), ou as variáveis calor-afeto ($\alpha = 0,74$) e controle restritivo ($\alpha = 0,83$) na Holanda (Dekovik et al, 1991). A escala de calor avalia o intuito dos pais em compartilhar seus sentimentos e experiências com a criança, a fornecer-lhe carinho, manifestar a sua aceitação. Os itens referentes ao controle restritivo descrevem a parentalidade com um alto nível de controle, estabelecendo limites e aprovação rigorosos, regras, expectativas e restrições rígidas (Gagnon, 2012).

O inventário utilizado nesta pesquisa advém da proposta de Gagnon (2012) e está sendo adaptado pela equipe do NEPeDI para o público brasileiro. Esta adaptação do inventário contém 35 afirmativas, respondidas em uma escala de 1 (não me descreve de maneira alguma) a 6 (me descreve muito bem).

As categorias de análise do CRPR envolvem (Kochanska, Kuczynski, & Radke- Yarrow, 1989, p.57-59; Minneto, Crepaldi, Brigas, & Moreira, 2012, p. 122-123) práticas educativas que, a depender de sua frequência e intensidade, culminam em estilos com tendência autoritária e estilos com tendência autoritativa. Dentre as práticas educativas que compõem o Estilo autoritário e Indutor de medo, tem-se:

- Controle autoritário: Refere-se ao conjunto de itens que aprovam a punição física, as repreensões verbais, as proibições, o desencorajamento da expressão emocional da criança;
- Supervisão da criança: Refere-se à supervisão constante, em que os pais acompanham o que a criança faz;
- Indução de ansiedade: Refere-se à ênfase na punição e no medo das consequências externas as transgressões infantis;
- Restrição: Refere-se às ações que buscam impedir, reprimir, proibir e condenar o comportamento infantil.

As características que permeiam as práticas educativas que compõem o Estilo Autoritativo e Caloroso-afetivo abrangem:

- Estímulo à reflexão infantil (orientação racional da criança): Relaciona-se à ênfase aos métodos indutivos, em que são discutidas as consequências dos maus comportamentos e transgressões com a própria criança, visando a compreensão infantil;
- Estimulação da autonomia infantil: Refere-se às orientações, sugestões e incentivo positivo;
- Expressão de afeto: Implica permitir e criar um contexto para que haja comunicação aberta dos sentimentos positivos e negativos, além da expressão de afeto verbal e contato físico;
- Suporte para independência: Busca fomentar a individualidade da criança, a responsabilidade e o reconhecimento dos direitos da criança nas decisões familiares.

A correção do instrumento CRPR consiste na soma dos itens do inventário de cada categoria e na somatória dos itens que estruturam os estilos (Minneto et al., 2012). Para a realização da presente pesquisa foi elaborada uma folha de apuração e foram efetuados os cálculos dos percentis, a partir dos dados obtidos pela amostra do presente estudo, que permitiram a classificação da ocorrência das práticas e dos estilos educativos maternos nos níveis abaixo da média, mediano e acima da média, como demonstrado no apêndice F.

5.6.2.2 Questionário de capacidades e dificuldades da criança- *Strengths and Difficulties Questionnaire- SDQ*

O questionário de Capacidades e Dificuldades da criança- *Strengths and Difficulties Questionnaire- SDQ* (Goodman, 1997) (Anexo 4) foi o instrumento utilizado com as mães para coletar dados referentes ao comportamento pró-social dos filhos. Trata-se de um questionário de rastreamento (*screening*) de problemas de saúde mental, desenvolvido por Goodman (1997) e proposto para avaliar o comportamento de crianças e adolescentes dos quatro aos 16 anos (Saur, & Loureiro, 2012). O instrumento encontra-se gratuitamente disponível em mais de 40 idiomas, incluindo o português, no site (<http://www.sdqinfo.com>).

É composto por 25 itens, sendo 10 itens sobre capacidades, 14 sobre dificuldades e 1 item neutro. Está dividido em cinco sub-escalas, a saber: sintomas emocionais, problemas de conduta, hiperatividade, problemas de relacionamento com pares e comportamento pró-social. O questionário de capacidades e

dificuldades avalia as seguintes características da criança: comportamento pró-social, sintomas de hiperatividade e emocionais e problemas de relacionamento social. O comportamento pró-social é descrito por ações infantis que envolvem consideração pelos sentimentos das demais pessoas, compartilhamento ou doação de itens; demonstração de atenção e comoção, ações gentis e prestação de auxílio a outra pessoa (Goodman, 1997).

Os sintomas de hiperatividade envolvem comportamentos como inquietação constante, desatenção e impulsividade. Comportamentos que caracterizam tal quadro envolvem dificuldades da criança em ficar parada, levantando-se e passeando repetidamente em ocasiões em que seria necessário estar sentada; dificuldades para persistir em uma tarefa, havendo mudança frequente de atividades; facilidade para distração, tendo dificuldades para controlar as atividades e inabilidade para exercê-las, enquanto essas são requisitadas. Há também suscetibilidade para ações sem as devidas reflexões, o que caracteriza a impulsividade, engajando-se em comportamentos precipitados e perigosos, deixando escapar respostas em sala de aula, interrompendo enquanto os outros falam e não aguardando sua vez nos jogos e brincadeiras. No entanto, o autor aponta que a impulsividade não é o que diferencia a hiperatividade, pois os distúrbios de conduta também envolvem impulsividade. Além disso, a hiperatividade também é considerada problema de comportamento externalizante (Goodman, & Scott, 2012).

Os sintomas emocionais envolvem ansiedades e medos; características depressivas que incluem sensação de inutilidade, desesperança, inabilidade para sentir prazer em atividades geralmente agradáveis (anedonia); sintomas somáticos associados às emoções e preocupações da criança (Goodman, & Scott, 2012). Além disso, esses sintomas são comumente denominados de transtornos de internalização, o que remonta a noção de que o estresse é direcionado para dentro, tornando-se interno e gerando preocupações, medos e sintomas somáticos como dores (Goodman, & Scott, 2012).

Os problemas de comportamento ou conduta envolvem três domínios, entre os quais, comportamento desafiador, geralmente associado com irritabilidade e temperamento explosivo; agressividade e destrutividade; e comportamentos antissociais como roubo, mentiras e abuso de substâncias (Goodman, & Scott, 2012). Esses problemas são denominados de externalizantes porque o estresse é exteriorizado, resultando em comportamentos disruptivos, desafiadores, agressivos ou antissociais, os quais incomodam e se tornam invasivos para as demais pessoas (Goodman, & Scott, 2012).

Os problemas de relacionamento social envolvem dificuldades relacionadas à maioria dos parceiros sociais, sejam mais jovens ou mais velhos, estranhos ou amigos. Outra dificuldade pode estar associada ao apego e ao desenvolvimento das relações de amizade. Os problemas também podem ser específicos da relação com um parceiro social importante. Deve-se analisar a forma com que a criança se comporta e se relaciona, seja segura, resistente, desorganizada ou indiferente, o que pode provocar isolamento (Goodman, & Scott, 2012).

Os itens referentes ao comportamento pró-social são: 1, 4, 9, 17 e 20. Os itens associados à hiperatividade são: 2, 10, 15, 21 e 25. Os itens que investigam sintomas emocionais são 3, 8, 13, 16 e 24. Os itens referentes aos problemas de conduta são: 5, 7, 12, 18 e 22. Os itens relacionados aos problemas de relacionamento com pares ou colegas são: 6, 11, 14, 19 e 23. Os itens suplementares envolvem as análises mais aprofundadas dos 27, 28, 29, 30 e 31, os quais não foram utilizados por esta pesquisa

O instrumento é apresentado em três versões, indicadas para serem respondidas pelas próprias crianças (acima de 11 anos), por seus pais ou responsáveis e pelos professores. As alternativas para resposta apresentam como opções: - nunca (zero ponto para esse tipo de resposta), - às vezes (um ponto) e - sempre (dois pontos), podendo ser assinalada apenas uma única opção por item.

A folha de apuração, disponível no apêndice G, mostra que para cada uma das cinco sub-escalas a pontuação pode variar de 0 a 10, sendo a pontuação do escore total de dificuldades gerada pela soma dos resultados de todas as subescalas, exceto a de sociabilidade, podendo variar de 0 a 40 pontos. A nota de corte para o escore total de dificuldades, estabelecida para a população da Inglaterra, local de condução dos estudos originais de padronização do SDQ, foi de 17 para a versão dos pais e 16 para a versão dos professores (Saur, & Loureiro, 2012). As classificações, baseadas nas interpretações, referentes as cinco subescalas do SDQ podem ser vistas na Tabela 11 (disponível em: [http://www.sdqinfo.com/py/sdqinfo/b3.py?language=Portugueseqz\(Brazil\)](http://www.sdqinfo.com/py/sdqinfo/b3.py?language=Portugueseqz(Brazil))):

Tabela 11- **Interpretação dos escores do SDQ**

Escores	Próximo da média- (Não clínico)	Ligeiramente acima da média- (Pode refletir problemas clínicos)- Limítrofe	Substancialmente alto- (Risco de problemas clínicos significativos)- Clínico
Escores do total de dificuldades (Total- 40)	0-13	14-16	17-40
Escore de sintomas emocionais (Total- 10)	0-3	4	5-10
Escore de problemas de conduta (Total-10)	0-2	3	4-10
Escore de hiperatividade (Total-10)	0-5	6	7-10
Escore de problemas entre pares (Total-10)	0-2	3	4-10
Escore de comportamentos pró- sociais (Total-10)	6-10	5	0-4
Suplemento de impacto	0	1	2-10

Fonte: <http://www.sdqinfo.org/py/sdqinfo/c0.py>

Sobre as propriedades psicométricas do SDQ no Brasil, Saur e Loureiro (2012) citaram o estudo desenvolvido por Woerner et al. (2004), realizado com 898 pais, crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, e seus professores da cidade de Campinas. O estudo detectou a consistência interna dos resultados da aplicação do SDQ, pelo cálculo do alfa de Cronbach, para as três versões utilizadas, valores próximos de 0,80 (valores para o escore total de dificuldades) e para o teste-reteste foi obtida a correlação de 0,79. Como o SDQ é um instrumento que diferencia a amostra clínica da não clínica, as pesquisadoras realizaram a análise de validade discriminativa e foram verificadas diferenças significativas ($p < 0,001$) entre a média do escore total da amostra da comunidade e da clínica, para as versões do SDQ respondidas por pais e professores (Woerner et al., 2004).

5.7 Esquema geral da etapa da coleta de dados da pesquisa

De forma geral, a pesquisa buscou coletar os dados, de acordo com os objetivos, como apresentado na Tabela 12:

Tabela 12- **Esquema geral das etapas da coleta de dados e objetivos da pesquisa**

Participantes	Objetivos	Instrumentos para coleta de dados
1º Crianças	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar o raciocínio, os sentimentos e a tendência à ação pró-social infantil; em situações que envolvem: doar/emprestar, confortar, ajudar instrumentalmente; - Detectar a ocorrência do comportamento de doar 	<ul style="list-style-type: none"> - Três histórias, contendo dilemas que requerem atos pró-sociais relativos à doação (história 1); oferta de conforto (história 2) e auxílio instrumental (história 3) foram contadas para as crianças - Semi-experimento- Dádiva anônima- que possibilita a ocorrência do comportamento pró-social de doar balas
2º. Mães	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar as práticas educativas utilizadas pelas mães, segundo a perspectiva das próprias - Identificar a ocorrência de comportamentos pró-sociais das crianças, segundo a percepção das mães 	<ul style="list-style-type: none"> - Relatório de práticas de educação infantil- <i>Child Rearing Practices Report</i>- (CRPR) - Questionário de capacidades e dificuldades da criança- <i>Strengths and Difficulties Questionnaire</i>- (SDQ)

A coleta de dados com as crianças contemplou a tríade de situações ou contextos (doação, oferta de conforto e auxílio instrumental) que ensejam atos pró-sociais e as dimensões do comportamento pró-social

(raciocínio, sentimentos, tendência a ação, comportamento pró-social em si), o que está apresentado de forma resumida no Quadro 1:

Histórias		Dimensões do comportamento pró-social					
Situações que requerem atos pró-sociais relativos a:		Raciocínio infantil		Sentimentos infantis	Tendência à ação infantil		Ato infantil de doar
História 1	Doação	Criança considera: -Certo (não pró-social) ou -Errado (pró-social) a ausência de doação do protagonista	Justificativa: -Moral -Empática -Orientada a sanção -Hedonista -Não elaborada -Pró-social	Sentimentos detectados pela criança: -Positivos (não pró-social) ou -Negativos (pró-social)	Criança responde que: -Emprestaria (pró-social) ou -Não emprestaria o lápis ao amigo (não pró-social)	Justificativa: -Moral -Empática -Orientada a sanção -Hedonista -Não elaborada -Pró-social	Criança: -Doa balas (pró-social) -Não doa balas (não pró-social) para aqueles que não puderam participar da pesquisa
História 2	Oferta de conforto	Criança considera: -Certo (não pró-social) ou -Errado (pró-social) ausência da oferta de conforto do protagonista	Justificativa: -Moral -Empática -Orientada a sanção -Hedonista -Não elaborada -Pró-social	Sentimentos detectados pela criança: -Positivos (não pró-social) ou -Negativos (pró-social)	Criança responde que: -Visitaria o amigo (pró-social) ou - Não visitaria (pró-social)	Justificativa: -Moral -Empática -Orientada a sanção -Hedonista -Não elaborada -Pró-social	
História 3	Auxílio instrumental	Criança considera: -Certo (não pró-social) ou -Errado (pró-social) a ausência de auxílio instrumental do protagonista	Justificativa: -Moral -Empática -Orientada a sanção -Hedonista -Não elaborada -Pró-social	Sentimentos detectados pela criança: -Positivos (não pró-social) ou -Negativos (pró-social)	Criança responde que: -Ajudaria o amigo a juntar os materiais (pró-social) ou -Não ajudaria (não pró-social)	Justificativa: -Moral -Empática -Orientada a sanção -Hedonista -Não elaborada -Pró-social	

Quadro 1. Triáde de situações que requerem atos pró-sociais e dimensões do comportamento pró-social

A coleta de dados com as mães, que buscou a descrição do comportamento pró-social dos filhos e das práticas e estilos maternos, é apresentada no Quadro 2:

Investigação sobre o comportamento pró-social infantil – SDQ		Investigação sobre as práticas e estilos maternos- <i>Child Rearing Practices Report</i> –CRPR	
Itens do questionário de Capacidades e Dificuldades da criança- <i>Strengths and Difficulties Questionnaire</i> -SDQ	Avalia os seguintes aspectos do comportamento pró-social infantil:	Práticas que permeiam o estilo autoritário e o indutor de medo	Práticas que permeiam o estilo autoritativo e o caloroso-afetivo
(1)-Consideração pelos sentimentos das outras pessoas	Tomada de perspectiva	- <i>Controle autoritário</i> - punição física, as repreensões verbais, as proibições, o desencorajamento da expressão emocional da criança.	- <i>Estímulo à reflexão</i> - métodos indutivos, em que são discutidas as consequências dos maus comportamentos e transgressões com a própria criança, visando a compreensão infantil.
(4)-Vontade em compartilhar	Doação	- <i>Supervisão da criança</i> - supervisão constante, em que os pais acompanham o que a criança faz.	- <i>Estimulação da autonomia</i> infantil- orientações, sugestões e incentivo positivo.
(9)-Atenção para pessoas que parecem magoadas	Oferta de conforto	- <i>Indução de ansiedade</i> - ênfase na punição e no medo das consequências externas as transgressões infantis.	- <i>Expressão de afeto</i> - comunicação aberta dos sentimentos positivos e negativos, além da expressão de afeto verbal e contato físico.
(17)-Gentileza com crianças mais novas	Gentileza	- <i>Restrição</i> - ações que buscam impedir, reprimir, proibir e condenar o comportamento infantil.	- <i>Suporte para independência</i> - fomento a individualidade da criança, a responsabilidade e o reconhecimento dos direitos da criança nas decisões familiares.
(20)-Oferta de ajuda para as outras pessoas	Oferta de auxílio instrumental		

Quadro 2. Variáveis do comportamento pró-social (SDQ) e das práticas e estilos maternos (CRPR)

5.8 Procedimentos para a análise de dados

A análise dos dados foi realizada com o suporte do programa estatístico Statistical Package for the Social Sciences for Windows-SPSS 20 for Windows. Para avaliar a distribuição de normalidade da amostra, aplicou-se inicialmente o teste Kolmogorov-Smirnoff, por meio do qual se identificou que a amostra deste estudo não é paramétrica, por não apresentar uma distribuição normal, o que determinou a utilização de testes não paramétricos.

Com o intuito de averiguar a frequência do comportamento pró-social em crianças de cinco e seis anos da amostra, aplicou-se o teste *Crosstabs* e o *Chi-square* (tabulação cruzada e Qui-quadrado), considerando que os dados acerca das dimensões do comportamento pró-social, obtidos por meio das análises das histórias pelas crianças, são ordinais (Análise do raciocínio infantil: sim, é certo/ não, não é certo/ não sei; Sentimentos infantis: positivos/ negativos; Tendência à ação: Ajudaria/ não ajudaria).

Os dados foram organizados seguindo a sequência das perguntas efetuadas após as histórias, em que os aspectos contemplados foram: análise do julgamento ou raciocínio infantil (não é certo = pró-social/ sim, é certo= não pró-social), as justificativas para tal análise (morais, empáticas, motivadas a ação pró-social, orientadas a sanção, hedonistas, não elaboradas), os sentimentos descritos pelas crianças (negativos= pró-social/ positivos = não pró-social) e as possíveis ações das mesmas, tendência à ação (pró-social ou não pró-social). A pontuação total da tendência pró-social de cada criança foi calculada por meio da somatória do desempenho nas três dimensões (raciocínio, sentimentos e tendência à ação relatada pela criança) avaliadas em cada história, bem como os resultados obtidos por meio da situação semi-experimental de doação de balas (sim, doou balas/ não, não doou balas). Para isso, o teste *Crosstabs* e o *Chi-square* (tabulação cruzada e Qui-quadrado) foram aplicados.

Posteriormente, com o objetivo de comparar as pontuações totais acerca do comportamento pró-social obtidas pelas crianças de cinco e de seis anos ao analisarem cada uma das histórias, aplicou-se o Teste *Mann Whitney*. Esse teste também foi utilizado para comparar as avaliações maternas acerca do comportamento pró-social infantil, avaliado pelo SDQ, entre os grupos de crianças de cinco e seis anos de idade; os grupos de meninos e meninas.

Em seguida, aplicou-se o teste *Crosstabs* e o *Chi-square* (tabulação cruzada e Qui-quadrado) visando relacionar o raciocínio, os sentimentos e a tendência ao comportamento pró-social, relatada pelas crianças ao analisarem as histórias, com a perspectiva materna acerca do repertório pró-social dos filhos, por meio do SDQ. O teste *Spearman* também foi aplicado com o objetivo de relacionar as pontuações totais das avaliações pró-sociais obtidas pelas crianças de cinco e seis anos, ao analisarem todas as histórias, com a perspectiva materna acerca do comportamento pró-social infantil e dos problemas de conduta por meio do SDQ.

Com o objetivo de analisar as relações entre o raciocínio, os sentimentos e a tendência à ação pró-social infantil detectada pelas análises infantis acerca das histórias e os dados maternos sobre suas práticas por meio do *Child Rearing Practices Report- CRPR*, aplicou-se o teste *Crosstabs* (Qui-quadrado), por meio do qual os cruzamentos puderam ser visualizados.

Com a pretensão de relacionar os dados acerca do raciocínio, dos sentimentos e da tendência à ação pró-social infantil, por meio dos relatos infantis acerca das três histórias, com a perspectiva materna sobre o comportamento pró-social infantil, por meio do SDQ, com as práticas e estilos maternos, por meio do CRPR, aplicou-se o Teste *Spearman*.

O referido teste busca avaliar o sentido e a intensidade com que as variáveis se relacionam. Caso o coeficiente do teste correlacional seja positivo, há indicativos de que a variação ocorre no mesmo sentido, caso seja negativo, a variação se dá no sentido inverso. Quanto a intensidade, caso o coeficiente de correlação obtenha valor: entre 0,1 e 0,3 a relação é fraca; entre 0,4 e 0,6 a relação é moderada; entre 0,7 e 0,9 a relação é forte; e 1 a relação é perfeita (Dancey, & Reidy, 2006).

Para investigar o valor preditivo das variáveis maternas (CRPR) com relação ao comportamento pró-social infantil (SDQ) foi aplicada a regressão linear múltipla, por meio do método por etapas (*Step wise*). Esta é uma técnica estatística multivariada, que pode ser usada para analisar a relação entre uma única variável dependente (critério ou explicada) e diversas variáveis independentes (preditoras ou explicativas) (Hair, Anderson, Taham, & Black, 2005).

A análise de regressão múltipla pretende investigar o impacto (peso) de cada variável independente sobre a variação da variável dependente (Fávero, Belfiore, Silva, & Chan, 2009). Busca-se identificar a contribuição e o peso das variáveis independentes, as práticas e os estilos maternos, para a previsão das dependentes (Hair et al, 2005), o comportamento pró-social infantil, no caso deste estudo. Neste método, todas as práticas educativas maternas (variáveis independentes), captadas pelo CRPR, foram aleatoriamente testadas como possíveis preditoras do comportamento pró-social infantil (variável dependente), coletadas pelo SDQ.

6 Resultados

A seção de resultados apresenta, inicialmente, as análises qualitativas e descritivas e o cruzamento das respostas emitidas pelas crianças de cinco e seis anos às perguntas relativas ao raciocínio infantil, aos sentimentos e as possíveis ações dos respondentes ao julgarem as três histórias, as quais contêm situações envolvendo doação/empréstimo (História 1), oferta de conforto (História 2) e auxílio instrumental (História 3). Os achados da aplicação do semi-experimento, relacionado à doação de balas, também são apresentados.

Posteriormente, são relatados os resultados quantitativos acerca do raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social infantil, pontuados pelas crianças de cinco e seis anos, por meio das avaliações das três narrativas. O relato é seguido das análises efetuadas pelas mães, utilizando o SDQ, sobre o comportamento pró-social e os problemas de conduta dos filhos com cinco e seis anos de idade.

O raciocínio, os sentimentos e a tendência à ação pró-social em meninos e meninas foram analisados pela pontuação obtida pelas próprias crianças ao avaliarem as três histórias. E a perspectiva materna sobre o comportamento pró-social dos meninos e das meninas, por meio do SDQ, é apresentada em seguida.

Na sequência, são expostas as análises qualitativa e descritiva e o cruzamento do raciocínio, dos sentimentos e da tendência à ação pró-social infantil, constatada por meio das respostas infantis as três histórias, e o comportamento pró-social detectado pelas mães, por meio do SDQ. A investigação de possíveis relações quantitativas entre os dados das dimensões do comportamento pró-social infantil, obtidos pelas respostas das crianças as três histórias, e o comportamento pró-social sob o ponto de vista materno, por meio do SDQ, também é apresentada.

A próxima etapa apresenta a análise descritiva das práticas educativas e dos estilos maternos, em conformidade com a descrição das mães; seguida pelas análises qualitativa e descritiva e o cruzamento do raciocínio, dos sentimentos e da tendência à ação pró-social das crianças, identificada por meio das análises infantis das três histórias, e as práticas e estilos educativos maternos por meio do CRPR. Ressalta-se que serão apresentados apenas os resultados estatisticamente significativos.

Em seguida, são exibidas as análises quantitativas e relacionais entre os dados das dimensões do comportamento pró-social das crianças, a partir das avaliações das histórias; do comportamento pró-social infantil, por meio do SDQ; e das práticas e estilos educativos maternos, via CRPR.

Por fim, são relatadas as possíveis predições dos comportamentos pró-sociais infantis (SDQ) por meio da influência de determinadas práticas educativas maternas (CRPR), sob a perspectiva das mães.

6.2 Raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social das crianças de cinco e seis anos de idade nas análises das histórias relacionadas à doação/ empréstimo, conforto e auxílio instrumental

Com o objetivo descritivo foi utilizada a apresentação da frequência e dos percentuais e a fim de comparar os dados obtidos com as crianças de cinco e seis anos, utilizou-se o Teste Qui-quadrado (*Chi-square*) que permite a tabulação cruzada (*Crosstabs*).

6.2.1.1 Análise do raciocínio infantil- História 1 (doação/ empréstimo)

A análise, por meio do teste Qui-quadrado buscou comparar os dados referentes à idade das crianças e o raciocínio infantil sobre a consideração da ação do protagonista como correta (não pró-social) ou incorreta (pró-social) na história 1.

Tabela 13- Raciocínio infantil sobre o ato do protagonista na história 1 (doação-empréstimo)

Raciocínio infantil- Criança considera correto ou incorreto o protagonista não emprestar o lápis ao amigo- História 1		História 1- Raciocínio infantil Respostas das crianças		Total	
		Sim, é certo = Não pró-social	Não, não é certo = Pró-social		
Idade	5 anos	Frequência	6	50	56
		% dentre as crianças com 5 anos	10,7%	89,3%	100%
		% do total de 110 crianças	5,5%	45,5%	50,9%
6 anos	Frequência	4	50	54	
	% dentre as crianças com 6 anos	7,4%	92,6%	100%	
	% do total de 110 crianças	3,6%	45,5%	49,1%	
Total	Frequência	10	100	110	
	% do total de 110 crianças	9,1%	90,9%	100%	

$$X^2 = 0,364, \text{ gl} = 1, \text{ p} = 0,546$$

A Tabela 13 mostra que entre as 110 crianças, apenas dez (9,1%) não apresentaram análise pró-social, ao considerarem correta a ação do protagonista em não emprestar o lápis ao amigo, enquanto 100 (90,9%) participantes analisaram de forma pró-social a situação, ao classificarem como indevida a ação do protagonista na história 1. Verifica-se que dentre as dez crianças que afirmaram que é certo não emprestar o lápis ao amigo, seis (5,5%) tinham cinco anos de idade e quatro apresentaram seis anos de idade (3,4%). No entanto, não houve diferenças estatísticas significativas entre as respostas proferidas pelas crianças de ambas as faixas etárias ($p=0,546$).

Justificativas das crianças que não apresentaram raciocínio pró-social - História 1

Dentre as dez crianças que consideraram correta a ação do protagonista ao não emprestar o lápis ao amigo, oferecendo indícios de julgamentos não pró-sociais por parte dessas, as justificativas apresentadas pelas mesmas foram (Tabela 14):

Tabela 14- Justificativas das crianças que consideraram correta a ação do protagonista na história 1

Justificativas das 10 crianças que consideraram correta a ação do protagonista- História 1- (Não pró-social)		Raciocínio infantil não pró-social-Total			
		Justificativas- História 1			
		Não elaborada	Não pró-social		
Idade	5 anos	Frequência	5	1	6
		% dentre as crianças com 5 anos	83,3%	16,7%	100%
		% do total de 10 crianças	50%	10%	60%
6 anos		Frequência	1	3	4
		% dentre as crianças com 6 anos	25%	75%	100%
		% do total de 10 crianças	10%	30%	40%
Total		Frequência	6	4	10
		% do total de 10 crianças que consideraram correta a ação do protagonista na história 1	60%	40%	100%

$X^2= 3,403$, $gl=1$, $p=0,065$

Conforme a Tabela 14, a maioria das crianças (60%) que considerou correta a ação do protagonista, ao não emprestar o lápis ao amigo, expôs justificativas não elaboradas para tanto, as quais denotaram dúvidas, falta de compreensão ou dificuldades para expressão da ideia pela criança. Essas foram identificadas pela ausência de respostas pela criança; por falas como “*Não sei*”; “*Porque não*”; “*Porque não pode*”; ou por outras que não foram possíveis de serem compreendidas no contexto da pergunta realizada, como “*Deve prestar atenção na professora*”. Destaca-se que as crianças de cinco anos expuseram com maior frequência justificativas não elaboradas que as de seis anos, mas não houve diferenças estatísticas significativas entre os grupos ($p=0,065$).

Ainda, 40% das justificativas das crianças que apoiaram a ação do protagonista na história 1 foram consideradas não pró-sociais, ilustradas por respostas tais como: “*Ele não deve emprestar porque ele não trouxe o lápis*”; “*Não deve emprestar porque precisa cuidar do material*”.

Justificativas das crianças que apresentaram raciocínio pró-social - História 1

Dentre as 100 crianças que consideraram incorreta a ação do protagonista ao não emprestar o lápis ao amigo, sinalizando julgamentos pró-sociais por parte das mesmas, as justificativas apresentadas por elas foram (Tabela 15):

Tabela 15- **Justificativas das crianças que consideraram incorreta a ação do protagonista na história 1**

Justificativas das 100 crianças que consideraram incorreta a ação do protagonista- História 1 (Pró-social)		Raciocínio infantil pró-social- Justificativas – História 1					Total	
		Não elaborada	Orientada a Sanção	Não pró-social	Moral	Empática		Motivação pró-social
Idade 5 anos	Frequência	15	0	0	7	2	26	50
	% dentre as crianças com 5 anos	30%	0%	0%	14%	4%	52%	100%
	% do total de 100 crianças	15%	0%	0%	7%	2%	26%	50%
Idade 6 anos	Frequência	9	2	1	8	1	29	50
	% dentre as crianças com 6 anos	18%	4%	2%	16%	2%	58%	100%
	% do total de 100 crianças	9%	2%	1%	8%	1%	29%	50%
Total	Frequência	24	2	1	15	3	55	100
	% do total de 100 crianças que consideraram incorreta a ação do protagonista	24%	2%	1%	15%	3%	55%	100%

$X^2= 5,064$, $gl=5$, $p= 0,408$

Conforme a Tabela 15, dentre as crianças de cinco anos houve maior frequência de respostas não elaboradas, bem como dentre as de seis anos verificou-se maior frequência de justificativas pró-sociais e morais, tais como: “*É importante dar o lápis para os amigos!*” (pró-social); “*É errado, porque o amigo não tem lápis, tem que dividir*” (pró-social); “*É falta de educação*” (moral), “*Não pode ser mau com o amigo*” (moral), “*Porque tem que ser boazinha, como as pessoas educadas e inteligentes*” (moral).

Dentre as justificativas não elaboradas, surgiram respostas tais como: “*Errado, porque ele é uma pessoa que não quer dar os cadernos*”; “*É errado, porque quando a criança pede, alguém fala não*”. Dentre as orientadas à sanção, foi observada a seguinte resposta: “*Porque às vezes a professora briga, daí, tem que emprestar o lápis*”.

6.2.1.2 Análise dos sentimentos infantis- História 1 (doação/ empréstimo)

A análise, por meio do teste Qui-quadrado, para averiguar o cruzamento entre a idade das crianças e a análise dos sentimentos ao detectar a ação do protagonista de não emprestar o lápis ao amigo estão expostas na Tabela 16:

Tabela 16- **Sentimentos das crianças nas análises da história 1**

Sentimentos das crianças- História 1		História 1- Sentimentos			Total
		Sentimentos não identificados	Sentimentos positivos = Não pró-social	Sentimentos negativos = Pró-social	
Idade 5 anos	Frequência	10	14	32	56
	% dentre as crianças com 5 anos	17,9%	25%	57,1%	100%
	% do total de 110 crianças	9,1%	12,7%	29,1%	50,9%
Idade 6 anos	Frequência	7	6	41	54
	% dentre as crianças com 6 anos	13%	11,1%	75,9%	100%
	% do total de 110 crianças	6,4%	5,5%	37,3%	49,1%
Total	Frequência	17	20	73	110
	% do total de 110 crianças	15,5%	18,2%	66,4%	100%

$X^2= 4,804$, $gl=2$, $p= 0,091$

Dentre as 110 crianças, 73 (66,4%) expressaram sentimentos negativos ao detectar que o protagonista não empresta o lápis ao amigo, o que demonstrou sensibilidade para com a situação do personagem que necessita do lápis para completar a tarefa, isto é, sentimentos que indicam comoção e

tendência pró-social. Entre as 73 participantes que relataram sentimentos negativos, 41 (37,3%) tinham seis anos de idade, enquanto 32 (29,1%) tinham cinco anos de idade. A análise dentre as crianças de seis anos mostrou que 75,9% destas identificaram sentimentos negativos, já dentre as de cinco anos, 57,1% relataram sentimentos negativos ao analisar a história 1, sem diferenças estatísticas significativas entre os grupos (Tabela 16).

Verifica-se que dentre as 20 crianças (18,2%) que apontaram para sentimentos positivos, isto é, ausência da comoção ao identificar que o protagonista não empresta o lápis, 70% tinham cinco anos de idade e 30% tinham seis anos de idade (Tabela 16).

Crianças que não identificaram sentimentos - História 1

Do total de 110 crianças, 17 (15,5%) não identificaram os sentimentos ao detectar que o protagonista não empresta o lápis ao amigo. As respostas apresentadas por elas foram “*Não sei*”; “*Nada*”; ou a criança manteve-se calada após ser indagada sobre seus sentimentos ao analisar a história 1, o que foi interpretado como não compreensão da pergunta. Os resultados são expostos na Tabela 17:

Tabela 17- Respostas das crianças cujos sentimentos não foram identificados nas análises da história 1

Crianças que não identificaram sentimentos- História 1		Classificação- identificados	Sentimentos não	Total	
		Não sei/ nada	compreende		
Idade	5 anos	Frequência	9	1	10
		% do total de 17 crianças	60%	50%	58,8%
6 anos	Frequência	6	1	7	
		% do total de 17 crianças	40%	50%	41,2%
Total	Frequência	15	2	17	
		% do total de 17 crianças que não identificaram sentimentos	100%	100%	100%

$$X^2= 0,073, \text{ gl}= 1, p=0,787$$

Ao visualizar a Tabela 17, constata-se que a maior parte das crianças que não conseguiu identificar seus sentimentos tinha cinco anos de idade (58,8%), mas que não foram constatadas diferenças estatísticas significativas entre os grupos.

Sentimentos positivos identificados pelas crianças - História 1

Dentre as 20 crianças que demonstraram sentimentos positivos ao observarem que o protagonista não empresta o lápis ao amigo, os sentimentos citados por elas estão expostos na Tabela 18:

Tabela 18- Respostas das crianças cujos sentimentos foram classificados como positivos nas análises da história 1

Crianças que identificaram sentimentos positivos - História 1		Classificação- positivos = Não pró-social	Sentimentos	Total	
		Feliz/melhor/ bem/ legal	Normal/ Numa boa		
Idade	5 anos	Frequência	12	2	14
		% dentre crianças de 5 anos	85,7%	14,3%	100%
		% do total de 20 crianças	60%	10%	70%
6 anos	Frequência	5	1	6	
		% dentre crianças de 6 anos	83,3%	16,7%	100%
		% do total de 20 crianças	25%	5%	30%
Total	Frequência	17	3	20	
		% do total de 20 crianças que identificaram sentimentos positivos	85%	15%	100%

$$X^2= 0,019, \text{ gl}= 1, p= 0,891$$

A Tabela 18, acerca dos sentimentos positivos das crianças ao analisarem a história 1, mostra que 14 (70%) dessas apresentaram cinco anos de idade e somente seis (30%) tinham seis anos de idade, porém não foram constatadas diferenças significativas entre os grupos.

Sentimentos negativos identificados pelas crianças - História 1

Dentre as 73 crianças que alegaram sentimentos negativos ao identificar que o protagonista não empresta o lápis ao amigo, novamente a maior parte apresentou seis anos de idade (56,2%), conforme mostra a Tabela 19.

Tabela 19- Respostas das crianças cujos sentimentos foram classificados como negativos nas análises da história 1

Crianças que identificaram sentimentos negativos - História 1		Classificação- Sentimentos negativos = Pró-social					Total	
		Chato / feio	Bravo/ nervoso/ irritado/ mau humorado	Mau/ ruim/ malvado	Triste/ magoado/ sozinho	Arrependido/ envergonhado/ culpado/ fraco/ incomodado/ um lixo		
Idade	5 anos	Frequência	1	5	6	20	0	32
		% dentre as crianças com 5 anos	3,1%	15,6%	18,8%	62,5%	0%	100%
		% do total de 32 crianças	1,4%	6,8%	8,2%	27,4%	0%	43,8%
	6 anos	Frequência	0	3	13	23	2	41
		% dentre as crianças com 6 anos	0%	7,3%	31,7%	56,1%	4,9%	100%
		% do total de 32 crianças	0%	4,1%	17,8%	31,5%	2,7%	56,2%
Total	Frequência	1	8	19	43	2	73	
	% do total de 32 crianças que identificaram sentimentos negativos	1,4%	11%	26%	58,9%	2,7%	100%	

$$X^2 = 5,259, \text{ gl} = 4, p = 0,262$$

Conforme a descrição dos sentimentos negativos expostos pelas participantes ao analisarem a história 1 (Tabela 19), verifica-se que entre as crianças de cinco anos surgiram respostas como sentir-se *feio* ou *chato*, enquanto entre as de seis anos houve alegações de sentimentos de arrependimento e culpa, revelando respostas mais elaboradas que indicam sentimentos associados à tomada de perspectiva e à preocupação com o outro. Porém não foram constatadas diferenças significativas entre os grupos do ponto de vista estatístico.

6.2.1.3 Análise da tendência à ação pró-social- História 1 (doação/empréstimo)

A análise por meio do teste Qui-quadrado foi utilizada para averiguar o cruzamento entre a idade das crianças e a análise das tendências às ações das crianças perante a suposta experiência da situação vivenciada pelo protagonista na história 1, conforme Tabela 20:

Tabela 20- Respostas das crianças sobre suas possíveis ações (tendência à ação) nas análises da história 1

Respostas das crianças sobre sua possível ação na história 1		História 1- Tendência à ação			Total	
		Respostas das crianças				
		Não identificável	Não emprestaria = Não há tendência pró-social	Emprestaria = Tendência Pró-social		
Idade	5 anos	Frequência	1	8	47	56
		% dentre as crianças com 5 anos	1,8%	14,3%	83,9%	100%
		% do total de 110 crianças	0,9%	7,3%	42,7%	50,9%
6 anos	Frequência	0	6	48	54	
	% dentre crianças com 6 anos	0%	11,1%	88,9%	100%	
	% do total de 110 crianças	0%	5,5%	43,6%	49,1%	
Total	Frequência	1	14	95	110	
	% do total de 110 crianças	0,9%	12,7%	86,4%	100%	

$$X^2 = 1,260, \text{ gl} = 2, p = 0,533$$

Observa-se que o número de crianças que responderam que não emprestariam é superior entre as crianças de cinco anos (7,3%) ao serem comparadas com as de seis anos (5,5%); assim como há maior

frequência de crianças de seis anos que responderam que emprestariam o lápis (43,6%), comparadas com as de cinco anos (42,7%). Verifica-se que houve somente uma resposta não identificável, em que uma criança de cinco anos respondeu que iria contar a situação para a professora (Tabela 20). Não foram identificadas diferenças estatísticas significativas entre os participantes de cinco e de seis anos.

Justificativas das crianças que não apresentaram tendência à ação pró-social- História 1

Dentre as 14 (12,7%) crianças que afirmaram que não emprestariam o lápis ao amigo, as justificativas para tanto foram (Tabela 21):

Tabela 21- **Justificativas das crianças que responderam que não emprestariam o lápis ao amigo nas análises da história 1**

História 1		Justificativa sobre a Total não emprestariam o lápis ao amigo- Não pró-social- possível ação		
		Orientada a Não pró-social Sanção		
Idade	Frequência	0	8	8
	5 anos % dentre crianças com 5 anos	0%	100%	100%
	% do total de 14 crianças	0%	57,1%	57,1%
6 anos	Frequência	1	5	6
	% dentre crianças com 6 anos	16,7%	83,3%	100%
	% do total de 14 crianças	7,1%	35,7%	42,9%
Total	Frequência	1	13	14
	% do total de 14 crianças	7,1%	92,9%	100%

$\chi^2= 1,436$, gl= 1, p= 0,231

Ao analisar a Tabela 21, verifica-se que não houve diferenças estatísticas significativas entre os grupos, concomitantemente houve maior frequência de crianças de cinco anos que forneceram justificativas não pró-sociais, assim como a única criança que relatou uma resposta orientada à sanção tinha seis anos, que ofereceu a seguinte argumentação: “*Minha mãe não deixa eu emprestar o lápis*”. Pelas demais crianças, as seguintes justificativas não pró-sociais foram descritas: “*Não ia emprestar*”; “*Não ia emprestar, porque a amiga é chata*”, “*Não emprestava, porque o amigo pode quebrar*”.

Justificativas das crianças que apresentaram tendência a ação pró-social- História 1

Dentre as 95 crianças que apresentaram tendência a ação pró-social para o empréstimo do lápis ao amigo, as justificativas foram (Tabela 22):

Tabela 22- **Justificativas das crianças que responderam que emprestariam o lápis ao amigo nas análises da história 1**

História 1		Justificativa- História 1- PossívelTotal ação		
		Resposta das crianças		
		Moral	Motivação pró-social	
Idade	Frequência	0	47	47
	5 anos % dentre as crianças com 5 anos de idade	0%	100%	100%
	% do total de 95 crianças	0%	49,5%	49,5%
6 anos	Frequência	1	47	48
	% dentre as crianças com 6 anos de idade	2,1%	97,9%	100%
	% do total de 95 crianças	1,1%	49,5%	50,5%
Total	Frequência	1	94	95
	% total de 95 crianças	1,1%	98,9%	100%

$\chi^2= 0,990$, gl= 1, p= 0,320

A análise da Tabela 22, sobre as justificativas ofertadas pelas crianças que responderam que emprestariam o lápis, oferece indícios de tendência a ação pró-social, pois foram observadas respostas classificadas em morais e pró-sociais. A justificativa classificada como moral fornecida pela criança foi: “*É o certo, é o que tem que fazer*”. Dentre as pró-sociais, foram citadas pelas crianças: “*Quando alguém pede o lápis, eu empresto*”; “*Eu empresto para todo mundo o meu lápis*”; “*Eu ia emprestar o lápis, as pessoas não devem ser más. As pessoas devem ser muito boas*”. Não foram identificadas diferenças estatísticas significativas entre os grupos de cinco e seis anos de idade.

6.2.1.4 Pontuação total das análises infantis (raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social)- História 1 (doação/ empréstimo)

A pontuação total, compreendendo a somatória dos resultados obtidos pela análise das três dimensões: raciocínio, sentimentos e tendência a ação; relatadas pelas crianças ao julgarem história 1, está apresentada na Tabela 23:

Tabela 23- Pontuação obtida pela somatória das respostas ofertadas pelas crianças nas três dimensões avaliadas- raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social- nas análises da história 1

Pontuação total- Análise da história 1		Pontuação total- História 1				Total
		Não há análise pró-social em nenhuma dimensão	Análise pró-social em uma dimensão	Análise pró-social em duas dimensões	Análise pró-social em três dimensões	
Idade	Frequência	2	6	21	27	56
	5 anos % dentre as crianças com 5 anos	3,6%	10,7%	37,5%	48,2%	100%
	% do total de 110 crianças	1,8%	5,5%	19,1%	24,5%	50,9%
	6 anos	2	2	12	38	54
	% dentre as crianças com 6 anos	3,7%	3,7%	22,2%	70,4%	100%
	% do total de 110 crianças	1,8%	1,8%	10,9%	34,5%	49,1%
Total	Frequência	4	8	33	65	110
	% do total de 110 crianças	3,6%	7,3%	30%	59,1%	100%

$\chi^2= 6,282, gl=3, p=0,099$

A partir da análise dos dados (Tabela 23), constata-se que apenas 3,6% das crianças não pontuaram análise pró-social em nenhuma pergunta relacionada ao raciocínio, aos sentimentos e a possível ação; 7,3% pontuaram em uma dimensão; e 30% em duas dimensões. Verifica-se que 59,1% pontuaram em todas as dimensões, o que significa que esses participantes consideraram incorreta a ação do protagonista ao não emprestar o lápis, apresentaram sentimentos negativos ao presenciar a ausência do ato de empréstimo do protagonista ao outro personagem e afirmaram que auxiliariam emprestando o lápis ao amigo, o que indica a tendência à ação pró-social.

Há de se destacar que entre as crianças de seis anos houve maior frequência de análises pró-sociais nas três dimensões (34,5%) do que entre as de cinco anos (24,5%), o que demonstra possível evolução do comportamento pró-social ao longo da trajetória de desenvolvimento.

Ao se somar os índices das crianças que pontuaram em uma, duas e nas três dimensões comportamentais pró-sociais, tem-se que 106 crianças apresentaram julgamentos pró-sociais relativos à doação- empréstimo, o que representa 96,4% das crianças participantes.

De forma geral, as análises infantis acerca da história 1 mostraram que a maioria das crianças (96,4%) apresentou análises pró-sociais, em conformidade com a hipótese 1 deste estudo. Porém, não houve diferenças estatísticas significativas entre as crianças de cinco e seis anos no que se refere ao raciocínio, aos sentimentos e a tendência à ação pró-social ao julgarem a situação que requer o ato de doar, contrariando as expectativas apresentadas pela hipótese 1.

6.2.2.1 Análise do raciocínio infantil- História 2 (oferta de conforto)

A análise, por meio do teste Qui-quadrado, para averiguar o cruzamento dos dados referentes à idade das crianças e o julgamento da ação do protagonista como correta (não pró-social) ou incorreta (pró-social) na história 2 está exposta na Tabela 24:

Tabela 24- **Raciocínio infantil sobre o ato do protagonista na história 2 (oferta de conforto)**

Raciocínio infantil- Criança considera História 2- Análise do raciocínio infantil	Respostas das crianças	Total			
		Sim, é certo = Não sei	Não sei	Não, não é certo = Pró-social	
Idade 5 anos	Frequência	10	3	43	56
	% dentre as crianças com 5 anos	17,9%	5,4%	76,8%	100%
	% do total (110 crianças)	9,1%	2,7%	39,1%	50,9%
6 anos	Frequência	3	1	50	54
	% dentre as crianças com 6 anos	5,6%	1,9%	92,6%	100%
	% do total (110 crianças)	2,7%	0,9%	45,5%	49,1%
Total	Frequência	13	4	93	110
	% do Total (110 crianças)	11,8%	3,6%	84,5%	100%

$\chi^2= 5,261$, gl=2, p=0,072

Verifica-se, na Tabela 24, que dentre o total de participantes (110), apenas 13 (11,8%) apoiaram a ação do protagonista ao não visitar o amigo (análise não pró-social), ao passo que 93 (84,5%) consideraram inadequada a ação do protagonista da história ao não visitar o amigo (análise pró-social). As crianças de seis anos apresentaram maior frequência de análises pró-sociais, sendo que 50 (45,5%) expuseram que consideram incorreto o protagonista não visitar o amigo, enquanto 43 (39,1%) crianças de cinco anos consideraram este ato inadequado, sem diferenças estatísticas significativas (p= 0,072).

Justificativas das crianças que não apresentaram raciocínio pró-social- História 2

Dentre as 13 crianças que afirmaram que consideram correto o protagonista não visitar o amigo, o que oferta indícios de análises não pró-sociais, 10 (9,1%) tinham cinco anos de idade e 3 (2,7%) apresentaram seis anos de idade. As justificativas explanadas pelas mesmas foram (Tabela 25):

Tabela 25- **Justificativas das crianças que consideraram correta a ação do protagonista na história 2**

Justificativas das 13 crianças que consideraramAnálise do raciocínio infantil nãoTotal	Justificativas- História	2		
		Não elaborada (porque não)	Não pró-social	Total
Idade 5 anos	Frequência	8	2	10
	% dentre as crianças de 5 anos	80%	20%	100%
	% do total de 13 crianças	61,5%	15,4%	76,9%
6 anos	Frequência	2	1	3
	%dentre as crianças com 6 anos	66,7%	33,3%	100%
	% do total de 13 crianças	15,4%	7,7%	23,1%
Total	Frequência	10	3	13
	% do total de 13 crianças	76,9%	23,1%	100%

$\chi^2= 0,231$, gl= 1, p= 0,631

Ao averiguar as justificativas apresentadas na Tabela 25, observa-se que a maioria das crianças que consideraram correta a ação do protagonista na história 2 tinham cinco anos e apresentaram justificativas não elaboradas, tais como: “*Não é certo o jogo*”; “*Diz que ela ia e ela não foi*”; “*Errado porque vai entrar lá para brincar*”; e não pró-sociais como: “*Brinca sozinho*”; “*Joga bola sem o amigo*”. Porém, não foram detectadas diferenças estatísticas significativas entre as respostas das participantes de cinco e seis anos de idade (p=0,631).

Justificativas das crianças que apresentaram raciocínio pró-social- História 2

Dentre as 93 crianças que consideraram incorreta a ação do protagonista ao não visitar o amigo, o que indica análises pró-sociais, as justificativas foram (Tabela 26):

Tabela 26- Justificativas das crianças que consideraram incorreta a ação do protagonista na história 2

Justificativas das 93 crianças que consideraram incorreta a ação do protagonista ao não visitar o amigo- Pró-social		Análise do raciocínio infantil pró-social- História 2					Total	
		Não elaborada (porque não)	Hedonista	Moral	Empática	Motivação pró-social		
Idade	5 anos	Frequência	19	0	6	11	7	43
		% dentre as crianças com 5 anos	44,2%	0%	14%	25,6%	16,3%	100%
		% total- dentre as 93 crianças	20,4%	0%	6,5%	11,8%	7,5%	46,2%
	6 anos	Frequência	16	1	6	15	12	50
		% dentre as crianças com 6 anos	32%	2%	12%	30%	24%	100%
		% total- dentre as 93 crianças	17,2%	1,1%	6,5%	16,1%	12,9%	53,8%
Total	Frequência	35	1	12	26	19	93	
	% total – dentre as 93 crianças	37,6%	1,1%	12,9%	28%	20,4%	100%	

$\chi^2 = 2,677$, gl= 4, p= 0,613

Ao justificar a razão de considerarem incorreta a ação do protagonista na história 2 (Tabela 26), 37,6% das crianças apresentaram justificativas não elaboradas, ilustradas por respostas tais como: “*Não sei*”; “*Porque ele não fica com vontade por causa da chaminé, ele é estranho*”. As justificativas evidenciam dificuldade de exposição dos motivadores que basearam a compreensão do ato do protagonista como inadequado. No entanto, 61,3% apresentaram justificativas morais, empáticas e pró-sociais para explicar o motivo da incorreta ação do protagonista.

Verifica-se (Tabela 26) que, apesar da ausência de diferenças estatísticas significativas entre os grupos (p=0,613), dentre as crianças de cinco anos, houve maior frequência de respostas não elaboradas para justificar a incorreta ação do protagonista na história 2, bem como dentre as de seis anos houve maior frequência de justificativas empáticas e pró-sociais. As justificativas morais citadas foram: “*É errado*”; “*Porque é falta de educação*”.

Dentre as justificativas empáticas surgiram as seguintes descrições: “*Porque o amiguinho estava triste, porque não tinha ninguém para brincar em casa*”; “*Porque é chato ficar brincando sozinho*”; “*Porque a amiga pediu e ela não foi*”; “*Errado, porque o outro está triste*”. As justificativas pró-sociais envolveram respostas que evidenciaram a tomada de perspectiva, tais como: “*Isso não pode, porque quando o amigo convida tem que ir, porque se não elas vão brincar sozinhas, ela vai ficar sem ninguém*”; “*Porque brincar com os amigos pode ser legal e fazer amizades melhor*”.

6.2.2.2 Análise dos sentimentos infantis - História 2 (oferta de conforto)

A análise por meio do teste Qui-quadrado para averiguar o cruzamento entre a idade das crianças e a análise dos sentimentos sobre a ação do protagonista ao não visitar o amigo (História 2) está exposta na tabela 27:

Tabela 27- **Sentimentos das crianças nas análises da história 2**

Sentimentos das crianças- história 2			História 2- Sentimentos			Total
			Sentimentos não identificados	Sentimentos positivos = Não pró-social	Sentimentos negativos = Pró-social	
Idade	5 anos	Frequência	7	16	33	56
		% dentre crianças com 5 anos	12,5%	28,6%	58,9%	100%
		% do total- 110 crianças	6,4%	14,5%	30%	50,9%
	6 anos	Frequência	6	5	43	54
		% dentre crianças com 6 anos	11,1%	9,3%	79,6%	100%
		% do total- 110 crianças	5,5%	4,5%	39,1%	49,1%
Total		Frequência	13	21	76	110
		% Total- dentre as 110 crianças	11,8%	19,1%	69,1%	100%

$\chi^2= 7,121$, $gl= 2$, $p= 0,028^*$

Os resultados mostram que dentre as 110 crianças, 76 (69,1%) apresentaram sentimentos negativos ao detectar que o protagonista não visita o amigo, o que demonstra sensibilidade para com a situação do personagem que necessita de apoio por meio da companhia do outro. Dessas, 43 crianças (39,10%) apresentaram seis anos de idade, enquanto 33 (30%) tinham cinco anos de idade, sendo encontradas diferenças significativas entre os grupos ($p=0,028$). Dentre o grupo de crianças com seis anos, a análise mostrou que 43 (79,6%) apresentaram sentimentos negativos, enquanto 33 (58,9%) dentre as crianças de cinco anos expuseram sentimentos negativos ao analisarem a história 2.

Crianças que não identificaram sentimentos - História 2

Dentre as 13 crianças que não identificaram seus sentimentos ao analisarem a história 2, sete (53,8%) tinham cinco anos de idade e seis (46,2%) tinham seis anos de idade, conforme mostra a Tabela 28:

Tabela 28- **Respostas das crianças cujos sentimentos foram classificados como não identificados nas análises da história 2**

Crianças que não identificaram seus sentimentos- História 2			Classificação- Sentimentos não identificados		Total
			Não sei nada	Não compreende	
Idade	5 anos	Frequência	6	1	7
		% dentre as crianças com 5 anos	85,7%	14,3%	100%
		% do total de 13 crianças	54,5%	50%	53,8%
	6 anos	Frequência	5	1	6
		% dentre as crianças com 6 anos	83,3%	16,7%	100%
		% do total de 13 crianças	45,5%	50%	46,2%
Total		Frequência	11	2	13
		% do total	100%	100%	100%

$\chi^2= 0,014$, $gl=1$, $p=0,906$

Com base nos resultados apresentados na Tabela 28, constata-se que houve poucas diferenças das justificativas ofertadas pelas crianças que não conseguiram identificar seus sentimentos e não houve diferenças significativas entre os grupos de cinco e seis anos de idade.

Sentimentos positivos identificados pelas crianças- História 2

Os resultados para as 21 crianças (19,1% do total de participantes) que apontaram para sentimentos positivos ao analisar que o protagonista não visita o amigo estão dispostos na Tabela (29):

Tabela 29- **Respostas das crianças cujos sentimentos foram classificados em positivos nas análises da história 2**

Crianças que identificaram sentimentos positivos- História 2		Classificação- positivos = Não pró-sociais	Sentimentos	Total	
		Feliz/melhor/ bem/ legal	Normal/ numa boa		
Idade	5 anos	Frequência	13	3	16
		% dentre as crianças de 5 anos	81,2%	18,7%	100%
		% do total de 21 crianças	61,9%	14,3%	76,2%
6 anos		Frequência	5	0	5
		% dentre as crianças de 6 anos	100%	0%	100%
		% do total de 21 crianças	23,8%	0%	23,8%
Total		Frequência	18	3	21
		% do total de 21 crianças	85,7%	14,3%	100%

$X^2= 1,094$, $gl=2$, $p=0,579$

Ao observar a Tabela 29, detecta-se que a maior parte (16 = 76,2%) das participantes que alegaram sentimentos positivos ao analisarem a história 2 possuía cinco anos de idade (76,2%), enquanto apenas cinco (23,8%) crianças tinham 6 anos de idade. Porém, sem diferenças significativas entre os grupos ($p=0,579$).

Sentimentos negativos identificados pelas crianças- História 2

Dentre as 76 crianças que alegaram sentimentos negativos ao identificar que o protagonista não visita o amigo, os sentimentos negativos identificados pelas crianças foram (Tabela 30):

Tabela 30- **Respostas das crianças cujos sentimentos foram classificados em negativos nas análises da história 2**

Crianças que identificaram sentimentos negativos- História 2		Classificação- Pró-sociais	Sentimentos negativos = Total				
		Chato/ feio	Bravo/ nervoso/ irritado	Mau/ ruim/ malvado	Triste/ magoad/ sozinho		
Idade	5 anos	Frequência	1	1	8	23	33
		% dentre as crianças com 5 anos	3%	3%	24,2%	69,7%	100%
		% do total de 33 crianças	1,3%	1,3%	10,5%	30,3%	43,4%
6 anos		Frequência	0	0	13	30	43
		% dentre as crianças com 6 anos	0%	0%	30,2%	69,8%	100%
		% do total de 33 crianças	0%	0%	17,1%	39,5%	56,6%
Total		Frequência	1	1	21	53	76
		% do total de 33 crianças	1,3%	1,3%	27,6%	69,7%	100%

$X^2= 3,469$, $gl=4$, $p= 0,483$

Verifica-se por meio da Tabela 30 que há maior frequência de sentimentos negativos relacionados à tristeza (26,3%) e a maldade (69,7%) nas duas faixas etárias. Entre as crianças de cinco anos surgiram respostas como sentir-se feio, chato (3%) e bravo, nervoso, irritado (3%), enquanto entre as de seis anos foram encontradas maior frequência de descrições mais elaboradas, tais como sentir-se mau ruim (27,9%) e triste (69,8%). Mas não foram encontradas diferenças estatísticas significativas entre os grupos ($p=0,483$).

6.2.2.3 Análise da tendência à ação pró-social - História 2 (oferta de conforto)

A Tabela 31 apresenta a análise, por meio do teste Qui-quadrado, para o cruzamento entre a idade das crianças e a tendência a ação relatada pelas crianças ao julgarem a situação vivenciada pelo protagonista na história 2:

Tabela 31- **Respostas das crianças sobre suas possíveis ações (tendência à ação) nas análises da história 2**

Respostas das crianças sobre sua possível ação na história 2		Respostas das crianças			Total
		Não identificável	Não visitaria= Não pró-social	Visitaria= Pró-social	
Idade	Frequência	6	8	42	56
	5 anos % dentre crianças de 5 anos	10,7%	14,3%	75%	100%
	% do total de 110 crianças	5,5%	7,3%	38,2%	50,9%
	6 anos	2	4	48	54
	% dentre crianças de 6 anos	3,7%	7,4%	88,9%	100%
	% do total de 110 crianças	1,8%	3,6%	43,6%	49,1%
Total	Frequência	8	12	90	110
	% do total de 110 crianças	7,3%	10,9%	81,8%	100%

$X^2= 3,698$, $gl=2$, $p= 0,157$

A maioria das crianças apresentou tendência à ação pró-social (81,8%) ao apontar que visitaria o amigo, sendo que dentre essas 43,6% possuíam seis anos e 38,2% tinham cinco anos, sem diferenças estatísticas significativas ($p=0,157$) (Tabela 31). O número de crianças que responderam que não visitariam foi superior para as crianças de cinco anos (7,3%) ao serem comparadas com as de seis anos (3,6%). Verifica-se que houve oito respostas não identificáveis, sendo a maioria (5,5%) citadas pelas crianças de cinco anos, em que foram descritas explicações tais como: “*Eu chamo ele de Kiko*”; “*Eu ia jogar bola*”.

Justificativas das crianças que não apresentaram tendência à ação pró-social - História 2

Dentre as 12 (10,9%) crianças que afirmaram que não visitariam o amigo, as justificativas para tanto foram (Tabela 32):

Tabela 32- **Justificativas das crianças que responderam que não visitariam o amigo na análise da história 2**

Justificativas dentre as crianças que responderam que não visitariam o amigo na história 2= Não pró-social		Justificativa 2- Ausência da tendência a ação pró-social		Total
		Não elaborada	Não pró-social	
Idade	Frequência	1	7	8
	5 anos % dentre crianças com 5 anos	12,5%	87,5%	100%
	% do total de 12 crianças	8,3%	58,3%	66,7%
	6 anos	0	4	4
	% dentre crianças com 6 anos	0%	100%	100%
	% do total de 12 crianças	0%	33,3%	33,3%
Total	Frequência	1	11	12
	% do total de 12 crianças	8,3%	91,7%	100%

$X^2= 0,545$, $gl= 1$, $p= 0,460$

Ao visualizar a Tabela 32, constata-se que há maior frequência de crianças de cinco anos que responderam que não visitariam o amigo e que apresentaram justificativas não pró-sociais, tais como: “*Eu não ia, eu brincava sozinho, eu jogava com outra pessoa*”. Porém, não foram constatadas diferenças significativas entre as justificativas ofertadas pelas crianças de cinco e seis anos de idade ($p=0,460$).

Justificativas das crianças que apresentaram tendência à ação pró-social - História 2

Dentre as 90 crianças que apresentaram tendência à ação pró-social para visitar o amigo, as justificativas foram (Tabela 33):

Tabela 33- **Justificativas das crianças que responderam que visitariam o amigo nas análises da história 2**

Justificativas dentre as crianças que responderam que visitariam o amigo na história 2- Pró-social		Justificativa 2- Tendência a ação pró-social			Total
		Não elaborada	Hedonista	Motivação pró-social	
Idade	Frequência	1	1	40	42
	5 anos % dentre crianças com 5 anos	2,4%	2,4%	95,2%	100%
	% do total de 90 crianças	1,1%	1,1%	44,4%	46,7%
	6 anos	0	0	48	48
	% dentre crianças com 6 anos	0%	0%	100%	100%
	% do total de 90 crianças	0%	0%	53,3%	53,3%
Total	Frequência	1	1	88	90
	% do total de 90 crianças	1,1%	1,1%	97,8%	100%

$X^2= 2,338$, $gl=2$, $p=0,311$

Na Tabela 33 observa-se que a maior parte das participantes (97,8%) apresentou justificativas contendo intenções pró-sociais, tais como: “*Se ele pediu, eu ia na casa dele*”; “*Se a mãe dele deixar, eu vou na casa dele*”; “*Eu ia entrar lá de qualquer jeito*”; “*Eu ia jogar bola com ela ali de fora e ela dentro da casa*”. E não foram detectadas diferenças significativas entre os grupos de cinco e seis anos de idade ($p=0,311$).

6.2.2.4 Pontuação total das análises infantis (raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social)-História 2 (oferta de conforto)

A pontuação total, compreendendo a somatória dos resultados obtidos pela análise das três dimensões (raciocínio, sentimentos e tendência à ação) relatadas pelas crianças ao julgarem a história 2, está apresentada na Tabela 34:

Tabela 34- **Pontuação obtida pela somatória das respostas ofertadas pelas crianças nas três dimensões avaliadas- raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social- nas análises da história 2**

Total de dimensões pontuadas pelas crianças- História 2		Pontuação total - História 2				Total
		Não há nenhuma dimensão	Análise pró-social em uma dimensão	Análise pró-social em duas dimensões	Análise pró-social em três dimensões	
Idade	Frequência	2	10	25	19	56
	% dentre crianças com 5 anos	3,6%	17,9%	44,6%	33,9%	100%
	% do total de 110 crianças	1,8%	9,1%	22,7%	17,3%	50,9%
6 anos	Frequência	1	1	17	35	54
	% dentre crianças com 6 anos	1,9%	1,9%	31,5%	64,8%	100%
	% do total de 110 crianças	0,9%	0,9%	15,5%	31,8%	49,1%
Total	Frequência Total	3	11	42	54	110
	% do total de 110 crianças	2,7%	10%	38,2%	49,1%	100%

$\chi^2= 13,930$, $gl=3$, $p= 0,003^*$

Os dados da Tabela 34 indicam que apenas 2,7% das crianças não pontuaram análise pró-social em nenhuma pergunta relacionada ao raciocínio infantil, aos sentimentos e a possível ação pró-social; 10% pontuaram em uma dimensão e 38,2% em duas dimensões. Observa-se que 49,1% pontuaram em todas as dimensões, o que significa que consideraram incorreta a ação do protagonista ao não visitar o amigo, apresentaram sentimentos negativos ao presenciar a ausência de comoção do protagonista para com o outro personagem e afirmaram que visitariam o amigo, indicando à tendência a ação pró-social.

Há de se destacar que, entre as crianças de seis anos, ocorreu maior frequência de análises pró-sociais nas três dimensões (64,8%) do que entre as de cinco anos (33,9%), com diferenças significativas ($p=0,003$), o que demonstra o aumento do julgamento pró-social nas crianças de seis anos (Tabela 34).

Ao somar os índices das crianças que pontuaram em uma, duas e nas três dimensões do comportamento pró-social, tem-se que 107 crianças apresentaram julgamentos pró-sociais relacionados à oferta de conforto, representando 97,3% das crianças participantes.

De forma geral, as análises gerais infantis acerca da história 2 mostram que a maioria das crianças (97,3%) apresentou análises pró-sociais, conforme presumido pela hipótese 1 deste estudo. As crianças de seis anos apresentaram significativamente maior frequência de raciocínios, sentimentos e tendência à ação pró-social em seus relatos que as de cinco anos ($p=0,003$) em relação à situação de oferta de conforto. Esse resultado indica a evolução do pensamento e do aumento da tendência pró-social ao longo da evolução e desenvolvimento infantil (Tabela 34) e está de acordo com as expectativas desta pesquisa (hipótese 1).

6.2.3.1 Análise do raciocínio infantil - História 3 (Auxílio instrumental)

A análise, por meio do teste Qui-quadrado, buscou averiguar o cruzamento dos dados referentes à idade das crianças e o raciocínio infantil acerca da ação do protagonista como correta (não pró-social) ou incorreta (pró-social) na história 3 (Tabela 35).

Tabela 35- **Raciocínio infantil sobre o ato do protagonista na história 3 (auxílio instrumental)**

Raciocínio infantil - Criança considera correto ou incorreto o protagonista não auxiliar o amigo a juntar os objetos – História 3			História 3- Análise do raciocínio infantil			Total
			Respostas das crianças			
			Sim, é certo = Não pró-social	Não sei	Não, não é certo = Pró-social	
Idade	5 anos	Frequência	5	3	48	56
		% dentre crianças com 5 anos	8,9%	5,4%	85,7%	100%
		% do total (110 crianças)	4,5%	2,7%	43,6%	50,9%
6 anos	6 anos	Frequência	1	0	53	54
		% dentre crianças com 5 anos	1,9%	0%	98,1%	100%
		% do total (110 crianças)	0,9%	0%	48,2%	49,1%
Total		Frequência	6	3	101	110
		% do total (110 crianças)	5,5%	2,7%	91,8%	100%

$X^2= 5,88$, $gl=2$, $p=0,053^*$

Dentre as 110 crianças, 101 (91,8%) apresentaram raciocínios pró-sociais ao pontuarem que é indevida a ação do protagonista ao não auxiliar o amigo a pegar os materiais escolares, com maior frequência de respostas pró-sociais pelas crianças aos seis anos que entre as de cinco anos de idade ($p=0,053^*$). Observa-se que, dentre as seis (5,5%) crianças que afirmaram que é certo não auxiliar o amigo a pegar os objetos, cinco (4,5%) tinham cinco anos de idade e uma apresentava seis anos de idade (0,9%). As três crianças que responderam que não sabiam se era correta a ação do protagonista na história 3 tinham cinco anos de idade e expuseram justificativas não elaboradas ilustradas por respostas como: “*Não sei*” (Tabela 35).

Justificativas das crianças que não apresentaram raciocínio pró-social - História 3

Dentre as seis crianças que consideraram correta a ação do protagonista na história 3, oferecendo indícios de julgamentos não pró-sociais por parte dessas, cinco (83,3%) delas tinham cinco anos de idade e uma (16,7%) apresentou seis anos de idade, sendo que todas apresentaram justificativas não elaboradas, evidenciadas por respostas como: “*Não sei*”; “*É certo, porque não acerta o caminho*”; “*Ele foi embora porque é certo*”. Dentre essas crianças, cinco tinham cinco anos de idade e uma tinha seis anos de idade, as quais apresentaram justificativas não elaboradas.

Justificativas das crianças que apresentaram raciocínio pró-social- História 3

Dentre as 101 crianças que consideraram incorreta a ação do protagonista ao não ofertar auxílio instrumental ao amigo, as justificativas apresentadas por elas foram (Tabela 36):

Tabela 36- **Justificativas das crianças que consideraram incorreta a ação do protagonista nas análises da história 3**

Justificativas das 101 crianças que consideraram incorreta a ação do protagonista não auxiliar o amigo a juntar os objetos- Pró-social			Justificativas- Raciocínio infantil pró-social - Total				
			História 3				
			Não elaborada (porque não)	Moral	Empática	Motivação pró-social	
Idade	5 anos	Frequência	8	6	10	24	48
		% dentre crianças de 5 anos	16,7%	12,5%	20,8%	50,0%	100%
		% do total de 101 crianças	7,9%	5,9%	9,9%	23,8%	47,5%
6 anos	6 anos	Frequência	7	7	11	28	53
		% dentre crianças de 6 anos	13,2%	13,2%	20,8%	52,8%	100%
		% do total de 101 crianças	6,9%	6,9%	10,9%	27,7%	52,5%
Total		Frequência	15	13	21	52	101
		% do total de 101 crianças	14,9%	12,9%	20,8%	51,5%	100%

$X^2= 0,252$, $gl=3$, $p=0,969$

Na tabela 36 verifica-se que, dentre as crianças de cinco anos, houve maior frequência de respostas não elaboradas, bem como dentre as de 6 anos ocorreu maior frequência de justificativas empáticas e pró-sociais, tais como: “*Porque como que o amiguinho vai arrumar tudo sozinho?*” (empática); “*Quando alguém deixa cair alguma coisa, tem que ajudar*” (pró-social); “*Não é certo, porque a amiguinha vai perder a aula, se fosse com ela, ela ia ajudar, tem que ajudar as pessoas em qualquer situação*” (pró-social). Porém, as diferenças entre as respostas dos grupos não foram estatisticamente significativas ($p=0,969$).

6.2.3.2 Análise dos sentimentos infantis - História 3 (Auxílio instrumental)

A análise, por meio do teste Qui-quadrado, para detectar o cruzamento entre a idade das crianças e a análise dos sentimentos acerca da ação do protagonista ao não ofertar auxílio instrumental ao amigo na história 3, está exposta na tabela 37:

Tabela 37- **Sentimentos das crianças nas análises da história 3**

Sentimentos das crianças- História 3			Sentimentos- História- 3			Total
			Sentimento não identificado	Sentimento positivo = Não Pró-social	Sentimento negativo = Pró-social	
Idade	5 anos	Frequência	11	10	35	56
		% dentre crianças com 5 anos	19,6%	17,9%	62,5%	100%
		% do total de 110 crianças	10,0%	9,1%	31,8%	50,9%
6 anos	Frequência	9	5	40	54	
	% dentre crianças com 6 anos	16,7%	9,3%	74,1%	100%	
	% do total de 110 crianças	8,2%	4,5%	36,4%	49,1%	
Total	Frequência	20	15	75	110	
	% do total de 110 crianças	18,2%	13,6%	68,2%	100%	

$$X^2= 2,164, \text{ gl}=2, p= 0,339$$

Dentre as 110 crianças, 68,2% apresentaram sentimentos negativos ao detectar que o protagonista não auxilia o amigo instrumentalmente, sendo que destas 40 crianças (36,4%) apresentaram seis anos de idade e 35 (31,8%) tinham cinco anos de idade (Tabela 37). A análise dentre as crianças de seis anos mostrou que 74,1% mencionaram sentimentos negativos, enquanto dentre as de cinco anos, 62,5% relataram sentimentos negativos ao analisar a história 3 (Tabela 37).

Do total de 110 crianças, 20 (18,2%) não identificaram os sentimentos ao detectar que o protagonista não oferta auxílio instrumental ao amigo, sendo 11 (55%) crianças de cinco anos e nove (45%) crianças de seis anos, as quais apresentaram justificativas não elaboradas, ilustradas por respostas como “*Não sei*” e “*Nada*”; ou mantiveram-se caladas, o que foi interpretado como ausência de compreensão, não sendo encontradas diferenças estatísticas significativas entre os grupos de cinco e seis anos ($p=0,769$).

Sentimentos positivos identificados pelas crianças- História 3

Dentre as 15 crianças que alegaram sentimentos positivos ao observar que o protagonista não auxilia o amigo, os sentimentos estão descritos a seguir (Tabela 38):

Tabela 38- Respostas das crianças cujos sentimentos foram classificados em positivos nas análises da história 3

Sentimentos positivos- Análises não pró-sociais-		Sentimentos Positivos = Não pró-sociais		Total	
História 3		Historia 3			
		Feliz/melhor/ legal	bem/ Normal, numa boa		
Idade	5 anos	Frequência	9	1	10
		% dentre crianças com 5 anos	90%	10%	100%
		% do total de 15 crianças	60%	6,7%	66,7%
6 anos		Frequência	4	1	5
		% dentre crianças com 6 anos	80%	20%	100%
		% do total de 15 crianças	26,7%	6,7%	33,3%
Total		Frequência	13	2	15
		% do total de 15 crianças	86,7%	13,3%	100%

$\chi^2=0,288$, $gl=1$, $p=0,591$

Observa-se na Tabela 38 que a maior parte das crianças que relataram sentimentos positivos tinham cinco anos de idade (66,7%) à época da coleta de dados. Mas que não foram encontradas diferenças estatísticas significativas entre os grupos ($p=0,591$).

Sentimentos negativos identificados pelas crianças - História 3

A Tabela 39 expõe os resultados para as 75 crianças que alegaram sentimentos negativos ao analisarem a história 3:

Tabela 39- Respostas das crianças cujos sentimentos foram classificados em negativos nas análises da história 3

Sentimentos negativos- Análises Pró-sociais-		Sentimentos negativos (pró-sociais)- História 3				Total	
História 3		Chato/ feio	Mau/ ruim/ malvado	Triste/ magoado/ sozinho	Arrependido/ envergonhado/ culpado/ incomodado		
Idade	5 anos	Frequência	1	10	24	0	35
		% dentre crianças com 5 anos	2,9%	28,6%	68,6%	0%	100%
		% do total de 75 crianças	1,3%	13,3%	32%	0%	46,7%
6 anos		Frequência	0	13	24	3	40
		% dentre crianças com 6 anos	0%	32,5%	60,0%	7,5%	100%
		% do total de 75 crianças	0%	17,3%	32,0%	4%	53,3%
Total		Frequência	1	23	48	3	75
		% dentre 75 crianças	1,3%	30,7%	64,0%	4%	100%

$\chi^2=4,076$, $gl=3$, $p=0,253$

A análise dos resultados mostra que 75 crianças (ou seja, 68,2% dos participantes) manifestaram sentimentos negativos ao avaliar a ação do protagonista que não ofertou auxílio instrumental ao amigo na história 3. Além disso, a descrição dos sentimentos apresentados pelas crianças de seis anos foram mais elaboradas ao mencionarem tristeza, mágoa, solidão, arrependimento, incomodo, vergonha e culpa (Tabela 39). Mas não foram detectadas diferenças estatísticas significativas entre os grupos ($p=0.253$).

6.2.3.3 Análise da tendência à ação pró-social - História 3

A análise por meio do teste Qui-quadrado foi utilizada para averiguar o cruzamento entre a idade das crianças e a análise das tendências às ações das crianças acerca das suas possíveis ações perante a suposta experiência da situação vivenciada pelo protagonista na história 3, conforme Tabela 40:

Tabela 40- Respostas das crianças sobre suas possíveis ações (tendência à ação) nas análises da história 3

Respostas das crianças sobre sua possível ação na história 3		História 3- Tendência à ação			Total	
		Não identificável	Não ajudaria = Não pró-social	Ajudaria = Pró-social		
Idade	5 anos	Frequência	6	3	47	56
		% dentre crianças com 5 anos	10,7%	5,4%	83,9%	100%
		% do total de 110 crianças	5,5%	2,7%	42,7%	50,9%
	6 anos	Frequência	0	4	50	54
		% dentre crianças com 6 anos	0%	7,4%	92,6%	100%
		% do total de 110 crianças	0%	3,6%	45,5%	49,1%
Total		Frequência	6	7	97	110
		% do total de 110 crianças	5,5%	6,4%	88,2%	100%

$X^2= 6,201, gl=2, p=0,045^*$

Observa-se na Tabela 40 que 97 (88,2%) das crianças apresentaram respostas pró-sociais ao mencionarem que ajudariam o colega a juntar os materiais, caso vivenciassem situação semelhante; dentre essas, 50 crianças de seis anos e 47 de cinco anos apresentaram esta resposta, sendo evidenciadas diferenças significativas entre os grupos ($p=0,045$).

Dentre as respostas não identificáveis, todas (6) foram emitidas por crianças de 5 anos, sendo que 5 (83,3%) crianças expuseram justificativas não elaboradas, como: “*Eu ia falar para a professora*”; e uma (16,7%) expôs uma explicação não pró-social (Tabela 40).

Justificativa das crianças que não apresentaram tendência à ação pró-social- História 3

Dentre as sete crianças que responderam que não ofereceriam o auxílio, isto é, emitiram respostas não pró-sociais, as justificativas foram (Tabela 41):

Tabela 41- Justificativas das crianças que responderam que não auxiliariam o amigo nas análises da história 3

Justificativas das crianças que responderam que não auxiliariam o amigo a juntar os materiais- Não pró-social- História 3		Justificativas- Ausência da tendência a Total			
		ação pró-social infantil- história 3			
		Não pró-social	Motivação pró-social		
Idade	5 anos	Frequência	3	0	3
		% dentre as crianças com 5 anos	100%	0%	100%
		% do total de 7 crianças	42,9%	0%	42,9%
	6 anos	Frequência	3	1	4
		% dentre as crianças com 6 anos	75%	25%	100%
		% do total de 7 crianças	42,9%	14,3%	57,1%
Total		Frequência	6	1	7
		% do total de 7 crianças	85,7%	14,3%	100%

$X^2= 0,875, gl=1, p=0,350$

Verifica-se (Tabela 41) que se mostrou incoerente o dado de uma criança que apresentou a justificativa pró-social para uma ação não pró-social, em que esta participante respondeu que não auxiliaria a pegar os objetos, mas que ficaria feliz se ajudasse o amigo a catar os livros, o que pode ilustrar a fase de transição do julgamento e das análises. Dentre as respostas não pró-sociais, surgiram falas como: “*Eu não faria nada*”. Mas não houve diferenças estatísticas significativas entre as justificativas ofertadas pelos participantes de cinco e de seis anos e idade ($p=0,350$).

Justificativas das crianças que apresentaram tendência pró-social - História 3

Dentre as 97 crianças que responderam que auxiliariam o amigo, apresentando tendência pró-social, as justificativas estão expostas na Tabela 42.

Tabela 42- **Justificativas das crianças que responderam que auxiliariam o amigo nas análises da história 3**

		Justificativas- auxiliariam o amigo a juntar os materiais na história 3- Pró-social	Justificativas- ação pró-social- Empática	Tendência a história 3 Motivação pró-social	Total
Idade	5 anos	Frequência	1	46	47
		% dentre as crianças com 5 anos	2,1%	97,9%	100%
		% do total 97 crianças	1%	47,4%	48,5%
6 anos	6 anos	Frequência	1	49	50
		% dentre as crianças com 6 anos	2%	98%	100%
		% do total 97 crianças	1%	50,5%	51,5%
Total	Total	Frequência	2	95	97
		% do total 97 crianças	2,1%	97,9%	100%

$\chi^2=0,002$, $gl=1$, $p=0,965$

Ao analisar as justificativas apresentadas pelas crianças que responderam que ofertariam auxílio instrumental (Tabela 42), isto é, houve tendência a agir de forma pró-social, observa-se que surgiram respostas classificadas em empáticas e pró-sociais, sendo as empáticas ilustradas pelas seguintes falas: “*Tem que ajudar, se não ele vai ter que arrumar tudo sozinho*”; e as pró-sociais: “*Eu peguei tudo pra ele, daí vira amigo e fica andando junto com o amigo*”, “*Eu ia ajudar a juntar e esperar*”. Não foram detectadas diferenças estatísticas significativas entre as justificativas das crianças de cinco e seis anos ($p=0,965$).

6.2.3.4 Pontuação total das análises infantis (raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social) - História 3 (auxílio instrumental)

A pontuação total, compreendendo a somatória dos resultados obtidos pela análise das três dimensões (raciocínio, sentimentos e tendência a ação) relatadas pelas crianças ao julgarem história 3, está apresentada na Tabela 43:

Tabela 43- **Pontuação obtida pela somatória das respostas ofertadas pelas crianças nas três dimensões avaliadas- raciocínio, sentimentos e tendência à ação- nas análises da história 3**

		Total de dimensões pontuadas pelas crianças nas análises da história 3	Pontuação total - História 3			Total	
			Não há análise em nenhuma dimensão	Análise pró-social em uma dimensão	Análise pró-social em duas dimensões	Análise pró-social em três dimensões	
Idade	5 anos	Frequência	2	5	19	30	56
		% dentre as crianças com 5 anos	3,6%	8,9%	33,9%	53,6%	100%
		% do total de 110 crianças	1,8%	4,5%	17,3%	27,3%	50,9%
6 anos	6 anos	Frequência	0	0	17	37	54
		% dentre as crianças com 6 anos	0%	0%	31,5%	68,5%	100%
		% do total de 110 crianças	0%	0%	15,5%	33,6%	49,1%
Total	Total	Frequência	2	5	36	67	110
		% do total de 110 crianças	1,8%	4,5%	32,7%	60,9%	100%

$\chi^2=7,809$, $gl=3$, $p=0,05^*$

Os dados expostos na tabela 43 indicam que apenas 3,6% das crianças não pontuaram análise pró-social em nenhuma pergunta relacionada ao raciocínio, aos sentimentos e a possível ação; 4,5% pontuaram em uma dimensão e 32,7% em duas dimensões. Verifica-se que 67 (60,9%) pontuaram em todas as dimensões, o que significa que essas participantes consideraram incorreta a ação do protagonista ao não auxiliar o amigo a juntar os materiais, apresentaram sentimentos negativos ao presenciar a ausência de ajuda do protagonista ao outro personagem e afirmaram que auxiliariam o amigo, indicando a tendência pró-social. Há de se destacar que entre as crianças de seis anos houve maior frequência de análises pró-sociais nas três dimensões (68,5%) do que entre as de cinco anos (53,6%), com diferenças significativas ($p=0,05$), demonstrando uma possível evolução do comportamento pró-social entre os cinco e os seis anos de idade.

Ao somar os índices das crianças que pontuaram em uma, duas e nas três dimensões comportamentais pró-sociais, tem-se que 108 crianças apresentaram julgamentos pró-sociais relativos ao auxílio instrumental, totalizando 98,1% das crianças participantes.

De forma geral, as análises infantis acerca da história 3 mostram que a maioria das crianças (98,1%) apresentou análises pró-sociais e que as crianças de seis anos se destacaram em relação as de cinco anos ($p=0,05$), achados correspondentes as expectativas deste estudo (hipótese 1).

Ao sintetizar os resultados das dimensões do comportamento pró-social infantil avaliadas por meio das análises infantis às três histórias:

Os julgamentos infantis acerca da história 1 (doação) mostraram que a maioria das crianças (96,4%) apresentou análises pró-sociais, de acordo com as propostas da hipótese 1. Além disso, não houve diferenças estatísticas significativas entre as crianças de cinco e seis anos em relação ao raciocínio, aos sentimentos e a tendência à ação pró-social ao julgarem a situação de necessidade de doação-empréstimo de bens materiais (história 1), o que não está em concordância com a hipótese 1

Os resultados para a história 2 (oferta de conforto) evidenciaram que a maioria das crianças (97,3%) apresentou análises pró-sociais, dados congruentes com a hipótese 1. As crianças de seis anos apresentaram, de forma significativa ($p=0,003$), maior frequência de sentimentos negativos ao detectarem a ausência da oferta de conforto pelo personagem protagonista que as crianças de cinco anos. E houve maior frequência de pontuações totais relativas ao raciocínio, sentimentos e tendências às ações pró-sociais de oferta de conforto (história 2), nos relatos das crianças de seis anos comparadas com as de cinco anos ($p=0,003$), em consonância com a hipótese 1.

As avaliações infantis em relação à história 3 apontaram que a maioria das crianças (98,1%) apresentou análises pró-sociais, o que corresponde as expectativas deste estudo (hipótese 1). Ao julgarem a ausência de auxílio instrumental pelo protagonista, as crianças de seis anos expressaram maior reprovação do ato do protagonista do que as crianças de cinco anos ($p=0,053$), conforme a hipótese 1.

Ao retratarem como agiriam na situação apresentada pela história 3, apesar da maioria das crianças expressarem que ajudariam o outro instrumentalmente, as crianças de seis anos manifestaram maior frequência à tendência a ação pró-social que as crianças de cinco anos ($p=0,045$), em conformidade com a hipótese 1.

E por fim, houve maior frequência de pontuação total referente ao raciocínio, aos sentimentos e as tendências às ações pró-sociais nas análises da história 3 efetuadas pelas crianças de seis anos do que as de cinco anos ($p=0,005$), em conformação com as propostas da hipótese 1 desta pesquisa.

6.3 Semi- experimento relativo a doação de balas pelas crianças: Situação da dádiva anônima

No semi-experimento as crianças foram convidadas a ofertar balas aos colegas que não participaram desta proposta, sendo que os dados estão apresentados na Tabela 44:

Tabela 44- **Resultados do semi-experimento de doação de balas pelas crianças**

Semi-experimento- Doação de balas		Doação de balas		Total	
		Não doaram balas	Doaram balas		
Idade	5 anos	Frequência	38	18	56
		% dentre crianças com 5 anos	67,9%	32,1%	100%
		% do total (110 crianças)	34,5%	16,4%	50,9%
	6 anos	Frequência	45	9	54
		% dentre crianças com 6 anos	83,3%	16,7%	100%
		% do total (110 crianças)	40,9%	8,2%	49,1%
Total		Frequência	83	27	110
		% do total de 110 crianças	75,5%	24,5%	100%

$\chi^2=3,555$, $gl=1$, $p= 0,059$

Os resultados mostram que a maioria dos participantes de ambas as faixas etárias não aderiram ao ato de doar as balas durante o semi-experimento, o que indica a não ocorrência do comportamento pró-social de doação de bens. Dentre os 27 participantes que doaram, a maior parte deles (18 crianças) tinha cinco anos de idade, enquanto apenas nove crianças de seis anos realizaram doações de suas balas. Não foram identificadas diferenças significativas entre as faixas etárias ($p=0,059$), considerando que ambos os grupos realizaram poucas doações.

Ao analisar as dimensões do comportamento pró-social para doação-empréstimo, avaliadas por meio das histórias, e o ato de doar em si, por meio do semi-experimento, verificou-se que 90,9% das crianças reprovaram a ausência de empréstimo de bens materiais pelo protagonista da história 1; 66,4%

manifestaram sentimentos negativos ao julgar o ato do protagonista não ofertar o lápis ao amigo; e 86,4% relataram que emprestariam seus lápis ao amigo que necessita. No entanto, ao participarem do semi-experimento, somente 24,5% doaram balas.

Esses resultados apontam para diferenças entre as intenções verbalizadas pelas crianças ao julgarem as situações por meio das histórias e ao vivenciarem a oportunidade para prestar a doação aos amigos que não participaram da atividade proposta por esta pesquisa. Salienta-se que durante o semi-experimento não houve o apelo emocional às necessidades daqueles que não participaram da atividade oferecida por esta pesquisa.

6.4 Dados do raciocínio, dos sentimentos e da tendência à ação pró-social das crianças de cinco e seis anos: pontuação total

Ao buscar comparar os dados obtidos pelas crianças de cinco e seis anos nas análises das três histórias, aplicou-se o teste Mann Whitney aos dados obtidos por meio da somatória das pontuações totais das respostas das crianças nas três dimensões analisadas (raciocínio, sentimentos e possível ação da criança) em cada história. Os resultados encontrados são descritos nas Tabelas 45 e 46:

Tabela 45- Média das pontuações obtidas pelas crianças de cinco e de seis anos nas análises relativas às dimensões do comportamento pró-social (raciocínio, sentimentos e tendência à ação) ao julgarem as três histórias

				Idade	Número de participantes	Média	Soma dos ranques
Pontuação História 1	total-	Dimensões	pró-sociais-	5 anos	56	49,48	2771,00
				6 anos	54	61,74	3334,00
				Total	110		
Pontuação História 2	total-	Dimensões	pró-sociais-	5 anos	56	45,86	2568,00
				6 anos	54	65,50	3537,00
				Total	110		
Pontuação História 3	total-	Dimensões	pró-sociais-	5 anos	56	50,40	2822,50
				6 anos	54	60,79	3282,50
				Total	110		

Tabela 46- Comparação das três dimensões comportamentais pró-sociais (raciocínio, sentimentos e tendência à ação) das crianças com cinco e seis anos de idade, por meio do teste Mann-Whitney

Comparação entre análises das crianças de 5 e 6 anos	Total- Raciocínio, sentimentos e tendência pró-social -Histórias 1	Total- Raciocínio, sentimentos e tendência pró-social -História 2	Total- Raciocínio, sentimentos e tendência pró-social -História 3	Semi-experimento- Doação de balas
Mann-Whitney U	1175,000	972,000	1226,500	1278,000
Wilcoxon W	2771,000	2568,000	2822,500	2763,000
Z	-2,302	-3,555	-1,986	-1,877
Significância (2-tailed)	0,021*	0,000*	0,047*	0,061

$p \leq 0,05$

De acordo com os resultados (Tabela 46), verifica-se que houve diferenças significativas entre os grupos de crianças com cinco e com seis anos de idade. No grupo de seis anos houve maior frequência de raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social ao realizarem os julgamentos acerca das três histórias referentes ao comportamento pró-social de doação-empréstimo (história 1), conforto (história 2) e auxílio instrumental (história 3). Tal achado está em consonância com a hipótese 1 da pesquisa e com os dados descritivos que apontaram para maior evolução das análises pró-sociais em crianças de seis anos em algumas das dimensões avaliadas.

Na análise conjunta dos dados descritivos e os quantitativos, constata-se que: As análises qualitativas descritivas (via teste Qui-quadrado) apontaram diferenças pontuais entre as crianças de cinco e seis anos. As crianças de seis anos apresentaram maior frequência de sentimentos negativos ao julgar a história 2; maior pontuação total (raciocínio, sentimentos e tendência a ação pró-social somados) ao analisar a história 2; maior frequência de raciocínio pró-social ao avaliar a história 3; maior tendência à ação pró-social ao julgar a história 3 e maior pontuação total (raciocínio, sentimentos e tendência a ação pró-social somados) do que as crianças de cinco anos de idade. Dados que apoiam parcialmente a hipótese

1, considerando que somente em alguns dos aspectos investigados as crianças de seis anos apresentaram maior frequência de julgamentos pró-sociais.

Os achados comparativos (teste Mann-Whitney), em que houve a somatória das dimensões do comportamento pró-social (raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social infantil), revelaram que as crianças de seis anos apresentaram maior frequência de raciocínios, sentimentos e tendência a ação pró-social conjugados ao avaliarem as três histórias que as de cinco anos de idade, o que é congruente com a hipótese 1

6.5 Comportamento pró-social das crianças participantes de cinco e seis anos, sob a perspectiva materna (SDQ)

De forma geral, as mães indicaram, por meio do SDQ, que seus filhos apresentam repertório pró-social, conforme mostra a Tabela 47:

Tabela 47- **Repertório pró-social dos filhos segundo a perspectiva materna (SDQ)**

	Comportamento pró-social infantil- perspectiva materna (SDQ)			Total
	Clínico Níveis de pró- sociabilidade abaixo da média	Limítrofe Níveis de pró- sociabilidade medianos	Não clínico Níveis de pró- sociabilidade acima da média	
Frequência	5	7	98	110
Porcentual %	4,5%	6,4%	89,1%	100%

A maioria das crianças foi reconhecidas pelas mães como apresentando comportamento pró-social em níveis acima da média (não clínico), poucas crianças foram consideradas com níveis medianos (limítrofe) e abaixo da média (clínico) em relação ao repertório pró-social das mesmas (Tabela 47), em consonância com as expectativas da hipótese 1.

Para constatar a presença dos indícios dos problemas de conduta nessas crianças, expõe-se a descrição da perspectiva materna, via SDQ, sobre tal problemática no repertório dos seus filhos, conforme Tabela 48:

Tabela 48- **Problemas de conduta dos filhos segundo a perspectiva materna (SDQ)**

	Problemas de conduta- perspectiva materna (SDQ)			Total
	Clínico Níveis de problemas de conduta acima da média	Limítrofe Níveis de problemas de conduta medianos	Não clínico Níveis de problemas de conduta abaixo da média	
Frequência	28	25	57	110
Porcentual %	25,5%	22,7%	51,8%	100%

A Tabela 48 expõe que metade das crianças foram apontadas pelas mães como não apresentando problemas de conduta (não clínico), 25,5% foram consideradas apresentando indícios de problemas de conduta clínicos e 22,7% índices limítrofes de problemas de conduta. Os resultados sugerem que metade da amostra infantil não apresenta indícios de problemas e a outra metade indica problemas de conduta.

Com objetivo de investigar o comportamento pró-social infantil em crianças de cinco e seis anos sob a perspectiva das mães (SDQ), aplicou-se o teste Mann-Whitney para os dados de ambos os grupos, como exposto na Tabela 49:

Tabela 49- **Comportamento pró-social das crianças de cinco e seis anos de idade, sob a perspectiva materna (SDQ)**

	Idade das crianças e número de participantes de cada faixa etária	
	5 anos (N=56)	6 anos (N=54)
Média	49,93	61,28
Soma dos ranques	2796,00	3309,00
Mann- Whitney U	1200,000	
Wilcoxon W	2796,000	
Significância (2-tailed)	0,057	

$p \leq 0,05$

Na perspectiva materna sobre o comportamento pró-social dos filhos (SDQ) não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de crianças de cinco e seis anos ($p=0,057$), apesar da maior incidência de comportamento pró-social nos maiores (Tabela 49). Achado que refuta parte da hipótese 1, pois se esperava que as mães das crianças de seis anos indicassem maior frequência de comportamento pró-social em seus filhos que as mães dos participantes de cinco anos.

Ao analisar os dados infantis e maternos em conjunto, observa-se que os resultados estão em consonância em relação à maioria das crianças apresentarem raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social e as mães indicarem a presença do comportamento pró-social na maior parte dos filhos, o que está de acordo com a hipótese 1 desta pesquisa. Já a diferença constatada pelas crianças de cinco e seis anos quanto às dimensões do comportamento pró-social, em conformidade com a hipótese 1, não foi identificada pelas mães ao avaliarem o comportamento pró-social dos seus filhos de cinco e seis anos de idade, o que não foi congruente com a hipótese 1

6.6 Raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social pontuada pelos meninos e pelas meninas por meio das análises das histórias

Para avaliar a frequência do raciocínio, dos sentimentos e da tendência à ação pró-social em crianças do sexo feminino e masculino, aplicou-se o teste Mann Whitney. Assim, os dados obtidos por meio da somatória das dimensões pontuadas pelas crianças ao analisarem as três histórias foram comparados, para os quais obteve-se o seguinte resultado (Tabela 50):

Tabela 50- Pontuação dos meninos e das meninas nas análises das três histórias

Dimensões do comportamento pró-social- meninos e meninas	Média meninas (N=50)	Média meninos (N=60)	Mann- Whitney U	Significância. (2- tailed)
História 1- Raciocínio	55	55,92	1475	0,763
História 1- Sentimentos	55,02	55,90	1476	0,863
História 1- Tendência à ação	57,64	53,72	1393	0,280
História 1- Pontuação total	63,5	48,83	1100	0,006*
História 2- Raciocínio	57,7	53,67	1390	0,293
História 2- Sentimentos	55,46	55,53	1498	0,988
História 2- Tendência à ação	57,34	53,97	1408	0,411
História 2- Pontuação total	63,67	48,69	1091,5	0,007*
História 3- Raciocínio	58,04	53,38	1373	0,109
História 3- Sentimentos	52,3	58,17	1340	0,242
História 3- Tendência à ação	54,94	55,97	1472	0,764
História 3- Pontuação total	64,85	47,71	1032,5	0,001*

$p \leq 0,05$

Ao analisar os resultados dos meninos e das meninas (Tabela 50), verifica-se que foram constatadas diferenças referentes à pontuação total (raciocínio, sentimentos e tendência à ação) nas análises das três histórias (doação-empréstimo, oferta de conforto e auxílio instrumental). Na somatória das dimensões avaliadas (raciocínio, sentimentos e ação), as meninas apresentaram maior frequência de julgamentos pró-sociais de forma significativamente mais alta que os meninos ($p = 0,001$) ao analisarem a situação de doação empréstimo ($p=0,006$), oferta de conforto ($p=0,007$) e ajuda instrumental ($p=0,001$). Dados que apoiam as expectativas apresentadas pela hipótese 3 desta pesquisa.

6.7 Comportamento pró-social dos meninos e das meninas, sob a perspectiva materna (SDQ)

A frequência do comportamento pró-social em meninos e meninas, conforme a percepção das mães, não apontou diferenças significativas entre os grupos ($p=0,816$), como avaliado por meio do teste Mann-Whitney. Achados que refutam parcialmente a hipótese 3, considerando que se esperava que as mães das meninas relatassem maior frequência de comportamento pró-social do que as mães dos meninos.

6.8 Raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social das crianças nas análises das histórias e a perspectiva materna sobre o comportamento pró-social das crianças (SDQ)

6.8.1.1 Análise do raciocínio infantil sobre a história 1 e comportamento pró-social (SDQ)

A análise (teste Qui-quadrado) do cruzamento entre os julgamentos das crianças ao avaliarem a história 1, sobre a ação do protagonista de não emprestar o lápis, como correta (não pró-social) ou incorreta (pró-social), e as avaliações maternas sobre o comportamento pró-social dos filhos (SDQ) é apresentada na Tabela 51.

Tabela 51- Raciocínio das crianças nas análises da história 1 e a avaliação materna sobre o comportamento pró-social das crianças (SDQ)

		Cruzamento entre o raciocínio infantil sobre a história 1 e Avaliações maternas- comportamento dos filhos por meio do SDQ		Total		
				as avaliações maternas sobre o comportamento pró-social dos filhos- SDQ		
			Clínico	Limítrofe	Não Clínico	
Raciocínio infantil- História 1	Sim, é certo= Não pró-social	Frequência	1	0	9	10
		% dentre os que responderam que é certa a ação do protagonista	10%	0%	90%	100%
		% do total (110 crianças)	0,9%	0%	8,2%	9,1%
História 1	Não, não é certo = Pró-social	Frequência	4	7	89	100
		% dentre os que responderam que não é certa a ação do protagonista	4%	7%	89%	100%
		% do total (110 crianças)	3,6%	6,4%	80,9%	90,9%
Total		Frequência	5	7	98	110
		% dentre o total de 110 crianças	4,5%	6,4%	89,1%	100%

$\chi^2 = 1,421$, $gl=2$, $p=0,491$

Com base nos resultados apresentados na Tabela 51, constata-se que as mães avaliaram bem os filhos, ao considerarem que 89,1% deles apresentaram comportamento pró-social em níveis elevados (não clínicos); 6,4% dentro da média (limítrofes) e somente 4,5% das crianças participantes foram analisadas pelas mães como tendo comportamento pró-social abaixo da média por meio do SDQ, o que indica população clínica.

Sobre os cruzamentos de dados (Tabela 51), dentre as 10 crianças (9,1% do total de 110 participantes) que não apresentaram raciocínio pró-social ao considerarem correta a ação do protagonista de não emprestar o lápis ao amigo, uma (10%) foi avaliada pela sua mãe como apresentando comportamento pró-social abaixo da média (clínico) e nove foram avaliadas pelas mães como tendo comportamento pró-social em níveis elevados (não clínico).

Entre as 100 crianças que apresentaram raciocínio pró-social na história 1 ao considerarem incorreta a ação do protagonista ao não emprestar o lápis, somente 4% das mães avaliaram essas como tendo comportamento pró-social abaixo da média (clínico) e 89% apresentaram avaliações maternas que indicaram comportamento pró-social elevado dos filhos (não clínico) (Tabela 51).

Não foram constatadas diferenças significativas em relação ao nível de comportamento pró-social (clínico, limítrofe e não clínico), conforme indicação materna (SDQ) das crianças que apresentaram raciocínio pró-social e daquelas que não apresentaram raciocínio pró-social ao analisarem a história 1 ($p=0,491$) (Tabela 51). Achados que refutam parcialmente a hipótese 2, considerando a expectativa de que as crianças que apresentassem maior frequência de raciocínios pró-sociais ao analisarem a história 1, possivelmente seriam avaliadas pelas mães como mais pró-sociais, o que não foi encontrado.

6.8.1.2 Análise dos sentimentos infantis na história 1 e comportamento pró-social (SDQ)

A análise, por meio do teste Qui-quadrado, para averiguar o cruzamento entre as respostas das crianças sobre seus sentimentos ao julgar a ação do protagonista de não emprestar o lápis para o amigo e as avaliações maternas acerca do comportamento pró-social dos filhos por meio do SDQ, é apresentada na Tabela 52:

Tabela 52- Sentimentos das crianças nas análises da história 1 e a avaliação materna sobre o comportamento pró-social das crianças (SDQ)

		Cruzamento entre os sentimentos das crianças naAvaliações maternas- comportamentoTotal análise da história 1 e as avaliações maternas sobre opró-social dos filhos- SDQ				
		comportamento pró-social dos filhos por meio do SDQ				
		Clínico	Limítrofe	Não clínico		
Sentimentos infantis - História 1	Sentimento positivo (Não pró-social)	Frequência % dentre crianças com sentimentos positivos % do total (110 crianças)	1 5,0%	0 0%	19 95,0%	20 100%
	Sentimento negativo (Pró-social)	Frequência % dentre crianças com sentimentos negativos % do total (110 crianças)	4 5,5%	6 8,2%	63 86,3%	73 100%
	Sentimento não identificado	Frequência % dentre crianças com sentimentos não identificados % do total (110 crianças)	0 0%	1 5,9%	16 94,1%	17 100%
Total		Frequência % do total (110 crianças)	5 4,5%	7 6,4%	98 89,1%	110 100%

$\chi^2 = 2,786$, $gl = 4$, $p = 0,594$

De acordo com os resultados, entre as 20 crianças que alegaram sentimentos positivos ao detectar que o protagonista não empresta o lápis ao amigo, uma (5%) foi avaliada pela mãe como apresentando comportamento pró-social abaixo da média (clínico) e 19 (95%) foram analisadas pelas mães como apresentando comportamento pró-social em níveis elevados (não clínico). Dentre as 73 que citaram sentimentos negativos, 4 (5,5%) foram avaliadas pelas mães como tendo comportamento pró-social abaixo da média (clínico) e 63 (86,3%) como apresentando comportamento pró-social em níveis elevados (não clínico).

Ao comparar o grupo infantil que apresentou sentimentos pró-sociais com aqueles que não apresentaram sentimentos pró-sociais e com os que expuseram sentimentos não identificáveis em suas respostas, os resultados das avaliações maternas não apontaram para diferenças significativas ($p = 0,594$) acerca do comportamento pró-social dos filhos (SDQ). Ou seja, os grupos infantis não clínico, limítrofe e clínico, não evidenciaram diferenças relativas aos sentimentos pró-sociais ao analisarem a situação de doação-empréstimo. Dados que não estão em conformidade com a hipótese 2, considerando a expectativa de que as crianças que apresentassem maior frequência de sentimentos indicativos de pró-sociabilidade ao analisarem a história 1, possivelmente seriam avaliadas pelas mães como mais pró-sociais, o que não foi identificado.

6.8.1.3 Análise da tendência à ação pró-social na história 1 e comportamento pró-social (SDQ)

A Tabela 53 apresenta a análise, por meio do teste Qui-quadrado, para averiguar o cruzamento entre as análises das crianças sobre a sua possível ação na história 1 e a avaliação materna do comportamento pró-social infantil por meio do SDQ:

Tabela 53- **Tendência à ação das crianças nas análises da história 1 e avaliações maternas sobre o comportamento pró-social das crianças (SDQ)**

		Cruzamento entre a tendência a ação das crianças nas Avaliações maternas-Total				
		análises da história 1 e as avaliações maternas sobre o comportamento pró-social dos				
		comportamento pró-social dos filhos por meio do SDQ filhos- SDQ				
		Clínico	Limítrofe	Não clínico		
Tendência a História 1	Não emprestaria (Não pró-social)	Frequência	1	1	12	14
		% dentre as crianças que não emprestariam	7,1%	7,1%	85,7%	100%
		% do total (110 crianças)	0,9%	0,9%	10,9%	12,7%
	Emprestaria (Pró-social)	Frequência	4	6	85	95
		% dentre as crianças que emprestariam	4,2%	6,3%	89,5%	100%
		% do total (110 crianças)	3,6%	5,5%	77,3%	86,4%
Não identificável		Frequência	0	0	1	1
		% dentre as que não foi possível identificar a resposta	0%	0%	100%	100%
		% do total (110 crianças)	0%	0%	0,9%	0,9%
Total		Frequência	5	7	98	110
		% do total (110 crianças)	4,5%	6,4%	89,1%	100%

$\chi^2 = 0,387$, gl= 4, p=0,984

Dentre as 14 crianças que afirmaram que não emprestariam o lápis, apenas uma (7,1%) foi avaliada pela mãe como apresentando comportamento pró-social abaixo da média (clínico) e 12 foram consideradas pelas mães como tendo comportamento pró-social adequado (não clínico) por meio do SDQ (Tabela 53).

Dentre as 95 crianças que responderam que emprestariam o lápis, apenas 4 (4,2%) foram classificadas pelas mães como tendo comportamento pró-social abaixo da média e 85 foram avaliadas pelas mães como apresentando comportamento pró-social adequado (não clínico) por meio do SDQ (Tabela 53).

Ao comparar o grupo infantil que apresentou tendência à ação pró-social e aquele que não apresentou, os resultados das avaliações efetuadas pelas mães não indicaram diferenças significativas ($p=0,984$) acerca do comportamento pró-social dos filhos (SDQ) nos grupos não clínico, limítrofe e clínico. Resultado que não está em consonância com a hipótese 2 desta pesquisa, a qual esperava obter relatos infantis sobre tendências às ações pró-sociais associados as perspectivas maternas de maior frequência de pró-sociabilidade por parte dessas crianças.

6.8.1.4 Pontuação total (raciocínio, sentimentos e tendência à ação) na história 1 e comportamento pró-social (SDQ)

São expostos na Tabela 54 os resultados do cruzamento entre a somatória das dimensões pontuadas pelas crianças ao analisarem a história 1 e as avaliações maternas sobre o comportamento pró-social, por meio do SDQ.

Tabela 54- **Análise do cruzamento das três dimensões pontuadas pelas crianças nas análises da história 1 e as avaliações maternas sobre o comportamento pró-social das crianças (SDQ)**

Análise das dimensões: raciocínio, sentimentos e tendência à ação das crianças	Avaliações maternas- comportamento pró-social dos filhos- SDQ	Total			
		Clínico	Limítrofe	Não clínico	
Pontuação total- História 1- Doação-Empréstimo					
Não há análise pró-social em nenhuma dimensão- história 1	Frequência	1	0	3	4
	% dentre as crianças que não apresentaram análise pró-social em nenhuma dimensão	25%	0%	75%	100%
	% do total (110 crianças)	0,9%	0%	2,7%	3,6%
Análise pró-social em uma dimensão História 1	Frequência	0	0	8	8
	% dentre crianças que apresentaram análise pró-social em uma dimensão	0%	0%	100%	100%
	% do total (110 crianças)	0%	0%	7,3%	7,3%
Análise pró-social em duas dimensões- História 1	Frequência	0	2	31	33
	% dentre as crianças que apresentaram análise pró-social em duas dimensões	0%	6,1%	93,9%	100%
	% do total (110 crianças)	0%	1,8%	28,2%	30%
Análise pró-social em três dimensões- História 1	Frequência	4	5	56	65
	% dentre crianças que apresentaram análise pró-social nas três dimensões	6,2%	7,7%	86,2%	100%
	% do total (110 crianças)	3,6%	4,5%	50,9%	59,1%
Total	Frequência	5	7	98	110
	% do total (110 crianças)	4,5%	6,4%	89,1%	100%

$\chi^2 = 7,210$, gl= 6, p=0,302

A Tabela 54 exhibe que entre as quatro crianças que não pontuaram análise pró-social em nenhuma dimensão relacionada ao raciocínio, aos sentimentos e a possível ação, uma (25%) foi avaliada pela mãe como tendo comportamento pró-social abaixo da média (clínico). Dentre as 65 crianças que pontuaram em todas as dimensões (raciocínio, sentimentos e ação), somente quatro (6,2%) foram avaliadas pelas mães como tendo comportamento pró-social abaixo da média (clínico) e 56 (86,2%) foram classificadas pelas mães como apresentando comportamento pró-social em níveis elevados (não clínico) por meio do SDQ.

Ao comparar os quatro grupos infantis (o grupo que não apresentou análise pró-social em nenhuma dimensão, o que demonstrou análise pró-social em uma dimensão, em duas dimensões e em três dimensões), os resultados das análises realizadas pelas mães não indicaram diferenças significativas (p=0,302) acerca do comportamento pró-social dos filhos (SDQ) nestes quatro grupos.

Conclui-se que a maioria das mães avaliou seus filhos como apresentando comportamento pró-social em níveis elevados, por meio do SDQ. Sob a perspectiva materna, 98 crianças (89,1%) apresentaram comportamentos pró-sociais acima da média (não clínico), dentre essas, 95 crianças também apresentaram análises pró-sociais ao avaliarem a história 1, seja em uma, duas ou três dimensões (raciocínio, sentimentos, possível ação) e somente 3 crianças não apresentaram análises pró-sociais em nenhuma dimensão (Tabela 54). Dados em consonância com a hipótese 1.

No entanto, o cruzamento entre o comportamento pró-social dos filhos indicados pelas mães e a motivação pró-social relatada pelas crianças não evidenciou diferenças na somatória das dimensões do comportamento pró-social (raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social) dos grupos clínico, limítrofe e não clínico. Isto é, as crianças que foram indicadas pelas mães como pró-sociais (não clínica) não apresentaram maior raciocínio, sentimentos e nem tendência à ação pró-social que as demais (limítrofe e clínica) ao analisarem a história referente a doação, o que não está de acordo com a hipótese 2.

6.8.2.1 Análise do raciocínio infantil na história 2 e comportamento pró-social (SDQ)

A análise, por meio do teste Qui-quadrado, para avaliar o cruzamento entre o raciocínio das crianças ao analisarem a história 2, sobre a consideração da ação do protagonista de não visitar o amigo como correta (não pró-social) ou incorreta (pró-social) e as avaliações maternas sobre o comportamento pró-social dos filhos por meio do SDQ, é exposta na Tabela 55:

Tabela 55- **Raciocínio das crianças nas análises da história 2 e avaliação materna sobre o comportamento pró-social (SDQ)**

Cruzamento entre o raciocínio das crianças na análise da história 2 e as avaliações maternas sobre o comportamento pró-social dos filhos por meio do SDQ		Avaliações maternas- comportamento			Total
		Clínico	Limítrofe	Não clínico	
Respostas das crianças na história 2	Sim, é certo (Não pró-social)	Frequência 2 15,4%	0 0%	11 84,6%	13 100%
	% dentro as que responderam que é certa a ação do protagonista				
	% do total (110 crianças)	1,8%	0%	10%	11,8%
Não, não é certo (Pró-social)	Frequência 3 3,2%	7 7,5%	83 89,2%	93 100%	
	% dentro as que não consideram certa a ação do protagonista				
	% do total (110 crianças)	2,7%	6,4%	75,5%	84,5%
Não sei	Frequência 0 0%	0 0%	4 100%	4 100%	
	% dentro as que não sabem se é certa ou não a ação do protagonista				
	% do total (110 crianças)	0%	0%	3,6%	3,6%
Total	Frequência	5	7	98	110
	% do total (110 crianças)	4,5%	6,4%	89,1%	100%

$X^2 = 5,261$, gl= 4, p= 0,262

A partir dos resultados (Tabela 55), verifica-se que dentre as 13 crianças que afirmaram que é certo não visitar o amigo (análise não pró-social), duas (15,4%) foram avaliadas pelas mães como apresentando comportamento pró-social abaixo da média (clínico) e 11 (84,6%) foram avaliadas pelas mães como tendo comportamento pró-social em níveis adequados (não clínico). Dentre as crianças que consideraram errada a ação do protagonista da história de não visitar o amigo, três (3,2%) foram avaliadas pelas mães como apresentando comportamento pró-social abaixo da média e 83 (89,2%) foram avaliadas pelas mães como tendo comportamento pró-social em níveis adequados.

Sob a perspectiva das mães, não foram constatadas diferenças significativas em relação ao comportamento pró-social entre os que apresentaram raciocínio pró-social e aqueles não apresentaram raciocínio pró-social ao analisarem a história 2 (p=0,262) (Tabela 55). Ou seja, os grupos clínico, limítrofe e não clínico indicados pelas mães não demonstraram diferenças relacionadas ao raciocínio pró-social nas análises acerca da oferta de conforto, o que não está de acordo com a hipótese 2 desta pesquisa.

6.8.2.2 Análise dos sentimentos infantis na história 2 e comportamento pró-social (SDQ)

A Tabela 56 mostra a análise (Qui-quadrado) do cruzamento entre as respostas das crianças sobre seus sentimentos, ao avaliarem a ação do protagonista de não visitar o amigo, e as avaliações maternas sobre o comportamento pró-social dos filhos (SDQ):

Tabela 56- Sentimentos das crianças nas análises da história 2 e a avaliação materna sobre o comportamento pró-social das crianças (SDQ)

		Cruzamento entre os sentimentos das crianças na análise da história 2 e as avaliações maternas sobre o comportamento pró-social dos filhos por meio do SDQ				
		Avaliações maternas-Total			comportamento pró-social dos	
		filhos- SDQ				
			Clínico	Limítrofe	Não clínico	
Respostas sobre sentimentos das crianças na história 2	Sentimento positivo (Não pró-social)	Frequência	2	0	19	21
		% dentre crianças com sentimentos positivos	9,5%	0%	90,5%	100%
		% do total (110 crianças)	1,8%	0%	17,3%	19,1%
	Sentimento negativo (Pró-social)	Frequência	3	6	67	76
		% dentre crianças com sentimentos negativos	3,9%	7,9%	88,2%	100%
		% do total (110 crianças)	2,7%	5,5%	60,9%	69,1%
	Sentimento não identificado	Frequência	0	1	12	13
		% dentre crianças que não identificaram	0%	7,7%	92,3%	100%
		% do total (110 crianças)	0%	0,9%	10,9%	11,8%
Total	Frequência	5	7	98	110	
	% do total (110 crianças)	4,5%	6,4%	89,1%	100%	

$\chi^2 = 3,475$, gl= 4, p=0,482

Constata-se (Tabela 56) que dentre as 21 crianças que alegaram sentimentos positivos ao detectar que o protagonista não visita o amigo, duas (9,5%) foram avaliadas pelas mães como apresentando comportamento pró-social abaixo da média (clínico) e 19 (90,5%) foram analisadas pelas mães como tendo comportamento pró-social adequado (não clínico). Dentre as 76 que citaram sentimentos negativos, 3 (3,9%) foram avaliadas pelas mães como tendo comportamento pró-social abaixo da média (clínico) e 67 (88,2%) como tendo comportamento pró-social adequado (não clínico).

Observa-se também que a maior parte das crianças que expressaram sentimentos negativos à ação do protagonista de não visitar o colega, demonstraram evidências de pró-sociabilidade sob a perspectiva materna (Tabela 56). Porém, ao comparar o grupo infantil que apresentou sentimentos pró-sociais com aqueles que não apresentaram sentimentos pró-sociais e com os que expuseram sentimentos não identificáveis em suas respostas, os resultados das avaliações efetuadas pelas mães não revelaram diferenças significativas (p=0,482) acerca do comportamento pró-social dos filhos (SDQ). Ou seja, os grupos infantis não clínico, limítrofe e clínico não evidenciaram diferenças para os sentimentos pró-sociais ao retratarem seus sentimentos acerca da oferta de conforto, o que não está em consonância com as expectativas prévias desta pesquisa (hipótese 2).

6.8.2.3 Análise da tendência à ação pró-social na história 2 e comportamento pró-social (SDQ)

Os resultados (teste Qui-quadrado) para o cruzamento entre as análises das crianças sobre a sua possível ação na história 2 e a avaliação materna do comportamento pró-social infantil (SDQ) são expostos na Tabela 57:

Tabela 57- Tendência à ação das crianças nas análises da história 2 e avaliações maternas sobre o comportamento pró-social das crianças (SDQ)

		Avaliações maternas-Total	Cruzamento entre as possíveis ações das crianças na análise da história 2 e as avaliações maternas sobre o comportamento pró-social dos filhos por meio do SDQ			
			comportamento	pró-social	dos	
		Frequência	filhos- SDQ			
				Clínico	Limítrofe	Não clínico
Respostas das crianças sobre suas possíveis ações- 2	Não visitaria (Não pró-social)	Frequência	2	2	8	12
		% dentre as que não visitariam	16,7%	16,7%	66,7%	100%
		% do total (110 crianças)	1,8%	1,8%	7,3%	10,9%
sobre suas possíveis ações- 2	Visitaria (Pró-social)	Frequência	3	5	82	90
		% dentre as que visitariam	3,3%	5,6%	91,1%	100%
		% do total (110 crianças)	2,7%	4,5%	74,5%	81,8%
sobre suas possíveis ações- 2	Não identificável	Frequência	0	0	8	8
		% dentre as crianças que não foi possível identificar a resposta	0%	0%	100%	100%
		% do total (110 crianças)	0%	0%	7,3%	7,3%
Total		Frequência	5	7	98	110
		% do total (110 crianças)	4,5%	6,4%	89,1%	100%

$\chi^2 = 7,962$, $gl = 4$, $p = 0,093$

A Tabela 57 mostra que entre as 12 crianças que afirmaram que não visitariam o amigo, duas (16,7%) foram avaliadas pela mãe como apresentando comportamento pró-social abaixo da média (clínico) e oito foram pontuadas pelas mães como tendo comportamento pró-social adequado (não clínico). Dentre as 90 crianças que responderam que visitariam o amigo, apenas 3 (3,3%) foram classificadas pelas mães como tendo comportamento pró-social abaixo da média e 82 (91,1%) foram avaliadas pelas mães como apresentando comportamento pró-social adequado (não clínico). Ao comparar o grupo infantil que apresentou tendência à ação pró-social com aquele que não apresentou tendência à ação pró-social na situação de oferta de conforto, os resultados das avaliações maternas não indicaram diferenças significativas ($p=0,093$) acerca do comportamento pró-social dos filhos (SDQ) nos grupos não clínico, limítrofe e clínico. Achados que não estão de acordo com a hipótese 2 deste estudo.

6.8.2.4 Pontuação total (raciocínio, sentimentos e tendência à ação) na história 2 e comportamento pró-social (SDQ)

A Tabela 58 apresenta os resultados do cruzamento da somatória total de dimensões pontuadas pelas crianças ao analisarem a história 2 associados às avaliações maternas sobre o comportamento pró-social, por meio do SDQ.

Tabela 58- Cruzamento das três dimensões pontuadas pelas crianças nas análises da história 2 e as avaliações maternas acerca do comportamento pró-social das crianças (SDQ)

Análise das dimensões: raciocínio, sentimentos e possíveis ações infantis- Pontuação total- História 2		Avaliações maternas- comportamento pró-social dos filhos- SDQ			Total
		Clínico	Limítrofe	Não clínico	
Não há análise pró-social em nenhuma dimensão	Frequência	1	0	2	3
	% dentre as crianças que apresentaram análise pró-social em nenhuma dimensão	33,3%	0%	66,7%	100%
	% do total (110 crianças)	0,9%	0%	1,8%	2,7%
Análise pró-social em uma dimensão	Frequência	1	1	9	11
	% dentre as crianças que apresentaram análise pró-social em uma dimensão	9,1%	9,1%	81,8%	100%
	% do total (110 crianças)	0,9%	0,9%	8,2%	10%
Análise pró-social em duas dimensões	Frequência	1	2	39	42
	% dentre as crianças que apresentaram análise pró-social em duas dimensões	2,4%	4,8%	92,9%	100,0%
	% do total (110 crianças)	0,9%	1,8%	35,5%	38,2%
Análise pró-social em três dimensões	Frequência	2	4	48	54
	% dentre as crianças que apresentaram análise pró-social em três dimensões	3,7%	7,4%	88,9%	100%
	% do total (110 crianças)	1,8%	3,6%	43,6%	49,1%
Total	Frequência	5	7	98	110
	% do total (110 crianças)	4,5%	6,4%	89,1%	100%

$\chi^2 = 7,370$, $gl = 6$, $p = 0,288$

Os resultados indicam que entre as três crianças que não pontuaram na análise pró-social em nenhuma dimensão (raciocínio, sentimentos e tendência à ação), uma (33,3%) foi avaliada pela mãe como tendo comportamento pró-social abaixo da média (clínico) e duas (66,7%) como apresentando comportamento pró-social em níveis adequados. Dentre as 54 crianças que pontuaram em todas as dimensões analisadas, somente duas (3,7%) foram avaliadas pelas mães como tendo comportamento pró-social abaixo da média (clínico) e 48 (88,9%) foram classificadas pelas mães como apresentando comportamento pró-social em níveis elevados (não clínico) (Tabela 58).

A maioria das mães avaliou seus filhos como apresentando comportamento pró-social em níveis elevados. Sob a perspectiva materna, 98 crianças (89,1%) apresentaram comportamentos pró-sociais acima da média (não clínico) e, dentre essas, 96 crianças também apresentaram análises pró-sociais ao analisarem a história 2, seja em uma, duas ou três dimensões (raciocínio, sentimentos, ação) e somente duas crianças não apresentaram análises pró-sociais em nenhuma dimensão (Tabela 58).

Ao comparar os quatro grupos infantis, aquele que não apresentou análise pró-social em nenhuma dimensão e aqueles que demonstraram análise pró-social em uma, duas e em três dimensões relacionadas a situação de oferta de conforto, os resultados das avaliações realizadas pelas mães não indicaram diferenças significativas ($p = 0,302$) acerca do comportamento pró-social dos filhos (SDQ) nos quatro grupos analisados. Dados que não estão em consonância com a hipótese 2 deste estudo, pois se esperava que as crianças que apresentassem maior frequência de julgamentos pró-sociais relativos a história de conforto seriam percebidas pelas mães como mais pró-sociais, o que não ocorreu.

6.8.3.1 Análise do raciocínio infantil na história 3 e comportamento pró-social (SDQ)

A análise (teste Qui-quadrado) para averiguar o cruzamento entre os julgamentos das crianças na história sobre a consideração da ação do protagonista como correta (não pró-social) ou incorreta (pró-social) e as avaliações maternas sobre o comportamento pró-social dos filhos (SDQ) é descrita na Tabela 59:

Tabela 59- **Raciocínio das crianças nas análises da história 3 e avaliação materna sobre o comportamento pró-social (SDQ)**

Cruzamento entre o raciocínio das crianças na análise da história 3 e as avaliações maternas sobre o comportamento pró-social dos filhos por meio do SDQ		Avaliações maternas- comportamento pró-social dos filhos- SDQ			Total
		Clínico	Limítrofe	Não clínico	
Respostas das crianças na história 3	Sim, é certo (Não pró-social)	Frequência 1 % dentre os que responderam 16,7%	0 0%	5 83,3%	6 100%
		que é certa a ação do protagonista % do total (110 crianças) 0,9%	0 0%	4,5%	5,5%
	Não, não é certo (Pró-social)	Frequência 3 % dentre os que responderam 3,0%	7 6,9%	91 90,1%	101 100%
		que não é certa a ação do protagonista % do total (110 crianças) 2,7%	6,4%	82,7%	91,8%
Não sei	Frequência 1 % dentre as que não sabem se é certa ou não a ação do protagonista	33,3%	0 0%	2 66,7%	3 100%
		% do total (110 crianças) 0,9%	0 0%	1,8%	2,7%
	Total	Frequência 5 % do total (110 crianças) 4,5%	7 6,4%	98 89,1%	110 100%

$\chi^2 = 8,787$, gl= 4, p= 0,067

Verifica-se, com base nos resultados apresentados na Tabela 59, que dentre as seis crianças que afirmaram que é certo não auxiliar o amigo (análise não pró-social), uma (16,7%) foi avaliada pela mãe como apresentando comportamento pró-social abaixo da média (clínico) e cinco (83,3%) foram avaliadas pelas mães como tendo comportamento pró-social em níveis adequados (não clínico). Dentre as crianças que consideraram errada a ação do protagonista da história de não visitar o amigo (análise pró-social), três (3,0%) foram avaliadas pelas mães como apresentando comportamento pró-social abaixo da média e 91 (90,1%) foram avaliadas pelas mães como tendo comportamento pró-social em níveis adequados (não clínico).

Sob a perspectiva das mães, não foram constatadas diferenças significativas para o comportamento pró-social entre os que apresentaram raciocínio pró-social e aqueles não apresentaram raciocínio pró-social ao analisarem a história 3 (p=0,491) (Tabela 59). Ou seja, não houve diferenças entre os grupos infantis não clínico, limítrofe e clínico nos raciocínios sobre a situação de ajuda instrumental, o que não está em conformidade com as expectativas elaboradas pelas hipótese 2.

6.8.3.2 Análise dos sentimentos na história 3 e comportamento pró-social (SDQ)

A Tabela 60 dispõe a análise por meio do teste Qui-quadrado para averiguar o cruzamento entre as respostas das crianças acerca de seus sentimentos, ao avaliarem a ação do protagonista de não auxiliar o amigo, e as avaliações maternas acerca do comportamento pró-social dos filhos, por meio do SDQ:

Tabela 60- Sentimentos das crianças nas análises da história 3 e a avaliação materna sobre o comportamento pró-social das crianças (SDQ)

Cruzamento entre os sentimentos expresso pelas Avaliações maternas-Total crianças na análise da história 3 e as avaliações comportamento pró-social dos maternas sobre o comportamento pró-social dos filhos- SDQ por meio do SDQ

			Clínico	Limítrofe	Não clínico	
Respostas sobre sentimentos das crianças na história 3	Sentimento positivo	Frequência	1	0	14	15
		% dentre as crianças com sentimentos positivos	6,7%	0%	93,3%	100%
		% do total (110 crianças)	0,9%	0%	12,7%	13,6%
	Sentimento negativo	Frequência	4	6	65	75
		% dentre as crianças com sentimentos negativos	5,3%	8%	86,7%	100%
		% do total (110 crianças)	3,6%	5,5%	59,1%	68,2%
	Sentimento não identificado	Frequência	0	1	19	20
		% dentre as crianças com sentimentos não identificados	0%	5%	95%	100%
		% do total (110 crianças)	0%	0,9%	17,3%	18,2%
Total	Frequência		5	7	98	110
	% do total (110 crianças)		4,5%	6,4%	89,1%	100%

$\chi^2 = 2,647$, gl= 4, p= 0,619

Dentre as 15 crianças que alegaram sentimentos positivos ao detectar que o protagonista não visita o amigo (Tabela 60), uma (6,7%) foi avaliada pela mãe como apresentando comportamento pró-social abaixo da média (clínico) e 14 (93,3%) foram analisadas pelas mães como tendo comportamento pró-social adequado (não clínico). Dentre as 75 que manifestaram sentimentos negativos, quatro (5,3%) foram avaliadas pelas mães como tendo comportamento pró-social abaixo da média (clínico) e 65 (86,7%) como tendo comportamento pró-social adequado (não clínico).

Ao comparar o grupo infantil que apresentou sentimentos pró-sociais com aqueles que não apresentaram sentimentos pró-sociais e com os que expuseram sentimentos não identificáveis em suas respostas, os resultados das análises das avaliações maternas não apontaram diferenças significativas (p=0,619) acerca do comportamento pró-social dos filhos (SDQ). Não foram encontradas diferenças entre os grupos infantis não clínico, limítrofe e clínico em função dos sentimentos pró-sociais ao retratarem seus sentimentos acerca da ajuda instrumental, o que não está em consonância com a hipótese 2 da pesquisa.

6.8.3.3 Análise da tendência à ação pró-social na história 3 e comportamento pró-social (SDQ)

A análise (teste Qui-quadrado) para averiguar o cruzamento entre as análises das crianças sobre a história 3 e a avaliação materna do comportamento pró-social infantil (SDQ) é exibida na Tabela 61:

Tabela 61-Tendência à ação das crianças nas análises da a história 3 e avaliações maternas sobre o comportamento pró-social das crianças (SDQ)

		Avaliações maternas-Total				
		Clínico	Limítrofe	Não clínico		
Respostas das crianças (Não ajudaria suas ações- 3 possíveis)	Não ajudaria (Não pró-social)	Frequência	1	0	6	7
		% dentre as que não ajudariam	14,3%	0%	85,7%	100%
		% do total (110 crianças)	0,9%	0%	5,5%	6,4%
	Ajudaria (Pró-social)	Frequência	4	6	87	97
		% dentre as que ajudariam	4,1%	6,2%	89,7%	100%
		% do total (110 crianças)	3,6%	5,5%	79,1%	88,2%
	Não identificável	Frequência	0	1	5	6
		% dentre as respostas não identificáveis	0%	16,7%	83,3%	100%
		% do total (110 crianças)	0%	0,9%	4,5%	5,5%
Total	Frequência	5	7	98	110	
	% do total (110 crianças)	4,5%	6,4%	89,1%	100%	

$\chi^2 = 3,258$, $gl = 4$, $p = 0,516$

A Tabela 61 mostra que entre as sete crianças que afirmaram que não auxiliariam o amigo, uma (14,3%) foi avaliada pela mãe como apresentando comportamento pró-social abaixo da média (clínico) e 6 (85,7%) foram pontuadas pelas mães como tendo comportamento pró-social adequado (não clínico). Dentre as 97 crianças que responderam que auxiliariam o amigo, apenas quatro (4,1%) foram classificadas pelas mães como tendo comportamento pró-social abaixo da média e 87 (89,7%) foram avaliadas pelas mães como apresentando comportamento pró-social adequado (não clínico).

Ao comparar o grupo infantil que apresentou tendência à ação pró-social com o grupo com respostas não identificáveis e com aquele que não apresentou tendência à ação pró-social na situação de oferta de auxílio instrumental, os resultados das avaliações maternas não indicaram diferenças significativas ($p=0,516$) acerca do comportamento pró-social dos filhos (SDQ) nos grupos não clínico, limítrofe e clínico. Achados que não estão congruentes com a hipótese 2 desta pesquisa.

6.8.3.4 Pontuação total (raciocínio, sentimentos e tendência à ação) na história 3 e comportamento pró-social (SDQ)

São expostos na Tabela 62 os resultados do cruzamento obtidos pela somatória das dimensões pontuadas pelas crianças ao analisarem a história 3 associados às avaliações maternas sobre o comportamento pró-social, por meio do SDQ.

Tabela 62- Cruzamento das três dimensões pontuadas pelas crianças nas análises da história 3 e as avaliações maternas sobre o comportamento pró-social das crianças (SDQ)

Análise das dimensões: raciocínio, Avaliações maternas- comportamento Total		sentimentos e possíveis ações infantis-pró-social dos filhos- SDQ			
Pontuação total- História 3		Clínico	Limítrofe	Não clínico	
Não há análise pró-social em nenhuma dimensão	Frequência	1	0	1	2
	% dentre as crianças que não apresentaram análise pró-social em nenhuma dimensão	50%	0%	50%	100%
	% do total	0,9%	0%	0,9%	1,8%
Análise pró-social em uma dimensão	Frequência	0	0	5	5
	% dentre as crianças que apresentaram análise pró-social em uma dimensão	0%	0%	100%	100%
	% do total (110 crianças)	0%	0%	4,5%	4,5%
Análise pró-social em duas dimensões	Frequência	1	2	33	36
	% dentre as crianças que apresentaram análise pró-social em duas dimensões	2,8%	5,6%	91,7%	100%
	% do total (110 crianças)	0,9%	1,8%	30%	32,7%
Análise pró-social em três dimensões	Frequência	3	5	59	67
	% dentre as crianças que apresentaram análise pró-social em três dimensões	4,5%	7,5%	88,1%	100%
	% do total (110 crianças)	2,7%	4,5%	53,6%	60,9%
Total	Frequência	5	7	98	110
	% do total (110 crianças)	4,5%	6,4%	89,1%	100%

$X^2= 10,621$, gl= 6, p= 0, 101

Constata-se (Tabela 62) que entre as duas crianças que não pontuaram análise pró-social em nenhuma dimensão relacionada ao raciocínio, aos sentimentos e a possível ação, uma (50%) foi avaliada pela mãe como tendo comportamento pró-social abaixo da média (clínico) e outra (50%) como apresentando comportamento pró-social em níveis adequados. Dentre as 67 crianças que pontuaram em todas as dimensões (raciocínio, sentimentos e ação), somente três (4,5%) foram avaliadas pelas mães como tendo comportamento pró-social abaixo da média (clínico) e 59 (88,1%) foram classificadas pelas mães como apresentando comportamento pró-social em níveis elevados (não clínico).

Ao comparar os quatro grupos infantis (aquele que não apresentou análise pró-social em nenhuma dimensão, o que demonstrou análise pró-social em uma dimensão, em duas dimensões e em três dimensões relativas a situação de auxílio instrumental), os resultados das avaliações maternas não retrataram diferenças significativas (p=0,101) acerca do comportamento pró-social dos filhos nestes quatro grupos, o que não apoia a hipótese 2 desta pesquisa.

Desta forma, sob a perspectiva materna, 98 crianças (89,1%) apresentaram comportamentos pró-sociais acima da média (não clínico), dentre essas, 97 crianças também apresentaram tendências pró-sociais ao analisarem a história 3, seja em uma, duas ou três dimensões (raciocínio, sentimentos, possível ação) e somente uma criança não apresentou análises pró-sociais em nenhuma dimensão. Resultado coerente com a proposta da hipótese 1 deste estudo que apontou que possivelmente a maioria das crianças seriam avaliadas pelas mães como pró-sociais em níveis adequados, no caso acima da média (não clínico).

Os dados dos cruzamentos realizados por meio do Teste Qui-quadrado entre as análises infantis, acerca das três histórias, e as avaliações maternas sobre o comportamento pró-social dos seus filhos, por meio do SDQ, indicaram semelhanças no sentido de que as crianças apresentaram tendências pró-sociais em suas respostas, o que foi respaldado pelas avaliações efetuadas pelas mães sobre as crianças,

considerando que elas perceberam seus filhos como pró-sociais na maioria dos casos, em consonância com a hipótese 1 desta pesquisa.

A ausência de congruência entre a indicação materna que gerou as classificações sobre a pró-sociabilidade dos filhos em níveis abaixo da média (clínico), medianos (limítrofe) e acima da média (não clínico) e os julgamentos infantis sobre as histórias relativas a doação, conforto e auxílio instrumental, não foi um resultado esperado por esta pesquisa, tendo com isso a refutação da hipótese 2, no que se refere às análises descritivas qualitativas.

6.9 Relações entre as análises infantis acerca das histórias e o comportamento pró-social infantil avaliado pelas mães (SDQ)

Os resultados sobre as possíveis relações entre as variáveis referentes às pontuações totais das crianças em cada história e os resultados do SDQ por meio do teste Spearman são apresentados na Tabela 63:

Tabela 63- **Relações entre os dados das avaliações infantis (raciocínio, sentimentos e tendência a ação pró-social) sobre as três histórias e o comportamento pró-social sob a perspectiva materna (SDQ)**

Pontuações totais- Raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social infantil- Análises das histórias pelas crianças		Comportamento pró-social infantil- avaliado pelas mães -SDQ	Problema de conduta infantil- avaliado pelas mães- SDQ
Pontuação total das crianças (raciocínio, sentimentos e tendência a ação pró-social)- Análise da história 1	Coefficiente de correlação	0,059	-0,070
	Significância (2-tailed)	0,543	-0,466
	Total de participantes	110	110
Pontuação total das crianças (raciocínio, sentimentos e tendência a ação pró-social)- Análise da história 2	Coefficiente de correlação	0,228*	-0,228*
	Significância (2-tailed)	0,017*	-0,016*
	Total de participantes	110	110
Pontuação total das crianças (raciocínio, sentimentos e tendência a ação pró-social)- Análise da história 3	Coefficiente de correlação	0,148	-0,089
	Significância (2-tailed)	0,122	-0,356
	Total de participantes	110	110

$p \leq 0,05$

Na Tabela 63 observa-se que houve relações positivas somente entre as análises infantis pró-sociais na história 2 e a avaliação materna acerca do comportamento pró-social dos filhos, ou seja, as mães identificaram seus filhos como pró-sociais e esses demonstraram, em seus julgamentos acerca da história 2, tendências pró-sociais. Achados que apoiam parcialmente a hipótese 2 desta pesquisa, sendo constatado que a presença dos julgamentos pró-sociais por parte das crianças sobre a oferta de conforto (história 2) estão relacionadas a pró-sociabilidade infantil sob a perspectiva materna. Já as avaliações infantis sobre a doação (história 1) e sobre o auxílio instrumental (história 3) não apresentaram relações com a perspectiva materna sobre o comportamento pró-social dos filhos, o que não está de acordo com a hipótese 2 desta pesquisa.

Também foram identificadas relações negativas entre as análises infantis pró-sociais na história 2 e a avaliação materna acerca dos problemas de conduta dos filhos, em que os filhos que apresentaram julgamentos pró-sociais na análise da história 2 foram avaliados pelas mães como não tendo indícios de problemas de conduta (Tabela 63).

6.10 Descrição das práticas e estilos educativos maternos (CRPR)

Nesta seção apresenta-se a frequência com que as mães utilizam certas práticas educativas que culminam em determinados estilos interativos com os filhos, conforme Tabela 64:

Tabela 64- **Dados descritivos sobre as práticas e estilos educativos maternos**

Práticas e estilos educativos maternos		Abaixo da média		Mediano		Acima da média		Total	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Total	%
Práticas que compõem os estilos autoritários	-Controle autoritário	34	30,9%	52	47,3%	24	21,8%	110	100%
	-Supervisão da criança	33	30%	19	17,3%	58	52,7%	110	100%
	-Indução de ansiedade	23	20,9%	33	30%	54	49,1%	110	100%
	-Restrição Infantil	35	31,8%	55	50%	20	18,2%	110	100%
Estilos com tendência autoritária	-Estilo autoritário	29	26,4%	55	50%	26	23,6%	110	100%
	-Estilo indutor de medo	31	28,2%	52	47,3%	27	24,5%	110	100%
Práticas que compõem os estilos autoritativos	-Estímulo à reflexão	38	34,5%	18	16,4%	54	49,1%	110	100%
	-Suporte para independência	28	25,5%	56	50,9%	26	23,6%	110	100%
	-Expressão de afeto	31	28,2%	56	50,9%	23	20,9%	110	100%
	-Estimulação da autonomia	35	31,8%	41	37,3%	34	30,9%	110	100%
Estilos com tendência autoritativa	-Estilo autoritativo	32	29,1%	53	48,2%	25	22,7%	110	100%
	-Estilo caloroso afetivo	28	25,5%	57	51,8%	25	22,7%	110	100%

A partir da Tabela 64 pode-se averiguar que as práticas educativas de controle autoritário e restrição infantil por parte das mães tendem a ocorrer em níveis medianos, já as práticas de supervisão da criança centram-se em níveis acima da média, assim como a prática materna de indução da ansiedade. Em relação aos estilos autoritário e indutor de medo, esses ocorrem em maior frequência em níveis medianos e abaixo da média.

Em relação às práticas autoritativas, o estímulo à reflexão infantil ocorre em maior frequência em níveis acima da média, seguido pelo mediano; o suporte para independência, a expressão de afeto e a estimulação da autonomia infantil ocorrem em maior frequência em níveis medianos. Os estilos autoritativo e caloroso afetivo ocorrem em maior frequência em níveis medianos, segundo o relato das mães participantes (Tabela 64).

6.11 Raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social das crianças nas análises das histórias e as práticas educativas maternas (CRPR)

Nesta seção, antes de apresentar os cruzamentos entre as dimensões do comportamento pró-social infantil (raciocínio, sentimentos e tendência à ação) e as práticas e estilos maternos, expõe-se a frequência com que as mães utilizam determinadas práticas que culminam em estilos educativos nas interações com seus filhos.

6.11.1 Cruzamentos entre as análises infantis sobre a história 1 e as práticas e estilos maternos- CRPR

São expostos os dados da aplicação do teste Qui-quadrado, cujos resultados apontaram relações significativas entre o julgamento pró-social infantil (raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social) nas análises das histórias e as práticas e estilos educativos descritos pelas mães, por meio do CRPR. Os

resultados dos cruzamentos que não indicaram relações significativas entre o raciocínio, os sentimentos e a tendência à ação pró-social infantil e as práticas educativas (supervisão da criança, indução de ansiedade, estímulo a reflexão infantil, estímulo a autonomia infantil) e estilos maternos (autoritativo e caloroso afetivo) não são apresentados.

A análise descritiva (teste Qui-quadrado) para averiguar o cruzamento dos dados referentes ao julgamento infantil acerca da ação do protagonista na história 1 e as práticas e estilos maternos (CRPR) é apresentada a seguir.

6.11.1.1 Análise do raciocínio infantil na história 1 e estilo materno indutor de medo

A Tabela 65 apresenta a análise descritiva e o cruzamento dos dados referentes ao raciocínio infantil acerca da ação do protagonista na história 1 e o estilo materno indutor de medo (medida pelo CRPR):

Tabela 65- Raciocínio infantil nas análises da história 1 e estilo materno indutor de medo (CRPR)

Respostas das crianças na História 1- Análise do Estilo materno indutor de medo-Total raciocínio infantil- criança considera correto ou incorreto o ato do protagonista não emprestar o lápis ao amigo

			Abaixo da média	Mediano	Acima da média	Total
História 1	Sim, é certo (Não pró-social)	Frequência	0	9	1	10
		% - dentro dados do perfil materno indutor de medo	0%	90%	10%	100%
		% do total (110 crianças)	0%	8,2%	0,9%	9,1%
História 1	Não, não é certo (Pró-social)	Frequência	31	43	26	100
		% - dentro dados do perfil materno indutor de medo	31%	43%	26%	100%
		% do total (110 crianças)	28,2%	39,1%	23,6%	90,9%
Total		Frequência total- Perfil materno indutor de medo	31	52	27	110
		% do total (110 crianças)	28,2%	47,3%	24,5%	100%

$\chi^2 = 8296$, $gl = 2$, $p = 0,016^*$

Os resultados (Tabela 65) mostram que a maior parte das mães relatou utilizar práticas indutoras de medo em níveis medianos (47,3%), seguido dos baixos níveis (28,2%) e acima da média (24,5%). Pode-se observar também que as crianças cujas mães reportaram uso de práticas indutoras de medo, em nível abaixo da média (28,2%) e mediano (39,1%), apresentaram julgamentos pró-sociais ao apontarem como inadequada a ação do protagonista de não emprestar o lápis ao amigo, o que significa que o uso da estratégia indutora de medo pelas mães, em níveis abaixo da média e mediano, não impediu o raciocínio pró-social infantil.

Dado que está em congruência parcial com a hipótese 4, a qual propôs que as práticas excessivamente autoritárias estariam associadas a menor frequência de julgamentos pró-sociais. No entanto, em níveis abaixo da média e medianos, não se observa a mesma relação.

6.11.1.2 Análise da tendência à ação pró-social na história 1 e prática de controle materno autoritário

As possíveis ações infantis relatadas pelas crianças ao analisar a história 1 e o controle materno autoritário (CRPR) estão expostas na Tabela 66:

Tabela 66- **Tendência a ação infantil nas análises da história 1 e o controle materno autoritário (CRPR)**

Respostas das crianças sobre suas possíveis ações- História 1		Controle materno autoritário- CRPR			Total	
		Abaixo da média	Mediano	Acima da média		
História 1	Não emprestaria	Frequência	3	4	7	14
		% - dentre dados do controle materno autoritário	21,4%	28,6%	50,0%	100%
		% do total (110 crianças)	2,7%	3,6%	6,4%	12,7%
	Emprestaria	Frequência	31	48	16	95
		% - dentre dados do controle materno autoritário	32,6%	50,5%	16,8%	100%
		% do total (110 crianças)	28,2%	43,6%	14,5%	86,4%
	Não identificável	Frequência	0	0	1	1
		% - dentre dados do controle materno autoritário	0%	0%	100%	100%
		% do total (110 crianças)	0%	0%	0,9%	,9%
Total		Frequência total- Controle materno autoritário	34	52	24	110
		% do total (110 crianças)	30,9%	47,3%	21,8%	100%

$X^2 = 11,504$, $gl = 4$, $p = 0,021^*$

A Tabela 66 mostra que a maior parte das mães relatou utilizar práticas de controle autoritário em níveis medianos (47,3%), seguido de níveis baixos (28,2%) e de níveis acima da média (24,5%), embora seus filhos tenham relatado tendência à ação pró-social. Esses resultados indicam que o controle autoritário materno, em níveis abaixo da média e mediano, não foi impeditivo da tendência pró-social infantil para a doação.

6.11.1.3 Análise e pontuação total (raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social) na história 1 e prática materna de expressão de afeto

As pontuações totais das crianças acerca da motivação pró-social nas análises da história 1 e a expressão de afeto pelas mães (CRPR) são apresentadas na Tabela 67:

Tabela 67- **Cruzamento entre as pontuações totais das crianças nas análises da história 1 e a prática materna de expressão de afeto (CRPR)**

Pontuação total das crianças nas análises da História 1			Prática materna de expressão de afeto- Total CRPR			
			Abaixo da média	Mediano	Acima da média	
Pontuação total- História 1	Não há análise pró-social em nenhuma dimensão	Frequência	0	4	0	4
		% - dentre dados da expressão materna de afeto	0%	100%	0%	100%
		% do total (110 crianças)	0%	3,6%	0%	3,6%
	Análise pró-social em uma dimensão	Frequência	2	3	3	8
		% - dentre dados da expressão materna de afeto	25%	37,5%	37,5%	100%
		% do total (110 crianças)	1,8%	2,7%	2,7%	7,3%
	Análise pró-social em duas dimensões	Frequência	10	11	12	33
		% - dentre dados da expressão de afeto	30,3%	33,3%	36,4%	100%
		% do total (110 crianças)	9,1%	10%	10,9%	30%
	Análise pró-social em três dimensões	Frequência	19	38	8	65
		% - dentre dados da expressão materna de afeto	29,2%	58,5%	12,3%	100%
		% do total (110 crianças)	17,3%	34,5%	7,3%	59,1%
Total	Frequência total- Prática materna de expressão de afeto	31	56	23	110	
	% do total (110 crianças)	28,2%	50,9%	20,9%	100%	

$\chi^2 = 14,100$, gl=6, p= 0,029*

Verifica-se (Tabela 67) que a maior parte das mães retratou uso moderado da expressão de afeto (50,9%), seguido de níveis abaixo da média (28,2%) e níveis acima da média (20,9%). A maior parte das crianças apresentou análise pró-social nas três dimensões avaliadas (raciocínio, sentimentos e tendência à ação), dentre essas, 34,5% das mães relataram expressar afeto em níveis medianos, 17,3% em níveis abaixo da média e somente 7,3% expressaram afeto em níveis acima da média. Resultado que apoia a hipótese 4 que apontou para a presença das práticas autoritativas associadas a pró-sociabilidade infantil.

Conclui-se que a presença do raciocínio pró-social infantil sobre a doação (história 1) apresentou aproximações com os níveis baixo e moderado do estilo materno indutor de medo. A tendência à ação de doação, retratada pelas crianças, apresentou relações com níveis abaixo da média e mediano do controle autoritário materno. E as pontuações totais, as quais contemplam a somatória das três dimensões (raciocínio, sentimentos e tendência pró-social) pró-sociais infantis para a doação apresentaram relações positivas com a prática materna de expressão de afeto.

6.11.2 Cruzamentos entre as análises infantis sobre a história 2 e as práticas e estilos maternos- CRPR

A análise descritiva (Qui-quadrado) para averiguar o cruzamento dos dados referentes ao julgamento infantil acerca da ação do protagonista na história 2 e as práticas e estilos maternos (medida pelo CRPR) é apresentada a seguir:

6.11.2.1 Análise do raciocínio infantil na história 2 e a prática materna de suporte para independência

Em relação ao raciocínio das crianças ao analisarem a história 2 e o cruzamento com a prática materna de suporte para independência, os resultados estão expostos na Tabela 68:

Tabela 68- **Raciocínio infantil nas análises da história 2 e suporte para independência (CRPR)**

Respostas das crianças na História 2- raciocínio da-Suporte para independência- CRPR		Total	Abaixo da Mediano		Acima da	
criança- considera correto ou incorreto o ato do protagonista não visitar o amigo			média		média	
História 2	Sim, é certo (Não pró-social)	Frequência	6	5	2	13
		% - dentre dados do suporte para independência	46,2%	38,5%	15,4%	100%
		% do total (110 crianças)	5,5%	4,5%	1,8%	11,8%
História 2	Não, não é certo (Pró-social)	Frequência	22	50	21	93
		% - dentre dados do suporte para independência	23,7%	53,8%	22,6%	100%
		% do total (110 crianças)	20%	45,5%	19,1%	84,5%
História 2	Não sei	Frequência	0	1	3	4
		% - dentre dados do suporte para independência	0%	25%	75%	100%
		% do total (110 crianças)	0%	0,9%	2,7%	3,6%
Total		% - dentre dados do suporte para independência	31	52	27	110
		% do total (110 crianças)	28,2%	47,3%	24,5%	100%

$\chi^2 = 9,280$, $gl = 4$, $p = 0,054^*$

Conforme a Tabela 68, 47,3% das mães reportou o uso mediano de suporte para independência e 24,5% utilizou a prática acima da média. Dentre as crianças que apresentaram análises pró-sociais, ao indicar que não consideram correto o fato do protagonista não visitar o amigo, 45,% obtiveram suporte para independência em níveis medianos e 19,1% suporte para independência acima da média, indicando que essa prática pode apresentar relação com o julgamento pró-social das crianças.

As diferenças estatísticas encontradas ($p=0,054$) indicam que as crianças que apresentaram raciocínio pró-social infantil sobre a oferta de conforto foram mais incentivadas pelas práticas maternas de suporte para independência, em níveis medianos e acima da média, do que as crianças que não expressaram raciocínio pró-social. Achados em consonância com a hipótese 4 que indica que as práticas autoritativas estão relacionadas à tendência pró-social infantil.

6.11.2.2 Análise dos sentimentos infantis na história 2 e prática materna de restrição

Sobre a identificação de sentimentos pelas crianças ao analisarem a história 2 e a prática materna de restrição infantil, a Tabela 69 apresenta os seguintes resultados:

Tabela 69- **Sentimentos infantis nas análises da história 2 e prática materna de restrição infantil (CRPR)**

Sentimentos identificados pelas crianças na análise da história 2		Prática materna de restrição infantil- CRPR		Total		
		Abaixo da média	Mediano	Acima da média		
História 2	Sentimento positivo	Frequência	5	6	10	21
		% - dentre dados da prática materna de restrição infantil	23,8%	28,6%	47,6%	100%
		% do total (110 crianças)	4,5%	5,5%	9,1%	19,1%
História 2	Sentimento negativo	Frequência	25	42	9	76
		% - dentre dados da prática materna restrição infantil	32,9%	55,3%	11,8%	100%
		% do total (110 crianças)	22,7%	38,2%	8,2%	69,1%
História 2	Sentimento não identificado	Frequência	5	7	1	13
		% - dentre dados da prática materna restrição infantil	38,5%	53,8%	7,7%	100%
		% do total (110 crianças)	4,5%	6,4%	0,9%	11,8%
Total		Frequência total- Prática materna de restrição infantil	35	55	20	110
		% do total (110 crianças)	31,8%	50,0%	18,2%	100%

$$X^2 = 15,495, \text{ gl} = 4, p = 0,004^*$$

Os resultados obtidos apontam que 50% das mães reportaram uso de práticas de restrição infantil em níveis medianos, seguido de baixos níveis de restrição (31,8%) e de níveis de restrição elevados (18,2%). Constata-se, por meio da Tabela 69, que as crianças cujas mães mencionaram uso de práticas restritivas, em nível abaixo da média (22,7%) e mediano (38,2%), atribuíram em maior frequência sentimentos negativos ao protagonista que não visitou o amigo, do que as crianças sobre o efeito materno de práticas restritivas em níveis acima da média (Tabela 69). Dados consoantes com a hipótese 4, considerando que as práticas maternas restritivas em níveis mediados e abaixo da média foram associadas com a tendência pró-social infantil. Já a alta frequência de práticas maternas restritivas, as quais compõem estilos autoritários, estão associadas a menor pró-sociabilidade infantil.

6.11.2.3 Análise da tendência à ação pró-social na história 2 e a prática de controle materno autoritário

Em relação a possível ação infantil relatada pelas crianças ao analisarem a história 2 e a prática materna de controle autoritário, os resultados são descritos na Tabela 70:

Tabela 70- **Tendência à ação pró-social infantil nas análises da história 2 e a prática materna de controle autoritário (CRPR)**

Respostas das crianças sobre suas possíveis ações- História 2		Prática materna de controle autoritário			Total	
		Abaixo da média	Mediano	Acima da média		
História 2	Não visitaria	Frequência	3	3	6	12
		% - dentre dados do controle autoritário materno	25%	25%	50%	100%
		% do total (110 crianças)	2,7%	2,7%	5,5%	10,9%
	Visitaria	Frequência	26	47	17	90
		% - dentre dados do controle autoritário materno	28,9%	52,2%	18,9%	100%
		% do total (110 crianças)	23,6%	42,7%	15,5%	81,8%
	Não identificável	Frequência	5	2	1	8
		%- dentre dados do controle autoritário materno	62,5%	25%	12,5%	100%
		% do total (110 crianças)	4,5%	1,8%	0,9%	7,3%
Total	Frequência total- materna de controle autoritário	34	52	24	110	
	% do total (110 crianças)	30,9%	47,3%	21,8%	100%	

$$X^2 = 10,443, \text{ gl} = 4, p = 0,034^*$$

Verifica-se, com base na Tabela 70, que a maior parte das mães relatou utilizar de práticas de controle autoritário em níveis medianos (47,3%), seguido de níveis baixos (28,2%) e de níveis acima da média (24,5%). Além disso, as crianças cujas mães reportaram uso de práticas de controle autoritário, em nível abaixo da média (23,6%) e mediano (42,7%), apresentaram maior tendência a ação pró-social ao apontarem que visitariam o amigo do que as crianças sobre o efeito de controle autoritário materno acima da média. Dado em conformidade com a hipótese 4 que aponta que as práticas maternas excessivamente autoritárias estão relacionadas a menor tendência pró-social infantil.

6.11.2.4 Análise da tendência à ação pró-social na história 2 e o estilo materno autoritário

Sobre o cruzamento entre as possíveis ações citadas pelas crianças e o estilo materno autoritário (CRPR), os resultados são expostos pela Tabela 71:

Tabela 71- **Tendência à ação pró-social infantil nas análises da história 2 e o estilo materno autoritário (CRPR)**

Respostas das crianças sobre suas possíveis ações- História 2			Estilo materno autoritário- CRPR			Total
			Abaixo da média	Mediano	Acima da média	
História 2	Não visitaria	Frequência	5	2	5	12
		% - dentre dados do perfil materno autoritário	41,7%	16,7%	41,7%	100%
		% do total (110 crianças)	4,5%	1,8%	4,5%	10,9%
	Visitaria	Frequência	19	51	20	90
		% - dentre dados do perfil materno autoritário	21,1%	56,7%	22,2%	100%
		% do total (110 crianças)	17,3%	46,4%	18,2%	81,8%
	Não identificável	Frequência	5	2	1	8
		% - dentre dados do perfil materno autoritário	62,5%	25%	12,5%	100%
		% do total (110 crianças)	4,5%	1,8%	0,9%	7,3%
Total	Frequência total- Perfil materno autoritário	29	55	26	110	
	% do total (110 crianças)	26,4%	50%	23,6%	100%	

$\chi^2 = 12,583$, gl= 4, p= 0,014*

Observa-se, na Tabela 71, que 50% das mães retrataram o estilo autoritário em níveis medianos (50%), seguido de níveis baixos (26,4%) e de níveis acima da média (23,6%). Ainda, as crianças cujas mães retrataram estilo autoritário, em nível abaixo da média (17,3%) e mediano (46,4%), apresentaram maior frequência de tendências as ações pró-sociais ao responderem que visitariam o amigo.

Conclui-se que as práticas maternas de suporte para independência em níveis elevados estiveram relacionadas ao raciocínio pró-social infantil relativo à oferta de conforto (história 2), dados que apoiam a hipótese 4 desta pesquisa. As crianças cujas mães mencionaram uso de práticas restritivas, de controle autoritário e estilos autoritários, em níveis abaixo da média e medianos, não impediram seus filhos de se comoverem com a ausência de conforto apresentada na história 2, porém em níveis excessivos estiveram associadas as menores frequências de pró-sociabilidade infantil, de forma coerente com a hipótese 4.

6.12 Análises relacionais - Raciocínio, sentimentos e tendência pró-social infantil, comportamento pró-social infantil (SDQ) e práticas educativas e estilos maternos (CRPR)

Nesta seção estão expostas as análises que buscaram identificar as possíveis relações entre os dados acerca do raciocínio, dos sentimentos e da tendência pró-social infantil, a partir das respostas das crianças às histórias; o comportamento pró-social infantil, por meio da perspectiva materna ao responder ao SDQ; e as práticas educativas e estilos maternos detectados pelas mães ao responderem ao CRPR (Tabela 72).

Na Tabela 72 são apresentados os resultados da aplicação do teste Spearman que realizou o cruzamento das variáveis citadas. Foram mantidas as demais escalas do SDQ, as quais avaliam os indicativos de hiperatividade, sintomas emocionais, problemas de relacionamento, problemas de conduta e o total de dificuldades infantis; para averiguar se as relações entre o comportamento pró-social e as variáveis maternas apresentam sentido contrário das relações entre as variáveis que retratam problemas de comportamento infantil e as práticas maternas, as quais não serão aprofundadas pelas análises deste estudo, mas servem como parâmetro para esta pesquisa. Os resultados do cruzamento entre as análises infantis acerca das três histórias e os dados do CRPR materno que não contemplaram relações estatísticas significativas não são apresentados.

Tabela 72- **Relações entre os raciocínios, os sentimentos e as tendências às ações pró-sociais infantis, o comportamento pró-social infantil (SDQ) e as práticas e estilos maternos (CRPR) (Teste Spearman)**

Spearman's rho		Análises das mães sobre o comportamento dos filhos—SDQ					
Relações entre as análises pró-sociais infantis (histórias 1, 2 e 3), o comportamento pró-social infantil (SDQ) e as práticas e estilos maternos (CRPR)		Pró-social-SDQ	Hiperatividade-SDQ	Sintomas Emocionais-SDQ	Problemas de relacionamento-SDQ	Problemas de conduta-SDQ	Total de dificuldades-SDQ
Análises pró-sociais das crianças (histórias)	Pontuação - Correlações	0,059	-0,025	0,219*	0,073	-0,070	0,048
	História 1- Doação Sig.	0,543	0,796	0,021*	0,447	0,466	0,616
	Pontuação - Correlações	0,228*	-0,133	0,191*	-0,022	-0,228*	-0,085
	História 2- Conforto Sig.	0,017*	0,167	0,046*	0,818	-0,016*	0,379
	Pontuação- Correlações	0,148	-0,011	0,152	0,033	-0,089	0,026
	História 3- Auxílio Sig.	0,122	0,905	0,113	0,735	0,356	0,787
Práticas maternas (CRPR)	Controle Autoritário Correlações	-0,190*	0,033	0,188	0,270**	0,204*	0,200*
	Sig.	-0,048*	0,731	0,051	0,005**	0,033*	0,037*
	Supervisão da criança Correlações	0,117	-0,136	-0,155	-0,110	-0,113	-0,175
	Sig.	0,224	0,157	0,108	0,256	0,243	0,069
	Controle por indução ansiedade Correlações	0,095	-0,061	0,000	-0,022	-0,065	-0,071
	Sig.	0,325	0,524	0,998	0,823	0,500	0,464
Estilos maternos (CRPR)	Restrição Correlações	-0,030	-0,087	0,095	0,063	0,066	0,020
	Sig.	0,754	0,365	0,326	0,512	0,494	0,839
	Suporte para independência Correlações	0,317**	-0,312*	-0,189*	-0,255**	-0,323**	-0,341**
	Sig.	0,001**	-0,001**	-0,050*	-0,007**	-0,001**	-0,000**
	Estímulo a autonomia Correlações	0,191*	-0,174	-0,215*	-0,187	-0,229*	-0,240*
	Sig.	0,046*	0,069	-0,024*	-0,050	-0,016*	-0,011*
Estilos maternos (CRPR)	Expressão de afeto Correlações	0,188*	-0,192*	-0,321**	-0,264**	-0,259**	-0,357**
	Sig.	0,049*	-0,044*	-0,001**	-0,005**	-0,006**	-0,000**
	Estilo Autoritário Correlações	-0,135	0,000	0,177	0,197*	0,175	0,152
	Sig.	0,165	0,996	0,066	0,041*	0,070	0,115
	Estilo indutor de medo Correlações	-0,190*	-0,002	0,203*	0,230*	0,187	0,171
	Sig.	-0,046*	0,983	0,033*	0,015*	0,051	0,075
Estilos maternos (CRPR)	Estilo Autoritativo Correlações	0,283**	-0,196*	-0,247**	-0,254**	-0,273**	-0,307**
	Sig.	0,003**	-0,042*	-0,009**	-0,008**	-0,004**	-0,001**
Estilos maternos (CRPR)	Estilo afetivo-caloroso Correlações	0,232*	-0,152	-0,247*	-0,224*	-0,243*	-0,283**
	Sig.	0,015*	0,115	-0,010*	-0,019*	-0,011*	-0,003**

p ≤ 0,05

Os resultados da aplicação do teste Spearman (Tabela 72) mostram relações positivas fracas (p=0,017) entre a frequência de análises pró-sociais pelas crianças ao julgarem a história 2 (oferta de conforto ao visitar o amigo) e as avaliações maternas sobre o comportamento pró-social dessas por meio do SDQ. Também foram encontradas relações negativas fracas (p=-0,016) entre a frequência de análises pró-sociais pelas crianças sobre a história 2 e as avaliações maternas sobre problemas de condutas infantis por

meio do SDQ. Foram evidenciadas as relações negativas fracas entre o julgamento pró-social infantil ao analisar a história 2 e os problemas de conduta (SDQ), indicando que as crianças que apresentaram maior tendência pró-social ao analisar as histórias também foram avaliadas pelas mães como apresentando maior frequência de comportamento pró-social e menor de problemas de conduta.

Quanto às relações entre os dados obtidos pelo CRPR e pelo SDQ (Tabela 72), ambos instrumentos preenchidos pelas mães, verifica-se que houve relações negativas fracas entre o **controle autoritário materno** e o comportamento pró-social infantil ($p=-0,048$), o que está de acordo com a hipótese 4 da pesquisa. Foram observadas relações positivas fracas entre o controle autoritário materno e os problemas de relacionamento das crianças ($p=0,005$), entre o controle autoritário materno e os problemas de conduta das crianças ($p=0,033$), e entre o controle autoritário materno e o total de dificuldades de comportamento infantil ($p=0,037$).

Sobre a prática materna de **oferta de suporte para a independência** (variável do CRPR) foram encontradas relações positivas fracas entre esta e o comportamento pró-social detectado pelo SDQ ($p=0,001$), em conformidade com a hipótese 4. Assim como foram constatadas relações negativas fracas entre a prática materna de suporte para a independência e hiperatividade ($p=-0,001$); sintomas emocionais infantis ($p=-0,05$); problemas de relacionamento infantis ($p=-0,007$); problemas de conduta ($p=-0,001$) e totais de dificuldades detectadas pelas mães no comportamento infantil ($p=-0,000$) (Tabela 72).

Relações positivas fracas entre a prática educativa materna de **estímulo à autonomia** infantil e o comportamento pró-social infantil ($p=0,046$) foram identificadas, o que é congruente com a hipótese 4. E relações negativas fracas entre a prática materna de estímulo a autonomia e sintomas emocionais infantis ($p=-0,024$); problemas de conduta ($p=-0,016$) e totais de dificuldades detectadas pelas mães no comportamento infantil ($p=-0,011$) (Tabela 72) foram encontradas.

A prática educativa materna de **expressão de afeto** obteve relação positiva fraca com o comportamento pró-social infantil ($p=0,049$), conforme esperado (hipótese 4). Assim como foram detectadas relações negativas fracas entre a expressão de afeto materno e hiperatividade ($p=-0,44$); sintomas emocionais infantis ($p=-0,001$); problemas de relacionamento entre pares ($p=-0,005$); problemas de conduta ($p=-0,006$) e totais de dificuldades relatadas pelas mães no comportamento infantil ($p=-0,000$) (Tabela 72).

Em relação ao estilo maternal, constatou-se relações positivas fracas entre o **estilo autoritativo materno e o comportamento pró-social** detectado pelo SDQ ($p=0,003$), o que apoia a hipótese 4 deste estudo. Associações positivas fracas entre o **estilo autoritário materno** e os problemas de relacionamento das crianças ($p=0,041$) também ocorreram. Relações negativas fracas foram observadas entre **estilo autoritativo** e hiperatividade ($p=-0,042$); sintomas emocionais infantis ($p=-0,009$); problemas de relacionamento ($p=-0,008$); problemas de conduta ($p=-0,004$) e totais de dificuldades detectadas pelas mães no comportamento infantil ($p=-0,001$) (Tabela 72).

Relações negativas fracas entre o estilo materno de **indução ao medo** e o comportamento pró-social infantil ($p=-0,046$) foram identificadas (Tabela 72) e estão em conformidade com as expectativas do estudo (hipótese 4). Assim como relações positivas fracas entre o estilo indutor do medo e os sintomas emocionais infantis ($p=0,033$) e entre este estilo materno e os problemas de relacionamento infantis ($p=0,015$) podem ser observadas.

O **estilo materno caloroso** obteve relação positiva fraca com o comportamento pró-social infantil ($p=0,015$), de acordo com a hipótese 4. E foram identificadas relações negativas fracas entre o estilo caloroso materno e sintomas emocionais infantis ($p=-0,01$); problemas de relacionamento entre pares ($p=-0,019$); problemas de conduta infantis ($p=-0,011$) e totais de dificuldades detectadas no comportamento infantil ($p=-0,003$) (Tabela 72).

A aplicação do teste Spearman não evidenciou relações entre as avaliações pró-sociais das crianças ao analisarem a história 1 (empréstimo do lápis) e 3 (auxílio instrumental) com a perspectiva materna acerca do comportamento infantil (SDQ), resultado que refuta parte da hipótese 2 da pesquisa. Assim como nenhuma relação foi evidenciada entre as análises infantis acerca das três histórias e as práticas e estilos maternos (CRPR), dados que por essa razão não foram expostos na tabela. Além disso, as práticas maternas (CRPR) de supervisão da criança, estímulo a reflexão, controle por ansiedade, restrição infantil também não apresentaram relações com o comportamento pró-social avaliado pelas próprias mães pelo SDQ (Tabela 72), o que não foi previsto pela hipótese 4.

6.13 Variáveis maternas (CRPR) preditoras do comportamento pró-social infantil (SDQ)

Com o objetivo de identificar possíveis explicações para o comportamento pró-social infantil (SDQ), buscou-se a aplicação do teste de regressão linear múltipla em que as práticas e estilos maternos (CRPR) foram considerados variáveis independentes que possivelmente afetam a variável dependente, comportamento pró-social infantil (SDQ).

Na Tabela 73 são apresentados os modelos encontrados para a predição do comportamento infantil nas escalas de comportamento pró-social, hiperatividade, problemas emocionais, problemas de relacionamento, problemas de conduta e total de dificuldades das crianças. As análises deste estudo enfatizam o comportamento pró-social infantil, mas foram mantidas as demais escalas que avaliam as demais áreas do comportamento infantil para averiguar a coerência dos resultados deste estudo.

Tabela 73- **Aplicação do modelo de regressão linear múltipla para os dados relativos ao comportamento pró-social infantil (SDQ) e as práticas e estilos maternos (CRPR)**

Variável Dependente- Escalas do SDQ	R2	F	Gl	P	Variáveis preditoras- práticas e estilos maternos do CRPR	Beta padronizado	P
Comportamento pró- social	0,104	12,588	1	0,001	Suporte para independência	0,323	0,001*
	0,151	9,516	2	0,000	Estilo indutor de medo	-0,216	-0,017*
Hiperatividade	0,102	12,251	1	0,001	Suporte para independência	-0,319	-0,001*
Problemas emocionais	0,076	9,979	1	0,002	Expressão de afeto	-0,291	-0,002*
	0,112	7,845	2	0,001	Estilo indutor de medo	0,208	0,023*
Problemas de relacionamento	0,081	9,530	1	0,003	Estilo indutor de medo	0,285	0,003*
	0,114	6,893	2	0,002	Suporte para independência	-0,182	-0,048*
Problemas de conduta	0,084	9,905	1	0,002	Suporte para independência	-0,290	-0,002*
	0,130	7,968	2	0,001	Estilo indutor de medo	0,214	0,020*
Total de dificuldades- comportamento infantil	0,130	16,083	1	0,000	Suporte para independência	-0,360	-0,000*
	0,180	11,715	2	0,000	Controle autoritário	0,225	0,012*

p ≤ 0,005

Os resultados apontaram para coeficientes de determinação (R^2) variando de 0,076 a 0,180, ou seja, as práticas maternas explicaram de 7% a 18% da variância total das escalas do SQD. Destaque para o comportamento pró-social, em que a prática materna de suporte para independência explicou 10% da variância do comportamento pró-social e o estilo indutor de medo explicou 15% da variância do comportamento pró-social infantil (Tabela 73).

Os coeficientes de regressão predizem a variância total, enquanto os coeficientes de regressão padronizados indicam a proporção em que as mudanças nas unidades de desvio padrão da variável preditiva afetam as mudanças nas unidades do desvio padrão da variável dependente. Os coeficientes de regressão padronizados variando de 0,10 a 0,29 apontam para relações moderadas entre as variáveis, já os coeficientes acima de 0,30 representam fortes relações entre as variáveis (Floyd, Evans, & Mc Grew, 2003). Nos modelos de predição formulados por esta pesquisa, encontraram-se valores negativos variando entre 0,18 e 0,36, os quais representam relações inversas; enquanto os valores positivos variaram entre 0,20 e 0,32, os quais apontam para relações na mesma direção (Tabela 73).

Sobre o comportamento pró-social infantil, o coeficiente padronizado referente à prática de suporte para independência materna obteve o valor 0,32 e a prática materna de indução de medo obteve o valor inverso de -0,21, indicando relações fortes e moderadas respectivamente (Tabela 73).

A prática materna de suporte para independência explica 10% da variância do comportamento pró-social infantil, com fortes indicativos de que esta relação não seja aleatória. O estilo materno de indução ao medo explica 15% do comportamento pró-social infantil, com indicativos moderados de que a relação não seja aleatória (Tabela 73). Esses achados sinalizam que a prática materna de suporte para independência

infantil favorece a ocorrência do comportamento pró-social infantil e o estilo indutor de medo dificulta a pró-sociabilidade das crianças, em congruência com a hipótese 5 desta pesquisa.

Os resultados das demais escalas foram apresentados para averiguar a congruência dos dados, colaborando para evidenciar a coerência dos achados, em especial, os relativos ao problema de conduta infantil. Sobre o problema de conduta infantil, 13% foram estimulados por padrões maternos indutores de medo e a presença da prática materna de suporte para independência indicou a prevenção de 8% dos transtornos de conduta, ambos com relações moderadas (Tabela 73).

7 Discussão

Esta seção apresenta inicialmente a discussão sobre as dimensões do comportamento pró-social infantil, sob a perspectiva das crianças e das mães; seguida da discussão sobre as especificidades do raciocínio, dos sentimentos e da tendência à ação pró-social relatada pelas crianças participantes; e das análises referentes às dimensões comportamentais pró-sociais infantis e o ato de doar em si.

Expõe-se, então, a discussão referente às avaliações infantis comparativas entre as crianças de cinco e seis anos, primeiramente, sobre a análise quantitativa, seguida da qualitativa que aponta para as especificidades das diferenças e semelhanças das participantes de ambas as faixas etárias.

Posteriormente, discute-se a relação entre a perspectiva das mães e dos filhos sobre o comportamento pró-social, bem como a associação entre determinadas práticas educativas e os estilos maternos e o comportamento pró-social infantil. Por fim, o valor preditivo das práticas educativas maternas em relação ao comportamento pró-social dos filhos também é discutido.

7.1 Raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social das crianças e a perspectiva materna sobre o comportamento pró-social infantil

As interpretações infantis sobre as três histórias mostraram que a maioria das crianças apresentou raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social nas análises relativas à doação (96,4%), oferta de conforto (97,3%) e auxílio instrumental (98,1%). Esses achados estão de acordo com a hipótese 1, de que as crianças aos cinco e seis anos apresentam comportamento pró-social e considerando a percepção de 89,1% das mães que indicaram a ocorrência do comportamento pró-social dos filhos em níveis elevados, por meio do SDQ, estão em conformidade com a hipótese 2.

A percepção positiva das mães sobre o repertório dos filhos indica a valorização materna e o reconhecimento das habilidades das crianças, o que favorece os atos pró-sociais infantis e demonstra a ocorrência das práticas educativas maternas autoritativas (suporte para independência, estimulação da autonomia e expressão de afeto) que estimulam as iniciativas das crianças. A aprovação materna do comportamento pró-social infantil favorece a emissão da ação pró-social pelas crianças (Garner, 2006; Bower, & Casas, 2015).

A alta incidência de raciocínios, sentimentos e tendências às ações pró-sociais relatadas pelas crianças associada à alta frequência do comportamento pró-social das mesmas, segundo o relato materno, permite inferir que tais dimensões do comportamento pró-social coincidem com os atos pró-sociais. Também Malti, Gummerum e Buchmann (2007) indicaram que as crianças mencionadas como pró-sociais pelas mães apresentaram motivação moral pró-social para com as vítimas das histórias baseadas no paradigma do vitimizador feliz. Crianças com orientação e raciocínio moral pró-social exibem respostas pró-sociais de auxílio (Miller et al., 1996).

A motivação pró-social nesta etapa da vida conduz as reflexões sobre a tendência a ação pró-social existente na infância, conforme apontado por pesquisas sobre o tema (Brownell, 2013; Warneken, & Tomasello, 2007), e a relevância dos estímulos e incentivos parentais para a manutenção e evolução deste repertório (Scrimgeour et al., 2016; Bower, & Casas, 2015). Associado a isso, a compreensão da forma como as crianças pensam, sentem e agem em situações sociais é pertinente para a estimulação deste repertório infantil e sua manutenção. Para tanto, são apresentadas as especificidades das dimensões comportamentais (raciocínio, sentimentos e tendência à ação) presentes no comportamento pró-social:

7.1.1 Raciocínio pró-social infantil

As análises do raciocínio infantil mostraram que a maioria das crianças reprovou a ausência de atos pró-sociais, conforme formulado pela hipótese 1. Encontrou-se que 100 crianças (90,9%) consideraram indevida a ausência de doação (história 1); 93 (84,5%) apontaram como inadequado o ato do protagonista não oferecer conforto ao amigo (história 2); e 101 (91,8%) avaliaram como inapropriado o fato do protagonista não oferecer ajuda instrumental ao amigo. A maioria das participantes expôs justificativas contendo a consideração pela necessidade do outro e o apoio ao auxílio ao próximo.

Esses dados evidenciam que o público infantil rejeita a ausência de ações pró-sociais ao analisar as interações sociais em que há uma pessoa com suas necessidades materiais, emocionais e instrumentais não atendidas. Resultado similar à investigação de La Taille (2006), em que a maioria das crianças brasileiras, tanto aos seis quanto aos nove anos, condenaram a falta de generosidade do personagem ao não visitar o amigo que solicitou a companhia do protagonista. Os resultados do presente estudo também estão em

consonância com achados de uma pesquisa contendo enredos narrados para as crianças holandesas, aos nove anos de idade, em que 78% apresentaram avaliação negativa acerca da ação do protagonista de não auxiliar um personagem ao descer uma rampa e o outro personagem que necessitava de ajuda para atravessar a rua (Sierksma et al., 2014).

A reprovação do ato do protagonista não oferecer auxílio ao outro indica perspectivas e análises sociais avançadas das crianças, as quais possibilitam e facilitam a ocorrência do comportamento pró-social em si (Sierksma et al., 2014; Ongley et al., 2015; Malti et al., 2012). A ação foi apoiada pelas mães das crianças participantes desta pesquisa, as quais indicaram que seus filhos (98 participantes-89,1%) apresentam comportamentos pró-sociais em níveis elevados. Porém, o comportamento pró-social relativo à doação não foi constatado pelo semi-experimento, uma vez que poucas crianças (24,5%) aderiram ao ato de doar balas.

A compreensão das crianças sobre a relevância do empréstimo de bens materiais, oferta de conforto e auxílio instrumental foram, em sua maioria, justificadas por intuítos pró-sociais (55%), seguidas de justificativas não elaboradas (24%) para a doação-empréstimo de bens materiais (história 1); respostas não elaboradas (37,6%), seguidas de empáticas (28%) para a oferta de conforto (história 2); e justificativas motivadas por intenções pró-sociais (51,5%) e empáticas (20,8%) sobre a relevância do auxílio instrumental (história 3).

As explicações infantis que apoiam atos pró-sociais e que denotam a tomada de perspectiva do outro estão associadas à evolução do raciocínio social infantil, em que as crianças direcionam sua atenção para as necessidades do destinatário que precisa de ajuda (Sierksma et al., 2014; Ongley et al., 2015; Malti et al., 2012). Geralmente, as crianças mais desenvolvidas em termos de raciocínio social, apresentam justificativas morais acerca dos efeitos da recusa, pois a compreensão do sofrimento alheio fortalece a obrigação moral percebida para a oferta de ajuda (Sierksma et al., 2014; Ongley et al., 2015; Malti et al., 2012).

É relevante citar que a maioria das mães participantes indicou seus filhos como agentes pró-sociais em níveis elevados o que, associado ao raciocínio pró-social e às justificativas infantis que evidenciaram a tomada de perspectiva e a preocupação com o outro, mostra que a percepção das mães e das crianças foram consoantes.

Quanto às crianças que rejeitaram a ausência dos atos pró-sociais, ensejadas por justificativas não elaboradas, menciona-se que, apesar da presença do julgamento e raciocínio pró-social, muitas vezes não há compreensão da situação, das próprias emoções ou a devida expressão verbal acerca do motivador de tal análise infantil, o que pode dificultar os atos pró-sociais (Scrimgeour et al., 2016).

Tal achado parece congruente com a fase de desenvolvimento que as crianças se encontram, a transição entre a pré-escola e a escola, período em que a compreensão dos eventos sociais contempla aspectos das convenções sociais, em que muitos comportamentos são estereotipados como bons ou maus (Eisenberg, & Mussen, 1989), sem a devida compreensão.

Para obtenção de avanços na tomada de perspectiva e assimilação das crianças sobre situações em que os demais necessitam de ajuda, é relevante o incentivo dos pais para a emissão de atos pró-sociais (Bower, & Casas, 2015) e os diálogos que possibilitam o entendimento infantil sobre as relações sociais (Brownell et al., 2013; Recchia et al., 2014). As estratégias de narração de histórias seguidas de questionamentos que direcionam reflexões sobre sentimentos e a tomada de perspectiva das situações vivenciadas pelos personagens também são indicadas como estimulantes do raciocínio e das emoções pró-sociais (Brownell et al., 2013).

7.1.2 Sentimentos infantis

O exame sobre a atribuição de sentimentos às ações dos protagonistas pelos participantes evidenciou que a maioria das crianças apontou para sentimentos negativos ao não observar a ação pró-social nas narrativas. Na história 1 (doação-empréstimo), 73 crianças (66,4%) relataram sentimentos negativos; na história 2 (conforto), 76 participantes (69,1%) atribuíram sentimentos negativos; e na história 3 (auxílio instrumental), 75 crianças (68,2%) citaram sentimentos negativos perante a ausência do ato pró-social. Dados que estão em consonância com a hipótese 1.

Os achados sobre a frequência dos sentimentos infantis, indicadores de preocupação com o outro desta pesquisa, foram semelhantes aos índices do estudo com 144 crianças portuguesas, com idade entre cinco e oito anos, em que 66,6% delas atribuíram emoções negativas ao protagonista vitimizador (Menéres, 2014). Entende-se que os sentimentos de desconforto, ao presenciar a vivência do sofrimento alheio, são

essenciais para a ocorrência dos atos de prestação de auxílio (Malti et al., 2012), o que foi confirmado pelas mães desta pesquisa ao indicarem a presença de repertório pró-social em seus filhos.

Concomitantemente, verifica-se que os sentimentos indicativos de desconforto e comoção com a ausência de pró-sociabilidade ocorreram em menor frequência que o raciocínio infantil reprovador da ausência dos atos pró-sociais, o que pode estar relacionado à maior dificuldade em detectar e expressar com precisão os sentimentos pelas crianças, nesta faixa etária. Os sentimentos pró-sociais são resultantes dos processos de compreensão das emoções dos outros, habilidades de tomada de perspectiva, as quais tendem a se desenvolver no meio da infância e possibilitam a capacidade das crianças para se preocupar com os sentimentos dos outros (Malti et al., 2012). Há de se destacar que os sentimentos de comoção estão relacionados à ocorrência do comportamento pró-social (Belacchi, & Farina, 2012) e à prevenção de atos prejudiciais às demais pessoas (Hastings et al., 2000). O sentimento de incômodo e culpa, em situações em que a pessoa percebe que prejudicou outra ou não a auxiliou, está associado às ações pró-sociais, pois a vivência do desconforto tende a inibir as condutas que ocasionam perdas para as outras pessoas (Hoffman, 2010).

Tal constatação indica a relevância dos investimentos em intervenções de incentivo à reflexão sobre a situação em si, a detecção e a descrição dos próprios sentimentos pelas crianças e a tomada de perspectiva do outro (Scrimgeour et al., 2016; Garner et al., 2008). A criação de oportunidades para as crianças aprenderem a se colocar no lugar do outro e com isso, além de auxiliarem os demais, evitarem ações prejudiciais do ponto de vista social também se mostra relevante (Hoffman, 2010).

7.1.3 Tendência à ação pró-social infantil

A exploração das respostas infantis sobre como supostamente agiriam se vivenciassem a situação narrada pelas histórias indicaram que a maioria tenderia a prestar auxílio: 95 crianças (86,4%) informaram que emprestariam o lápis ao amigo (doação); 90 participantes (81,8%) relataram que visitariam o amigo (oferta de conforto); 97 crianças (88,2%) afirmaram que ofertariam auxílio instrumental ao amigo (auxílio instrumental). Resultados que apontam para a disposição e tendência à ação pró-social, segundo o relato infantil, nas situações em que observam a necessidade do outro; o que está em consonância com a hipótese 1 desta pesquisa.

A tendência a ação pró-social infantil foi confirmada pelas mães ao indicarem seus filhos (98=89,1%) como apresentando níveis elevados de comportamento pró-social. Esses resultados confirmam que o raciocínio e os sentimentos pró-sociais estão relacionados à ação pró-social (Eisenberg, & Mussen, 1989; Belacchi, & Farina, 2012; Malti et al., 2009).

Desta forma, verificou-se que a maioria das crianças julgou como inadequada a ausência de ações benéficas ao próximo, bem como expressou sentimentos negativos ao identificar a não ocorrência de ajuda e apresentou disposição a colaborar com o outro, caso vivenciasse situação semelhante ao protagonista.

Observou-se também que o raciocínio infantil reprovador da ausência de ajuda apresentou índices mais altos que as respostas relativas à tendência a prestar auxílio, as quais, por sua vez, indicaram maior frequência que a expressão de sentimentos pró-sociais pelas crianças. Esta constatação pode ser explicada pela tendência das crianças na etapa pré-escolar e escolar para relatarem julgamentos estereotipados (Eisenberg, & Mussen, 1989).

Esses resultados revelam que foi mais complexo para as crianças avaliarem os sentimentos, justificarem os efeitos da ausência do ato pró-social e sugerirem possíveis ações nas situações sociais apresentadas, do que julgarem o fenômeno social como certo ou errado. Achados que reforçam a relevância dos diálogos entre pais e filhos (Brownell et al., 2013; Recchia et al., 2014) que visam estimular a compreensão das crianças sobre as interações sociais e a tomada de perspectiva do outro, considerando que a falta de compreensão das crianças pode dificultar as ações pró-sociais (Scrimgeour et al., 2016).

A maior dificuldade das crianças para identificarem seus sentimentos, compreenderem a razão da ausência de auxílio não ser adequada e pensarem em possibilidades de prestar ajuda indica que as conversas entre pais e filhos devem contemplar conteúdos além das convenções sociais sobre o que é considerado certo e errado. Para tanto, os dados desta pesquisa indicam que as práticas maternas de estímulo à autonomia, à independência, à expressão de afeto materno, as quais culminam nos estilos autoritativos e calorosos-afetivos, estão relacionadas à maior ocorrência do comportamento pró-social infantil.

As práticas parentais autoritativas são indicadas para a estimulação do comportamento pró-social, pois a criança vivencia na interação com os pais a oportunidade do diálogo, da consideração dos sentimentos e da opinião alheia (Carlo et al., 2010^b; Mestre et al., 2006). Essas estratégias permitem a

reflexão e a compreensão infantil sobre os fenômenos, aumentando a disposição da criança para a colaboração e para o seguimento das orientações parentais (Hoffman, 2010; Hastings, et al., 2007^a).

Ao detectar a presença do raciocínio, dos sentimentos de comoção e da tendência à ação pró-social infantil e a alta incidência de níveis elevados de comportamentos pró-sociais indicados pelas mães, conclui-se que as percepções das crianças e das mães foram semelhantes e apontaram para a ocorrência da pró-sociabilidade infantil.

No entanto, nas análises estatísticas relacionais, somente as avaliações pró-sociais infantis que apoiaram a oferta de conforto ao próximo apresentaram associações positivas significativas com a perspectiva materna que indicou a presença do comportamento pró-social em níveis elevados em seus filhos. Achado que apoia parcialmente a hipótese 2 deste estudo, tendo em vista que os julgamentos infantis relativos a doação e ao auxílio instrumental não evidenciaram relações com as percepções maternas sobre o comportamento pró-social dos filhos participantes, conforme se esperava.

Destaca-se também a associação negativa entre a presença da avaliação pró-social infantil para a oferta de conforto ao próximo e os problemas de conduta ($p = -0,016$), o que indica a importância das análises infantis acerca dos seus sentimentos e dos motivadores das suas ações nas interações sociais, como um repertório que as distancia dos problemas de comportamento, os quais geram prejuízos para si e para as demais pessoas envolvidas (American Psychological Association, APA, 2002).

As observações estão em consonância com as pesquisas que mostram que os sentimentos de comoção e a tomada de perspectiva são preditores dos atos pró-sociais e da redução dos atos agressivos (Carlo et al., 2010^a), bem como a presença de comportamentos pró-sociais infantis está associada a menor incidência de problemas de comportamento infantis (Flouri, & Sarmadi, 2016; Flynn et al., 2015; Hastings et al., 2000). Isso pode ser explicado pelo fato da presença da preocupação empática e dos sentimentos de comoção exercerem papel preventivo da ocorrência de atos prejudiciais aos demais, considerando que as emoções incômodas como a culpa são evitadas (Hoffman, 2010).

7.2 Raciocínio, sentimentos e tendência à doação e o ato de doar

Os relatos infantis indicaram a presença da motivação pró-social para a doação, em que as crianças (90,9%) expressaram verbalmente que não apoiavam a ausência de empréstimo do lápis, 66,4% comoveram-se com a ausência da doação-empréstimo e 86,4% disseram que emprestariam o lápis ao amigo (história 1). No entanto, ao serem convidadas a doar balas para aqueles que não puderam participar da pesquisa, somente 27 crianças (24,5%) doaram balas e 83 (75,5%) não doaram. O que refuta parte da hipótese 2 desta pesquisa, a qual esperava identificar julgamentos infantis que apoiam a doação associados ao ato de doar por parte das crianças.

Tal resultado também aponta para diferenças entre os relatos verbais das crianças ao julgarem as situações por meio das histórias e ao vivenciarem a oportunidade real para doar, o que denota certa incoerência. Esse dado parece evidenciar que o desenvolvimento do comportamento pró-social não é linear, uma vez que as dimensões que englobam o pensar, o sentir e o agir podem apresentar diferentes avanços e até mesmo incongruências.

As pesquisas sobre a motivação pró-social mostram uma tendência de prestar auxílio por parte das crianças que demonstram raciocínio pró-social e sentimentos que denotam a compreensão e a comoção com o outro (Malti et al., 2012). No entanto, deve-se considerar que há vários fatores associados com a emissão do comportamento pró-social, como os custos para o doador (Lourenço, 1991; Recchia et al., 2014), o grau de necessidade do receptor, a reciprocidade entre o doador e o receptor, e a forma em que tal ato ocorre, se visualizado por espectadores ou anônimo (Ongley et al., 2015). Esta pesquisa não investigou os custos da doação para as crianças participantes, as oportunidades para as doações foram anônimas e não houve o apelo para a necessidade dos receptores da bala durante o semi-experimento, o que pode ter influenciado a pouca aderência à doação pelas crianças participantes.

O raciocínio moral neste caso pode não ter sido tão influente, pois não há normas explícitas para se compartilhar e doar com aqueles que não estão em necessidade (Ongley et al., 2015). Crianças com idades entre quatro e oito anos de idade apresentam maior frequência de compartilhar seus recursos aos destinatários necessitados, identificados pelas mesmas como tristes, como aqueles que têm poucos brinquedos e como os moralmente merecedores, os quais não cometeram atos inadequados como empurrar as demais crianças (Malti et al., 2016).

Portanto, o contexto que envolve as crianças e a situação que requer o ato pró-social deve ser considerado e afeta tanto os comportamentos observáveis, quanto os privados: pensamentos e sentimentos

das crianças. Consta-se que os relatos verbais das crianças sobre o que pensam, sentem e como supostamente agiriam nem sempre é congruente com suas ações evidentes.

Assim, as práticas educativas e as orientações parentais que estimulam as análises infantis e as situações sociais continuam a exercer papel relevante, considerando que as crianças estão em desenvolvimento e durante esta trajetória os avanços ocorrem e afetam as diferentes dimensões do comportamento infantil (raciocínio, sentimentos e ações em si) em conjunturas diversas. Os contextos que ensejam atos pró-sociais são compostos pela tríade de necessidades material, emocional e instrumental, e requerem comportamentos (doar, confortar e auxiliar) que apresentam trajetórias distintas ao longo da infância (Brownell et al., 2009), repercutindo em diferentes custos para as crianças.

7.3 Raciocínio, sentimentos e tendência à ação pró-social em crianças de cinco e seis anos: análises quantitativas

As análises quantitativas sobre o comportamento das crianças de cinco e seis anos, obtidas pela somatória das três dimensões da avaliação pró-social (raciocínio, sentimentos e tendência à ação), apontaram que as crianças de seis anos demonstraram maior frequência de avaliações pró-sociais que as crianças de cinco anos nos três âmbitos que requerem atos pró-sociais: necessidade material, emocional e instrumental, em consonância com a hipótese 1.

7.3.1 Raciocínio, sentimentos e tendência à doação em crianças de cinco e seis anos

A maior frequência de avaliações pró-sociais quanto à doação-empréstimo nas respostas dos participantes de seis anos comparados com os de cinco anos está em confluência com os estudos que mostram que o aumento da idade e o raciocínio moral são preditores do comportamento de doar (Ongley et al., 2015).

Apesar desta pesquisa não ter constatado a maior frequência de doação no semi-experimento por parte das crianças de seis anos comparadas com as de cinco anos, as pesquisas indicam a tendência ao aumento desta habilidade, sendo que o comportamento de doar aumenta substancialmente entre os seis e os nove anos de idade (Malti et al., 2012). Conforme citado, possivelmente a pouca aderência infantil ao ato de doar nesta pesquisa ocorreu em função das variáveis situacionais do semi-experimento, como a ausência do apelo à necessidade das crianças receptoras das balas, o que pode ter dificultado o raciocínio em prol do próximo, ou mesmo a dificuldade para doar por parte das participantes, considerando que a doação de bens é apontada pela literatura como árdua para as crianças (Brownell et al., 2009).

A motivação para a doação, envolvendo os pensamentos e sentimentos relacionados à situação de necessidade material vivenciada pelo outro, apresenta relação significativa com o processo cognitivo infantil de tomada de perspectiva, no qual a criança consegue avaliar a necessidade do outro e com isso doar (Ongley et al., 2015).

Dentre as crianças de cinco anos que apoiaram o ato do protagonista não emprestar o lápis ao outro, muitas justificaram que ele não deveria emprestar porque o amigo não trouxe o lápis ou não cuidou do material devidamente. Esse raciocínio infantil pode ilustrar normas e valores aprendidos por essas participantes que dificultam a tomada de perspectiva e a compreensão da necessidade do outro, o que teria implicação para a não ocorrência da análise pró-social. As crianças menores, aos quatro anos de idade, muitas vezes, apresentam menos avanços em suas habilidades e análises cognitivas, estando em fases anteriores do raciocínio moral do que as crianças maiores, aos oito anos de idade, o que dificulta a compreensão dos eventos sociais pelas menores (Malti et al., 2016).

Os participantes de seis anos, ao justificarem que o amigo não tinha o lápis e por isso seria necessário o empréstimo, evidenciaram a lógica infantil que ilustra a tomada de perspectiva e a compreensão da necessidade alheia. A doação está relacionada ao raciocínio e a análise cognitiva que as crianças fazem a respeito da situação e das necessidades dos outros (Ongley et al., 2015). Esses mesmos autores destacaram que os níveis mais elevados de raciocínio moral podem aumentar as chances das crianças doarem por perceberem seu dever para com as necessidades dos outros.

No entanto, mesmo entre as crianças de seis anos, surgiram justificativas baseadas no receio da sanção da professora, caso não emprestasse o lápis ao amigo. Resposta que indica que ações pró-sociais são influenciadas por variados motivadores, dentre eles o intuito de evitar a repreensão adulta. Isso mostra que as crianças podem apresentar o comportamento de doar aos destinatários por receio de represálias, em especial, as menores (Malti et al., 2016).

Sentimentos como arrependimento e culpa surgiram nas atribuições das crianças de seis anos ao personagem algoz que não doou o lápis, o que evidencia a sensibilidade dessas para com a necessidade alheia. O sentimento de culpa é caracterizado como um componente essencial para o desenvolvimento do comportamento moral pró-social, em que a criança demonstra inclinação para a orientação e a compreensão das necessidades dos outros, por meio da empatia (Hoffman, 2000).

As respostas sobre a tendência à doação não evidenciaram diferenças entre os participantes de seis e cinco anos. Porém, as pesquisas indicam predisposição ao aumento da doação, de acordo com os avanços da idade das crianças, entre os seis e os oito anos (Malti et al., 2016). As crianças maiores, de oito anos, compartilham de forma mais igualitária seus recursos e em maior frequência que as de quatro anos, as quais muitas vezes não chegam nem mesmo a compartilhar (Malti et al., 2016).

Apesar das diferenças relacionadas aos comportamentos pró-sociais das crianças aos cinco e aos seis anos de idade, o incentivo por parte dos cuidadores responsáveis possibilita a maior ocorrência dos atos pró-sociais em ambas as faixas etárias, conforme demonstram os dados desta pesquisa. As práticas educativas, variáveis que fazem parte do contexto sociocultural em que a criança está inserida e que devem ser avaliadas para que não se realize uma análise parcial em relação à idade e ao aumento da frequência do comportamento pró-social, tem um papel relevante e influente sobre este repertório, o qual não se desenvolve somente decorrente da passagem do tempo.

7.3.2 Raciocínio, sentimentos e tendência à oferta de conforto em crianças de cinco e seis anos

As crianças de seis anos reprovaram mais frequentemente, mas não de forma significativa, o fato do protagonista não visitar o amigo, por meio de justificativas mais empáticas e pró-sociais, em que foram elucidadas a tomada de perspectiva e a citação de sentimentos daquele em necessidade. As justificativas morais e empáticas geralmente envolvem a percepção da obrigação de ajudar, não tão afetada pelas convenções sociais, mas sim pela necessidade de oferecer auxílio ao outro, em especial, nas situações em que não há tantos custos ao emissor da ação pró-social (Sierksma et al., 2014). Ao mesmo tempo em que as crianças identificam que é possível auxiliar e que isso nem sempre gera grandes exigências para a mesma, aumenta-se a percepção da necessidade da prestação de auxílio ao outro, o que não é tão afetado pelas conveniências sociais, mas sim pela constatação das dificuldades alheias.

O comportamento pró-social aumenta com o avançar da idade (Lourenço, 1991), pois as crianças menores tendem a focar em seus interesses devido as suas limitações cognitivas, enquanto as maiores conseguem julgar e ponderar as relações com os demais, considerando aspectos morais (Lourenço, 1997). As crianças maiores, aos treze anos de idade por exemplo, apresentam maior compreensão acerca da perspectiva e da necessidade do outro ao serem comparadas com as menores, de oito anos (Sierksma et al., 2014).

A ausência de atos generosos é reprovada por crianças aos seis anos de idade, assim como essas atribuem sentimentos negativos em relação à ausência da ação generosa (La Taille, 2006). Na presente pesquisa foi evidenciado que as crianças de seis anos atribuíram mais sentimentos negativos de forma significativa ao analisar a ausência de ajuda do que as crianças de cinco anos.

Ao relatar sobre como agiriam em situação semelhante, as crianças de seis anos expuseram justificativas mais criativas contendo motivadores pró-sociais que elucidaram a intenção de atender ao pedido do amigo ao visitá-lo e de interagir brincando com ele, inclusive jogar a bola por meio da janela. Conforme as crianças crescem, elas tendem a apresentar mais soluções alternativas, ponderar diferentes fatores e a possibilidade de prestar auxílio em outros momentos, até mesmo distintos da história (Sierksma et al., 2014).

Desta forma, em situações de necessidade de conforto e consolo, as crianças de seis anos apresentaram maiores índices de raciocínio, sentimentos e tendência à oferta de conforto quando somados. Esse resultado está de acordo com pesquisas que indicam o avanço do raciocínio moral pró-social ao longo do desenvolvimento infantil (Eisenberg et al., 2006; Ongley et al., 2015; Malti et al., 2012) e apoia a hipótese 1 deste estudo.

7.3.3 Raciocínio, sentimentos e tendência ao auxílio instrumental em crianças de cinco e seis anos

Os relatos das crianças de seis anos reprovaram de forma significativamente mais alta a ausência de auxílio instrumental do protagonista do que as crianças de cinco anos, além das menores apresentarem mais justificativas não elaboradas para a situação, o que pode ilustrar a falta de compreensão sobre tais

fenômenos. As crianças pequenas nem sempre conseguem detectar as complexidades das relações sociais, as necessidades alheias com clareza e a prestação de auxílio necessária ao receptor (Warneken, 2015).

A descrição dos sentimentos apresentados pelas crianças de seis anos foi mais elaborada do que as de cinco anos ao mencionarem tristeza, mágoa, arrependimento, incômodo, vergonha e culpa. Esses sentimentos negativos estão relacionados à moralidade, sendo que a culpa é auto-orientada em relação ao cumprimento ou não de normas morais (Malti, & Ongley, 2014). As emoções morais são relevantes para o desenvolvimento dos valores, das motivações e das ações pró-sociais, em especial as relacionadas à empatia, as quais estão associadas à compreensão e à experiência de um estado emocional semelhante ao vivenciado pelo outro (Eisenberg et al., 2006).

As participantes de seis anos também demonstraram maior capacidade de compreensão da necessidade alheia, que as de cinco anos (de forma estatística significativa), ao relatarem com maior frequência que auxiliariam o amigo a juntar os objetos, sinalizando a tendência à ação pró-social. As crianças maiores, por terem mais habilidades físicas e competência social, apreendem a necessidade de auxílio instrumental, o que facilita a assistência mais direta (Eisenberg et al., 2006).

Desta forma, as avaliações da somatória das dimensões comportamentais, as quais envolvem o raciocínio, o sentimento e à tendência à ação pró-social, indicaram a maior frequência de avaliações pró-sociais pelas crianças de seis anos que as de cinco anos nas três situações que ensejam atos pró-sociais, conforme a hipótese 1. Porém, as análises descritivas e qualitativas referentes a cada uma das dimensões comportamentais nas três situações mencionadas (doação, conforto e auxílio instrumental) mostraram as especificidades das situações em que são constatadas diferenças e semelhanças nos julgamentos das crianças de cinco e seis anos.

7.4 Raciocínio, sentimentos e tendência pró-social em crianças de cinco e seis anos: análises descritivas e qualitativas

Por meio das análises qualitativas sobre o raciocínio, os sentimentos e a tendência à ação pró-social das crianças de cinco e seis anos de idade, foram detectadas algumas semelhanças e diferenças entre as participantes. Em relação à doação de bens materiais (história 1), não houve diferenças significativas entre as crianças de cinco e seis anos referentes ao raciocínio, aos sentimentos e a tendência à ação de doação e empréstimo, o que contrapõe a proposta da hipótese 1.

Concomitantemente, discrepâncias no repertório das crianças de seis anos foram identificadas nas análises qualitativas, em que estas expressaram significativamente mais sentimentos negativos ao detectarem a ausência da oferta de conforto (história 2), reprovaram com maior frequência e de forma significativa a ausência de auxílio instrumental (história 3) e retrataram com maior incidência, de forma significativa, que prestariam auxílio instrumental (história 3), se comparadas às crianças de cinco anos. Dados que estão em conformidade com a hipótese 1 desta pesquisa.

Sobre a maior frequência de atribuição de sentimentos negativos pelas crianças de seis anos, ao analisarem a ausência da oferta de conforto ao amigo, os resultados foram semelhantes aos achados de La Taille (2006). Este indicou que as crianças aos seis anos não atribuem sentimentos positivos a quem falta com generosidade e que tal ímpeto está relacionado à gênese da moralidade (La Taille, 2006). Além disso, os sentimentos morais que envolvem a preocupação empática exercem um papel primordial à ação pró-social, em que a comoção ao observar o outro em situação de necessidade motiva a ação pró-social da criança (Hoffman, 2010).

As mensurações dos sentimentos morais infantis, detectadas pelo relato das crianças ao analisarem as histórias baseadas no paradigma do vitimizador feliz (Arsenio, & Kramer, 1992), demonstraram que as crianças mais velhas (oito anos) tendem a identificar e atribuir sentimentos negativos aos personagens algozes do paradigma do vitimizador feliz com maior frequência que as menores (quatro anos) (Arsenio, & Kramer, 1992). Acerca das crianças menores (dois anos), algumas delas podem apresentar dificuldade de entendimento das situações, bem como a incompreensão das próprias emoções, fatores que podem atrapalhar a emissão dos comportamentos pró-sociais (Scrimgeour et al., 2016).

Por meio da análise do raciocínio expresso pelas crianças de seis anos, constata-se que houve significativamente maior rejeição à ausência de auxílio instrumental e maior frequência de justificativas empáticas que entre as de cinco anos. Esse resultado vai ao encontro dos achados da literatura que mostraram que as crianças maiores, aos nove anos de idade, tendem a reprovar as ações em que o protagonista não ofertava auxílio para aquele que necessitava de ajuda nas histórias contadas para as mesmas, geralmente, por meio de justificativas de cunho moral (Sierksma et al., 2014). Além disso, aquelas

que apresentam maior facilidade para compreender a perspectiva do outro, tendem a censurar ainda mais a falta de auxílio para com o outro, (Sierksma et al., 2014).

A literatura indica que a habilidade de ajudar está presente em bebês, aos 14 meses de idade, mas a destreza na detecção e na prestação de auxílio para solucionar diferentes problemas aumenta de acordo com o avançar da idade (Warneken, 2015). A análise para a oferta de ajuda tende a evoluir com o aumento da idade e está relacionada à habilidade acurada de representar a necessidade instrumental do outro que envolve a atribuição e a suposição da intenção do outro (Dunfield, 2015).

As crianças de seis anos expressaram de forma significativa maior tendência à ação pró-social em situações em que o outro necessita de auxílio instrumental que as crianças de cinco anos, demonstrando melhor compreensão da situação vivenciada pelo outro. As crianças com raciocínios morais avançados apresentam capacidade de observar as dificuldades e inferir as metas alheias (Warneken, 2015), o que aumenta a possibilidade da oferta de auxílio aos pares e aos adultos (Miller et al., 1996).

7.5 Raciocínio, sentimentos e tendência pró-social - O que dizem as crianças e as mães sobre o comportamento pró-social?

As análises quantitativas mostraram que as crianças de seis anos apresentaram de forma significativa maior frequência de avaliações pró-sociais, quando as dimensões do comportamento pró-social estiveram conjugadas, que as de cinco anos nos três contextos (doação, oferta de conforto e auxílio instrumental) que possibilitam atos pró-sociais. Por outro lado, as análises qualitativas evidenciaram diferenças e semelhanças entre as motivações pró-sociais das crianças nas duas idades.

Apesar das crianças de seis anos serem percebidas pelas mães como apresentando maior frequência de comportamentos pró-sociais que as de cinco anos, essas diferenças não foram significativas, considerando que ambas as faixas etárias foram pontuadas com altos índices de pró-sociabilidade. O resultado não aponta para incoerências entre a percepção das crianças e das mães, considerando que ambos evidenciaram, respectivamente, alta incidência de avaliações pró-sociais e comportamento pró-social, o que está de acordo com a hipótese 2 desta pesquisa.

As análises qualitativas que relacionaram as crianças classificadas pelas mães como tendo comportamento pró-social abaixo da média (clínicas), mediano (limítrofe) e acima da média (não clínicas) com as avaliações pró-sociais infantis não evidenciaram relações estatísticas significativas.

Já as análises quantitativas mostraram que a avaliação pró-social infantil para a oferta de conforto (história 2) apresentou relações positivas significativas com o comportamento pró-social infantil e associações negativas com os problemas de conduta infantis, segundo o relato das mães. Similarmente, Malti et al. (2007) detectaram que crianças que expuseram julgamentos morais pró-sociais ao analisarem histórias, baseadas no paradigma do vitimizador feliz, foram avaliadas pelas mães como mais pró-sociais, por meio do mesmo instrumento que foi utilizado por este estudo, o SDQ.

Os achados do presente estudo que indicam relações negativas entre a percepção materna de problemas de conduta e a presença da avaliação pró-social das crianças ao julgarem a história sobre conforto, são coerentes com dados de uma pesquisa longitudinal realizada com 9850 crianças inglesas (Flouri, & Sarmadi, 2016). Nesta, as participantes foram analisadas pelas mães, por meio do SDQ, aos três, aos cinco e aos sete anos de idade, em que aquelas que obtiveram avaliações indicando baixos índices de comportamento pró-social apresentaram maior incidência de problemas de comportamento (Flouri, & Sarmadi, 2016). Por outro lado, as crianças com altos índices de comportamento pró-social denotaram menor ocorrência de problemas de comportamento na escola (Flouri, & Sarmadi, 2016).

Apesar da congruência entre os dados do presente estudo e a literatura existente sobre o tema, as associações negativas entre os problemas de conduta infantis e os julgamentos pró-sociais das mesmas ocorreram em nível de intensidade fraco. O que requer o devido cuidado por parte das interpretações, as quais indicam certas tendências comportamentais infantis que devem ser relativizadas.

Congruentemente, uma pesquisa com 1265 crianças suíças aos sete, oito, nove e dez anos de idade mostrou que o comportamento agressivo infantil prevê diminuição do comportamento pró-social ao longo do tempo. Além disso, a presença do comportamento pró-social, sob a perspectiva dos pais, dos professores e das próprias crianças, prognostica menor incidência de comportamento agressivo infantil (Obsuth, Eisner, Malti, & Ribeaud, 2015). Dados que indicam que a presença do comportamento pró-social possivelmente age como preventiva de problemas de comportamento por possibilitar relações sociais recíprocas e benéficas, o que consequentemente atenua os problemas de conduta infantis. Já a ausência das ações pró-sociais no repertório infantil parece dificultar as interações sociais estabelecidas pela possibilidade da criança recorrer às alternativas desfavoráveis as demais pessoas nas situações sociais.

O raciocínio moral pró-social está associado, de forma significativa, ao comportamento pró-social (Carlo et al., 2010^a), assim como as crianças com problemas de comportamento, com poucas habilidades para controlar emoções e impulsos, apresentam maiores dificuldades para se colocar no lugar do outro, o que dificulta a ação pró-social (Mestre et al., 2007). Relações positivas entre o raciocínio moral pró-social e o comportamento pró-social são detectadas em crianças aos seis anos de idade (Janssens, & Deković, 1997). Crianças pré-escolares que expõem raciocínio moral mais avançado estão associadas com aquelas que mais ofertam ajuda aos pares e aos adultos, concluindo-se que o raciocínio moral está positivamente relacionado ao comportamento pró-social (Miller et al., 1996). O processo de desenvolvimento do self orientado ao outro e o processo cognitivo das crianças pré-escolares estão relacionados com comportamentos pró-sociais entre pares e adultos (Miller et al., 1996).

Desta forma, conforme esperado (hipótese 2), mães e filhos apresentaram confluência ao indicar a presença do comportamento pró-social no repertório infantil, apesar das mães não identificarem diferenças referentes à frequência do comportamento pró-social nas crianças de cinco e seis anos, o que foi constatado pelas avaliações infantis, e não está de acordo com a hipótese 2 do estudo. Outro ponto investigado pela presente pesquisa refere-se ao comportamento pró-social em crianças do sexo feminino e masculino sob o ponto de vista das mães e dos próprios filhos.

7.6 Raciocínio, sentimentos, tendência pró-social e comportamento pró-social em meninos e meninas

As análises qualitativas não apresentaram diferenças estatísticas relevantes acerca da avaliação pró-social (raciocínio, sentimentos e tendência à ação) de crianças do sexo feminino e masculino ao julgarem as três histórias, assim como não apontaram para diferenças significativas na avaliação das mães entre o comportamento pró-social em meninos e meninas, ao responderem ao SDQ. Tais achados corroboram pesquisas que indicam que não há diferenças entre a frequência de comportamentos pró-sociais em meninos e meninas (Hastings et al., 2007^a; Dunfield et al., 2011) e contrariam a hipótese 3 desta pesquisa.

No entanto, foram detectadas diferenças significativas nas análises quantitativas para os grupos feminino e masculino em relação à pontuação total acerca do raciocínio, dos sentimentos e da tendência à ação pró-social, em conformidade com a hipótese 3 deste estudo. As meninas apresentaram maior frequência de avaliações (raciocínio, sentimentos e tendência à ação) pró-sociais, de forma significativamente mais alta que os meninos, ao julgarem a situação de doação-empréstimo de bens, oferta de conforto e ajuda instrumental. Esses resultados estão em consonância com as pesquisas que assinalam que as meninas expõem maior motivação pró-social ao analisarem dilemas morais (Malti et al., 2009), maior frequência de tomada de perspectiva, auto-reflexão, orientação ao outro, não sendo tão influenciadas pela aprovação externa quanto são os meninos (Carlo, Koller, Eisenberg, Da Silva, & Frohlich, 1996).

As diferenças entre as verbalizações femininas e masculinas são explicadas pelos pesquisadores como resultantes da maior exposição das meninas às verbalizações ao longo do processo de socialização das mesmas (Carlo et al., 1996), o que reflete em práticas de socialização específicas para os gêneros que podem influenciar na motivação moral. O efeito de estereótipos sob a socialização masculina e feminina indica que os meninos geralmente apresentam traços negativos e moralmente desfavoráveis, apresentando baixa motivação moral, enquanto as meninas tendem a expor relatos favoráveis e moralmente aceitos, expressando maiores taxas de motivação moral (Nunner-Winkler, Meyer-Nikele, & Wohlrab, 2007).

7.7 Raciocínio, sentimentos, tendência pró-social infantil e as práticas educativas e estilos maternos: análises qualitativas

Os resultados obtidos pelo cruzamento das avaliações infantis sobre o raciocínio, os sentimentos e a tendência à ação pró-social das crianças com as práticas educativas e estilos maternos, mostraram que o estilo materno indutor de medo, que provoca excessivo controle externo e receio da punição, assim como a prática do controle materno autoritário, em níveis moderados e abaixo da média, não impediram as crianças de apresentarem raciocínio e tendência à ação pró-social ao julgarem as situações relativas à doação (história 1) e oferta de conforto (história 2). O que retrata que a frequência e a intensidade das práticas educativas devem ser consideradas ao se analisar os efeitos dessas sobre o comportamento infantil. Porém, pode-se perceber menor frequência significativa de crianças que relataram raciocínio e tendência à ação pró-social nos âmbitos citados, cujas mães retrataram uso excessivo de práticas permeadas por indução ao medo, restrição e controle autoritário, as quais culminam em estilos maternos autoritários (CRPR).

Estudos mostram que práticas maternas estritamente punitivas que englobam críticas e hostilidade estão associadas negativamente ao comportamento pró-social infantil (Richards et al., 2015; Padilla-

Walker et al., 2016). Possivelmente, pelo fato dessas gerarem reações emocionais adversas, as quais interferem na proposta de aprendizagem e na compreensão das crianças sobre os fenômenos sociais (Hoffman, & Saltzstein, 1967). Associado ao distanciamento emocional parental provocado por práticas excessivamente punitivas, tem-se menores índices de preocupação empática nas crianças (Hastings et al., 2000), o que pode dificultar a evolução da pró-sociabilidade infantil (Goelman et al., 2014; Hastings et al., 2000; Richards et al., 2015).

O alerta dos estudos se fazem quanto a forma como são aplicadas as restrições ao comportamento infantil, as quais não devem englobar estratégias agressivas e nem hostis, pois essas geram interações negativas e punitivas dos atos pró-sociais infantis (Pardini et al., 2008). Assim como, deve-se evitar a demonstração de raiva, frustração e desapontamento com a criança, o que tende a inibir o comportamento pró-social (Padilla-Walker et al., 2016).

Ao considerar que a aprendizagem infantil ocorre por meio da observação e da troca de experiências com seus pais, as ações parentais agressivas e raivosas, mesmo não direcionadas para as crianças, transmitem pouca sensibilidade, interferindo negativamente no desenvolvimento da pró-sociabilidade infantil e possibilitando os problemas de comportamento infantis (hostilidade-agressividade) (Goelman et al., 2014).

A alternativa, para tanto, seria o uso da disciplina parental aliada às estratégias indutivas que incentivam a criança a refletir e a considerar os efeitos de suas ações sobre as demais pessoas, o que possibilita a criança direcionar sua atenção para o outro (Carlo et al., 2011) e, conseqüentemente, facilita a ocorrência do comportamento pró-social (Hoffman, 2010).

O uso do controle do comportamento infantil em níveis moderados e em conjunto com as práticas indutivas e responsivas, em que os pais explicam as razões dos comportamentos e escutam as crianças, promovem um contexto facilitador das relações interpessoais responsivas e atentas às necessidades dos demais interagentes (Hastings et al., 2007^a).

O presente estudo também mostrou que a prática materna de suporte para independência (CRPR) em níveis medianos e acima da média apresentou relações com o raciocínio pró-social infantil em prol da oferta de conforto, narrada pela história 2. Achado em conformidade com propostas que indicam que pais que estimulam a autonomia e independência dos filhos buscam imbuir valores que propiciam o auto-gerenciamento e a orientação sócio-emocional das crianças e, com isso, evitar o envolvimento de atos desviantes e o aprimoramento das relações sociais (Dill, 2015; Clark, & Ladd, 2000).

A prática da expressão de afeto por parte das mães (CRPR) também apresentou relação significativamente positiva com a maior frequência de avaliações pró-sociais nas três dimensões avaliadas (raciocínio, sentimentos e tendência a ação) para a doação (história 1), o que apoia achados que mostram que as práticas parentais responsivas e afetivas favorecem o desenvolvimento da preocupação com o outro e da angústia ao perceber o sofrimento alheio (Spinrad, & Stipfer, 2006).

A sensibilidade dos pais oferece modelos de ação e vivências que estimulam a criança a agir pro-socialmente (Newton et al., 2014. Richards et al., 2015) e colaboram para a aceitação infantil das intenções parentais (Padilla-Walker et al., 2016). As relações familiares afetuosas predizem o comportamento pró-social dos filhos (Mestre et al., 2006).

7.8 Relações entre práticas e estilos educativos maternos e o comportamento pró-social infantil

As associações entre as práticas-estilos educativos maternos e o comportamento pró-social infantil, retratados pelas mães nesta pesquisa, indicaram que as práticas permeadas por estratégias excessivamente controladoras e aversivas (controle materno autoritário e indução ao medo) foram associadas com a baixa incidência de comportamento pró-social e com a presença de problemas de comportamento das crianças.

Também foi constatado que as práticas maternas caracterizadas por métodos afetivos e estimulantes do desenvolvimento infantil (suporte para independência, estimulação da autonomia, expressão de afeto, estilo caloroso-afetivo e estilo materno autoritativo) apresentaram relações positivas com o repertório pró-social infantil. Achados em consonância com a hipótese 4 deste estudo, mas que devem ser relativizados, considerando o nível de intensidade fraco de todas as associações encontradas entre as práticas maternas e o comportamento infantil.

Ao considerar que **as práticas de controle autoritário** englobam uso excessivo de repreensões, proibições e o desencorajamento da expressão emocional da criança, verificou-se que esta ação materna não se associou a pró-sociabilidade das crianças, de forma significativa. Contrariamente, as práticas maternas de controle autoritário foram relacionadas positivamente e significativamente com os problemas

de conduta e com os problemas de relacionamento infantil e negativamente, de forma significativa, com os atos pró-sociais, em conformidade com os achados de Carlo et al (2010^b).

Ao analisar a interação entre as práticas maternas e o comportamento pró-social dos filhos, destaca-se que as pesquisas indicam a relevância do diálogo e do incentivo à tomada de perspectiva (Recchia et al., 2014), o que pode ser dificultado por meio de práticas autoritárias porque não permitem a experiência infantil deste atributo de forma contextual e vivencial.

A aprendizagem das habilidades pró-sociais ocorre por meio da observação (modelação) e da interação (modelagem) com as mães (Bower, & Cassas, 2015), pois, ao ser tratada de forma autoritária, dificuldades podem surgir para a criança aprender a se colocar no lugar do outro e a se comover com o sofrimento alheio (Hoffman, 2000), considerando que isto não lhe foi ofertado. Efeitos colaterais indesejáveis também podem surgir, como os problemas de conduta e as dificuldades de relacionamento entre pares constatadas por esta pesquisa, o que prejudica as relações sociais da criança.

As práticas parentais que evidenciam a rejeição e a crítica à criança estão associadas positivamente com problemas de comportamento inter-externalizantes e com baixos índices de comportamento pró-social infantil (Putnick et al., 2015; Richards et al., 2015). Devido ao efeito repressivo e impositivo, as práticas maternas autoritárias transmitem emoções negativas, raivosas e hostis, que estão relacionadas aos baixos níveis de comportamento pró-social infantil e a maior frequência de problemas de comportamento hostil-agressivo, hiperatividade e distração, bem como ansiedade-medo em crianças com quatro anos e meio de idade (Goelman et al., 2014).

Outra estratégia ineficaz para a estimulação do comportamento pró-social infantil é **o estilo materno indutor de medo** que, por meio de ênfase na punição e no medo das consequências às transgressões infantis, busca o controle da criança. Foram encontradas associações negativas significativas entre o estilo educativo materno indutor de medo e **o comportamento pró-social infantil**. Também foram encontradas relações positivas significativas entre a prática materna de indução ao medo e os sintomas problemáticos emocionais infantis e entre a mesma prática materna e os problemas de relacionamento infantis.

Estudos mostram que as estratégias estritamente punitivas geram efeitos colaterais graves, em que a criança tende a agir sob o efeito do agente controlador, da detecção externa e do receio das consequências aversivas (Hoffman, & Saltzstein, 1967), perturbando a criança cognitivamente e emocionalmente, o que dificulta a compreensão infantil sobre os fenômenos sociais. A criança tende a se estressar excessivamente, deixando de focar na experiência e na oportunidade de aprendizagem, devido à ansiedade excessiva que vivencia (Hoffman, 2010). Tal processo coercitivo dificulta o desenvolvimento da expressão de sentimentos e de opiniões, bem como impede a compreensão e a autonomia da criança (Carlo et al., 2011; Hastings et al., 2000), componentes essenciais para a ocorrência do comportamento pró-social.

As ações parentais excessivamente controladoras e restritivas geram menores índices de preocupação empática (Hastings et al., 2000) e estão positivamente associadas aos problemas de comportamento infantil (Richards et al., 2015). Pelo fato dessas práticas não estimularem o raciocínio infantil e promoverem um distanciamento emocional nas interações sociais, elas dificultam o desenvolvimento da pró-sociabilidade na criança (Goelman et al., 2014; Hastings et al., 2000; Richards et al., 2015).

Ao se considerar que as práticas maternas permeadas por ações excessivamente repressivas, punitivas e desestimuladoras da expressão emocional da criança culminam em estilos autoritários, foram constatadas relações positivas significativas entre **o estilo autoritário materno** e os problemas de relacionamento das crianças participantes. Esses achados corroboram a literatura que mostra que o excesso de críticas maternas está associado positivamente com os comportamentos hostis e agressivos em crianças aos quatro anos e aos seis anos e meio de idade (Goelman et al., 2014) ou mesmo com comportamentos antissociais (Richards et al., 2015).

As práticas maternas autoritativas envoltas em responsividade, sensibilidade, em atitudes que transmitem afeto, preocupação genuína e oportunidades para orientações e encorajamento aos comportamentos dos filhos, concomitante ao incentivo a responsabilização, foram relacionadas positivamente com os atos pró-sociais infantis e negativamente com os problemas de conduta e demais problemas de comportamento.

O suporte para a independência da criança, por contemplar o fomento a individualidade e a responsabilidade das crianças, apresentou associações positivas significativas com o comportamento pró-social infantil e relações negativas significativas com sintomas de hiperatividade, sintomas emocionais infantis, problemas de relacionamento infantis, problemas de conduta e o índice total de dificuldades da criança detectado pelas mães.

A prática materna de **estímulo à autonomia infantil**, que engloba orientações e incentivos positivos as crianças, também apresentou associações positivas significativas com o **comportamento pró-social infantil** e relações negativas significativas com sintomas emocionais infantis e problemas de conduta e o índice total de dificuldades detectado pelas mães no comportamento infantil.

Para a análise deste achado, recorre-se à noção do desenvolvimento da auto-consciência infantil (Lewis, 2010; Paulus, 2014) que esclarece que, por meio do incentivo a autonomia por parte dos cuidadores, as crianças percebem que são diferenciadas das demais e das necessidades das outras pessoas, isto é, a prática materna de incentivar positivamente as ações infantis possivelmente propicia oportunidades de experiências em que as crianças se deparam com relações sociais nas quais, por meio das orientações maternas, os filhos podem ser direcionados para a compreensão das emoções dos outros e para a auto-avaliação das suas ações nessas interações sociais.

A diferenciação, a compreensão das emoções dos outros (Paulus, 2014) e a auto-avaliação infantil permitem o julgamento do próprio comportamento em relação às normas e regras vigentes e a responsabilização, ou não, a partir desta avaliação (Lewis, 2010), processo que pode favorecer a motivação para a prestação de auxílio para a solução das emoções negativas vivenciadas pelos outros (Paulus, 2014).

Mediante as práticas maternas que incentivam a autonomia infantil por meio do encorajamento aliado à responsabilização do suporte para independência, tem-se possíveis explicações para a relação entre essas práticas maternas e o ato pró-social infantil.

Tal constatação indica que estimular a criança a tomar iniciativas e explorar possibilidades, bem como incentivar a análise das consequências dos seus atos sobre as demais pessoas, pode contribuir para a responsabilização infantil que é decorrente da diferenciação de si e dos outros. O ato pró-social requer iniciativas das próprias crianças e, caso seja estimulado pelos responsáveis, o seu desenvolvimento possivelmente será facilitado, conforme pesquisas que apontam que as práticas maternas que demonstram interesse genuíno e prazer na interação com a criança, bem como o incentivo a autonomia infantil, por meio de perguntas encorajadoras para que a criança solucione problemas, são ações que estão associadas ao comportamento pró-social das crianças na interação com pares, bem como são preditoras de comportamento pró-social (Blandon, & Scrimgeour, 2015).

As práticas de socialização materna que favorecem a regulação das emoções e a solução de problemas por parte das crianças são preditivas de comportamento pró-social infantil (Scrimgeour et al., 2016), isto é, aumenta-se a probabilidade do comportamento pró-social infantil a partir das interações em que as mães estimulam as iniciativas infantis, aliadas às estratégias de compreensão e auto-controle das emoções por meio do modelo de ação ofertado pelas mães e também pelas interações vivenciadas com os mesmos. De forma consoante, uma pesquisa realizada na Espanha com 782 participantes, detectou que as práticas maternas de oferta de carinho, apoio emocional e estímulo à autonomia infantil apresentaram associações positivas com o comportamento pró-social dos filhos (Mestre et al., 2007).

A prática educativa materna de expressão de afeto obteve relação positiva significativa com o **comportamento pró-social infantil**, assim como foram retratadas relações negativas significativas entre a expressão de afeto materno e os sintomas de hiperatividade, sintomas emocionais infantis, problemas de relacionamento entre pares, problemas de conduta e o índice total de dificuldades infantis detectado pelas mães no comportamento infantil. Esses resultados são consoantes com a pesquisa que aponta que crianças, cujas mães reportaram o uso de práticas de afetuosas, apresentaram baixos níveis de hostilidade e agressividade, hiperatividade e distração, bem como altos índices de comportamentos pró-sociais aos quatro anos e meio de idade e aos seis anos e meio de idade (Goelman et al., 2014).

A prática educativa de expressão de afeto engloba o estímulo à expressão de sentimentos infantis que permite que as crianças aprendam a lidar com a estimulação negativa evocada por algumas situações e imitem as formas de regulação das emoções negativas utilizadas pelos pais, facilitando o desenvolvimento de regulação das emoções que sustentam a pró-sociabilidade (Hastings et al, 2007^b). A mutualidade na interação entre mães e filhos facilita a compreensão dos sentimentos e emoções das crianças e pode incentivar os comportamentos pró-sociais infantis (Ensor et al., 2011). As práticas maternas que englobam dialogar sobre emoções (Garner et al., 2008) e as relações familiares afetuosas (Mestre et al., 2006) predizem o comportamento pró-social nos filhos.

As ações maternas de socialização pró-sociais que buscam enfatizar e discriminar emoções infantis, bem como estimular a compreensão das crianças sobre seus sentimentos, estão associadas e predizem o comportamento pró-social infantil (Garner, 2006). A prática materna de oferecer conforto ao filho está relacionada ao comportamento pró-social infantil, o que indica que, possivelmente, ao agir de maneira confortante, as mães estão modelando nos filhos a ação de oferta de auxílio ao próximo (Garner, 2006).

O **estilo materno caloroso-afetivo** apresentou relação positiva significativa com o **comportamento pró-social infantil**, assim como relações negativas significativas entre o estilo caloroso-afetivo materno e sintomas emocionais infantis, problemas de relacionamento entre pares, problemas de conduta infantil e o total de dificuldades comportamentais infantis. Achados coerentes com pesquisas que mostram que o calor materno está associado positivamente ao comportamento pró-social infantil e negativamente ao comportamento antissocial (Richards et al., 2015), assim como com estudos que indicam a maior ocorrência de comportamentos pró-sociais em crianças cujas mães relatam o uso de práticas afetivas na interação com os filhos (Goelman et al., 2014).

A oferta de conforto físico por parte dos pais, a depender das situações em que são eliciadas emoções infantis, pode facilitar a compreensão da situação e o conseqüente ato pró-social (Scrimgeour et al., 2016). A prática materna de oferta de calor está tanto associada, quanto prediz, de forma significativa o raciocínio moral pró-social e a ação pró-social infantil (Carlo et al, 2010^b). As práticas maternas sensíveis e contingentes às necessidades infantis predizem o comportamento pró-social infantil (Bandon, & Scrimgeour, 2015). A relação recíproca e o calor materno são preditivos do aumento do comportamento pró-social de crianças entre o primeiro ano de vida e os quatro anos e meio de idade (Daniel et al., 2016).

Foram encontradas associações positivas significativas entre o **Estilo Autoritativo materno e o comportamento pró-social infantil** e relações negativas significativas entre o **Estilo Autoritativo** e sintomas de hiperatividade, sintomas emocionais infantis, problemas de relacionamento, problemas de conduta e o índice total de dificuldades infantis detectadas pelas mães. Há evidências de que os estilos parentais autoritativos ou democráticos estão relacionados à promoção do comportamento pró-social infantil (Deković, & Janssens, 1992; Goelman et al., 2014), bem como à menor frequência de problemas externalizantes (Deković, & Janssens, 1992). O estilo autoritativo materno é preditor de respostas mais pró-sociais tanto em meninos, quanto em meninas, nas interações com os pares, destaque para as práticas maternas, as quais indicam que as mães contribuem de forma mais relevante para o desenvolvimento do comportamento pró-social de filhos de ambos os sexos do que os pais (Hastings et al., 2007^a).

Conclui-se que as crianças que crescem em um contexto cujos pais utilizam de práticas de suporte e apoio, autoritativas e menos restritivas, tendem a se comportar de forma mais pró-social e a apresentar raciocínios pró-sociais em níveis mais avançados (Janssens, & Deković, 1997). As práticas maternas de oferta de conforto, aprovação, elogios e auxílio para a discriminação das emoções infantis estão associadas e são preditoras do comportamento pró-social das crianças (Garner, 2006).

Desta forma, a presente pesquisa constatou a ligação entre as práticas maternas que visam a independência e autonomia da criança, associadas à interação afetiva e calorosa com os filhos, como estratégias que estão relacionadas ao comportamento pró-social infantil, as quais culminam nos estilos de atuação materna autoritativa. Achados que levam a concluir que as crianças que crescem em um contexto cujas mães utilizam de práticas de suporte afetivo e incentivo às iniciativas infantis, apresentam maiores chances de seus filhos tenderem a se comportar de forma mais pró-social, destacando que a ação pró-social requer pró-atividade da criança.

Ao mesmo tempo, as práticas de incentivo a autonomia e independência contemplam estratégias disciplinadoras que buscam enfatizar a responsabilização infantil por meio de técnicas reflexivas, essencial para o comportamento pró-social. Por outro lado, as práticas maternas restritivas em níveis excessivos como o controle autoritário e a indução do medo, promovem um contexto de rigor e controle externo intenso, não estando associadas ao comportamento pró-social infantil, mas sim aos problemas de conduta.

7.9 Práticas educativas maternas preditoras do comportamento pró-social infantil

Em relação às variáveis preditoras do comportamento pró-social infantil, detectou-se que a prática materna de suporte para independência previu 10% da variância do comportamento pró-social infantil, com fortes indicativos de não aleatoriedade. Significa dizer que o fomento materno à individualidade, responsabilidade e aos direitos da criança favoreceu a ocorrência de comportamentos pró-sociais infantis.

Já o estilo materno de indução ao medo explicou 15% da não ocorrência do comportamento pró-social infantil, com indicativos moderados de não aleatoriedade, demonstrando que o uso excessivo de práticas punitivas interferiu negativamente sobre a pró-sociabilidade infantil. Apesar desta investigação não ter focado em problemas de conduta, alguns resultados das análises fatoriais desta escala do SDQ são relevantes, em especial por este transtorno mostrar-se oposto ao repertório pró-social.

Os resultados demonstraram que a prática materna de suporte para a independência, além de preditora do comportamento pró-social infantil, também agiu, de forma moderada, como preventiva de problemas de conduta em crianças (8%). E indicaram que o estilo materno indutor de medo, além de ter

interferido negativamente sobre a ocorrência do comportamento pró-social infantil, foi (15%) preditor moderado dos problemas de conduta na infância. Achados em conformidade com a hipótese 5, a qual apontou para a predição positiva do comportamento pró-social perante a presença das práticas autoritativas maternas, e a predição negativa sob o efeito do estilo materno indutor de medo.

Ao buscar compreender o motivo da prática materna de suporte para independência ter efeito de promotor do comportamento pró-social, as pesquisas têm indicado que as práticas de estímulo à independência estão relacionadas à preocupação dos pais em ensinar os filhos a “pensar por si” (Dill, 2015; Park, & Lau, 2016). Por meio deste incentivo, os pais pretendem promover a internalização de um código moral parental, o que permite a criança resistir às influências negativas (Dill, 2015). Muitos pais de crianças na fase escolar apontam que desejam que o filho desenvolva autonomia, independência e auto-realização, e no momento de explicar tais metas, os pais justificam a necessidade de incutir nos filhos valores morais, de ensiná-los a se tornarem “bons”, a desenvolver valores, caráter, virtudes e sabedoria prática (Dill, 2015).

A conectividade e o suporte para autonomia na interação entre pais e filhos permitem à orientação sócio emocional das crianças, as amizades e a aceitação por pares aos cinco anos de idade (Clark, & Ladd, 2000). As práticas maternas de dialogar e oferecer apoio a autonomia dos filhos de cinco anos mostraram correlações positivas com orientações sócio emocionais das crianças, maior número de amizades mútuas pelas crianças e aceitação pelos pares, sendo essas competências mediadas pela orientação pró-social empática das crianças (Clark, & Ladd, 2000).

As práticas parentais que apresentam níveis de controle moderados e que incentivam o desenvolvimento e a autonomia infantil são preditivos da menor frequência de problemas de comportamento em pré-escolares norte-americanos, em que as mães costumam agir de forma responsiva, ao estimular ao raciocínio infantil para disciplinar e evitar restrições excessivas e punições físicas (Querido et al., 2002). As práticas maternas sensíveis são preditivas da empatia em crianças pré-escolares (Moreno et al., 2008), já as práticas maternas de crítica à criança estão negativamente associadas ao comportamento pró-social e positivamente associadas ao comportamento antissocial (Richards et al., 2015).

Ao observar que a prática materna de suporte a independência é incentivadora dos atos pró-sociais infantis aos cinco e seis anos de idade, compreende-se a relevância do estímulo às iniciativas, escolhas e decisões infantis, associadas à responsabilidade da criança, em que esta é estimulada a lidar com as consequências dos próprios atos de forma reflexiva. Este contexto pode favorecer as relações sociais infantis, na medida em que a criança tem que lidar com as pessoas e é orientada a perceber as ações favoráveis e desfavoráveis à mesma e aos demais. Além disso, a criança aos cinco e aos seis anos de idade já se sente pressionada pelo contexto social e pela necessidade de ser aceita pelos grupos, sendo que as iniciativas pró-sociais possivelmente viabilizam associações mais recíprocas.

A forma como o incentivo à independência ocorre também parece relevante, pois não deve ser permeado pela indução ao medo na criança, detectado como uma prática materna punidora do comportamento pró-social infantil, possivelmente por dificultar as análises e reflexões infantis e desorganizar o comportamento da criança. Os efeitos das práticas maternas hostis estão, geralmente, associados aos problemas de comportamento porque dificultam a compreensão infantil sobre os fatos e sobre os efeitos das próprias ações, prejudicando as reflexões da criança e desorganizando o desenvolvimento infantil.

8 Considerações finais

O presente estudo buscou descrever o raciocínio, os sentimentos e a tendência pró-social infantil por meio dos discursos das próprias crianças, investigar o repertório pró-social delas por meio dos relatos maternos e constatar as relações entre as práticas e estilos educativos maternos e o comportamento pró-social das crianças com idades de cinco e de seis anos, segundo a descrição das mães.

As crianças participantes de cinco e seis anos de idade apresentaram altos índices de avaliação pró-social, os quais revelaram que elas conseguem raciocinar, identificar seus sentimentos e indicar possíveis ações de auxílio ao próximo. Ao analisar os achados, pode-se afirmar que as crianças de cinco e seis anos apresentam a disposição para agir pró-socialmente e estão interessadas no bem estar do outro. Esta tendência infantil, diagnosticada por esta pesquisa e relatada por outras investigações sobre o tema com bebês e pré-escolares (Warneken, & Tomasello, 2007; Dunfield, & Kuhlmeier, 2013; Dunfield et al., 2011; Brownell et al., 2009), oferece aos adultos a possibilidade de investir em propostas de estimulação e orientação sócio-emocional infantil, as quais, além de promoverem a pró-sociabilidade, previnem ou diminuem a ocorrência de problemas de conduta na infância.

Ao mesmo tempo, constatou-se que as crianças apresentaram maior facilidade para classificar de forma estereotipada a ausência do ato pró-social, como um fenômeno inadequado ou errado, e maior dificuldade para descrição dos sentimentos e das possíveis ações para prestação de auxílio. O que é esperado à faixa etária das crianças participantes, as quais não apresentam a plena compreensão sobre os fenômenos sociais, e indica áreas de atuação para a estimulação do comportamento pró-social.

Considerando esses achados, as propostas educativas poderiam incentivar a detecção dos sentimentos, a compreensão desses pelas crianças e as ações infantis alternativas que poderiam ofertar apoio e ajuda ao próximo. As estratégias para tanto podem englobar questionamentos para as crianças, os quais são promotores da reflexão infantil, aliadas as análises das alternativas comportamentais eleitas pelas mesmas.

Além disso, o encorajamento dos comportamentos pró-sociais devem ser adequados ao contexto, à fase de desenvolvimento e a individualidade da criança (Knafo-Noam, & Markovitch, 2015; Wentzel, 2016), o que depende das ações dos cuidadores e responsáveis. Neste sentido, apesar da propensão pró-social infantil, há diferenças entre as crianças, as quais requerem dos adultos as adequações, seja o maior investimento em oportunidades de aprendizagem, a repetição de experiências e o uso de variadas estratégias, desde que benéficas e não aversivas.

Concomitantemente as mães identificaram a presença do repertório pró-social dos filhos em níveis elevados, o que indica que as crianças possivelmente possuem tendências pró-sociais em suas interações. Apesar das mães descreverem seus filhos como agentes pró-sociais e dos próprios se perceberem como motivados para a ação pró-social, poucos participantes do semi-experimento aderiram à doação de balas, evidenciando que nem sempre há coerência entre os relatos verbais infantis e as ações em si e que o desenvolvimento das habilidades não ocorre de forma linear.

As diferentes situações que as crianças vivenciam, associadas as influências contextuais sejam parentais, ou advindas de outras interações, geram novos enfrentamentos que exigem ações por parte delas. No entanto, as crianças nem sempre agem da mesma forma, mesmo quando já possuem certas habilidades desenvolvidas.

Ao se aliar o achado de que as crianças pouco doaram balas, ao fato delas terem evidenciado maior facilidade para julgar as narrativas de forma estereotipada, e a maior dificuldade para revelar sentimentos e propor alternativas, depara-se com um campo que propicia diretrizes para a estimulação da reflexão infantil. Essas podem contemplar desde o incentivo por meio de diálogos com as crianças, às análises reflexivas sobre situações as mais variadas e as possíveis ações existentes para solucionar os dilemas vivenciados pelas outras pessoas.

Outro achado indicou que a verbalização das meninas foi mais sensível às necessidades alheias do que dos meninos, o que, apesar de não confirmado pelas mães, pode refletir que o público infantil feminino possivelmente esteja sob o efeito de práticas educativas mais voltadas para a pró-socialização. Obviamente, ocorre a influência de outros fatores, além dos advindos das diferenças masculinas e femininas que não foram investigadas por este estudo e que por esse motivo não puderam ser ilustradas.

E, em conformidade com a principal hipótese deste estudo, as práticas educativas maternas autoritativas estiveram relacionadas à maior frequência de comportamentos pró-sociais infantis, segundo as descrições maternas. Assim também, as práticas maternas autoritárias, em níveis excessivos, apresentaram relações negativas com os comportamentos pró-sociais infantis. Evidentemente, os dados devem ser

relativizados, considerando que o comportamento infantil está sob o efeito de uma confluência de práticas maternas e de outras variáveis, não investigadas por este estudo.

Detectou-se que a prática materna autoritativa de suporte para a independência promoveu parte da ocorrência do comportamento pró-social infantil, assim como o estilo materno indutor de medo interferiu negativamente na pró-sociabilidade das crianças. Achados em conformidade com a proposta de que as práticas maternas autoritativas induzem e predizem a ação pró-social infantil e as autoritárias diminuem a probabilidade da ocorrência da pró-sociabilidade das crianças, assim como dificultam o comportamento pró-social infantil.

As estratégias que as mães participantes desta pesquisa utilizaram e que se mostraram mais efetivas para a ocorrência do comportamento pró-social das crianças foram as práticas autoritativas, em acordo com as pesquisas anteriores sobre o tema (Hoffman, 2010; Hastings et al., 2007^a). Essas englobam o fomento à autonomia e independência por meio de orientações, incentivo positivo, responsabilização e reconhecimento dos direitos da criança, e a expressão de afeto pelas mães por meio de um contexto que propicia a comunicação sobre sentimentos positivos e negativos, além da expressão de carinho e contato físico.

Os estímulos às iniciativas da criança, contemplados pela prática de suporte materno para independência dos filhos, foram atuantes ao se considerar que o comportamento pró-social requer a pró-atividade por parte da criança para com aquele que está em apuros. Além das orientações maternas e da responsabilização infantil, que direcionam a compreensão da criança sobre os eventos situacionais e possibilitam a comoção e a tomada de perspectiva.

As percepções positivas das mães sobre os filhos indicaram a valorização do comportamento pró-social infantil, o que aumenta a probabilidade das crianças se comportarem em conformidade com as sugestões maternas, por se sentirem prezadas nessas interações sociais. Ao vivenciar tais relações positivas, aumenta-se a chance da criança agir pró-socialmente nas demais relações, além das familiares (Garner, 2006). A ênfase nas consequências benéficas dos atos pró-sociais para as crianças e para as demais é uma estratégia alternativa a ênfase, recorrente, na exclusiva punição dos comportamentos antissociais (Decety, 2016).

Além disso, alerta-se para as práticas maternas autoritárias, baseadas na indução do medo, na repreensão e na excessiva punição, em que as crianças se sentem compelidas e agem com receio da punição, sob o efeito das autoridades externas. Tais ações maternas, quando utilizadas em excesso, confluindo no estilo indutor de medo, se mostraram pouco efetivas para a ocorrência do comportamento pró-social e associadas aos problemas de conduta infantis.

O risco das práticas maternas excessivamente punitivas se dá por promoverem uma desorganização emocional na criança, gerando interferências sobre a concentração infantil na experiência e na oportunidade de aprendizagem situacional, perante o desvio da atenção para o sentimento de receio e a necessidade de interromper a situação aversiva. Este contexto adverso dificulta a reflexão e a consideração pelo outro por parte da criança, não estimulando a compreensão da situação pela mesma e, por isso, tem-se menores avanços neste sentido. Além dos efeitos inadvertidos sobre a aprendizagem infantil ao observar o comportamento agressivo, impositivo e hostil dos adultos.

Conclui-se que a aprendizagem do comportamento pró-social requer um contexto de serenidade que possibilite para a criança refletir por meio dos diálogos e das análises acerca dos próprios sentimentos e dos demais. Destaca-se que a criação deste ambiente exige dos responsáveis o aproveitamento de situações que vivenciam em seu dia a dia para a estimulação do raciocínio infantil, estratégia que se mostra desafiadora em algumas circunstâncias, pois muitas vezes os sentimentos associados às relações sociais, tanto dos adultos quanto das crianças, são desagradáveis, mas são oportunidades para o diálogo e a reflexão de ambos.

Conforme identificado por esta pesquisa, a detecção dos sentimentos, assim como as sugestões de possíveis ações para auxiliar o outro foram mais desafiadoras para as crianças do que a resposta convencional e estereotipada sobre considerar adequada ou inadequada a ação do protagonista que não prestou auxílio. Do mesmo modo, o ato de doar balas pelas crianças foi pouco frequente, apesar da verbalização infantil em prol da doação, demonstrando diferenças entre os relatos verbais e as ações dos participantes.

A falta da congruência entre as dimensões comportamentais que englobam o pensar, o sentir e o agir não é um aspecto presente somente no repertório infantil, sendo um dos temas investigados por estudos psicológicos relacionados às interações sociais entre adultos (Del Prette, & Del Prette, 1999). Parece importante, ao mesmo tempo desafiador, investir nas orientações que auxiliem a criança a desenvolver

comportamentos cognitivos, emocionais e atitudinais coerentes, o que possivelmente facilitará a organização e o comportamento sócio-emocional da criança.

Desta forma, os resultados que demonstram maiores dificuldades para justificar, descrever os sentimentos, sugerir possíveis ações e o ato de doar pelas crianças, reforçam a relevância do investimento em práticas maternas de incentivo positivo dos filhos, concomitante a responsabilidade infantil, por meio das orientações e das estratégias que facilitam a reflexão e a comoção com o outro, visando promover o comportamento pró-social.

Ao analisar os sentimentos relacionados às interações sociais, as emoções como a vergonha e a culpa geram incômodo para quem as vivencia, o que está relacionado ao arrependimento e ao impulso para as ações remediadoras (Hoffman, 2010). Este sentimento desconfortável, muitas vezes, pode evitar as ações antissociais que geram prejuízos para as crianças e para aqueles que se relacionam com ela. Portanto, auxiliar a criança a compreender a razão dos sentimentos incômodos, os quais podem estar relacionados à ausência de prestação de auxílio ou mesmo a emissão dos atos prejudiciais, não é tarefa fácil para os adultos e nem para as crianças, porém é uma estratégia que pode favorecer as ações pró-sociais.

Ainda sobre a compreensão infantil acerca das interações sociais e dos dilemas vivenciados pelas demais pessoas, destaca-se a importância do estímulo das mães por meio de conversas e uso de narrativas, seguidas de diálogos para que o raciocínio, a tomada de perspectiva e os sentimentos pró-sociais se desenvolvam. Os próprios recursos narrativos utilizados por esta pesquisa, baseado nas produções anteriores sobre o tema (Malti et al., 2009; Menéres, 2014), podem ser aplicados para tanto.

A criança necessita compreender para além da convenção social e estereotipada do que é certo e errado, para que a emissão dos atos pró-sociais sejam adequados aos contextos e situações vivenciadas por ela. Caso contrário, há risco do comportamento pró-social se manter em desuso, pela fragilidade do seu desenvolvimento e a incompreensão que não permite a adequação do raciocínio infantil as mais variadas experiências que ela irá se deparar (Scrimgeour et al., 2016).

Os achados sobre as crianças de seis anos que demonstraram maiores avanços em algumas dimensões do comportamento pró-social por comoverem-se mais com a falta de oferta de conforto, por reprovarem com maior veemência a ausência de auxílio instrumental e apontarem com maior facilidade alternativas para prestação da ajuda instrumental do que as crianças de cinco anos mostram que, sob o incentivo materno, pode-se observar evoluções no raciocínio, nas emoções e na tendência a ação pró-social infantil. Ressalta-se que a simples passagem do tempo não promove o comportamento pró-social (Svetlova et al., 2010; Brownell et al., 2009), porém sob o efeito de condições educativas estimulantes associados as mudanças cognitivas e emocionais possibilitadas pelo desenvolvimento, avanços são constatados nas dimensões da pró-sociabilidade das crianças. Novamente, retoma-se que, para todas as faixas etárias da infância, é relevante o incentivo ao comportamento pró-social, de forma adequada a cada etapa.

Sobre o fato das meninas terem apresentado maior frequência de avaliações pró-sociais que os meninos, sob a perspectiva infantil, e as mães considerarem os repertórios de ambos semelhantes neste quesito, as pesquisas anteriores pendem para ambos os lados: tanto para a presença (Hastings et al., 2007^a; Dunfield et al., 2011), quanto para a ausência de distinções na frequência do comportamento pró-social (Malti et al., 2009) no público feminino e masculino. Os estudos também indicam esteótipos relacionados às práticas de socialização de gêneros, o que requer que estratégias de incentivo verbal a pró-sociabilidade seja atuante não somente nas relações com as meninas, mas também abranjam as práticas de estímulo pró-social na interação com os meninos, por meio de estratégias autoritativas.

Um aspecto não investigado por esta pesquisa, mas que serve de alerta aos pais, é que o ato pró-social infantil não deve envolver favoritismo ou acesso a vantagens, as quais seriam razões inadequadas para tais ações (Knafo-Noam, & Markovitch, 2015; Hammond, & Brownell, 2016). Compreende-se que a partir do momento em que a criança é estimulada devidamente a se colocar no lugar das demais pessoas e a analisar os efeitos de seus atos sobre os outros, previne-se o favoritismo, o qual seria indevido por promover relações desiguais e injustas.

Também não foi efetuada a investigação sobre as práticas maternas permissivas, as quais, se supõem, podem dar margem ao favoritismo citado e dificultar as ações pró-sociais infantis. A excessiva oferta de conforto e a ocorrência do consolo materno em situação inapropriada dificultam a auto-regulação das suas emoções infantis, o que pode gerar empecilhos para o desenvolvimento da pró-sociabilidade (Scrimgeour et al., 2016).

Outro tema não sondado por este estudo, refere-se as práticas maternas negligentes (Gomide, 2003), em que há ausência de orientação, de disciplina, de amparo emocional e afetivo ao filho, o que possivelmente dificulta a coordenação e o direcionamento do desenvolvimento dos repertórios infantis.

Apesar dos problemas de conduta infantis não serem o foco principal deste trabalho, a estimulação da tomada de perspectiva em crianças com tal transtorno tem se mostrado eficiente por favorecer a pró-sociabilidade e conseqüentemente diminuir a ocorrência de comportamentos antissociais (Zahler-Waxler, & Schoen, 2016). Além disso, as crianças excessivamente preocupadas com o bem estar dos outros, tema não apurado pelo presente estudo, também requerem a atenção e o devido amparo (Zahler-Waxler, & Schoen, 2016).

Seja qual for o público infantil, os achados desta pesquisa recomendam a promoção do comportamento pró-social dos filhos por meio das práticas educativas autoritativas, as quais englobam o suporte para independência, autonomia e expressão de afeto. Também sugerem evitar o uso do controle autoritário e da indução do medo na criança, práticas e estilos maternos que estão relacionados a pouca ocorrência e que interferem negativamente sobre o comportamento pró-social infantil. Ao se constatar que as práticas educativas maternas autoritativas estão associadas e algumas delas predizem o comportamento pró-social, tem-se um conteúdo interessante para as intervenções relativas à orientação parental.

Há de se alertar que os achados desta pesquisa indicam tendências, as quais não representam relações pré-determinadas entre as práticas maternas e as conseqüências sobre o comportamento pró-social infantil. Logicamente, o uso de práticas autoritativas não é o único fator determinante do comportamento pró-social, mas sim está relacionado e favorece este repertório infantil.

Assim como a frequência das práticas autoritárias maternas também deve ser analisada com cautela, considerando que neste estudo, em baixa frequência, essas ações maternas não impediram o comportamento pró-social infantil. O que permite a interpretação que tais condutas maternas não são recomendáveis, por afetarem negativamente o comportamento infantil, em especial em alta frequência, mas devem ser analisadas de forma contextualizada.

Os limites do estudo se devem ao fato das práticas educativas maternas terem sido estritamente analisadas pelas mães, e não pelos filhos, devido à ausência de instrumentos adequados para a faixa etária das crianças, para que essas pudessem julgar as ações maternas. A pesquisa não contou com a participação dos pais, os quais também são atores relevantes para o desenvolvimento infantil.

O uso de instrumentos de relato verbal relativos às práticas educativas maternas e ao comportamento pró-social infantil pode restringir os achados, pois trouxe observações indiretas do comportamento das mães e das crianças. O inventário utilizado com as mães está em processo de adaptação para o público brasileiro, não estando ainda finalizado seu processo, o que pode ter dificultado o acesso as práticas maternas.

Outro aspecto limitante refere-se à utilização da situação semi-experimental relacionada à doação, mas a impossibilidade das situações semi-experimentais para análise do comportamento pró-social da oferta de conforto e auxílio instrumental. O semi-experimento também pode ter sofrido interferências das histórias contadas anteriormente, por essas terem contemplado situações em que os personagens agiram de forma negativa ao não auxiliar, enquanto o semi-experimento exigia pró-sociabilidade por parte das crianças. Além do fato do semi-experimento ter possibilitado um contexto distinto do relatado pelas histórias, considerando que as histórias se referiam ao amigo e o semi-experimento fez menção as crianças que não puderam participar da pesquisa, o que pode ter gerado interferências sobre a doação de balas pelos participantes. Além disso, a amostra de participantes abaixo do número esperado e o fato de se tratar de uma pesquisa transversal (que não contempla aspectos longitudinais), os quais são indicados para a investigação de temas relativos ao desenvolvimento infantil.

De modo geral, a pesquisa atingiu suas metas, em especial, o objetivo de identificar o comportamento pró-social sob a perspectiva infantil e as práticas maternas relacionadas ao comportamento pró-social dos participantes, o que poderá subsidiar pesquisas futuras sobre: as demais práticas parentais relacionadas ou não ao comportamento pró-social infantil, em especial, as práticas permissivas, as quais não foram contempladas; as orientações para intervenções parentais estimulantes do comportamento pró-social, por meio do incentivo as práticas educativas apontadas como associadas a este repertório, contendo grupo experimental e grupo controle concomitantemente à avaliação do comportamento pró-social infantil; propostas sobre o incentivo do comportamento pró-social em outras etapas da infância, nas fases iniciais, na adolescência e na fase adulta; a promoção do comportamento pró-social em outros contextos, além do familiar, como no ambiente escolar e demais instituições, de saúde e serviço social; o uso de recursos como narrativas, histórias e outros recursos lúdicos para intervenções voltadas para o comportamento pró-social infantil, os quais podem ser utilizados por pais e professores para subsidiar diálogos e reflexões das crianças sobre a relevância dos atos pró-sociais, concomitantemente às avaliações do desenvolvimento infantil.

9 Referências

- Achenbach, T.M., & Edelbrock, C. S. (1979). The child behavior profile: II. Boys aged 12-16 and girls aged 6-11 and 12-16. *Journal of consulting and clinical psychology*, 47, 2, 223-233.
- American Psychological Association- APA. (2002). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: texto revisado (DSM-IV-TR)*. Porto Alegre: Artmed.
- Arsenio, W. F., & Kramer, R. (1992). Victimizer and their victims: Children's conceptions of the mixed emotional consequences of moral transgressions. *Child development*, 63(4), 915-927.
- Bandura, A. (1979). *Modificação do comportamento*. Rio de Janeiro: Interamericana.
- Bandura, A., Azzi, R. G., & Polydoro, S. (2008). *Teoria social cognitiva: conceitos básicos*. Porto Alegre: Artmed.
- Baum, W. (1994). *Compreendendo o behaviorismo: ciência, comportamento e cultura*. São Paulo: ArtMED.
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative parental control on child behavior. *Child development*, 37, 887-907.
- Baumrind, D. (1996). The Discipline Controversy Revisited (in Parenting). *Family Relations*, 45, 4, 405-414.
- Belacchi, C., & Farina, E. (2012). Feeling and thinking of others: Affective and cognitive empathy and emotion comprehension in prosocial/hostile preschoolers. *Aggressive behavior*, 38(2), 150-165.
- Benenson, J. F., Pascoe, J., & Radmore, N. (2007). Children's altruistic behavior in the dictator game. *Evolution and Human Behavior*, 28(3), 168-175.
- Bergin, C. A., Bergin, D. A., & French, E. (1995). Preschoolers' prosocial repertoires: Parents' perspectives. *Early Childhood Research Quarterly*, 10(1), 81-103.
- Biaggio, A. M. B. (1997). Kohlberg e a "Comunidade Justa": promovendo o senso ético e a cidadania na escola. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 10, 1, 47-69
- Blandon, A. Y., & Scrimgeour, M. B. (2015). Child, Parenting, and Situational Characteristics Associated with Toddlers' Prosocial Behaviour. *Infant and Child Development*, 24(6), 643-660.
- Boloni-Silva, A.T., & Carrara, K. (2010). Habilidades sociais e análise do comportamento: compatibilidades e dissensões conceitual-metodológicas. *Psicologia em revista (Online)*, 16, 330-350.
- Boloni-Silva, A. T., & Del Prette, A. (2003). Problemas de comportamento: um panorama da área. *Revista Brasileira de Terapia comportamental e cognitiva*, 5(2), 91-103.
- Boloni-Silva, A.T., & Loureiro, S.R. (2010). Validação do roteiro de entrevista de habilidades sociais educativas parentais (RE-HSE-P). *Avaliação psicológica*, 9,1, 63-75.
- Boloni-Silva, A. T., & Loureiro, S. R. (2011). Práticas educativas parentais e repertório comportamental infantil: comparando crianças diferenciadas pelo comportamento. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 21(48), 61-71.
- Boloni-Silva, A. T., & Marturano, E. M. (2007). A qualidade da interação positiva e da consistência parental na sua relação com problemas de comportamentos de pré-escolares. *Interamerican Journal of Psychology*, 41(3), 349-358.

- Bolsoni-Silva, A. T., Marturano, E. M., & Loureiro, S. R. (2011). Estudos de confiabilidade e validade do questionário de respostas socialmente habilidosas versão para pais-QRSH-Pais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 24(2), 227-235.
- Bower, A.A., & Casas, J.F. (2015). What parents do when children are good: parent reports of strategies for reinforcing early childhood prosocial behaviors. *Journal of child and family studies*, 25(4), 1-15.
- Brownell, C., Svetlova, M., Anderson, R., Nichols, S. R., & Drummond, J. (2013). Socialization of Early Prosocial Behavior: Parents' Talk About Emotions is Associated With Sharing and Helping in Toddlers. *Infancy*, 18, (1), 91–119.
- Brownell, C. A., Svetlova, M., & Nichols, S. (2009). To Share or Not to Share: When Do Toddlers Respond to Another's Needs? *Infancy*, 14, 1, 117-130.
- Carlo, G., Crockett, L. J., Randall, B. A., & Roesch, S. C. (2007). A latent growth curve analysis of prosocial behavior among rural adolescents. *Journal of Research on Adolescence*, 17(2), 301-324.
- Carlo, G., Koller, S. H., Eisenberg, N., Da Silva, M. S., & Frohlich, C. B. (1996). A cross-national study on the relations among prosocial moral reasoning, gender role orientations, and prosocial behaviors. *Developmental Psychology*, 32(2), 231.
- Carlo, G., Knight, G. P., McGinley, M., & Hayes, R. (2011). The roles of parental inductions, moral emotions, and moral cognitions in prosocial tendencies among Mexican American and European American early adolescents. *The Journal of Early Adolescence*, 31(6), 757-781.
- Carlo, G., Mestre, M. V., Samper, P., Tur, A., & Armenta, B. E. (2010^a). Feelings or cognitions? Moral cognitions and emotions as longitudinal predictors of prosocial and aggressive behaviors. *Personality and Individual Differences*, 48, 872-877.
- Carlo, G., Mestre, M. V., Samper, P., Tur, A., & Armenta, B. E. (2010^b). The longitudinal relations among dimensions of parenting styles, sympathy, prosocial moral reasoning, and prosocial behaviors. *International Journal of Behavioral Development*, 35(2), 116-124.
- Clark, K. E., & Ladd, G. W. (2000). Connectedness and autonomy support in parent-child relationships: Links to children's socioemotional orientation and peer relationships. *Developmental psychology*, 36(4), 485.
- Cuello, M., & Oros, L. (2014). Serenity and its relationship to prosocial and aggressive behaviors in Argentinean children. *Journal of Latino/Latin American Studies*, 6(1), 31-39.
- Dancey, C. P., & Reidy, J. (2006). *Estatística sem matemática para psicologia*. Porto Alegre: Artmed.
- Daniel, E., Madigan, S., & Jenkins, J. (2016). Paternal and maternal warmth and the development of prosociality among preschoolers. *Journal of Family Psychology*, 30(1), 114.
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: An integrative model. *Psychological bulletin*, 113(3), 487.
- Davidov, M., & Grusec, J. E. (2006). Untangling the links of parental responsiveness to distress and warmth to child outcomes. *Child development*, 77(1), 44-58.
- Deković, M., & Janssens, J. M. (1992). Parents' child-rearing style and child's sociometric status. *Developmental psychology*, 28(5), 925.
- Del Prette, Z.A.P., & Del Prette, A. (1999). *Psicologia das habilidades sociais: terapia e educação*. Petrópolis: Vozes.

- Dill, J. S. (2015). The Parent Trap: The Challenges of Socializing for Autonomy and Independence. *Society*, 52(2), 150-154.
- Dunfield, K. A. (2014). A construct divided: prosocial behavior as helping, sharing, and comforting subtypes. *Sugar and Spice, and Everything Nice: Exploring Prosocial Development Through Infancy and Early Childhood*, 111.
- Dunfield, K., & Kuhlmeier, V. A. (2013). Classifying Prosocial Behavior: Children's Responses to Instrumental Need, Emotional Distress, and Material Desire. *Child development*, September/October 2013, 84, 5, 1766–1776.
- Dunfield, K., Kuhlmeier, V. A., O'Connell, L., & Kelley, E. (2011). Examining the Diversity of Prosocial Behavior: Helping, Sharing, and Comforting in Infancy. *Infancy*, 16,3, 227–247.
- Eisenberg-Berg, N. (1979). Development of children's prosocial moral judgment. *Developmental psychology*, 15(2), 128.
- Eisenberg, N., Fabes, R.A. & Spinrad, T.L. (2006). Prosocial development. In: Damon, W., Lerner, R.M., & Eisenberg, N. (Orgs) *Handbook of child psychology, social, emotional, and personality developmental*, p.662.
- Eisenberg, N.; & Mussen, P. H.(1989). *The roots of prosocial behavior in children*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Eisenberg, N., & Spinrad, T. L. (2014). Multidimensionality of prosocial behavior: rethinking the conceptualization and development of prosocial behavior. In: L.M. Padilla-Valkar, & G. Carlo (Orgs), *Prosocial development: a multidimensional approach*. (pp.17-39). New York: Oxford University Press.
- Eisenberg, N., VanSchyndel, S. K., & Hofer, C. (2015). The association of maternal socialization in childhood and adolescence with adult offsprings' sympathy/caring. *Developmental psychology*, 51(1), 7.
- Ensor, R., Spencer, D., & Hughes, C. (2011). 'You feel sad?' emotion understanding mediates effects of verbal ability and mother-child mutuality on prosocial behaviors: Findings from 2 years to 4 years. *Social Development*, 20(1), 93-110.
- Fávero, L. P., Belfiore, P., Silva, F. D., & Chan, B. L. (2009). Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- Flouri, E., & Sarmadi, Z. (2016). Prosocial behavior and childhood trajectories of internalizing and externalizing problems: The role of neighborhood and school contexts. *Developmental psychology*, 52(2), 253.
- Floyd, R. G., Evans, J. J., & McGrew, K. S. (2003). Relations between measures of Cattell-Horn-Carroll (CHC) cognitive abilities and mathematics achievement across the school-age years. *Psychology in the Schools*, 40(2), 155-171.
- Flynn, E., Ehrenreich, S. E., Beron, K. J., & Underwood, M. K. (2015). Prosocial Behavior: Long-term Trajectories and Psychosocial Outcomes. *Social Development*, 24(3), 462-482.
- Gagnon, M. (2012). L'engagement parental des mères et des pères : Associations avec la relation coparentale et l'adaptation socio-affective à l'âge préscolaire.
- Garner, P. W. (2006). Prediction of prosocial and emotional competence from maternal behavior in African American preschoolers. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 12(2), 179.

- Garner, P.(2012). Children's emotional responsiveness and sociomoral understanding and associations with mothers' and fathers' socioalization practices. *Infant mental health journal*, 33, 1, 95-106.
- Garner, P. W., Dunsmore, J. C., & Southam-Gerrow, M. (2008). Mother-child conversations about emotions: Linkages to child aggression and prosocial behavior. *Social Development*, 17(2), 259-277.
- Goelman, H., Zdaniuk, B., Boyce, W. T., Armstrong, J. M., & Essex, M. J. (2014). Maternal mental health, child care quality, and children's behavior. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 35(4), 347-356.
- Goodman R. (1997). The strengths and difficulties questionnaire: a research note. *J child psychol psychiatry* 38, 581-586.
- Goodman, R., & Scott, S. (2012). *Child and adolescent psyquiatry*. 3rd edition. Oxford, UK: Wiley-Blackwell.
- Gomide, P. I. C. (2006). *Manual do inventário de estilos parentais: modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação*. Vozes: Petrópolis.
- Gomide, P. I. C. (2003). Estilos parentais e comportamento anti-social. In: , Z.A.P Del Prette, & A. Del Prette (Orgs), *Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem: questões conceituais, avaliação e intervenção*. Campinas: Alínea.
- Gomide, P. I. C., Salvo, C. G., Pinheiro, D. P. N., & Sabbag, G. M. (2005). Correlação entre práticas educativas, depressão, estresse e habilidades sociais. *PsicoUSF*, 10(2), 169-178.
- Griese, E. R. (2011). "Prosocial Behavior as a Protective Factor for Children's Peer Victimization". *Open Access Theses and Dissertations from the College of Education and Human Sciences*. Paper 115.
- Grolnick, W. S., & Ryan, R. M. (1989). Parent styles associated with children's self-regulation and competence in school. *Journal of educational psychology*, 81(2), 143.
- Grusec, J. E., & Davidov, M. (2007). Analysing socialization from a domain specific perspective. In: J.E. Grusec, & P. D. Hastings(Orgs), *Handbook of socialization: theory and research* (p.158-181). New York: Guilford Publications.
- Hammond, S., & Brownell, C. (2016) Prosocial development across the lifespan. In: Knafo-Noam (Ed) *Prosocial Behaviour*. Encyclopedia on early childhood development. 2016.
- Hair Junior, J. F., Anderson, R. E., Tatham, R. L., & Black, W. C. (2005). *Análise multivariada de dados*. (5a ed., pp.131-204). Porto Alegre: Bookman, 2005..
- Hartas. D. (2011). The ecology of young children's behaviour and socialcompetence: child characteristics, socio-economic factors and parenting, *Oxford review of education*, 37:6, 763-783
- Hastings, P.D., McShane, K.E., Parker, R., & Lahda, F. (2007^a). Ready to make nice: parental socialization of young sons' and daughters':Prosocial behaviors with peers. *The journal of genetic psychology*, 168, 2, 177-200
- Hastings, P. D., Rubin, K. H., & DeRose, L. (2005). Links among gender, inhibition, and parental socialization in the development of prosocial behavior. *Merrill-Palmer Quarterly*, 51(4), 467-493.
- Hastings, P.D.; Utendale, W.T. & Sullivan, C. (2007^b). The socialization of prosocial development. In: J. E. Grusec, & P. D. Hastings(Orgs), *Handbook of socialization: theory and research* (pp.638-663). New York: Guilford Publications.

- Hastings, P. D., Zahn-Waxler, C., Robinson, J., Usher, B., & Bridges, D. (2000). The development of concern for others in children with behavior problems. *Developmental psychology*, 36,5, 531-546.
- Hoffman, M.L. (2010). Empathy and prosocial behavior. In: M. Lewis, & J.M. Haviland-Jones, & L.F.Barrett (Orgs).. *Handbook of emotions* (pp.440-455). Guilford Press.
- Hoffman, M. L. (1994). Discipline and internalization. *Developmental psychology*, 30, 1, 26-28.
- Hoffman, M. L. (1975). Altruistic behavior and the parent-child relationship. *Journal of personality and social psychology*, 31, 5, 937-943.
- Hoffman, M. L. (1975a). Moral Internalization, Parental Power, and the Nature of Parent-Child Interaction. *Developmental psychology*, 11, 2, 228-239.
- Hoffman, M. L., & Saltzstein, H. D. (1967). Parent discipline and the child's moral development. *Journal of personality and social psychology*, 1967, S, (1), 45-57
- House, B.R. Henrich, J., Brosnan, S.F., & Silk J.B.(2012) The ontogeny of human prosociality: behavioral experiments with children aged 3 to 8. *Evolution and human behavior*, 33, 291–308.
- Janssens, J. M., & Deković, M. (1997). Child rearing, prosocial moral reasoning, and prosocial behaviour. *International Journal of Behavioral Development*, 20(3), 509-527.
- Kartner, J., Keller, H., & Chaudhary, N. (2010). Cognitive and social influences on early prosocial behavior in two sociocultural contexts. *Developmental psychology*, 46, 905–914.
- Knafo, A.; Israel, S. & Ebstein, R. A. (2011). Heritability of children's prosocial behavior and differential susceptibility to parenting by variation in the dopamine receptor D4 gene. *Development and psychopathology*, 23, 53–67.
- Knafo, A., & Plomin, R. (2006). Parental Discipline and Affection and Children's Prosocial Behavior: Genetic and Environmental Links. *Journal of personality and social psychology*, 90, 1, 147–164.
- Knafo-Noam, A., & Markovitch, N. (2015) Individual differences in prosociability: the roles of parenting, temperament, and genetics. In: Knafo-Noam (Ed) *Prosocial Behaviour*. Encyclopedia on early childhood development. 2016.
- Knafo-Noam, A., Uzefovsky, F., Israel, S., Davidov, M., & Zahn-Waxler, C. (2015). The prosocial personality and its facets: genetic and environmental architecture of mother-reported behavior of 7-year-old twins. *Frontiers in psychology*, 6.
- Kochanska, G. (1997). Multiple pathways to conscience for children with different temperaments: from toddlerhood to age 5. *Developmental psychology*, 33(2), 228.
- Kochanska, G., Kuczynski, L., & Radke-Yarrow, M. (1989). Correspondence between mothers' self-reported and observed child-rearing practices. *Child development*, 56-63.
- Kohlberg, L. (1984). Essays on moral development, *Volume II: The psychology of moral development*. San Francisco: Har-per & Row.
- Keller, M., Lourenço, O., Malti, T., & Saalbach, H. (2003). The multifaceted phenomenon of “happy victimizers.” A cross-cultural comparison of moral emotions. *British journal of developmental psychology*, 21, 1–18.
- Koller, S. H., & Bernardes, N. M.G. (1997). Desenvolvimento moral pró-social: Semelhanças e diferenças entre os modelos teóricos de Eisenberg e Kohlberg. *Estudos de psicologia*, 2, (2),223-262.

- Laible, D., Carlo, G., Murphy, T., Augustine, M., & Roesch, S. (2014). Predicting children's prosocial and co-operative behavior from their temperamental profiles: A person-centered approach. *Social Development, 23*(4), 734-752.
- Laible, D., & Karahuta, E. (2014). Prosocial behaviors in early childhood. *Prosocial Development: A Multidimensional Approach*, 350.
- La Taille, Y. (2006). A importância da generosidade no início da gênese da moralidade na criança. *Psicologia: reflexão e crítica, 19*,1, 9-17.
- Lewis, M. (2010). Self-conscious emotions: embarrassment, pride, shame and guilt. In: M. Lewis, J.M. Haviland-Jones, & L.F. Barrett(Orgs). (2010). *Handbook of emotions* (pp.742-756). Guilford Press.
- Lifton, P. D. (1985). Individual differences in moral development: The relation of sex, gender, and personality to morality. *Journal of personality, 53*, 2, 306-334.
- Lourenço, O. (1991). Por que são tão pouco altruístas as crianças pré-escolares? Considerações teóricas, dados empíricos, implicações educacionais. *Análise psicológica, 1*, IX, 89-97.
- Lourenço, O. (1997). Children's attributions of moral emotions to victimizers: Some data, doubts and suggestions. *British Journal of Developmental Psychology, 15*(4), 425-438.
- Macarini, S. M., Martins, G. D. F., Minetto, M. D. F. J., & Vieira, M. L. (2010). Práticas parentais: uma revisão da literatura brasileira. *Arquivos Brasileiros de Psicologia, 62*(1), 119-134.
- Maccoby, E. (2007). Historical overview of socialization: research and theory. In: J.E. Grusec, & P.D. Hastings(Orgs) *Handbook of socialization: theory and research* (p.13-41). New York: Guilford Publications.
- Maccoby, E. E., & Martin, J. A. (1983). Socialization in the context of the family:parent-child interaction. In: E. M. Heterington(Org.) *Mussen Manual of Child Psychology 4*. (p.1-100). New York: Wiley.
- Malti, T., & Dys, S. P. (2015). A developmental perspective on moral emotions. *Topoi, 34*(2), 453-459.
- Malti, T., Eisenberg, N., Kim, H., & Buchmann, M. (2013). Developmental trajectories of sympathy, moral emotion attributions, and moral reasoning: the role of parental support. *Social development, 22*, 4, 773-793.
- Malti, T., Gummerum, M., Keller, M., & Buchmann, M. (2009). Children's moral motivation, sympathy, and prosocial behavior. *Child development, 80*,2, 442-460.
- Malti, T., Gummerum, M., Keller, M., Chaparro, M. P., & Buchmann, M. (2012). Early sympathy and social acceptance predict the development of sharing in children. *PloS one, 7*, 12, e52017.
- Malti, T., Gummerum, M., Ongley, S., Chaparro, M., Nola, M., & Bae, N. Y. (2016). "Who is worthy of my generosity?" Recipient characteristics and the development of children's sharing. *International Journal of Behavioral Development, 40*(1), 31-40.
- Malti, T., & Ongley, S. F. (2014). The development of moral emotions and moral reasoning. *Handbook of moral development, 2*, 163-183.
- Marin, A.H., Piccinini, C.A. & Tudge, J. (2011). Estabilidade e mudança nas práticas educativas maternas e paternas ao longo dos anos pré-escolares da criança. *Psicologia: reflexão e crítica, Porto Alegre, 24*, 1, 71-79.

- Marryat, L., Thompson, L., Minnis, H., & Wilson, P. (2014). Associations between social isolation, prosocial behaviour and emotional development in preschool aged children: a population based survey of kindergarten staff. *BMC psychology*, 2(1), 1.
- Martin-Raugh, M. P., Kell, H. J., & Motowidlo, S. J. (2016). Prosocial knowledge mediates effects of agreeableness and emotional intelligence on prosocial behavior. *Personality and Individual Differences*, 90, 41-49.
- Martins, G.D.F., & Vieira, M.L. (2010). Desenvolvimento humano e cultura: integração entre filogênese, ontogênese e contexto sociocultural. *Estudos de Psicologia*, 15,1, 63-70.
- McNally, S., Eisenberg, N., & Harris, J. D. (1991). Consistency and change in maternal child-rearing practices and values: A longitudinal study. *Child development*, 190-198.
- Menéres, M.S.S.P.C. (2014). Childrens attribution of emotions in victimization situations: examination of the happy victimizer taks and its relation to children´s moral behavior. Doctoral thesis submitted of the requirements of the degree of Doctor of Philosophy in the department of Psychology Faculty of Arts and Social Scienses of Simon Fraser University.
- Mestre, V., Samper, P., Nácher, M. J., Tur, A., & Cortés, M. T. (2006). Psychological processes and family variables as prosocial behavior predictors in a sample of Spanish adolescents. *Psychological Reports*, 98(1), 30-36.
- Mestre, M. V., Tur, A., Samper, P., Nácher, M. J., & Cortés, M. T. (2007). Estilos de crianza en la adolescencia y su relación con el comportamiento prosocial. *Revista latinoamericana de psicología*, 39(2), 211-225.
- Miller, P. A., Eisenberg, N., Fabes, R. A., & Shell, R. (1996). Relations of moral reasoning and vicarious emotion to young children's prosocial behavior toward peers and adults. *Developmental Psychology*, 32(2), 210.
- Minetto, M. F., Crepaldi, M. A., Bigras, M., & Moreira, L. C. (2012). Práticas educativas e estresse parental de pais de crianças pequenas com desenvolvimento típico e atípico. *Educar em Revista*, (43), 117-132.
- Mischel, W., & Shoda, Y. (1995). A cognitive-affective system theory of personality: reconceptualizing situations, dispositions, dynamics, and invariance in personality structure. *Psychological review*, 102(2), 246.
- Moreira, M. B., & de Medeiros, C. A. (2009). *Princípios básicos de análise do comportamento*. Porto Alegre: Artmed.
- Moreno, A. J., Klute, M. M., & Robinson, J. L. (2008). Relational and individual resources as predictors of empathy in early childhood. *Social Development*, 17(3), 613-637.
- Newton, E. K., Laible, D., Carlo, G., Steele, J. S., & McGinley, M. (2014). Do sensitive parents foster kind children, or vice versa? Bidirectional influences between children's prosocial behavior and parental sensitivity. *Developmental Psychology*, Vol 50(6), Jun 2014, 1808-1816.
- Nunner-Winkler, G., Meyer-Nikele, M., & Wohlrab, D. (2007). Gender differences in moral motivation. *Merrill-Palmer Quarterly*, 53(1), 26-52.
- Obsuth, I., Eisner, M. P., Malti, T., & Ribeaud, D. (2015). The developmental relation between aggressive behaviour and prosocial behaviour: A 5-year longitudinal study. *BMC psychology*, 3(1), 1.

- Ongley, S. F., Nola, M., & Malti, T. (2015). Children's giving: moral reasoning and moral emotions in the development of donation behaviors. *Sugar and Spice, and Everything Nice: Exploring Prosocial Development Through Infancy and Early Childhood*, 23.
- Ornaghi, V., Grazzani, I., Cherubin, E., Conte, E., & Piralli, F. (2015). 'Let's Talk about Emotions!'. The Effect of Conversational Training on Preschoolers' Emotion Comprehension and Prosocial Orientation. *Social Development*, 24(1), 166-183.
- O'Shea, M. M. (2004). What do we know about how children learn? The social, intellectual and cognitive development of children: a guide to the first five years. In: E. Chesebrough, P. King, P. Bloom, & T. P. Gullotta (Orgs.) *A Blueprint for the Promotion of Pro-Social Behavior in Early Childhood* (Vol. 4). Springer Science & Business Media.
- Padilla-Walker, L. M., Nielson, M. G., & Day, R. D. (2016). The role of parental warmth and hostility on adolescents' prosocial behavior toward multiple targets. *Journal of Family Psychology*, 30(3), 331.
- Pardini, D. A., Fite, P. J., & Burke, J. D. (2008). Bidirectional associations between parenting practices and conduct problems in boys from childhood to adolescence: The moderating effect of age and African-American ethnicity. *Journal of abnormal child psychology*, 36(5), 647-662.
- Park, H., & Lau, A. S. (2016). Socioeconomic Status and Parenting Priorities: Child Independence and Obedience Around the World. *Journal of Marriage and Family*, 78(1), 43-59.
- Patterson, G., Reid, J. & Dishion, T. (2002). *Antisocial boys: comportamento anti-social*. Santo André: ESETEc.
- Paulus, M. (2014). The emergence of prosocial behavior: why do infants and toddlers help, comfort, and share? *Child development perspectives*, 8, 2, 2014, 77-81.
- Penner, L. A., Dovidio, J. F., Piliavin, J. A. & Schroeder, D. A. (2005). Prosocial behavior: multilevel perspectives. *Annual review of psychology*, 56, 56, 365-92.
- Piaget, J. (1964). *Seis estudos de psicologia*. Rio de Janeiro: Forense.
- Plomin, R., DeFries, J. C., & Loehlin, J. C. (1977). Genotype environment interaction and correlation in the analysis of human behaviour. *Psychological bulletin*, 85, 309-322.
- Prust, L. W. & Gomide, P. I. C. (2007) Relação entre comportamento moral dos pais e dos filhos adolescentes. *Estudos de psicologia (Campinas)*, 24, (1), 53-60.
- Putnick, D. L., Bornstein, M. H., Lansford, J. E., Malone, P. S., Pastorelli, C., Skinner, A. T., & Alampay, L. P. (2015). Perceived mother and father acceptance-rejection predict four unique aspects of child adjustment across nine countries. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 56(8), 923-932.
- Querido, J. G., Warner, T. D., & Eyberg, S. M. (2002). Parenting styles and child behavior in African American families of preschool children. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, 31(2), 272-277.
- Recchia, H. E., Wainryb, C., Bourne, S., & Pasupathi, M. (2014). The construction of moral agency in mother-child conversations about helping and hurting across childhood and adolescence. *Developmental psychology*, 50(1), 34.
- Richards, J. S., Hartman, C. A., Franke, B., Hoekstra, P. J., Heslenfeld, D. J., Oosterlaan, J., Vasquez, A.A. & Buitelaar, J. K. (2015). Differential susceptibility to maternal expressed emotion in children with ADHD and their siblings? Investigating plasticity genes, prosocial and antisocial behaviour. *European child & adolescent psychiatry*, 24(2), 209-217.

- Romano, E., Tremblay, R. E., Boulerice, B., & Swisher, R. (2005). Multilevel correlates of childhood physical aggression and prosocial behavior. *Journal of abnormal child psychology*, 33,5, 565-578.
- Rosales-Ruiz, J., & Baer, D M. (1997). Behavioral cusps: A developmental and pragmatic concept for behavior analysis. *Journal of applied behavior analysis*, 30, 533-544.
- Sampieri, R.H., Collado, C.F., & Lucio, P.B. (2006). *Metodologia de Pesquisa*. (3a ed) São Paulo: McGraw-Hill.
- Saur, A. M., & Loureiro, S. R. (2012). Qualidades psicométricas do questionário de capacidades e dificuldades: revisão da literatura; Psychometric properties of the Strengths and Difficulties Questionnaire: a literature review. *Estud. psicol.(Campinas)*, 29(4), 619-629.
- Schmidt, B., Bossardi, C. N., Gomes, L. B., Crepaldi, M. A., & Vieira, M. L. (2013). Temperamento de crianças em idade pré-escolar. *Estudos e Pesquisas em psicologia*, 13(1).
- Scrimgeour, M. B., Davis, E. L., & Buss, K. A. (2016). You get what you get and you don't throw a fit!: Emotion socialization and child physiology jointly predict early prosocial development. *Developmental psychology*, 52(1), 102.
- Sierksma, J., Thijs, J., Verkuyten, M., & Komter, A. (2014). Children's reasoning about the refusal to help: The role of need, costs, and social perspective taking. *Child development*, 85(3), 1134-1149.
- Silveira, Fabiane Ferraz. (2011). Intervenções com pais: da alteração das práticas educativas parentais à inclusão de variáveis de contexto. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 16(3), 279-284.
- Skinner, B. F. (2003). *Sobre o behaviorismo (1974)*. (8a ed). São Paulo: Cultrix.
- Skinner, B.F. (1998). *Ciência e Comportamento Humano (1953)*. (10a ed). São Paulo: Martins Fontes.
- Smetana, J. G., & Killen, M. (2008). Moral cognition, emotions, and neuroscience: An integrative developmental view. *International journal of developmental science*, 2(3), 324-339.
- Spinrad, T. L., & Stifter, C. A. (2006). Toddlers' empathy-related responding to distress: Predictions from negative emotionality and maternal behavior in infancy. *Infancy*, 10(2), 97-121.
- Svetlova, M., Nichols, S. R., & Brownell, C. A. (2010). Toddlers' Prosocial Behavior: From Instrumental to Empathic to Altruistic Helping. *Child development*, 81, (6), 1814–1827.
- Thompson, R. A., & Newton, E.. (2013). Baby Altruists? Examining the Complexity of Prosocial Motivation in Young Children. *Infancy*, 18, (1), 120–133.
- Tremblay, R. E., Vitaro, F., Gagnon, C., Piché, C., & Royer, N. (1992). A prosocial scale for the Preschool Behaviour Questionnaire: Concurrent and predictive correlates. *International journal of behavioral development*, 15(2), 227-245.
- Trommsdorff, G.,Friedlmeier, W., & Mayer, B. (2007). Sympathy, distress, and prosocial behavior of preschool children in four cultures. *International journal of behavioral development*, 31, 3, 284–293.
- Warneken, F. (2015). Precocious prosociality: why do young children help?. *Child Development Perspectives*, 9(1), 1-6.
- Warneken, F., & Tomasello, M. (2007). Helping and Cooperation at 14 Months of Age. *Infancy*, 11, (3), 271-294.
- Whiting, B., & Edwards, C. P. (1973). A cross-cultural analysis of sex differences in the behavior of children aged three through 11. *The Journal of Social Psychology*, 91(2), 171-188.

- Woerner, W., Fleitlich-Bilyk, B., Martinussen, R., Fletcher, J., Cucchiaro, G., Dalgarrondo, P., . & Tannock, R. (2004). The Strengths and Difficulties Questionnaire overseas: evaluations and applications of the SDQ beyond Europe. *European child & adolescent psychiatry*, 13(2), ii47-ii54.
- Yagmurlu, B. (2014). Relations among sociocognitive abilities and prosocial behavior. *Journal of Child and Family Studies*, 23(3), 591-603.
- Zahler-Waxler, C. & Schoen, A. (2016). Empathy, prosocial behavior and adjustment: clinical aspects of surfeits and deficits in concern of others. In: Knafo-Noam (Ed) *Prosocial Behaviour*. Encyclopedia on early childhood development. 2016.

10 Apêndices

Apêndice A - Carta para Secretaria da Educação do Município para solicitação de autorização da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM DESENVOLVIMENTO
INFANTIL – NEPeDI- <http://www.nepedi.ufsc.br>

À *Secretaria da Educação*

Venho por meio desta, solicitar a autorização desta instituição para a realização da pesquisa: “*Práticas educativas parentais e comportamento pró-social de crianças*”. Para tanto, a pesquisadora, pós graduanda do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, abaixo assinado está encaminhando o projeto da pesquisa com os instrumentos a serem utilizados para análise da Secretaria da Educação do Município.

A pesquisa contém duas etapas. Na primeira etapa, a pesquisadora irá apresentar a proposta para a direção das pré-escolas e escolas municipais. Nas instituições em que for obtida a aceitação, a pesquisadora pretende participar de uma reunião de pais para convidar os pais e para autorizarem seus filhos a participarem da atividade de leitura de história e entrevista posterior com a criança. Na segunda etapa, os pais das crianças participantes serão convidados para uma entrevista sobre práticas educativas parentais e a responder um questionário breve sobre o comportamento infantil. Na terceira etapa, os professores serão convidados a responder dois questionários curtos sobre o comportamento da criança participante da pesquisa.

Estes questionários e as entrevistas serão os instrumentos para a coleta de dados da pesquisa “*Práticas educativas parentais e comportamento pró-social de pré-escolares*”, orientada pelo professor Pós-Doutor Mauro Luís Vieira, docente do Curso de Doutorado e Mestrado do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC. Através desta autorização, a pós-graduanda e psicóloga Gabriela Mello Sabbag (CRP 08/10610) estará num primeiro momento dialogando com as direções das pré-escolas e escolas para explicar o objetivo da pesquisa, com aquelas que aceitarem, pretende-se realizar a coleta de dados com, aproximadamente, 50 crianças, 50 mães, pais ou cuidadores e os professores dessas crianças.

Como forma de agradecimento aos pais e de intervenção direcionada aos mesmos, eu proponho realizar um diálogo ou uma palestra para os pais participantes. Agradeço a atenção e estou à disposição para quaisquer dúvidas e/ou modificações que sejam necessárias para o aceite da realização desta pesquisa. Sendo aprovada e autorizada a realização desta pesquisa peço encarecidamente um ofício de autorização da pesquisa.

Cidade, 11 de junho de 2014.

Pesquisadora responsável: Gabriela Mello Sabbag

Pesquisador orientador: Doutor Mauro Luís Vieira

Dados para contato com a pesquisadora

Apêndice B – Carta para permissão da pesquisa aos diretores das instituições escolares



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM DESENVOLVIMENTO
INFANTIL– NEPeDI- <http://www.nepedi.ufsc.br>

À diretoria da instituição: _____

Venho por meio desta, solicitar a autorização desta instituição para a realização da pesquisa: “*Práticas educativas parentais e comportamento pró-social do pré-escolar*”.

A pesquisa contém três frentes de atuação. A primeira envolve a aplicação das entrevistas com as crianças, na qual serão contadas três histórias breves e serão realizadas três perguntas referentes a cada história. A segunda será realizada a partir de uma entrevista com os pais sobre a relação com os filhos e da aplicação de um questionário sobre os comportamentos que observa em seu (sua) filho(a) participante. A terceira contará com a participação dos professores que serão convidados a responder dois questionários curtos sobre os comportamentos que observa em cada uma das crianças participantes.

Os questionários e a entrevista serão o meio de instrumento para a coleta de dados da pesquisa “*Práticas educativas parentais e comportamento pró-social da criança*”, orientada pelo professor Pós- Doutor Mauro Luís Vieira, docente do Curso de Doutorado e Mestrado do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC.

Por meio desta autorização a pós-graduanda Gabriela Mello Sabbag estará num primeiro momento convidando os pais para participar desta pesquisa. Em seguida, realizando a aplicação da entrevista com as crianças e com os pais e dos questionários com os pais e professores.

Cidade, 11 de junho de 2014.

Pesquisadora responsável: Gabriela Mello Sabbag
Dados para contato com a pesquisadora

Apêndice C – Termo de consentimento livre e esclarecido para as mães participantes

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL –
NEPeDI- <http://www.nepedi.ufsc.br>



TERMO DE CONSENTIMENTO E DE AUTORIZAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO DE MENORES DE 18 ANOS EM PESQUISA

Título da pesquisa: Práticas educativas maternas e comportamento pró-social de crianças com idade pré-escolar

Pesquisadora responsável: Gabriela Mello Sabbag (UFSC)

Pesquisador orientador da pesquisa: Dr. Mauro Luís Vieira (UFSC)

Informações ao participante:

Objetivos e procedimentos da pesquisa: Você está sendo convidada(o) a participar desta pesquisa que tem o objetivo de descrever e identificar as relações entre pais e filhos e o comportamento pró-social da criança na fase pré-escolar. Ao aceitar participar desta, você estará autorizando a pesquisadora a: (1) Realizar uma entrevista com o seu (sua) filho(a), na qual serão contadas três histórias infantis breves e serão realizadas três perguntas sobre cada uma das histórias; (2) Procurá-lo para uma entrevista sobre a relação entre pais e filhos e para aplicar dois questionários sobre o comportamento do(a) filho(a) participante; (3) Convidar a professora a preencher dois questionários sobre o comportamento social do seu(sua) filho(a).

Direitos do participante da pesquisa: Você tem liberdade de se recusar a participar dessa pesquisa. E mesmo aceitando participar agora, você tem o direito de recusar-se a continuar participando, em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo na sua relação com a pesquisadora, com a instituição ou a escola onde seu (sua) filho(a) estuda.

Os riscos desta pesquisa podem envolver a estimulação de análises que podem despertar reflexões e emoções nos pais e nos filhos, associadas aos questionários preenchidos pelos pais e as histórias analisadas pelas crianças. Ao mesmo tempo, essas análises podem ser benéficas, pois podem permitir aos pais maior sensibilização e atenção para certas práticas educativas utilizadas na interação com os filhos. Assim como os filhos podem ser incentivados a refletir sobre situações que podem estimular o comportamento pró-social dos mesmos por meio das análises das histórias que serão contadas para eles nesta pesquisa.

Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade, de sua família ou do seu(sua) filho(a). Todas as informações coletadas nas entrevistas e nos questionários são sigilosas, sendo que somente a pesquisadora e a equipe de pesquisa terão acesso aos dados. Você não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Ao participar desta pesquisa, você estará ajudando a contribuir com informações relevantes sobre como os pais e mães podem ajudar a promover condutas pró-sociais nos filhos.

Procedimentos éticos: Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução no. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Destaca-se que esse projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do Hospital Infantil Joana de Gusmão (CEP-HIJG), situado na Rua Rui Barbosa, 152, Bairro Agrônômica, Florianópolis e, caso o participante tenha alguma dúvida ou reclamação quanto a forma ética da condução da pesquisa ele pode entrar em contato com CEP-HIJG pelo telefone (48) 3251-9092 ou pelo email: cephijg@saude.sc.gov.br

Além disso, poderá pedir mais informações sobre a pesquisa, por meio do contato com a pesquisadora, Gabriela Mello Sabbag. Após os esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista o exposto, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar e autorizo meu filho (a), _____, a participar da pesquisa: “Práticas educativas parentais e comportamento pró-social do pré-escolar”.

(Nome e assinatura da mãe/pai ou responsável)
Cidade, _____, de _____ de 2015.

Apêndice D- Histórias baseadas no paradigma do vitimizador feliz (Caderno de aplicação)
Orientações para aplicação: histórias, dilemas, situações de ajuda e dádiva anônima

Orientações gerais para aplicação:

Antes de iniciar a aplicação, perguntar para os responsáveis se permitem que sejam ofertadas cinco balas para a criança.

Inicialmente e de forma acidental, próximo à criança, derrubar um objeto antes de iniciar as intervenções. Em seguida, contar as três histórias para a criança participante, cada uma contém três episódios e três ilustrações (quadrinhos) que são apresentadas conforme se conta cada episódio. Após contar cada história, realizar quatro perguntas. Destaca-se que há uma versão das histórias para as meninas, a qual contém personagens do sexo feminino, e a versão para os meninos que contém personagens do sexo masculino.

Após ter realizado a leitura e as perguntas referentes às três histórias, aplicar a situação da dádiva anônima, apresentada a seguir (descrição após apresentação das três histórias).

Há um protocolo de registro, apresentado nas tabelas, também se sugere que todas as respostas sejam gravadas no momento da entrevista.

Materiais necessários:

- Folhas em branco para a situação de ajuda instrumental.
- Protocolo que contém descrição das histórias e das perguntas.
- No total, contando com meninos e meninas, há 18 quadrinhos com ilustrações, sendo que cada história contém 3 quadrinhos. Se for aplicar somente em meninos, deverá contar com 9 quadrinhos ilustrados com personagens do sexo masculino. Se for aplicar somente em meninas, deverá contar com 9 quadrinhos ilustrados com personagens do sexo feminino.
- 5 balas ou 5 figurinhas para cada criança (de preferência utilizar balas, a depender da autorização dos pais ou responsáveis).
- Caixa contendo uma abertura que pode ser aberta e fechada, semelhante a uma urna.
- Um pacotinho para a criança guardar as balas ou as figurinhas.

PROTOCOLO DE APLICAÇÃO PARA MENINAS E MENINOS

NOME: _____ IDADE: _____

DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____ ESCOLA: _____ SÉRIE: _____

Orientações para o aplicador:

Ao chegar na sala, “*acidentalmente*”, o pesquisador derruba algumas folhas no chão e registra a reação da criança (se ela ajuda a pega-los ou não ajuda).

Em seguida, o experimentador se apresenta para a criança, cita seu nome e explica para a mesma: “*Você vai participar de uma brincadeira em que serão contadas três histórias para você. Nós queremos saber a sua opinião sobre essas histórias. Sua opinião é muito importante!*”.

Após esta explicação, deve-se contar cada uma das histórias, sendo que cada uma delas contém com três episódios com três ilustrações. Em seguida, realizar as quatro perguntas (A, B, C e D) apresentadas na segunda coluna das tabelas. Após esta etapa, aplicar a situação da dádiva anônima.

Situação 1- Ajuda instrumental

Ao chegar na sala em que será realizada a atividade, as folhas do pesquisador caem no chão, próximas a criança, e registra-se a reação da criança.

- () Ajuda a pegar ou juntar () Não ajuda a pegar ou juntar () Se prepara para ajudar, mas não o faz
 () Criança não percebe a situação e não reage

Situação 2- Dádiva anônima (Aplicar após contar todos os dilemas para a criança)

Dizer para a criança: “*Quero agradecer a sua participação na entrevista e na pesquisa. E como forma de agradecimento eu te dou essas balas (ou figurinhas).*” (Entregar as balas para a criança ou as figurinhas, a depender da autorização dos pais).

Continuar a dizer: “*Se você quiser, você pode colocar nesta caixa, todas, algumas ou nenhuma das balas (ou figurinhas) que recebeu para as crianças que não puderam participar desta pesquisa. Agora vou te deixar alguns minutos sozinha para tomar sua ação como bem entender*”.

Assim que a criança sair da sala, o pesquisador irá agradecer e averiguar se ela depositou ou não as balas (ou figurinhas) na caixa e contabilizar quantas balas (ou figurinhas) foram depositadas pela mesma.

Autorizada a receber: () Balas ou () Figurinhas Doou balas/ figurinhas? () Sim () Não Se sim, quantas? _____

História 1 para meninas: Dizer para a criança: “*Vou contar uma história que tem crianças com a mesma idade que a sua*”.

- (1) A professora pede aos alunos para que façam um desenho (mostrar o quadrinho 1).
 (2) Maria começa a desenhar (mostrar o quadrinho 2).
 (3) A amiguinha pede para Maria emprestar um lápis, Maria não empresta (mostrar o quadrinho 3).

Perguntas após a história 1 para as meninas:

Perguntas- história 1 para meninas	Caso a criança não compreenda ou não se recorde- Utilizar as alternativas	Respostas da criança	Nota	Justificativa (Razões)
A Quem é a Maria? O que ela fez?	() Se não compreendeu, ler a história novamente.	Compreendeu na 1ª. leitura: () Sim () Não Quando não, número de leituras necessárias: ____	0 = não ocorrência da análise pró-social 1= análise pró-social	- Morais/ -Empáticas/ -Orientadas a sanção/ -Hedonistas/ -Não elaboradas/ -Motivação pró-social
B É certo o que a Maria fez? Por quê?	Caso a criança não recorde, realizar a leitura do item 3 da história 1.	<u>Análise da ação do protagonista (Maria)- É certo?</u> () Sim (0) () Não (1) Justificativa: _____	Sim = 0 Não = 1 Não sei = 2 (não soma)	
C Se você fosse a Maria, como você se sentiria?	- () Caso a criança não recorde, realizar a leitura do item 3 (quadrinho 3) da história.	<u>Sentimentos- tomada de perspectiva da Maria:</u> () Positivos (feliz, alegre, numa boa, normal, nada demais, aliviado, tranquilo, legal) (0) () Negativos (triste, chateado, envergonhado, culpado, incomodado, mal humorado, irritado) (1) () Mistos (Aliviado e envergonhado/ Feliz e culpado)	Positivos=0 Negativos=1 Mistos=0 ou 1 Não sei = 2 (não soma)	
D O que você faria se fosse a Maria?	- () Caso a criança não recorde, realizar a leitura do item 3 (quadrinho 3) da história.	<u>Ação- Tomada de perspectiva da criança</u> () Emprestaria (1) () Não emprestaria (0) () Não identificável (2) () Outros pró-sociais (3)	Emprestaria/outros pró = 1 Não emprestaria = 0 Não identificável = 2 (não soma)	
TOTAL 0 = não ocorrência de análise pró-social em nenhum dos fatores 1 = ocorrência de análise pró-social em 1 dos fatores (motivação: moral, sentimentos e ação) 2 = ocorrência de análise pró-social em 2 fatores (motivação: moral, sentimentos e ação) 3 = ocorrência de análise pró-social nos 3 fatores (motivação: moral, sentimentos e ação)			Classificação para SPSS: 0= não há nenhum fator 1= 1 fator moral 2= 1 fator sentimento 3= 1 fator ação	12= 2 fatores- moral e sentimento 13= 2 fatores- moral e ação 23 = 2 fatores- sentimento e ação 123= 3 fatores- moral, sentimento e ação.

História 2 para meninas: Dizer para a criança: “*Vou contar uma história que tem crianças com a mesma idade que a sua*”.

- (1) Luiza e a amiguinha são vizinhas e costumam brincar juntas (mostrar quadrinho 1).
 (2) Um dia, a amiguinha fica triste porque não pode sair de casa. Então, a amiguinha pede para a Luiza ir até sua casa para brincar (mostrar o quadrinho 2).
 (3) Luiza não está com vontade e não vai (mostrar o quadrinho 3).

Perguntas após ter contado a história 2 para as meninas:

Perguntas- história 2 para meninas	Caso a criança não compreenda ou não se recorde- Utilizar as alternativas	Respostas da criança	Nota	Justificativa (Razões)
A Quem é a Luiza? O que ela fez?	() Se não compreendeu, ler a história novamente.	Compreendeu na 1ª. leitura: () Sim () Não Quando não, número de leituras necessárias: ____	0 = não ocorrência da análise pró-social 1= análise pró-social	- Morais/ -Empáticas/ -Orientadas a sanção/ -Hedonistas/ -Não elaboradas/ -Motivação pró-social
B É certo o que a Luiza fez? Por quê?	Caso a criança não recorde, realizar a leitura do item 2 e 3 da história.	<u>Análise da ação do protagonista (Luiza)- É certo?</u> () Sim (0) () Não (1) Justificativa: _____	Sim = 0 Não = 1 Não sei = 2 (não soma)	
C Se você fosse a Luiza, como você se sentiria?	- () Caso a criança não recorde, realizar a leitura do item 2 e 3 (quadrinho 3) da história.	<u>Sentimentos- tomada de perspectiva da Luiza:</u> () Positivos (feliz, alegre, numa boa, normal, nada demais, aliviado) (0) () Negativos (triste, chateado, vergonha, culpa, incomodado) (1) () Mistos (Aliviado e envergonhado/ Feliz e culpado)	Positivos= 0 Negativos= 1 Mistos= 0 ou 1 Não sei = 2 (não soma)	
D O que você faria se fosse a Luiza?	- () Caso a criança não recorde, realizar a leitura do item 3 (quadrinho 3) da história.	<u>Ação- Tomada de perspectiva da criança</u> () Visitaria (1) () Não visitaria (0) () Não identificável (2) () Outros pró-sociais (3)	Visitaria=1 Não visitaria=0 Não identificável= 2(não soma)	
TOTAL 0 = não ocorrência de análise pró-social em nenhum dos fatores 1 = ocorrência de análise pró-social em 1 dos fatores (motivação: moral, sentimentos e ação) 2 = ocorrência de análise pró-social em 2 fatores (motivação: moral, sentimentos e ação) 3 = ocorrência de análise pró-social nos 3 fatores (motivação: moral, sentimentos e ação)			Classificação para SPSS: 0= não há nenhum fator 1= 1 fator moral 2= 1 fator sentimento 3= 1 fator ação	12= 2 fatores- moral e sentimento 13= 2 fatores- moral e ação 23 = 2 fatores- sentimento e ação 123= 3 fatores- moral, sentimento e ação.

História 3 para meninas: Dizer para a criança: “*Vou contar uma história que tem crianças com a mesma idade que a sua*”.

- (1) Paula e a amiguinha estão andando no corredor da escola (mostrar o quadrinho 1).
 (2) A amiguinha ao andar carregando muitos materiais, acaba derrubando os materiais no chão (mostrar o quadrinho 2).
 (3) A Paula vê a situação e continua andando (mostrar o quadrinho 3).

Perguntas após ter contado a história 3 para as meninas:

Perguntas- história 3 para meninas	Caso a criança não compreenda ou não se recorde- Utilizar as alternativas	Respostas da criança	Nota	Justificativa (Razões)
A Quem é a Paula? O que ela fez?	() Se não compreendeu, ler a história novamente.	Compreendeu na 1ª. leitura: () Sim () Não Quando não, número de leituras necessárias: ____	0= não ocorrência da análise pró-social 1=análise pró-social	- Morais/ -Empáticas/ -Orientadas a sanção/ -Hedonistas/ -Não elaboradas/ -Motivação pró-social
B É certo o que a Paula fez? Por quê?	Caso a criança não recorde, realizar a leitura do item 2 (quadrinho 2) e 3 (quadrinho 3).	<u>Análise da ação do protagonista (Paula)- É certo?</u> () Sim (0) () Não (1) Justificativa: _____	Sim = 0 Não = 1 Não sei = 2 (não soma)	
C Se você fosse a Paula, como você se sentiria?	() Caso a criança não recorde, realizar a leitura do item 2 e 3 (quadrinho 3) da história.	<u>Sentimentos- tomada de perspectiva da Paula:</u> () Positivos (feliz, alegre, numa boa, normal, nada demais, aliviado) (0) () Negativos (triste, chateado, vergonha, culpa, incomodado) (1) () Mistos (Aliviado e envergonhado/ Feliz e culpado)	Positivos=0 Negativos=1 Mistos=0 ou 1 Não sei = 2 (não soma)	
D O que você faria se fosse a Paula?	() Caso a criança não recorde, realizar a leitura do item 3 da história.	<u>Ação- Tomada de perspectiva da criança</u> () Ajudaria a juntar (1) () Não ajudaria (0) () Parava para olhar (0) () Não identificável (2) () Outros prósociais (3)	Ajudaria/outros pró=1 Não ajudaria=0 Parava para olhar=0	
TOTAL 0= não ocorrência de análise pró-social em nenhum dos fatores 1= ocorrência de análise pró-social em 1 dos fatores (motivação: moral, sentimentos e ação) 2= ocorrência de análise pró-social em 2 fatores (motivação: moral, sentimentos e ação) 3= ocorrência de análise pró-social nos 3 fatores (motivação: moral, sentimentos e ação)			Classificação para SPSS: 0= não há nenhum fator 1= 1 fator moral 2= 1 fator sentimento 3= 1 fator ação	12= 2 fatores- moral e sentimento 13= 2 fatores- moral e ação 23= 2 fatores- sentimento e ação 123= 3 fatores- moral, sentimento e ação.

História 1 para meninos: Dizer para a criança: “*Vou contar uma história que tem crianças com a mesma idade que a sua*”.

- (1) A professora pede aos alunos para que façam um desenho (mostrar o quadrinho 1)
 (2) João começa a desenhar (mostrar o quadrinho 2)
 (3) O amiguinho pede para João emprestar um lápis, João não empresta (mostrar o quadrinho 3)

Perguntas após a história 1 para os meninos:

Perguntas da história 1 para meninos	Caso a criança não compreenda ou não se recorde- Utilizar as alternativas	Respostas da criança	Nota	Justificativa (Razões)
A Quem é o João? O que ele fez?	() Se não compreendeu, ler a história novamente.	Compreendeu na 1ª. leitura: () Sim () Não Quando não, número de leituras necessárias: _____	0= não ocorrência da análise pró-social 1= análise pró-social	- Morais/ -Empáticas/ -Orientadas a sanção/ -Hedonistas/ -Não elaboradas/ -Motivação pró-social
B É certo o que o João fez? Por quê?	Caso a criança não recorde, realizar a leitura do item 3 da história 1.	<u>Análise da ação do João- É certo?</u> () Sim (0) () Não (1) Justificativa: _____	Sim = 0 Não = 1 Não sei = 2 (não soma)	
C Se você fosse o João, como você se sentiria?	() Caso a criança não recorde, realizar a leitura do item 3 (quadrinho 3) da história 1.	<u>Sentimentos- Tomada de perspectiva do João:</u> () Positivos (feliz, alegre, bem, normal, nada demais, aliviado, tranquilo, legal) (0) () Negativos (triste, chateado, envergonhado, culpado, incomodado, mal humorado, irritado) (1) () Mistos (Aliviado e envergonhado/ Feliz e culpado)	Positivos= 0 Negativos=1 Mistos= 0 ou 1 Não sei = 2 (não soma)	
D O que você faria se fosse o João?	() Caso a criança não recorde, realizar a leitura do item 3 da história 1..	<u>Ação- Tomada de perspectiva da criança</u> () Emprestaria (1) () Não emprestaria (0) () Não identificável (2) () Outros prósociais (3)	Emprestaria/outros pró= 1 Não emprestaria = 0 Não identificável = 2 (não soma)	
TOTAL 0= não ocorrência de análise pró-social em nenhum dos fatores 1= ocorrência de análise pró-social em 1 dos fatores (motivação: moral, sentimentos e ação) 2= ocorrência de análise pró-social em 2 fatores (motivação: moral, sentimentos e ação) 3= ocorrência de análise pró-social em 3 fatores (motivação: moral, sentimentos e ação)			Classificação para SPSS: 0= não há nenhum fator 1= 1 fator moral 2= 1 fator sentimento 3= 1 fator ação	12= 2 fatores- moral e sentimento 13= 2 fatores- moral e ação 23= 2 fatores- sentimento e ação 123= 3 fatores- moral, sentimento e ação.

História 2 para meninos: Dizer para a criança: “*Vou contar uma história que tem crianças com a mesma idade que a sua*”.

- (1) Luiz e o amiguinho são vizinhos e costumam brincar juntos (mostrar quadrinho 1).
- (2) Um dia, o amiguinho fica triste porque não pode sair de casa. Então, o amiguinho pede para o Luiz ir até sua casa para brincar (mostrar o quadrinho 2).
- (3) Luiz não está com vontade e não vai (mostrar o quadrinho 3).

Perguntas após ter contado a história 2 para os meninos:

Perguntas da história 2 para meninos	Caso a criança não compreenda ou não se recorde- Utilizar as alternativas	Respostas da criança	Nota	Justificativa (Razões)
A Quem é o Luiz? O que ele fez?	() Se não compreendeu, ler a história novamente.	Compreendeu na 1ª. leitura: () Sim () Não Quando não, número de leituras necessárias: ___	0= não ocorrência da análise pró-social 1= análise pró-social	- Morais/ -Empáticas/ -Orientadas a sanção/ -Hedonistas/ -Não elaboradas/ -Motivação pró-social
B É certo o que o Luiz fez? Por quê?	Caso a criança não recorde, realizar a leitura do item 2 (quadrinho 2) e 3 (quadrinho 3).	<u>Análise da ação do Luiz- É certo?</u> () Sim (0) () Não (1) Justificativa:	Sim = 0 Não = 1 Não sei = 2 (não soma)	
C Se você fosse o Luiz, como você se sentiria?	- () Caso a criança não recorde, realizar a leitura do item 2 e 3 (quadrinho 3) da história.	<u>Sentimentos- Tomada de perspectiva do Luiz:</u> () Positivos (feliz, alegre, bem, normal, nada demais, aliviado) (0) () Negativos (triste, chateado, vergonha, culpa, incomodado) (1) () Mistos (Aliviado e envergonhado/ Feliz e culpado)	Positivos=0 Negativos=1 Mistos=0 ou 1 Não sei = 2 (não soma)	
D O que você faria se fosse Luiz?	- () Caso a criança não recorde, realizar a leitura do item 3 da história.	<u>Ação- Tomada de perspectiva da criança</u> () Visitaria (1) () Não visitaria (0) () Não identificável (2) () Outros pró-sociais (3)	Visitaria/ outros pró =1 Não visitaria= 0 Não identificável= 2 (não soma)	
TOTAL 0= não ocorrência de análise pró-social em nenhum dos fatores 1= ocorrência de análise pró-social em 1 dos fatores (motivação: moral, sentimentos e ação) 2= ocorrência de análise pró-social em 2 fatores (motivação: moral, sentimentos e ação) 3= ocorrência de análise pró-social nos 3 fatores (motivação: moral, sentimentos e ação)			Classificação para SPSS: 0= não há nenhum fator 1= 1 fator moral 2= 1 fator sentimento 3= 1 fator ação	12= 2 fatores- moral e sentimento 13= 2 fatores- moral e ação 23 = 2 fatores- sentimento e ação 123= 3 fatores- moral, sentimento e ação.

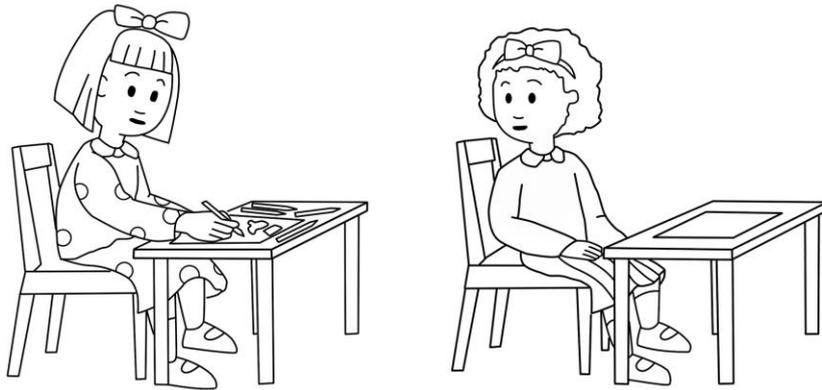
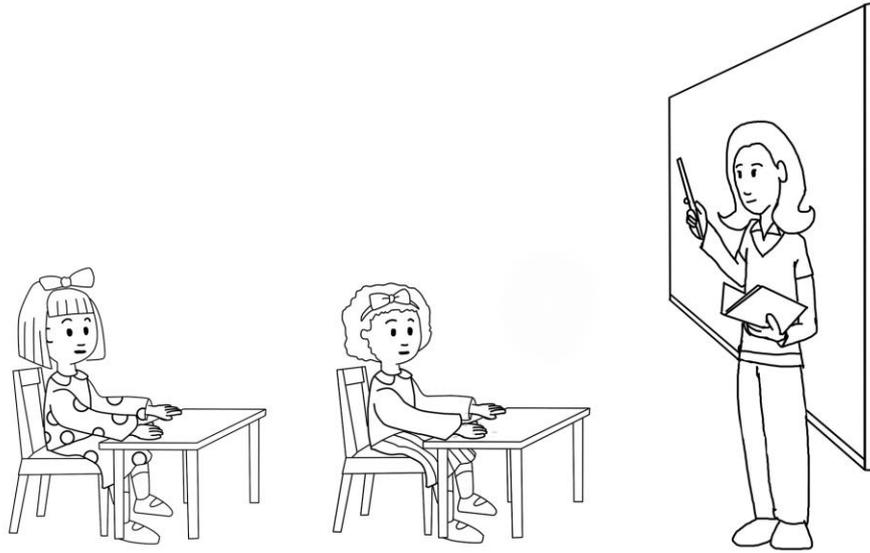
História 3 para meninos: Dizer para a criança: “*Vou contar uma história que tem crianças com a mesma idade que a sua*”.

- (1) Marcos e o amiguinho estão andando no corredor da escola (mostrar o quadrinho 1).
- (2) O amiguinho ao andar carregando muitos materiais, acaba derrubando os materiais no chão (mostrar o quadrinho 2).
- (3) O Marcos vê a situação e continua andando (mostrar o quadrinho 3).

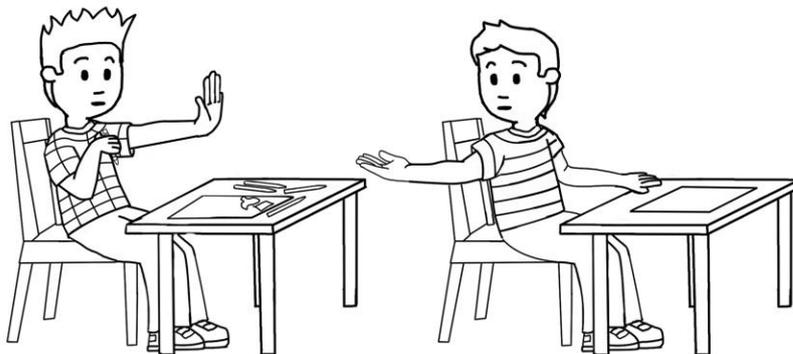
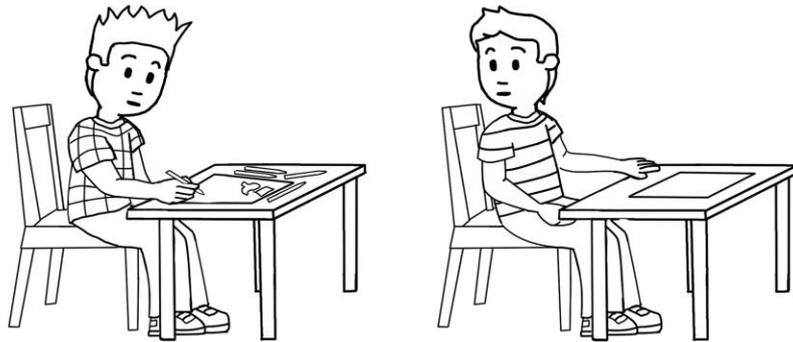
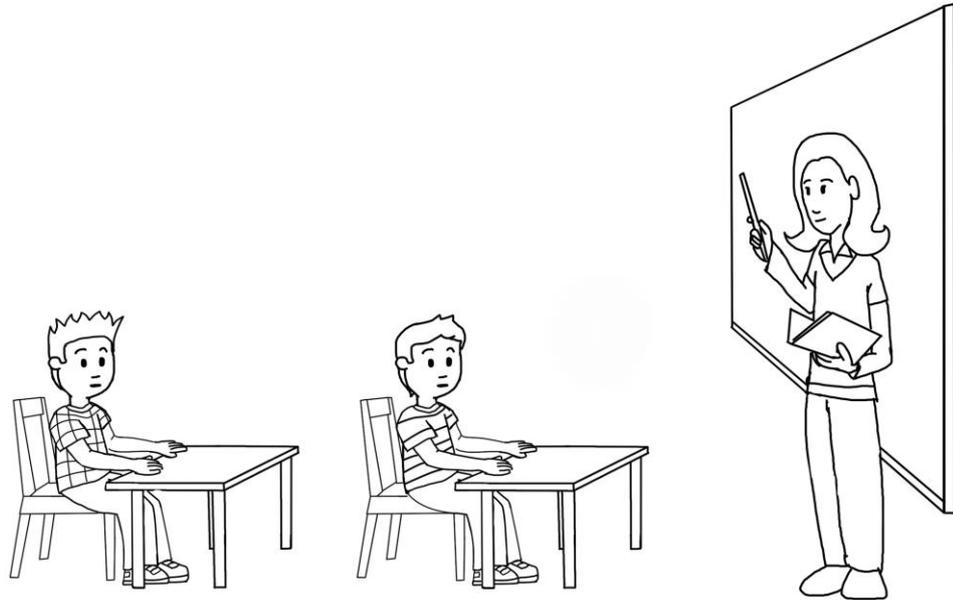
Perguntas após ter contado a história 3 para os meninos:

Perguntas- história 3 para meninos	Caso a criança não compreenda ou não se recorde- Utilizar as alternativas	Respostas da criança	Nota	Justificativa (Razões)
A Quem é o Marcos? O que ele fez?	() Se não compreendeu, ler a história novamente.	Compreendeu na 1ª. leitura: () Sim () Não Quando não, número de leituras necessárias: ___	0 = não ocorrência da análise pró-social 1= análise pró-social	- Morais/ -Empáticas/ -Orientadas a sanção/ -Hedonistas/ -Não elaboradas/ -Motivação pró-social
B É certo o que o Marcos fez? Por quê?	Caso a criança não recorde, realizar a leitura do item 2 e 3 da história.	<u>Análise da ação do Marcos- É certo?</u> () Sim (0) () Não (1) Justificativa:	Sim = 0 Não = 1 Não sei = 2 (não soma)	
C Se você fosse o Marcos, como você se sentiria?	- () Caso a criança não recorde, realizar a leitura do item 2 e 3 (quadrinho 3) da história.	<u>Sentimentos- Tomada de perspectiva do Marcos:</u> () Positivos (feliz, alegre, bem, normal, nada demais, aliviado) (0) () Negativos (triste, chateado, vergonha, culpa, incomodado) (1) () Mistos (Aliviado e envergonhado/ Feliz e culpado)	Positivos=0 Negativos=1 Mistos= 0 ou 1 Não sei = 2 (não soma)	
D O que você faria se fosse o Marcos?	() Caso a criança não recorde, realizar a leitura do item 3 da história.	<u>Ação- Tomada de perspectiva da criança</u> () Ajudaria a juntar (1) () Não ajudaria (0) () Parava para olhar (0) () Não identificável (2) () Outros pró-sociais (3)	Ajudaria/outros pró =1 Não ajudaria=0 Não identificável= 2 (não soma)	
TOTAL 0= não ocorrência de análise pró-social em nenhum dos fatores 1= ocorrência de análise pró-social em 1 dos fatores (motivação: moral, sentimentos e ação) 2= ocorrência de análise pró-social em 2 fatores (motivação: moral, sentimentos e ação) 3= ocorrência de análise pró-social nos 3 fatores (motivação: moral, sentimentos e ação)			Classificação para SPSS: 0= não há nenhum fator 1= 1 fator moral 2= 1 fator sentimento 3= 1 fator ação	12= 2 fatores- moral e sentimento 13= 2 fatores- moral e ação 23 = 2 fatores- sentimento e ação 123= 3 fatores- moral, sentimento e ação.

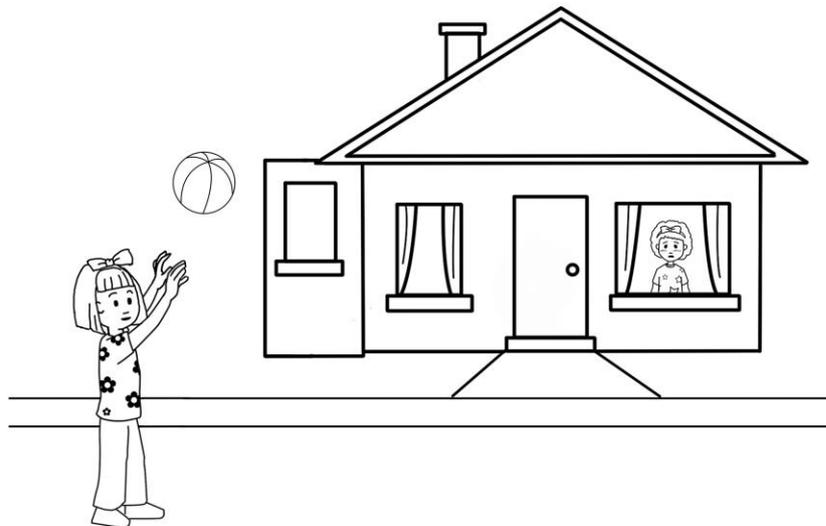
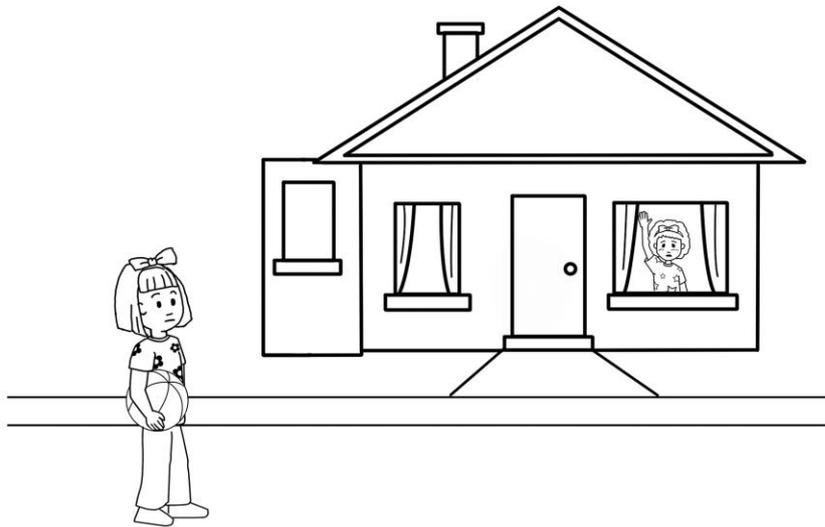
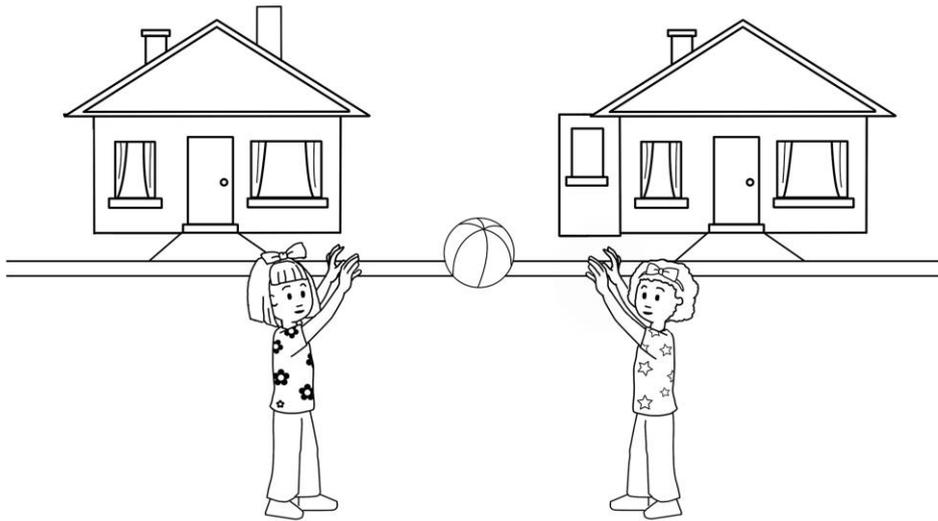
Apêndice E- Ilustrações das histórias baseadas no paradigma do vitimizador feliz
História sobre necessidade material- versão feminina



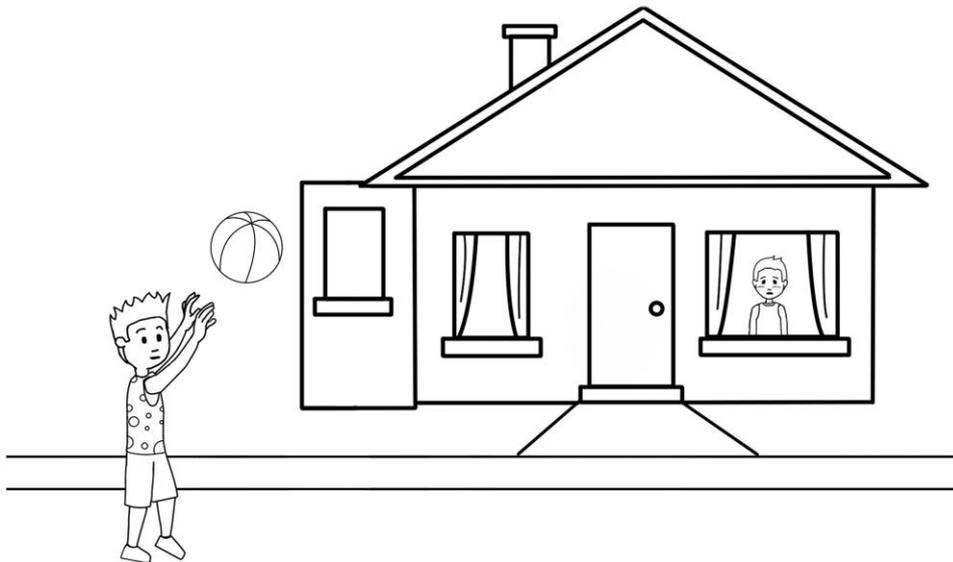
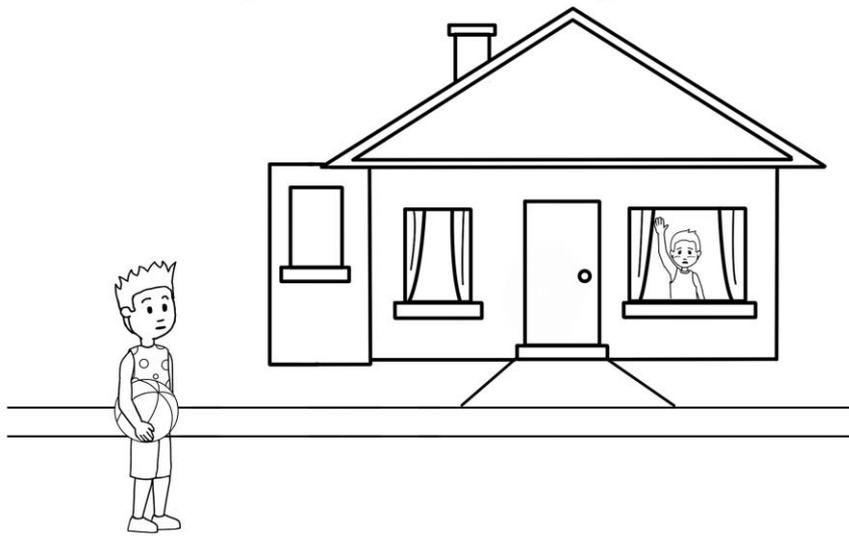
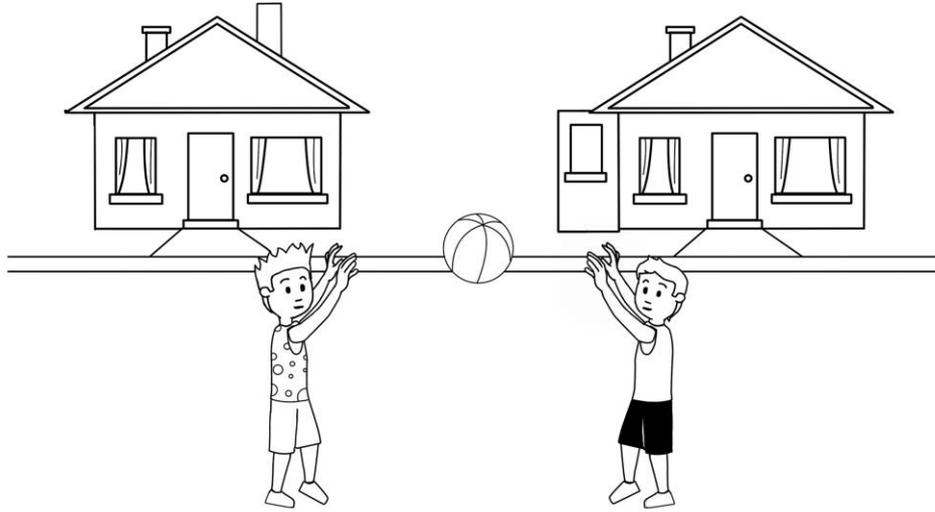
História sobre necessidade material- versão masculina



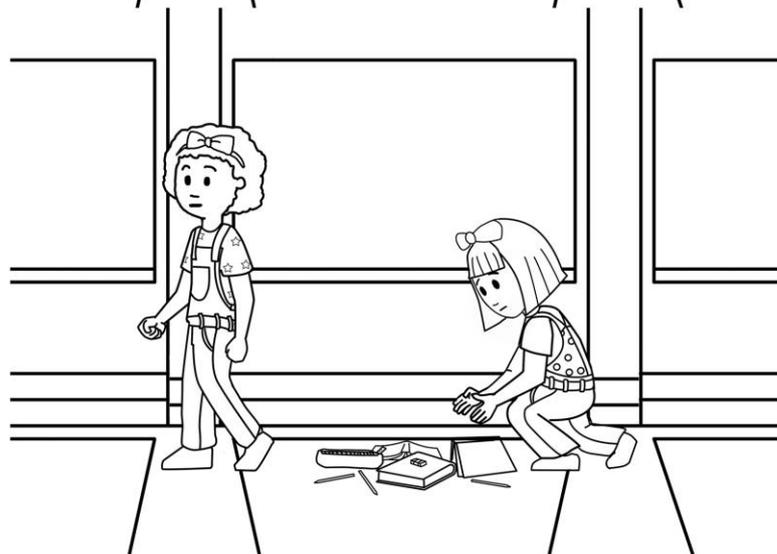
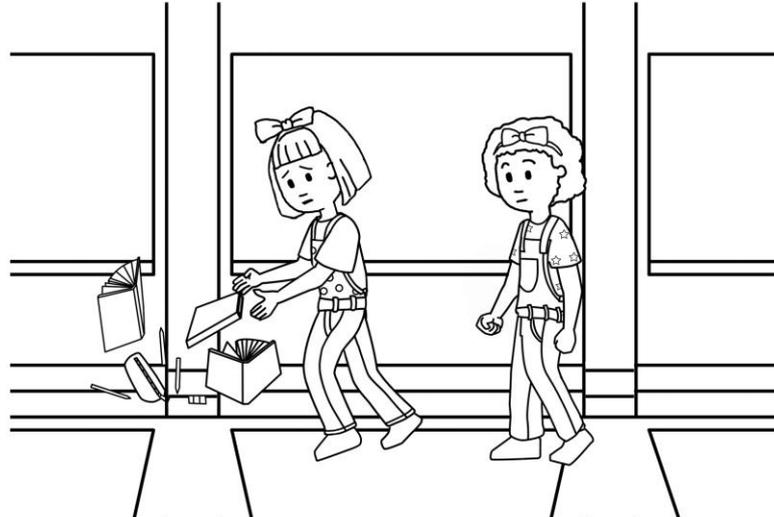
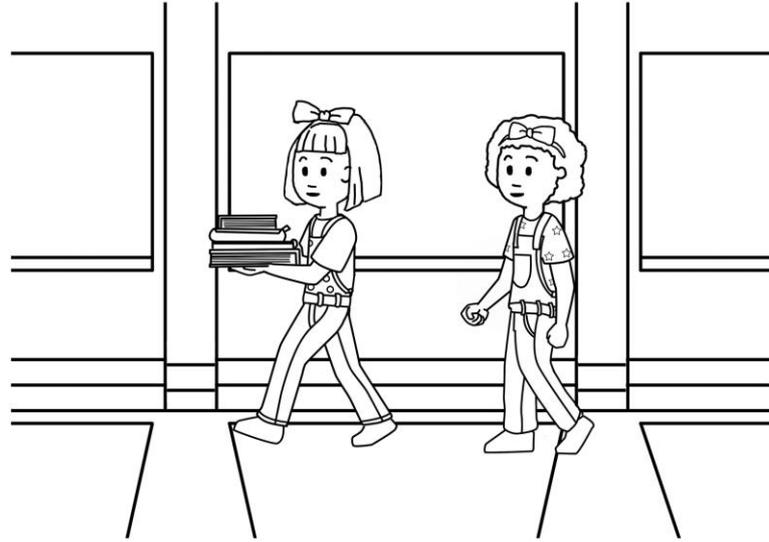
História sobre necessidade de conforto- versão feminina



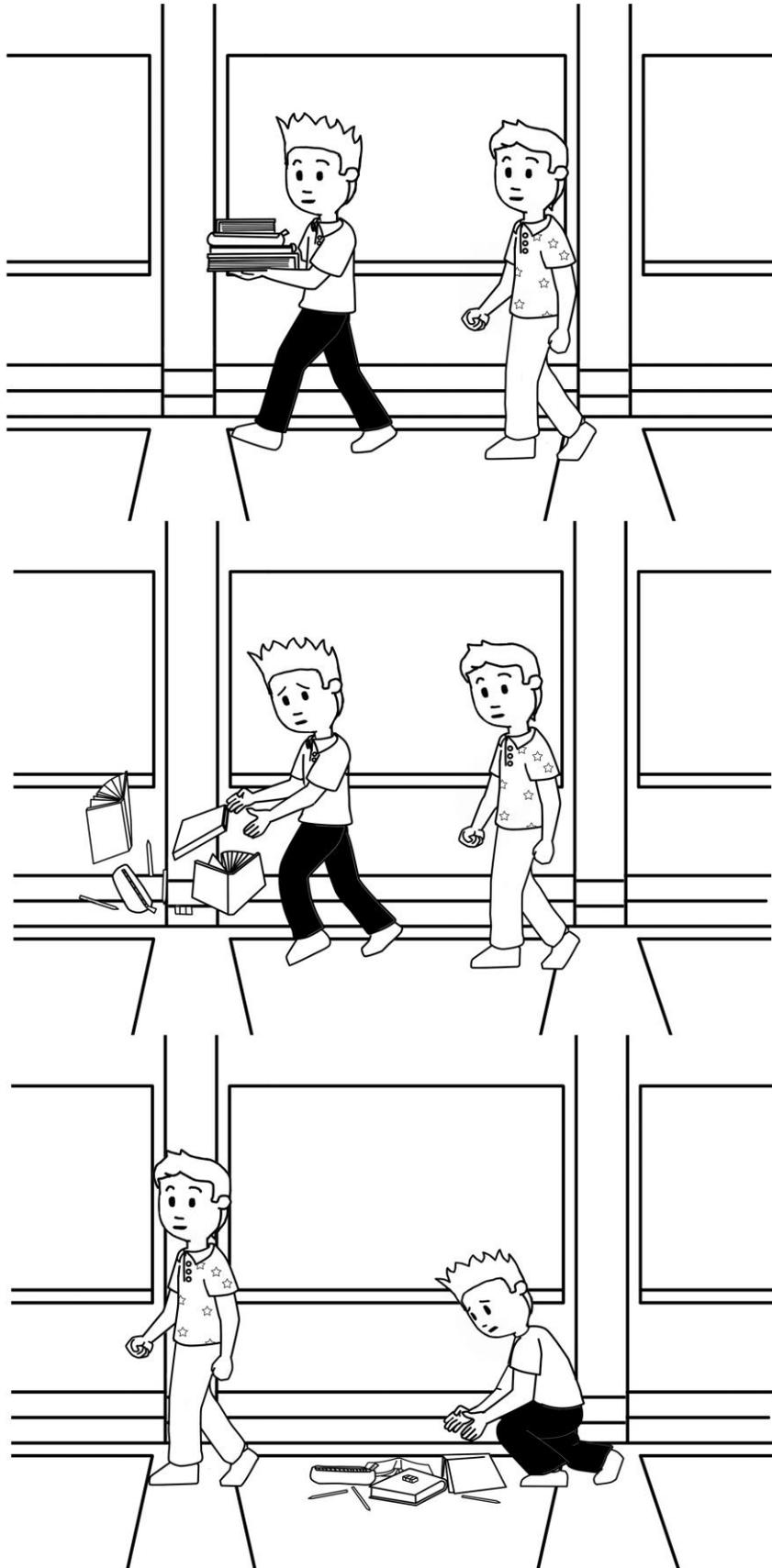
História sobre necessidade de conforto- versão masculina



História sobre necessidade de auxílio instrumental- versão feminina



História sobre necessidade de auxílio instrumental- versão masculina



Apêndice F- Folha de tabulação, apuração dos dados do CRPR e percentis

1= Não descreve de maneira alguma/ 2= Me descreve muito mal/ 3= Me descreve mal/ 4= Me descreve parcialmente/ 5= Me descreve bem/ 6= Me descreve muito bem											
Práticas educativas	Itens									Somatória	Média
Controle autoritário	5	6	11	13	19	24	25	27	29	Controle	$\Sigma/9$
Supervisão da criança	32	35								Supervisão	$\Sigma/2$
Indução da ansiedade	12	34								Ansiedade	$\Sigma/2$
Restrição	4	30	33							Restrição	$\Sigma/3$
Total- Estilo Autoritário	$\Sigma(5+6+11+13+19+24+25+27+29+32+35+12+34+4+30+33)=$									Autoritário	$\Sigma/16$
Total- Estilo indutor de medo	$\Sigma(6+11+12+13+24+25+27+29+30+33+34)=$									Indutor medo	$\Sigma/11$
Reflexão	15	21	22							Reflexão	$\Sigma/3$
Suporte para independência	1	2	9	10	17	28		31		Independência	$\Sigma/7$
Expressão de afeto	3	7	14	16	18	26				Afeto	$\Sigma/6$
Estimulação à autonomia	8	20	23							Autonomia	$\Sigma/3$
Total- Estilo Autoritativo	$\Sigma(15+21+22+1+2+9+10+17+28+31+3+7+14+16+18+26+8+20+23)=$									Autoritativo/ Democrático	$\Sigma/19$
Total- Estilo Caloroso/ Afetivo	$\Sigma(1+3+7+8+9+14+15+16+18+20+21+22+23+26)=$									Caloroso	$\Sigma/14$

Percentis do CRPR

Variáveis	Percentis		
	Abaixo da média	Mediano	Acima da média
Controle autoritário	1 à 30	31 a 37	38 à 54
Supervisão da criança	1 à 10	11 à 12	12
Indução da ansiedade	1 à 10	10 à 12	12
Restrição	1 à 12	13 à 15	16 à 18
Estilo Autoritário	1 à 62	63 à 74	75 à 96
Estilo indutor de medo	1 à 40	41 à 50	51 à 66
Estímulo à reflexão	1 à 16	17 à 18	18
Suporte para independência	1 à 29	30 à 36	37 à 42
Expressão de afeto	1 à 30	30 à 35	36
Estimulação à autonomia	1 à 15	16 à 18	18
Estilo autoritativo	1 à 92	93 à 105	106 à 114
Estilo Caloroso/ Afetivo	1 à 71	72 à 81	82 à 84

Apêndice G- Folha de tabulação e apuração dos dados do SDQ

Comportamento pró-social			
1-Tem consideração pelos sentimentos de outras pessoas	0	1	2
4-Tem boa vontade em compartilhar doces, brinquedos com outras crianças	0	1	2
9-Tenta ser atencioso se alguém parece magoado, aflito ou se sentindo mal	0	1	2
17-É gentil com crianças mais novas	0	1	2
20-Frequentemente se oferece para ajudar outras pessoas	0	1	2
TOTAL- Comportamento pró-social			
Hiperatividade			
2-Não consegue parar sentado quando tem que fazer a lição ou comer; mexe-se muito, esbarrando em coisas, derrubando coisas	0	1	2
10-Está sempre agitado, balançando as pernas ou mexendo as mãos	0	1	2
15-Facilmente perde a concentração	0	1	2
21-Consegue parar e pensar nas coisas antes de fazê-las	2	1	0
25-Completa as tarefas que começa, tem boa concentração.	2	1	0
TOTAL- Hiperatividade			
Sintomas emocionais			
3-Muitas vezes se queixa de dor de cabeça, dor de barriga ou enjoo	0	1	2
8-Tem muitas preocupações, muitas vezes parece preocupado com tudo	0	1	2
13-Frequentemente parece triste, desanimado ou choroso	0	1	2
16-Fica inseguro quando tem que fazer alguma coisa pela primeira vez, facilmente perde a confiança em si mesmo	0	1	2
24-Tem muitos medos, assusta-se facilmente	0	1	2
TOTAL- Sintomas emocionais			
Problemas de relacionamento com colegas			
6-É solitário, prefere brincar sozinho	0	1	2
11-Tem pelo menos um bom amigo ou amiga	2	1	0
14-Em geral, é querido por outras crianças	2	1	0
19-Outras crianças 'pegam no pé' ou atormentam-no	0	1	2
23-Se dá melhor com adultos do que com outras crianças	0	1	2
TOTAL- Problemas de relacionamento com colegas			
Problemas de conduta			
5-Frequentemente tem acessos de raiva ou crises de birra	0	1	2
7-Geralmente é obediente e faz normalmente o que os adultos lhe pedem	2	1	0
12-Frequentemente briga com outras crianças ou as amedronta	0	1	2
18-Geralmente discute com os adultos/ Frequentemente engana ou mente (5 anos)	0	1	2
22-Às vezes é malicioso / Rouba coisas da casa, da escola ou outros lugares (5 anos)	0	1	2
TOTAL- Problemas de conduta			
TOTAL- Somatória- Dificuldades (hiperatividade +sintomas emocionais + problemas de relacionamento + de conduta)			

Tabela de interpretação dos escores do SDQ- versão para pais e professores

Interpretação dos escores do SDQ (versão para pais e professores)	Próximo da média-Não clínico	Ligeiramente acima da média-Pode refletir problemas clínicos	Substancialmente alto- Risco de problemas clínicos significativos
Escores do total de dificuldades (Total- 40)	0-13	14-16	17-40
Escore de sintomas emocionais (Total- 10)	0-3	4	5-10
Escore de problemas de conduta (Total-10)	0-2	3	4-10
Escore de hiperatividade (Total-10)	0-5	6	7-10
Escore de problemas entre pares (Total-10)	0-2	3	4-10
Escore de comportamentos pró-sociais (Total-10)	6-10	5	0-4

11 Anexos

Anexo 1- Carta de aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa

**HOSPITAL INFANTIL JOANA
DE GUSMÃO/ SES -SC**HOSPITAL INFANTIL JOANA DE GUSMÃO/ SES -SC
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA****Título da Pesquisa:** Práticas educativas parentais e comportamento pró-social de crianças com idade pré escolar**Pesquisador:** Mauro Luís Vieira**Área Temática:****Versão:** 2**CAAE:** 36296014.2.0000.5361**Instituição Proponente:** Universidade Federal de Santa Catarina**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio**DADOS DO PARECER****Número do Parecer:** 838.254**Data da Relatoria:** 12/11/2014**Apresentação do Projeto:**

A pesquisa faz parte dos requisitos para conclusão de Doutorado em Psicologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Trata-se de uma pesquisa com delineamento descritivo (Sampieri, Colado, & Lucio, 2006), em que se pretende detectar e descrever as práticas educativas maternas e as ações pró-sociais das crianças. O estudo também pode ser caracterizado como correlacional, mais especificamente relacional, pois busca avaliar a relação entre as práticas educativas maternas e os comportamentos pró-sociais das crianças pré-escolares. Pode ainda ser caracterizado como transversal, pois a coleta dos dados e informações sobre o objeto a que se refere se dará em um só momento (Sampieri, Colado, & Lucio, 2006). O estudo Práticas educativas parentais e comportamento pró-social de crianças em idade pré escolar faz parte do projeto Envolvimento paterno no contexto familiar contemporâneo, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Infantil- NEPeDI, coordenado pelo professor pós doutor Mauro Luís Vieira. Os estudos desse núcleo se interessam por temas associados ao desenvolvimento de pais e filhos, nesta pesquisa há o interesse pela relação entre pais e filhos e o repertório pró-social infantil. O comportamento pró-social infantil é definido como um repertório comportamental que visa beneficiar o próximo. Considerando sua importância para o desenvolvimento individual e social, os contextos e oportunidades para a

Endereço: Rui Barbosa, nº 152**Bairro:** Agronômica**CEP:** 88.025-301**UF:** SC**Município:** FLORIANOPOLIS**Telefone:** (48)3251-9092**Fax:** (48)3251-9092**E-mail:** cephijg@saude.sc.gov.br

Continuação do Parecer: 838.254

aprendizagem e manutenção dos comportamentos pró-sociais na infância devem ser considerados. Nesse sentido, o presente projeto tem como objetivo investigar as práticas educativas parentais e suas relações com o comportamento pró-social de crianças em idade pré escolar, especificamente, os comportamentos de doar/emprestar bens materiais, confortar e ofertar ajuda instrumental ao próximo. Participarão da pesquisa 50 crianças, com idade entre 5 e 6 anos, seus pais e professores. Serão realizadas entrevistas, análises de dilemas morais pró-sociais e preenchimento de questionários sobre o repertório pró-social infantil. Por meio de análises de dados pretende-se descrever a ocorrência e os tipos de comportamentos pró-sociais emitidos pelos pré-escolares, bem como possíveis relações com as práticas educativas parentais.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral:

- Identificar as relações entre as práticas educativas parentais e o comportamento pró-social de crianças com idade pré-escolar.

Objetivos específicos:

- Detectar as situações em que se dão as interações entre pais e filhos;
- Descrever as reações infantis perante tais situações de interação;
- Descrever as práticas educativas utilizadas pelas mães e pelos pais de crianças com idade pré-escolar;
- Caracterizar os julgamentos/raciocínios dos pré-escolares sobre os comportamentos pró-sociais que envolvem a doação, o conforto e a ajuda instrumental;
- Identificar a ocorrência de comportamentos pró-sociais (doar, confortar e ajudar) dos pré-escolares segundo a perspectiva das mães, dos pais e dos professores;
- Descrever as relações entre as práticas educativas parentais e o comportamento pró-social da criança com idade pré-escolar.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos desta pesquisa podem envolver a estimulação de análises que podem despertar reflexões e emoções nos pais e nos filhos, associadas aos questionários preenchidos pelos pais e as histórias analisadas pelas crianças. Ao mesmo tempo, essas análises podem ser benéficas, pois podem permitir aos pais maior sensibilização e atenção para certas práticas educativas utilizadas na interação com os filhos. Assim como os filhos podem ser incentivados a refletir sobre situações que podem estimular o comportamento pró-social dos mesmos por meio das análises das

Continuação do Parecer: 838.254

1. Se for realizada pesquisa também em Florianópolis, solicita-se apresentar autorização da Secretaria Municipal de Ensino. Caso não seja incluído este município, solicita-se retirar do projeto o nome do mesmo.
ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

2. Solicita-se descrever quais serão os critérios de exclusão.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

3. Solicita-se atualizar cronograma, ressaltando que a coleta de dados só deverá ser iniciada após a aprovação do projeto de pesquisa pelo CEP.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

4. Solicita-se retirar do TCLE que os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resoluções no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (já revogada e substituída pela 466/2012)".

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

5. Solicita-se acrescentar no TCLE e no Termo de Assentimento que "esse projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do Hospital Infantil Joana de Gusmão (CEPHIJG), situado na Rua Rui Barbosa, 152, Bairro Agrônômica, Florianópolis e, caso o participante tenha alguma dúvida ou reclamação quanto a forma ética da condução da pesquisa ele pode entrar em contato com CEP-HIJG pelo telefone (48) 32519092 ou pelo email: cephijg@saude.sc.gov.br".

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

Situação do Parecer: Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP: Não

Considerações Finais a critério do CEP:

FLORIANOPOLIS, 20 de Outubro de 2014.

**Assinado por:
Jucélia Maria Guedert
(Coordenador)**

Anexo 2- Questionário para coleta de dados sócio-demográficos das mães

NOME DO RESPONSÁVEL: _____ IDADE: _____

NOME DA CRIANÇA: _____ DATA DE NASCIMENTO: _____

Assinale seu parentesco com a criança:

() Mãe biológica () Mãe adotiva () Madrasta () Avó Outro: _____
 () Pai biológico () Pai adotivo () Padrasto () Avô

A criança mora com você? () Sim () Não

- Se a criança não mora com você, com que frequência tem contato ela:

() Todos os dias () Aos finais de semana () Outros: _____

1. Assinale o seu ESTADO CIVIL:

() casado () relacionamento conjugal sem () solteiro
 () recasado (casado pela 2ª/3ª...vez) legalização () separado
 () união estável () viúvo

2. Assinale com quem VOCÊ MORA:

() Sozinho Idade do companheiro: _____
 () Companheiro Número de filhos: _____ Idade dos filhos: _____
 () Filho(s) Quantos? _____
 () Outras crianças e menores de 18 anos (ex. enteados, adotados, filhos de parentes) Quantos? _____
 () Outros parentes adultos Quantos? _____
 Total de pessoas que residem com você (contando com você): _____

3. Assinale a sua ESCOLARIDADE:

() Não alfabetizado () Ensino médio completo (2º. Grau)
 () Ensino fundamental incompleto primário (1ª. a 4ª. série) () Ensino superior incompleto
 () Ensino fundamental incompleto: primário completo e 5ª. à 8ª. série () Ensino superior completo
 incompleto
 () Ensino fundamental completo (1ª. a 8ª. série) () Pós-graduação completa
 () Ensino médio incompleto (2º. Grau incompleto) () Não sabe

4. Sobre sua SITUAÇÃO PROFISSIONAL ATUAL, responda:

Profissão/ Ocupação: _____ Jornada de trabalho: () Dia todo
 _____ () Manhã
 Empregado: () Sim () Não () Tarde
 Trabalha fora: () Sim () Não () Noite

5. Quem cuida da criança quando ela não está na escola? _____

6. A sua RENDA FAMILIAR MENSAL situa-se entre:

Menos de R\$100,00 R\$801,00 a R\$1.000,00.....
 R\$101,00 a R\$200,00 R\$1.001,00 a R\$1.300,00
 R\$201,00 a R\$300,00 R\$1.301,00 a R\$1.600,00
 R\$301,00 a R\$400,00 R\$1.601,00 a R\$2.000,00
 R\$401,00 a R\$500,00 R\$2.001,00 a R\$3.000,00
 R\$501,00 a R\$600,00 R\$3.001,00 a R\$4.000,00
 R\$601,00 a R\$800,00 Acima de R\$4.000,00.....

7. Mora em casa: () Própria () Alugada () Cedida ou emprestada Outros: _____

8. Você tem alguma religião? Qual? _____

Anexo 3- Relatório de práticas educativas- Child Rearing Practices Report- CRPR

NOME: _____ DATA _____

Relatório de práticas educativas- CRPR

Sobre a sua relação com o seu filho (a criança), indique até que ponto cada uma das seguintes frases te descreve, assinalando o número correspondente na escala que segue cada frase. Não há respostas certas ou erradas. Responda com sinceridade e tranquilidade. Suas informações são sigilosas.

1	2	3	4	5	6
Não me descreve de maneira alguma	Me descreve muito mal	Me descreve mal	Me descreve parcialmente	Me descreve bem	Me descreve muito bem

	1 Não me descreve de maneira alguma	2 Me descreve muito mal	3 Me descreve mal	4 Me descreve parcialmente	5 Me descreve bem	6 Me descreve muito bem
1. Respeito as opiniões de meu/minha filho(a) e o(a) incentivo à expressá-las.	1	2	3	4	5	6
2. Se meu/minha filho(a) se mete em encrenca, espero que ele(a) resolva o problema por conta própria, na maioria das vezes.	1	2	3	4	5	6
3. Penso que se deve dar a uma criança consolo e compreensão quando ela está assustada ou chateada.	1	2	3	4	5	6
4. Tento impedir meu/minha filho(a) de participar de brincadeiras agressivas ou de fazer coisas em que ele/a poderia se machucar.	1	2	3	4	5	6
5. Creio que a punição física (palmadas, surra) é a melhor forma de educar.	1	2	3	4	5	6
6. Creio que a criança deveria ser supervisionada, e não escutada.	1	2	3	4	5	6
7. Demonstro afeto a meu/minha filho(a), abraçando-o(a), beijando-o(a), e pegando-o(a) no colo.	1	2	3	4	5	6
8. Incentivo meu filho a pensar e refletir sobre a vida.	1	2	3	4	5	6
9. Geralmente levo em conta os gostos de meu/minha filho(a) quando faço planos para a família.	1	2	3	4	5	6
10. Deixo meu/minha filho(a) tomar muitas decisões por conta própria.	1	2	3	4	5	6
11. Não deixo meu/minha filho(a) dizer coisas ruins sobre seus professores.	1	2	3	4	5	6
12. Ensino ao meu/minha filho(a) que de um jeito ou de outro ele(a) será punido(a) se ele(a) se comporta mal.	1	2	3	4	5	6
13. Não permito que meu/minha filho(a) fique zangado(a) comigo.	1	2	3	4	5	6
14. Eu sou tranquilo(a) e flexível com meu/minha filho(a).	1	2	3	4	5	6
15. Eu converso bastante e argumento com meu/minha filho(a) quando ele(a) se comporta mal.	1	2	3	4	5	6
16. Eu brinco e faço piada com meu/minha filho(a).	1	2	3	4	5	6
17. Dou ao meu/minha filho(a) uma boa quantidade de tarefas e responsabilidades familiares.	1	2	3	4	5	6
18. Meu filho/minha filho(a) e eu temos momentos de intimidade e afeto juntos.	1	2	3	4	5	6
19. Tenho regras rígidas e bem definidas para meu/minha filho(a).	1	2	3	4	5	6

20. Incentivo meu/minha filho(a) a ser curioso, a explorar e a questionar as coisas.	1	2	3	4	5	6
21. Acredito que elogiar uma criança quando ela é boa, dá melhores resultados do que puni-la quando é má.	1	2	3	4	5	6
22. Eu me certifico de que meu/minha filho(a) saiba que eu fico feliz quando ele/a tenta ou consegue fazer alguma coisa.	1	2	3	4	5	6
23. Incentivo meu/minha filho(a) a falar de seus problemas.	1	2	3	4	5	6
24. Creio que as crianças não deveriam guardar segredos de seus pais.	1	2	3	4	5	6
25. Ensino ao meu/minha filho(a) a controlar seus sentimentos em todos os momentos.	1	2	3	4	5	6
26. Quando estou bravo(a) com meu/minha filho(a), deixo isso claro para ele(a).	1	2	3	4	5	6
27. Creio que as broncas e as críticas fazem ao meu/minha filho(a) melhorar.	1	2	3	4	5	6
28. Ensino ao meu/minha filho(a) que ele/(a) é responsável por aquilo que acontece com ele(a).	1	2	3	4	5	6
29. Não permito que meu/minha filho(a) questione as minhas decisões.	1	2	3	4	5	6
30. Deixo claro ao meu/minha filho(a) quão envergonhado(a) e desapontado(a) fico quando ele(a) se comporta mal.	1	2	3	4	5	6
31. Incentivo meu/minha filho(a) a ser independente de mim.	1	2	3	4	5	6
32. Eu me certifico em saber onde meu/minha filho(a) encontra-se e o que ele(a) está fazendo.	1	2	3	4	5	6
33. Eu digo ao meu/minha filho(a) para não se sujar quando brinca.	1	2	3	4	5	6
34. Controlo meu/minha filho(a) alertando ele(a) sobre as coisas ruins que podem lhe acontecer.	1	2	3	4	5	6
35. Creio que é uma irresponsabilidade deixar as crianças brincarem muito tempo sozinhas sem a supervisão de adultos.	1	2	3	4	5	6

Obrigada pela sua participação ☺

Anexo 4- Questionário de capacidades e dificuldades da criança (SDQ, Goodman, 1997)

Leia as afirmativas e assinale, para cada uma delas, o item da escala que melhor descreve o comportamento do seu filho:

	0 Nunca	1 Às vezes	2 Sempre
1-Tem consideração pelos sentimentos de outras pessoas	0	1	2
2-Não consegue parar sentado quando tem que fazer a lição ou comer; mexe-se muito, esbarrando em coisas, derrubando coisas	0	1	2
3-Muitas vezes se queixa de dor de cabeça, dor de barriga ou enjoo	0	1	2
4-Tem boa vontade em compartilhar doces, brinquedos, lápis com outras crianças	0	1	2
5-Frequentemente tem acessos de raiva ou crises de birra	0	1	2
6-É solitário, prefere brincar sozinho	0	1	2
7-Geralmente é obediente e faz normalmente o que os adultos lhe pedem	0	1	2
8-Tem muitas preocupações, muitas vezes parece preocupado com tudo	0	1	2
9-Tenta ser atencioso se alguém parece magoado, aflito ou se sentindo mal	0	1	2
10-Está sempre agitado, balançando as pernas ou mexendo as mãos	0	1	2
11-Tem pelo menos um bom amigo ou amiga	0	1	2
12-Frequentemente briga com outras crianças ou as amedronta	0	1	2
13-Frequentemente parece triste, desanimado ou choroso	0	1	2
14-Em geral, é querido por outras crianças	0	1	2
15-Facilmente perde a concentração	0	1	2
16-Fica inseguro quando tem que fazer alguma coisa pela primeira vez, facilmente perde a confiança em si mesmo	0	1	2
17-É gentil com crianças mais novas	0	1	2
18-Frequentemente engana ou mente	0	1	2
19-Outras crianças 'pegam no pé' ou atormentam-no	0	1	2
20-Frequentemente se oferece para ajudar outras pessoas (pais, professores, outras crianças)	0	1	2
21-Consegue parar e pensar nas coisas antes de fazê-las	0	1	2
22-Rouba coisas de casa, da escola ou de outros lugares	0	1	2
23-Se dá melhor com adultos do que com outras crianças	0	1	2
24-Tem muitos medos, assusta-se facilmente	0	1	2
25-Completa as tarefas que começa, tem boa concentração.	0	1	2